

ANÁLISE DO DISCURSO: MÍDIA, PODER E HETEROGENEIDADES



Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho
Maria Eliza Freitas do Nascimento
Maria do Socorro Maia F. Barbosa
(organizadores)



ANÁLISE DO DISCURSO: mídia, poder e heterogeneidade



Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho
Maria Eliza Freitas do Nascimento
Maria do Socorro Maia F. Barbosa
(organizadores)



João Pessoa, PB - 2014

ANÁLISE DO DISCURSO: mídia, poder e heterogeneidades

Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho
Maria Eliza Freitas do Nascimento
Maria do Socorro Maia F. Barbosa
(organizadores)

Série Socialidades, 2
2014

Atenção

As imagens usadas neste trabalho o são para efeito de estudo, de acordo com o artigo 46 da lei 9610, sendo garantida a propriedade das mesmas aos seus criadores ou detentores de direitos autorais.

O conteúdo e revisão dos textos é de responsabilidade de cada autor.

Ilustração da capa: recorte de imagem disponível na internet

-
- A532 Análise do Discurso: mídia, poder e heterogeneidade / Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho, Maria Eliza Freitas do Nascimento, Maria do Socorro Maia F. Barbosa (orgs.). - João Pessoa: Marca de Fantasia, 2014.
375p.: il.
(Série Socialidades, 2)
ISBN 978-85-67732-09-1
1. Análise do discurso. 2. Mídia.

CDU: 81'42



Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
Grupo de Estudos do Discurso – GRED
Coordenador: Prof.Dr. Ivanaldo Santos
Campus Avançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia
Bairro: Arizona
Pau dos Ferros, RN. CEP: 59900000
Telefone: 33513909



Marca de Fantasia
Rua Maria Elizabeth, 87/407
Paraíba (João Pessoa), PB. 58045-180
www.marcadefantasia.com
contato: editora@marcadefantasia.com

A editora Marca de Fantasia é uma atividade da Associação Marca de Fantasia - CNPJ 19391836/0001-92 e um projeto de extensão do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB

Diretor/editor: Henrique Magalhães
Conselho Editorial:

Edgar Franco - Pós-Graduação em Cultura Visual (FAV/UFG)
Edgard Guimarães - Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA/SP)
Marcos Nicolau - Pós-Graduação em Comunicação da UFPB
Paulo Ramos - Departamento de Letras (UNIFESP)
Roberto Elísio dos Santos - Mestrado em Comunicação da USCS/SP

Sumário

Apresentação - 7

Indústria Cultural e Discurso Midiático: (re)construção identitária do Nordeste em reportagem da Veja - 15
Jocenilton Cesário da Costa; Ivanaldo Oliveira dos Santos

O discurso da Educação inclusiva: a produção de identidade do sujeito com deficiência - 44
Maria Eliza Freitas do Nascimento

A biopolítica da mídia para o “corpo-velho”: a estatística da vida na produção de identidades - 79
Emmanuele Monteiro; Regina Baracuhy

O corpo construído no corpo da revista: uma fabricação discursivamente negociada a uma bio-ascese
José Gevildo Viana; Francisco Paulo da Silva - 109

Mídia e Discurso: a fabricação de imagem no acontecimento discursivo da campanha presidencial nos EUA - 138
Antonio Genário Pinheiro dos Santos; Ivone Tavares de Lucena

AD com Foucault: sobre alguns elementos históricos e a *Arqueologia* - 168
JJ Domingos

O problema da autoria dos discursos no método arqueológico de Foucault - 200
Maria do Socorro Maia F. Barbosa; Emias Oliveira da Costa

A literatura e a violência:

um encontro no discurso jornalístico - 223

Márcio Rogério de Oliveira Cano

Heterogeneidade marcada no/pelo discurso relatado:

formas de projeção do *ethos* - 259

Izilda Maria Nardocci

***Ethos* discursivo e lugar de fala:**

o intelectual-político em FHC - 286

Emanuel Freitas da Silva

Autoria no gênero resenha acadêmica - 320

Dalva Teixeira da Silva Penha; Maria da Penha Casado Alves

Leminski, o samurai: cenografia e *ethos* discursivo

em *web-manchetes* - 341

Anderson Ferreira; Jarbas Vargas Nascimento

Autores - 370

APRESENTAÇÃO

Reúnem-se nesta obra - **Análise do Discurso: mídia, poder e heterogeneidade** - um conjunto de textos, que, em sua generalidade, colocam em discussão elementos teórico-metodológicos conceitualmente sólidos de cunho discursivo, que se encaixam nos estudos sobre mídia e no campo dos estudos discursivos, cujo avanço nas ciências da Linguagem tem se tornado referência, na contemporaneidade. Cada capítulo segue um movimento discursivo e busca colocar em pauta diferentes visões e apropriações de categorias discursivas em *corpora* da mídia, fato que não somente se justifica por dar uma unidade ao livro, mas também que proporciona ao leitor interessado uma possibilidade de ressignificar discursos em circulação na sociedade, em suas dimensões histórico-culturais, ampliando, por essa maneira, a percepção analítica de diferentes práticas discursivas da mídia impressa.

Pela forma como os capítulos são organizados, o livro permite-nos uma reflexão crítica sobre as categorias privilegiadas, o *corpus* selecionado em suas condições sócio-históricas de produção e a metodologia proposta pelos au-

tores para o processo analítico. É sempre uma tarefa muito complexa fazer estudos em Análise do Discurso, principalmente se observarmos a forma como esta disciplina foi se configurando, desde sua origem, a partir de um compromisso interdisciplinar. Ser analista de discurso é, antes de qualquer coisa, transformar a realidade em que vive e a si mesmo, dando novos sentidos à história, por meio da linguagem. Por isso, cada capítulo, ao explicitar um percurso teórico-metodológico adequado a seus objetivos, oferece reflexões significativas, que revelam a organização e o funcionamento de seus objetos, sem se perder de vista a dimensão discursiva das práticas analisadas.

Embora constatemos avanços nos processos de comunicação e, nas abordagens discursivas dos textos, ainda, carecemos de estudos, que resgatem, tais como estes aqui apresentados, alguns princípios que podem interferir no campo dos estudos sobre o discurso, que ainda é visto como heterogêneo e instável. Os autores não têm a pretensão de esgotar os temas abordados, mas inserir pontos de vista fundamentais no quadro das discussões sobre discurso. Na verdade, com isso, querem fazer considerações acerca de diversas categorias, que podem subsidiar o leitor a construir um raciocínio mais coerente sobre práticas discursivas, de modo a sintonizá-lo com questões em que a

pluralidade de metodologias discursivas se insere nas discussões linguísticas atuais.

No primeiro capítulo, Jocenilton Cesário da Costa e Ivanaldo Oliveira dos Santos em **Indústria cultural e discurso midiático: (re)construção identitária do nordeste em reportagem da *Veja*** discutem a relação da indústria cultural com o discurso midiático, destacando em uma reportagem publicada pela Revista *Veja*, as manifestações discursivas sobre o Nordeste e os fatores decisivos para a construção da identidade nordestina.

No capítulo II, Maria Eliza Freitas do Nascimento em **O discurso da educação inclusiva: a produção de identidade do sujeito com deficiência** aborda o discurso da inclusão na sociedade contemporânea, como uma possibilidade de normalizar o sujeito com deficiência, permeado pelo efeito de sentido de valorização e respeito às diferenças, examinando dois discursos da educação inclusiva que circularam, em 2011 e 2012, na Revista *Sentidos*, uma produção midiática destinada à inclusão da pessoa com deficiência.

No capítulo III, Emmanuele Monteiro e Regina Baracuhy em **A biopolítica da mídia para o “corpo-velho”**: a estatística da vida na produção de identidades tratam de como o aumento da população de idosos

no Brasil provocou um crescimento do interesse da mídia por essa faixa etária, Nesta perspectiva, as autoras examinam em discursos sobre a velhice a construção dos modos de subjetivação e de identificação dos sujeitos que ocupam o lugar do idoso. Analisando esses discursos midiáticos, o texto mostra como os conflitos e jogos de poderes interferem no funcionamento discursivo e no processo de produção de novos sentidos para a velhice.

No capítulo IV, José Gevildo Viana e Francisco Paulo da Silva em **O corpo construído no corpo da revista: uma fabricação discursivamente negociada a uma bio-ascese** enfrentam, com base em Foucault, o desafio de descrever/interpretar os modos de se constituir sujeitos na cultura contemporânea na teia dos discursos da mídia e tomam como objeto de análise a Revista Men's Health, neste tempo em que a tecnologia e a mídia têm papel determinante nas relações sociais que constituem os sujeitos.

No capítulo V, Antonio Genário Pinheiro dos Santos e Ivone Tavares de Lucena em **Mídia e discurso: a fabricação de imagem no acontecimento discursivo da campanha presidencial nos EUA** analisam a produção de imagem pública política no acontecimento discursivo da eleição americana de 2008, a partir do arquivo das dizi-

bilidades trabalhado pela mídia no período de campanha eleitoral do presidente americano Barack Obama.

No capítulo VI, JJ Domingos em **AD com Foucault: sobre alguns elementos históricos e a Arqueologia**, diante de determinações observadas por M. Pêcheux, discute, particularmente, as transformações no campo político, pois elas, em parte, justificam sua escolha por esse marco epistemológico na Análise do Discurso. Deste modo, a partir da percepção de que o discurso político se transformará, em sua produção e circulação, Pêcheux acenará à possibilidade de observar as diferentes materialidades discursivas, favorecendo a necessidade de estender as problemáticas relativas à materialidade da língua à materialidade da imagem.

No capítulo VII, Maria do Socorro Maia Fernandes Barbosa e Emias Oliveira da Costa em **O problema da autoria dos discursos no método arqueológico de Foucault** partem da morte do homem para a filosofia nietzschiana, à morte do sujeito para a psicanálise e ao fim de certa História para o estruturalismo etnológico e discutem o problema da morte do autor para o método arqueológico de Análise do Discurso que põe, de maneira ainda mais efetiva, o desafio de um novo pensamento frente ao sono antropológico da modernidade.

No capítulo VIII, Márcio Rogério de Oliveira Cano em **A Literatura e a violência: Um encontro no discurso jornalístico** explora as formas como o interdiscurso se concretiza em situações de uso e toma como objeto de análise dois discursos diferentes – o literário e o da violência – para mostrar como eles se interagem e se revelam no discurso da mídia impressa. De um lado, o discurso literário possui um lugar institucionalizado e legitimado na sociedade, que constrói para si um modo de dizer que não recorre a outros discursos para se legitimar; de outro, encontram-se os discursos não institucionalizados, como o discurso da violência, que, apesar de viver à margem da sociedade, constitui um modo de dizer que não se concretiza em gêneros de discurso, mas que atravessa os sentidos de outros discursos.

No capítulo IX, Izilda Maria Nardocci, em **Heterogeneidade marcada no/pelo discurso relatado: formas de projeção do *ethos*** procura desvelar o *ethos* discursivo, por meio da heterogeneidade marcada pelo emprego das aspas, em intervenções dos fóruns educacionais digitais do curso de extensão *Criminalidade Organizada*, oferecido pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo aos membros e servidores da instituição.

No capítulo X, Emanuel Freitas da Silva em ***Ethos Discursivo e lugar de fala: o intelectual-político em FHC*** discute o sujeito Fernando Henrique Cardoso como intelectual-político e apresenta a forma como o *mise en scène* de FHC produz um sentido de “ação intelectual” e não um discurso político *tucano*. Nesta perspectiva, diferencia “fala intelectual” e “fala política” e traça um esquema definidor do *ethos* produzido pela enunciação, mostrando como o conceito de *ethos* pode auxiliar na compreensão de FHC como um intelectual mais do que como um político.

No capítulo XI, Dalva Teixeira da Silva Penha e Maria da Penha Casado Alves em ***Autoria no gênero resenha acadêmica*** tomam como objeto de estudo a autoria no gênero resenha acadêmica, com o intuito de analisar a inserção da voz do autor do texto resenhado e do dizer de outros autores na construção do gênero resenha, priorizando a dialogicidade da linguagem, as concepções de gêneros e de vozes, bem como de autor e de constituição da autoria.

No capítulo XII, Anderson Ferreira e Jarbas Vargas Nascimento em ***Leminski, o Samurai: cenografia e ethos em web-manchetes*** tratam, nas perspectivas enunciativo-discursivas propostas por Maingueneau em diálogo com Charaudeau, da influência determinante dos *mass media* na produção literária, mas, ao mesmo tempo,

reconhecem esta influência no processo de circulação e reprodução desses discursos. Nesta senda, por meio das categorias de cenografia e *ethos* discursivo, selecionam para análise dois discursos da mídia digital, no que diz respeito à vendagem. São eles *Toda Poesia* de Paulo Leminski, obra que superou em vendas o *best-seller Cinquenta Tons de Cinza* na Livraria Cultura em São Paulo, em março de 2013. As mídias noticiaram o fato como fenomênico, produzindo por meio de práticas discursivas valores e sentidos acerca da literatura.

Por tudo isso, podemos dizer que os autores atingem os objetivos propostos pelos organizadores e oferecem aos leitores ricas e profundas discussões, reveladoras de diferentes possibilidades de investigação da linguagem e sua veiculação na/pela mídia a partir de categorias particulares dos estudos discursivos que abrangem evidentemente as instabilidades e as regularidades dos sentidos.

Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento
Pró-Reitor de Cultura e Relações Comunitárias
da Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo – PUC/SP

INDÚSTRIA CULTURAL E DISCURSO MIDIÁTICO: (re)construção identitária do Nordeste em reportagem da Veja

Jocenilton Cesário da Costa
Ivanaldo Oliveira dos Santos

Palavras iniciais

Nas sociedades capitalistas avançadas, a população é mobilizada a se engajar nas tarefas necessárias à manutenção do sistema econômico e social através do consumo estético massificado articulado pela Indústria Cultural.

Addorno & Horkheimer

nebriar-se dos vários alvitreos lançados no meio social é colocar-se como produto da chamada indústria cultural. As diversas manifestações de arte e os diferentes meios de entretenimento acabam perdendo sua essência, dando espaço para a fortificação mercadológica daquilo que se produz para os mais variados fins.

Na mídia, esses produtos são propagados por meio de um diferenciado número de discursos com a tendência de tornar uma dada situação em algo vendável. Os discursos midiáticos, nesse sentido, solvam as instâncias comportamentais do indivíduo, fazendo dele um objeto aliciado a uma verdade ditada como algo a ser seguido. Assim sendo, os meios de comunicação de massa injetam doses de mercado nas relações individuais e coletivas do homem, fazendo com que tudo e todos sejam, portanto, uma gota dessa dose que parece penetrar nas veias de consumo que pulsam nas artérias ideológicas do corpo social.

Seguindo a linha de pensamento dessa breve abordagem, o artigo, ora apresentado, tem por objetivo discutir como a indústria cultural e o discurso midiático (re)constroem a identidade do Nordeste numa reportagem publicada pela revista *Veja*. Para tanto, buscou-se adentrar-se na análise de uma reportagem da revista supracitada, edição 1.524 (03 de dezembro de 1997), extraída em sua versão *on-line* do acervo digital disponível no site <http://veja.abril.com.br>.

Para segmentar a discussão, este trabalho organizou-se da seguinte forma: num primeiro momento, far-se-á uma explanação sobre indústria cultural

e seus tentáculos; num segundo, abordar-se-ão algumas concepções acerca do espetáculo midiático e sua relação com as práticas discursivas; por fim, analisar-se-á a reportagem *Férias com seguro contra chuva*, destacando as manifestações discursivas sobre o Nordeste ligadas à indústria cultural e ao espetáculo midiático, fatores decisivos para a construção da identidade nordestina.

Na vitrine da indústria cultural, uma ideologia sócio-mercadológica

Na inserção do sujeito na sociedade pós-moderna, apreende-se que a cultura de massa possibilita o contato com diferentes costumes, crenças e valores. Põe-se, notavelmente, um determinado produto numa espécie de vitrine, a qual, de forma desejosa ou não, acaba expondo aquilo que, aparentemente, se parece mais aprazível ao consumo. Lança-se, nesse contexto, diferentes discursos que, outrossim, passam a funcionar como uma verdade, já que sua manifestação é uma manipulação àqueles que buscam fazer parte de uma sociedade de mercado, ditadora e (a)culturada.

Em meio ao fio que tece o campo comportamental do indivíduo imerso na contemporaneidade, a rede mercadológica busca fazer com que os meios de comunicação passem

a ganhar uma dimensão avassaladora e, assim, atingir um número ilimitado de expectadores, o que resulta no que se chama de meios de comunicação de massa. Os bens culturais, nesse sentido, parecem ocupar um espaço mercantil, como se os diversos discursos veiculados nesses meios fossem, via de regra, uma fabricação de verdade sobre aquilo que se vende frente ao indivíduo que se compra.

Na égide de uma economia de mercado, vê-se, compulsoriamente, uma penetração inventora de programas disseminados sobre diferentes moldes comunicativos, como o rádio, a televisão, a *internet*, os jornais, as revistas e outros meios. É desse solo que se produz os frutos do que se denomina *indústria cultural*, conceito criado pelos teóricos da Escola de Frankfurt na década de 1940.

Na verdade, o termo Indústria Cultural foi originalmente concebido por Theodor Adorno (1903/1969) e Max Horkheimer (1895/1973), autores do livro *A Dialética do Esclarecimento*, publicado em 1947. Trata-se de um conceito que visa a explicar, sob um viés crítico, a relação da sociedade com a produção comunicativa de massa. Nesse desígnio, nota-se, como mostra Campos (2006), um olhar para o indivíduo através das lentes do capitalismo que rege a organização das sociedades de massas, dado o convívio direto dos dois filósofos com o sistema capitalista mais

acentuado da época por meio de uma viagem aos Estados Unidos.

Esclarece-se que, *a priori*, de acordo com o pensamento frankfurtiano, *indústria cultural* visa à produção de projetos, canais, jornais, revistas e outras formas de desconcentração, baseadas na cultura, intentando, de alguma forma, o lucro. O próprio termo, no entanto, parece caro ao campo investigativo da ciência, mas seus efeitos são perceptíveis e suas consequências notáveis. De acordo com pensamento de Adorno & Horkheimer (2006, p. 100),

Os interessados inclinam-se a dar uma explicação tecnológica da indústria cultural. O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. O contraste técnico entre poucos centros de produção e uma recepção dispersa condicionaria a organização e o planejamento pela direção. Os padrões teriam resultado originalmente das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos sem resistência. De fato, o que explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa.

Dessa colocação, extrai-se a ideia de que os bens, produtos e meios criados pela indústria cultural aduzem o aliciamento dos indivíduos envolvidos. Cada padrão surge como demanda dos próprios consumidores, haja vista a quase não resistência por parte desses. Nessa dimensão, a indústria cultural é, portanto, “a –forma *sui generis* pela qual a produção artística e cultural é organizada no contexto das relações capitalistas de produção, lançada no mercado e por este consumida” (FREITAG, 1994, p.72), sendo concebida e organizada para ocupar o tempo livre e o espaço de lazer do trabalhador.

Na acepção de Adorno & Horkheimer (2006), fica explícita quão categórica é a indústria cultural no sentido revestir qualquer tipo de produção discursiva¹ de um teor mercadológico, exposto à venda de prontidão para o lucro. Por isso mesmo que a preocupação maior não é fazer ressalva àquilo que se veicula como noticiário, opinião e, principalmente, como arte. O propósito maior é vincular uma dimensão industrial a esses tipos de produção e disseminação da “cultura”. Segundo Coelho, (1995, p. 11), “a cultura feita em série, industrialmente para o grande número de

1. Utilizar-se-á o termo *produção discursiva* ou *prática discursiva* com base nos postulados teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, tendo em vista que, no adentrar do *corpus*, o grande foco será dado ao discurso da *Veja* e sua inserção midiática na indústria cultural.

ouvintes passa a ser vista não como um instrumento de livre expressão, crítica e conhecimento, mas como produto trocável por dinheiro”.

No pensamento ainda direcionado a esse introito, percebe-se que qualquer indivíduo passa a ter sua identidade definida por esses padrões de verdade, pois há uma voz que proclama uma espécie de verdade absoluta que referenda o que deve ou não ser feito. A essência da subjetividade do sujeito parece dá lugar a uma objetividade controladora, já que “os valores orçamentários da indústria cultural nada tem a ver com os valores objetivos, com o sentido dos produtos. Os próprios meios técnicos tendem cada vez mais a se uniformizar” (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, p. 102). Dessa uniformização, o sujeito, tido como produto desse meio, passa a encorpar aquilo que constrói a ideia de melhor para si e para o outro, justamente pelo fato de existir uma voz que dita o que pode ou não ser consumido.

No caldeirão mercadológico em que fervilham diversos produtos postos à venda, a música, o cinema, a arte ou qualquer outro tipo de manifestação cultural ganha uma dimensão do que Lipovetsky (1989) vai chamar de ideologia de sucesso, prática advinda do destaque lucrativo que toda e qualquer tipo de produção artística ganha por meio de recursos propagandísticos. Nesse sentido, a publicidade

exerce a função de lançar um dado produto pronto para o consumo, independente dos possíveis pontos negativistas que venham apresentar, camuflando quaisquer vestígios de incoerência, já que esse método é um “instrumento de redução da capacidade de fazer um uso crítico da razão” (LIPOVETSKY, 1989, p.15).

Na opinião do preenchimento diário com que os produtos da indústria cultural atingem o cotidiano da sociedade, cada sujeito passa a ser definido e moldado a partir desses produtos. O fluxo das identidades passa a ganhar um espaço quase monolítico ou o inverso: uma identidade é substituída por outra identidade pelo fato de existirem padrões que determinam agir dessa e não de outra forma. Os bens de consumo fortificam, pois, a ideologia do entretenimento, do conhecimento e do bem estar em mera alienação. Por isso mesmo que

Os produtos da indústria cultural podem ter certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, tanto se assemelha ao trabalho. É possível depreender de qualquer filme sonoro, de qualquer emissão de rádio, o impacto que não se poderia atribuir a nenhum deles isoladamente, mas só a todos em conjunto na sociedade.

Inevitavelmente, cada manifestação da indústria cultural reproduz as pessoas tais como as modelou a indústria em seu todo. (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, p. 105)

Nessa colocação, a ideia de que o indivíduo é modelado sob os aspectos esculturais da indústria é, explicitamente, reforçada. Mesmo sem necessidade, as pessoas esquecem o que realmente é necessário à vida, quando se fala em adquirir certo produtor, e acabam até mesmo confundindo aquilo que a indústria mostra como mais uma peça que compõe a engrenagem do consumismo. O sujeito social, portanto, adquire a preocupação muito mais com o ter do que com o ser, isto é, passa a construir uma identidade que não é própria de seus valores e condicionamentos pessoais, mas pela posição e colocação do outro.

Como já exposto, o pensamento proposto por Adorno & Horkheimer (2006) busca mostrar que a indústria cultural, na amplidão de seus conceitos, envolve a grande massa de consumo, com ênfase aos meios de comunicação de massa que causam uma espécie de metamorfose em tudo aquilo que a sociedade vê, fazendo de uma dada prática social uma ação mercadológica. Em se tratando desses meios de comunicação de massa, é possível fazer uma ressalva à mídia e seu condicionamento à cultura do espetáculo. Essa

é a próxima discussão que se encontra exposto na vitrina investigativa do presente estudo.

A mídia e a cultura do espetáculo

Torna-se trivial a concepção de que a indústria cultural condiciona o homem a um só pensamento: aquele difundido, ou melhor, vendido pela tendência propagandística presente nos meios de comunicação de massa. Assim sendo, a sociedade encontra-se imersa em um contexto através do qual não se constrói uma consciência crítica. Ao invés “do amor romântico sonhado pelo poeta se intercala a telenovela, no lugar do sexo vivido se vê o filme pornô, em lugar de liberdade autêntica se vive a liberdade de escolha entre produtos lançados no mercado” (FREITAG, 1984, p.73). Deste modo, a indústria cultural abrange as técnicas modernas de reprodução dos bens culturais (rádio, tevê, cinema, fotografia, imprensa).

Nesse interim, a mídia comporta-se como uma forma de ressoar um número ilimitado de vozes com forte teor imperativo traduzido por vontades de verdades. Entende-se, assim, que aquilo que é desenhado na mídia, contornado sob os traços das relações de poder, constrói a imagem de uma busca incessante de propagar a ideia de que o lan-

ce discursivo imbuído do campo midiático soa, ou procura soar, uma demanda pela normatização, disciplina e agenciamento de sentidos nas malhas do poder.

Aguçando um olhar para história, enxergando-a como um produto fabricado a partir da posição ocupada por dados sujeitos, entende-se que a mídia passa a ser tida como uma instituição atravessada pelo poder e pela subjetividade. Aprofundando essa noção, Thompson (2009, p. 19) afirma que

O desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si.

Esse pensamento alude à ideia de que os meios de comunicação de massa oferecem um número variado e significativo de símbolos que funcionam propriamente como elementos capazes de referendarem a maneira como sociedade age frente aos ditamos histórico-discursivos. Assim sendo, o universo midiático é, impreterivelmente, constituidor de verdades que se fazem presentes em diferentes

práticas discursivas que produzem efeitos de sentidos comungados pela memória individual e coletiva do sujeito.

A aceção de Adorno & Horkheimer (2006) vai, em partes, ao encontro com abordagem Thomposon (2009), na medida em que os filósofos frankfurtianos consideram que além de veicular informações, subjetividades e fabricação de verdades, a mídia possui uma tendência de intensa manipulação e dominação sobre o homem.

No reforço dessa consideração, faz-se pertinente considerar a maneira como a mídia encorpa a cultura do espetáculo. Derbod (1997, p. 14) esclarece que o espetáculo se comporta como uma forma de unificação de valores e projeção de possíveis identidades, uma forma de “relação social entre pessoas, mediada por imagens resultante do modo de produção capitalista. Informação, propaganda, publicidade, consumo e divertimento constituem mecanismos particulares do espetáculo. A realidade vivida é invadida pela contemplação do espetáculo [...]” (DEBORD, 1997, p.15).

A sociedade passa, dessa forma, a ser definida por uma cultura que é espetacularizada, isto é, todo objeto simbólico passa a ser mercadoria, até mesmo as diversas práticas discursivas que fazem de qualquer materialidade discursivizada um dizer mercantilizado. Com isso, “o mundo presente e ausente que o espetáculo *faz ver* é o mundo da mercadoria

dominando tudo o que é vivido. E o mundo da mercadoria é assim mostrado *como ele é*, pois seu movimento é idêntico ao *afastamento* dos homens entre si e em relação a tudo que produzem”. (DEBORD, 1997, p.28, grifos do autor).

Na cultura do espetáculo, a mídia monta um palco no qual se apresentam os mais variados tipos de discursos capazes de demonstrar a forma de agir no hoje e no amanhã do sujeito. Esses discursos, quer seja dotados de teor propagandístico ou não, trazem consigo uma tendência de fabricar verdades quase que absolutas sobre aquilo que se diz. É no bojo de uma mídia alienadora em que se constroem as diferentes identidades do sujeito, tendo em vista as vozes que ecoam no longínquo e, de perto, fazem do espetáculo midiático uma construção identitária do sujeito, uma vez condicionado aos fatores sócio ideológicos.

Salienta-se, ainda, que a ação midiática faz do discurso uma espetacularização de um acontecimento. Isso implica dizer que esse espetáculo consegue encenar crenças, imagens e figurativas arraigadoras de identidades, através das quais os sujeitos procuram inferir verdades sobre o que é dito. Dessa forma,

A mídia produz sentido por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas, de representações que constituem o imaginário social.

Fazendo circular essas figuras, ela constrói uma “história do presente”, simulando acontecimentos-em-curso que vêm eivados de signos do passado. Se analisarmos o funcionamento discursivo da mídia, poderemos entrever esses movimentos de resgate de memória e de estabelecimento do imaginário de uma identidade social. (GREGOLIN, 2003, p. 96).

O exposto deixa claro o papel da mídia e seus tentáculos. No meio midiático, depara-se com inúmeras representações de uma exterioridade produzida de forma individual e compartilhada em/por uma dada coletividade. A mídia passa, pois, a definir a maneira do sujeito agir frente aos ditames de verdade propiciados pela sociedade de massa.

Fazer alusão à mídia como uma construção da “história do presente” que simula “acontecimentos-em-curso” é entender a própria noção de discurso propriamente ligada à da Análise do Discurso, corrente teórica em que, de alguma forma, o estudo aqui proposto também se apoia, principalmente no tocante aos enunciados e fragmentos da reportagem selecionada, objeto de estudo da presente discussão, tidos como discursos. Dessa forma, pensar na mídia e no discurso é apreender o próprio acontecimento.

Numa perspectiva etimológica, a palavra discurso tem a ideia de curso, de percurso, de movimento. Nas malhas do

corpo social, o discurso se estende no intuito de fornecer a manifestação do homem em suas diversas práticas enunciativas. O discurso é, pois, uma prática de linguagem em que se observa a fala do homem causando efeitos de sentido. (ORLANDI, 2002).

O discurso precisa ser entendido como uma marca constitutiva do homem com sua exterioridade, dando ênfase ao plano que o define em decorrência de sua marca sucessiva e interrupta. Nesse desígnio, o discurso passa a ser “constituído pelos enunciados que se dispõem numa formação discursiva na qual eles se encontram em relações determinadas, regidas pelos princípios da reutilização, da dispersão, da exterioridade, do acúmulo, da efetividade”. (ARAÚJO, 2004, p. 231).

Nessa breve conjuntura ideativa de discurso, compreende-se que a mídia, uma vez disseminadora de diferentes dizeres e objetos simbólicos, produz efeitos de sentido de acordo com os travestimentos sócio históricos do sujeito. Assim como o discurso é um contínuo deslocamento, o campo midiático também o é.

Por isso, nessa dualidade entre indústria cultural e discurso midiático, partir-se-á agora para a análise de uma reportagem da revista *Veja*, publicada na edição de número 1524, em 03 de dezembro de 1997. Nessa reportagem, o

Nordeste é visto a partir do eixo mercadológico, como se as belezas naturais conseguissem definir a região como a mais desejada pelos turistas, conferindo-lhe a posição honorável de lugar da riqueza.

(Re)construção identitária do Nordeste em reportagem da *Veja*

Arriscar um lance às diversas manifestações da indústria cultural é uma tentativa de atingir variadas formas de revelação do discurso midiático. Seja no âmbito televisivo, cinematográfico, eletrônico ou impresso, a mídia possui o poder de manipular a até mesmo aliciar as pessoas, que dela se fazem expectadores, a pensar e agir aos modos por ela ditados. É nesse tracejar em que se escrevem as páginas da revista *Veja*, produto da indústria cultural, cujo caráter é levar aos leitores um número ilimitado de dizeres que ora funcionam como informações, construção de opiniões, ora como mero efeito propagandístico e censorador.

Folhear as páginas da revista *Veja* possibilita o conhecimento de uma realidade dotada representação simbólica de uma exterioridade. Criada em 1968, a *Veja* é uma revista que trata de temas variados de abrangência nacional e global. Aguçando um rápido olhar a esse veículo midiático,

percebe-se que, embora o grande o foco da revista seja tratar de temas geralmente discutidos no hoje da sociedade, assuntos como tecnologia, ciência, ecologia, religião e política são abordados, com um toque especial, em várias de suas edições.

Com uma tiragem semanal superior a um milhão de cópias, sendo a maioria de assinaturas, a revista em foco é a de maior circulação nacional. Se seguida a linha de raciocínio de Adorno & Horkheimer (2006), a *Veja*, atingindo essa grande dimensão de leitores, ocupa, grosso modo, um destaque no universo da indústria cultural no momento em que faz própria constituição comunicativa um objeto mercadológico, haja vista que, quanto mais se vende, mais abrangência suas reportagens e outras categorias publicadas se expandem na sociedade de massa. A revista em foco, pois, funciona como uma ação institucionalizadora de saberes e fabricadora de verdades.

Partindo do princípio de que a constituição identitária se dá, impreterivelmente, por meio da relação dos discursos com a exterioridade e o que lhe é simbólico, o sujeito discursivo, não obstante, está sempre atrelado ao social e ao histórico e a identidade, uma vez que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. (HALL, 2005, p. 13). Em face a essa concepção

hallniana, Bauman (2005) considera que a identidade deve ser considerada como materialidade não-sólida, mas transitória. Com isso, a globalização faz oscilar as mudanças comportamentais do sujeito, o que favorece a construção de traços identitárias.

Por isso que a reportagem *Férias com seguro contra chuva* (VEJA, 2006) a identidade do Nordeste, antecipadamente, passa a ser reconstruída, justificando a ideia de que a região nordestina não é mais aquela definida pela pobreza e pelo sofrimento, mas pelas belezas naturais que fazem do sol fonte de riqueza.

O próprio título da reportagem já coloca a falta de chuva no Nordeste como um fator positivo, justamente por ser o aspecto mais visado pelos turistas que procuram sair de outras regiões ora caracterizadas por períodos chuvosos. O sol escaldante passa a ser, nesses moldes discursivos, um fator crucial para fazer do Nordeste um lugar de apreço, de lucro e de turismo. Observa-se:

Para quem terá de passar o verão trabalhando em cidades como São Paulo ou Rio, será um inferno. Para quem está de malas prontas para o Nordeste, não poderia haver notícia melhor. O clima seco na região promete uma temporada excepcional, com muito sol, céu azul, água morna e ventos suaves. (VEJA, ed. 1524, p. 106)

Enxerga-se, nesse discurso, o Nordeste como sendo a melhor região para o descanso daqueles que enfrentam uma pesada labuta de trabalho no Sudeste do país. Muito embora se encontre uma voz que silencie que a região é digna para se passar as férias e não para moradia, deve-se levar em conta que o clima seco ganha uma dimensão extremamente positivista, pois é esse o fator de grande importância para aqueles que, num dado período, visitam o litoral do região.

Não se pode esquecer que o grande intuito, nessa prática discursiva, não é somente explorar o lado das riquezas naturais do Nordeste, principalmente das belas praias que despertam grande interesse de visitação por parte de habitantes de outras regiões do país e até mesmo de estrangeiros. Muito mais do que isso, o propósito discursivo é expor o Nordeste à venda, convidando aquele que possui condições financeiras cabíveis a desfrutar do que a região exhibe como melhor. A identidade nordestina, nesse fragmento, é construída a partir dos valores mercadológicos, como se os leitores/expectadores fossem induzidos a comprar os primeiros quites de viagem para região, enaltecendo o pensamento de que tudo se torna vendável no momento em que a mídia espetaculariza, conforme aponta Debord (1997).

Alguns dos problemas sociais e até mesmo parte dos fatores culturais parecem ser deixados de lado no discurso manifestado na reportagem em pauta. Fazendo jus às colocações de Adorno & Horkheimer (2006) de que qualquer indivíduo está imerso no caldeirão mercadológico através do qual se prepara os mais diversos (dis)sabores mercantis, uma vez que “o mundo inteiro é forçado a passar pelo filtro da indústria cultural” (ADORNO & HORKHEIMER 2006, p. 104), o Nordeste e o nordestino passam a fazer parte de uma exposição na vitrine mais propícia à venda e ao lucro no ramal turístico. Há sempre uma voz que proclama forte teor propagandístico:

As vantagens desse pacote são muitas. As companhias aéreas estão dando descontos de até 50%, dependendo do horário e do dia do voo, com pagamento parcelado em até cinco vezes, sem acréscimo de juros. Uma das exigências é comprar a passagem com, pelo menos, onze dias de antecedência. Algumas das promoções incluem descontos em hotéis, restaurantes e locadoras de automóveis. A Varig, por exemplo, oferece quatro diárias gratuitas para casais em hotéis da rede Tropical em Salvador e João Pessoa. Também há ofertas especiais das operadoras dos cartões de crédito. O Credicard dá descontos em hospedagens da rede Caesar Park, enquanto o American Express não cobra juros em financiamentos de uma viagem de cruzeiro pela costa nordestina. (VEJA, ed. 1524, p. 106)

Tem-se, nessa prática discursiva, um berço de vantagens possíveis à visitação do Nordeste no período de férias. Para isso, é feita uma amostragem de todos os pacotes de linhas aéreas disponíveis, mostrando os descontos ofertados. Além disso, promoções em hospedagem e alimentação são trazidas à tona no sentido de aproximar ainda mais aquele ou aquela interessado ou interessada em “comprar” e desfrutar as belezas nordestinas, comportadas, principalmente, na área litorânea da região.

Com efeito, o Nordeste, nesse contexto, é exemplo vivo da indústria cultural. O discurso vejeneano nada mais é do que uma tentativa de camuflar todo e qualquer estereótipo da região nordestina, como se essa fosse apenas formada por praias e belezas naturais implacáveis. Esse dizer reforça a tese de que o homem é ditado pelas normas do mercado, pois a cultura mercantil fala sempre mais alto e, assim sendo, surge sempre com a tentativa de induzir alguém e aderir seu condicionamento, como no caso da reportagem em pauta, cujo objetivo é, antes de tudo, pôr o Nordeste à venda. Acompanha-se, outrossim, esse mesmo intento no seguinte recorte:

As atrações não se limitam às praias. A própria paisagem urbana mudou, e para melhor, graças ao surto de recuperação dos sítios históricos. É o caso do Pelourinho, em Salvador, do Bairro do Recife, na capital pernambucana, de João Pessoa e de São Luís. O casario colonial restaurado nesses locais se tornou o grande ponto de encontro dessas cidades, com bares, danceterias, galerias de arte, cafés e livrarias frequentados por gente jovem e bonita. Outro grande sucesso no Nordeste neste ano são os parques aquáticos. (VEJA, ed. 1524, p. 108)

O Nordeste, nesse enunciado, é essencialmente urbano. Os traços identitários se resumem aos centros de atração localizados nas mais populosas capitais nordestinas. Ainda colocando em voga o que a região tem de melhor à venda, o discurso aí exposto põe a venda nos olhos da sociedade para esquecer qualquer problema social ou até mesmo as pessoas que vivem no campo, uma vez que o objetivo principal é manter em destaque o homem urbano.

No momento em que se destacam bares, danceterias, galerias de arte, cafés e outros pontos de entretenimento a serem frequentados pelos turistas, é feita uma ressalva também à qualidade das pessoas que frequentam esses lugares, como “gente jovem e bonita”. Isto significa pensar que apenas nesses lugares é possível encontrar pessoas

com esse porte e agradabilidade, justamente pelo forte teor da indústria cultural aí imbuído, através do qual se busca vender o que há de melhor e mais belo.

Em outro momento, essa veiculação do lado positivo do Nordeste encontra-se rarefeita em festividades e atrações que se reúnem em torno da região para despertar o interesse dos olhares dos indivíduos advindos de outras localidades. Veja-se:

Há muitos outros bons motivos para ir ao Nordeste neste verão. Para quem gosta de agito e badalação, há uma programação de tirar o fôlego: são nada menos que 120 festas e eventos marcados para as praias da região entre os meses de dezembro e janeiro. Tem de tudo. Carnaval fora de época em Maceió, Natal, Fortaleza, Salvador e Porto Seguro. Festivais de jazz, blues e música popular brasileira. Shows de Roberto Carlos, Elba Ramalho, Daniela Mercury, Chico César e outros artistas. Só o grupo É o Tchan, de Carla Perez, tem uma dezena de shows marcados para a temporada. Para quem gosta de sossego, porém, o Nordeste tem dúzias de praias ainda pouco exploradas. São praias de areia imaculada e água limpíssima, emolduradas por coqueirais, falésias e lagunas. Em algumas ainda é possível ficar o mês inteiro sem ouvir o ronco do motor de um carro. É vida que alguém poderia pedir a Deus neste verão. (VEJA, ed. 1524, p. 108)

O que se espetaculariza nos palcos da região Nordeste, nesse discurso, é uma vasta receita festiva que orienta o cardápio de degustação das melhores festas que agradam os diversos sabores daqueles que decidirem está pela região entre dezembro e janeiro, meses que, comumente, a maioria da população brasileira se encontra de férias do trabalho, da escola e de outras atividades.

Algumas capitais são lembradas pelo enunciador juntamente com artistas renomados da música popular brasileira e da cultura local como pontos de atratividade da região. Ainda mais, o Nordeste, nesse discurso, é trazido como a região do sossego, com praias imaculadas e propícias ao aconchego bucólico.

Esse quadro corrobora a noção de que há, no entanto, uma fragmentação de dizeres que são produzidos e constituídos por uma dada coletividade. A identidade, ou identidades, se comportam multiplamente com a construção dos diferentes discursos, haja vista que o bojo discursivo ocupado pelo indivíduo numa dada circunstância social perpassa pelas práticas discursivas diversas em consonância com a ascensão social, histórica e cultural. A mídia, assim, opera esses discursos e os colocam no contorno da indústria cultural, fazendo deles objeto de verdades e de poder sobre o indivíduo.

Pelo explicitado, fica notória como a indústria cultural contribui, através do discurso da reportagem posta à análise, para (re)construir a identidade do Nordeste. As belezas naturais e a propagação turística são colocadas em meio à espetacularização, fazendo da mídia lugar de aliciamento e de fabricação de verdades.

Assim sendo, a identidade Nordeste é (re)construída na mídia por meio da oposição que se faz ao Nordeste rural, lugar onde se concentra uma classe menos favorecida e com menos bens capitais, de modo que a preocupação com a venda e com o excessivo lucro está sempre em primeiro plano, resultado explícito da difusão da indústria cultural no contexto das sociedade pós-moderna.

Palavras finais

A indústria cultural pode ser entendida como uma espécie de arcabouço capaz de sustentar os diversos centros mercadológicos que constituem, ideologicamente, os traços identitários do sujeito. No liame de metamorfose lucrativa da arte, dos valores e do próprio comportamento do indivíduo em sociedade, um dado produto, uma vez inserido no contexto da indústria cultural, passa a ocupar a patente propagandística do lucro excessivo.

Desse viés, comungando com as ideias de Adorno & Horkheimer (2006), Debord (1997) traz à tona o entendimento de que a sociedade do espetáculo monta um palco capaz de pôr em cena os mais variados produtos para que, numa disputa ligada à vertente de quem vença o que se mostra como melhor, o jogo do prazer e da busca por conforto seja uma mera compra daquilo que o discurso midiático aponta como verdades absolutas. Ressalta-se, portanto, que não se trata apenas da propaganda propriamente dita, mas qualquer tipo de discurso disseminado na mídia e que, por fazer parte da espetacularização midiática, funciona como aliciamento àqueles que dele participa, ouve e adere ao pensamento propagado.

Na reportagem aqui analisada, percebeu-se que os lugares-comuns que expõem o Nordeste para a mídia é deixado de lado. A condição de seca e de sofrimento é substituída pelas riquezas litorâneas e pelo vasto cardápio turístico demasiadamente atrativo para os olhos dos que habitam em outras regiões e encontram, no Nordeste, esse lugar para descanso, conforto e prazer. O que se tem aí, portanto, é uma tentativa de (re)construir a identidade do objeto Nordeste, o que só possível pelos fatores encontrados nos paradigmas da indústria cultural, os quais fazem do solo nor-

destino lugar mercadológico desejável a qualquer um que, do longínquo, passa a conhecer essa região.

Doravante, esclarece-se que muitos outros olhares poderiam ser aguçados diante do *corpus* aqui analisado, pois, como afirma Orlandi (2002), o discurso é sempre uma fonte inesgotável de sentidos. Como fora colocado, o objetivo aqui fora discutir, de forma prévia, como a indústria cultural solapa algumas visões estereotipadas de dados espaços nordestinos e imbui uma nova concepção à medida que expõe o Nordeste essencialmente urbano e o coloca na vitrine midiática, fazendo dele objeto vendável. Finalmente, no estudo realizado, inferiu-se que, assim como o discurso midiático é untado na indústria cultural para exercer seu papel sócio mercadológico, a identidade nordestina também o é.

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ARAÚJO, I. L. Formação discursiva como conceito chave para a arqueologia de Foucault. In: BARONAS, R. L. (org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção – conceito de formação discursiva. São Paulo: Pedro & João editores, 2007.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CAMPOS, R. M. M. Indústria cultural e cultura da mídia: produção e distribuição do entretenimento na sociedade global. In: **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006**. Disponível em <http://www.intercom.org.br> acesso em 15/04/2013.

COELHO, T. **O Que é Indústria Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FREITAG, B. **A teoria crítica**: ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GREGOLIN, M. do R. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. do R.

(org.). **Discurso e mídia:** a cultura do espetáculo. São Paulo: Claraluz, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero:** a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

THOMPSON, J. B. Comunicação e contexto social. In: THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. 11 ed. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, Vozes, 2009.

O DISCURSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a produção de identidade do sujeito com deficiência

Maria Eliza Freitas do Nascimento

Palavras iniciais

Qualquer indivíduo é ao mesmo tempo indivíduo e humano: difere de todos os outros e parece-se com todos os outros.

Fernando Pessoa

Na sociedade contemporânea, os discursos circulam produzindo efeitos de sentido. Com isso, fazem emergir diferentes discursividades que operam na fabricação das verdades da época e na produção de identidades dos sujeitos em diferentes práticas discursivas.

O discurso da inclusão entra nesse cenário, como a possibilidade de normalizar o sujeito com deficiência, permeado pelo efeito de sentido de valorização e respeito às diferenças. Dessa forma, objetivamos analisar o discurso

da educação inclusiva que circula na *Revista Sentidos*, uma produção midiática destinada à inclusão da pessoa com deficiência. Utilizaremos como *corpus* as edições Nº 62, de janeiro de 2011 e a Nº 69 de março de 2012.

Nas análises, vamos nos debruçar sobre as práticas discursivas presentes nos enunciados da revista, com um olhar sobre o poder disciplinar e o biopoder. Esses mecanismos fomentam a inclusão social do sujeito com deficiência, no tocante à experiência do professor em sala de aula e aos aspectos da sua formação docente. Tais efeitos de poder resultam em perceber a construção da identidade tanto do sujeito professor quanto do sujeito aluno, compreendendo-a como uma construção discursiva que acontece a partir da diferença, de acordo com Hall (2004, 2005) e Silva (2004).

A escola surge como o espaço privilegiado para a manifestação do poder sobre esse corpo que tanto passou por processos de exclusão. Ela representa o acesso à educação e ao saber sistematizado e, por conseguinte, a educação é compreendida como a possibilidade do sujeito com deficiência garantir sua ascensão social e habilitação para a cidadania, assumindo uma identidade de sujeito feliz e produtivo, de acordo com os sentidos observados no discurso.

O nosso olhar investigativo incide em compreender

como a Ciência da Linguagem pode contribuir com a análise do fenômeno da inclusão social do sujeito com deficiência, tomando o discurso como objeto de investigação. Este é compreendido como prática discursiva que está na base de vários acontecimentos e possibilita construir as verdades da época, através do controle do que pode e deve ser dito.

Dessa forma, a Análise do Discurso de vertente francesa, na interface das contribuições de Pêcheux e Foucault, é a teoria que dá sustentação às discussões propostas, sempre observando os processos discursivos que envolvem o sujeito, o sentido e a linguagem. Buscaremos, neste percurso, mostrar como as práticas discursivas sobre o corpo com deficiência passaram por transformações que resultam em novas práticas sociais, alcançando a educação inclusiva.

Linguagem, discurso e poder: a tríade em busca do sentido

Traçar o percurso histórico de uma teoria requer buscar seus fundamentos, pressupostos e deslocamentos que contribuíram para alicerçar os estudos na área. Nesse sentido, a Análise do Discurso (doravante AD) como teoria que estuda os fenômenos de linguagem, surge no campo intelectual e político da França dos anos 60, tendo como principal

nome Michel Pêcheux, que com um grupo de estudos, buscou outras formas de ver e discutir a linguagem.

Esse autor propôs uma ruptura com a linguística imanente e investigou as formas de funcionamento da linguagem com vistas à construção do sentido. Assim, deve-se analisar a pluralidade do sentido, ou seja, a semântica é o ponto mais explorado na AD. É preciso buscar a multiplicidade de sentidos que transitam em diferentes formações discursivas, impulsionados pelas condições de produção, as quais envolvem os sujeitos em diferentes contextos sócio históricos.

A grande contribuição que se pode perceber na Análise do Discurso para os estudos da linguagem é a possibilidade de estabelecer uma relação constitutiva da língua com a exterioridade. Fato que oportuniza analisar os enunciados a partir da rede de sentidos historicamente construídos. Com isso, o discurso é visto como efeito de sentidos entre locutores (PÊCHEUX, 1997). Dessa forma, há uma ruptura com a imanência do sentido, pois este sempre pode ser outro, não há um sentido único. O que se nota é a pluralidade, as múltiplas vozes que permeiam os discursos.

Mais tarde, novos rumos foram dados a essa teoria que passou a dialogar com diferentes pensadores, dentre eles Michel Foucault, que ofereceu uma importante contribui-

ção à teoria do discurso. Assim, interessa também ver a linguagem sob a perspectiva desse autor, enfocando que a mesma parece sempre povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante, sendo preciso levar em consideração justamente essa existência; interrogar a linguagem, não na direção que ela remete, mas na dimensão que a produz; negligenciar o poder que ela tem de designar, de nomear; de ser o lugar do sentido ou da verdade. (FOUCAULT, 2007a)

É pertinente afirmar que o discurso assume um lugar de destaque nos estudos da linguagem pela possibilidade de ver que os sentidos nem sempre estão aparentes. No entanto, essa tarefa não parece ser simples, pois o que se verifica na ordem do discurso é o seu caráter de interdição. Assim, cabe ao analista construir a rede de enunciados dispersos que estão na base do dizível e do não dizível da superfície discursiva, mergulhando no universo dos discursos que produzem “vontades de verdade”, constituídas nas relações de poder-saber.

Nota-se, dessa forma, a ideia central que permeia os trabalhos de AD na interseção com a perspectiva foucaultiana. O discurso é visto como prática que comporta desejo e poder, e que surge no emaranhado da dispersão dos enunciados, provando que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas, mas aquilo pelo que se luta, o

poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT 1999, p. 10). É ainda com esse autor que referendamos a concepção de discurso que embasa este trabalho.

O discurso é o tesouro inesgotável de onde se podem tirar sempre novas riquezas, e a cada vez imprevisíveis; [...] ele aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2007a, p. 136-137).

É nesse jogo da luta política, no espaço das microlutas cotidianas que se verificam as relações de poder-saber, as quais existem em virtude da alteridade na sociedade. Assim, não se pode deixar de notar que essas relações estão presentes nos discursos e possibilitam perceber a produção de saberes, os efeitos de verdade e a construção de identidades. O discurso aparece como o lugar privilegiado da manifestação do poder e faz provocar a indagação: “em uma sociedade como a nossa, que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos?” (FOUCAULT, 2007b, p. 179). Assim, há o controle

e seleção do que pode ser dito, o discurso passa por processos de interdição, no qual o sujeito assume uma posição discursiva e uma descontinuidade de funções.

Nessa ótica, a análise do discurso comporta um trajeto de leitura que oportuniza discutir diferentes enunciados. Dentre eles, é oportuno estudar a história do corpo com deficiência como uma produção discursiva, marcada por diversos processos de constituição ao longo da história da humanidade. É pertinente, então, discutir sobre o trajeto do corpo para então adentrar nos efeitos de sentidos e na construção da identidade dos sujeitos no discurso da educação inclusiva. Este é um discurso da história do corpo que entra na ordem dos acontecimentos do dia e passa a ser palco de legitimação e fabricação de verdades, inicialmente marcados por processos de exclusão e mais tardiamente de inclusão.

Relações de poder e corpo: forças que se cruzam na história

Pensar os rumos da história do corpo requer um olhar sobre as diferentes formas de como o poder se exerceu na sociedade Ocidental, em diferentes épocas. Nesse limiar, é possível discutir questões apontadas por Foucault (2005)

sobre os modos pelos quais os efeitos de poder se espalham. Para o autor, o poder se exerce em redes, constituindo diferentes micropoderes. Ele deve ser visto ainda, como algo que circula e não tem um centro ou lugar específico. Por isso, a historicidade em torno da identidade do sujeito com deficiência não pode ser separada da relação de poder que se fundamentou nos princípios da soberania e marca a era dos suplícios sobre o corpo. Ela justifica os processos de exclusão pelos quais passaram o sujeito com deficiência.

Destacamos assim, o poder soberano como a era dos suplícios praticados em nome das verdades da época. Esse regime era caracterizado pelo direito do soberano em decidir sobre a vida e sobre a morte dos súditos. A pena jurídica incidia sobre o corpo, de forma que “o suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal, é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune”. (FOUCAULT, 2010a, p. 36,). Dessa forma, o corpo era marcado, condenado, torturado, exposto, supliciado até a morte como punição para os delitos praticados, indicando a ostentação da verdade e do poder.

Novos paradigmas de manifestação do poder surgem, impulsionados por diferentes acontecimentos que permearam a época clássica. Com isso, há a transição dos efeitos de

poder que se voltavam não mais para o castigo através da morte, mas para um poder destinado a produzir forças, promovendo seu ordenamento. Interessa assim, governar através de um exercício positivo de poder que marca a gestão, multiplicação, valorização e docilização do corpo. É preciso mantê-lo vivo, sadio, adestrado para as atividades exigidas na sociedade. Isso caracteriza a sociedade disciplinar, marcada pelos efeitos do poder que incide sobre o indivíduo, fato que a diferencia das técnicas atreladas ao biopoder, que tem por alvo o desenvolvimento da população.

No entanto, o poder disciplinar e o biopoder são mecanismos de governo que incidem sobre a vida, iniciados a partir do século XVII para atender às necessidades da sociedade capitalista. Interessa ao primeiro compreender o corpo como uma máquina que deve ser adestrada, com aptidões e forças, tornando-o dócil através das disciplinas que são ferramentas anátomo-políticas de controle e produção de sujeitos submissos.

Na perspectiva do biopoder, o que se pretende é o favorecimento do corpo-espécie, ou seja, o corpo transpassado pela mecânica do ser vivo, como suporte dos processos biológicos (o nascimento e a mortalidade, o nível de saúde, a longevidade, etc.) perpassados por uma bio-política da população (FOUCAULT, 2010b). Constrói-se um efeito de

controle e normalização da população, por meio de instrumentos de poder que gerem a vida em nome de uma verdade que promete práticas de bem-estar social.

Esses mecanismos de operação do poder são conquistados pela forma de governo articulada à governamentalidade, a qual tem na população seu alvo e a faz aparecer como sujeito de necessidades que aspira a melhor qualidade de vida. De acordo com Foucault (2007b, p. 291), a governamentalidade é compreendida como:

o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicas essenciais os dispositivos de segurança.

Além disso, esse tipo de poder que se sobrepõe a todos os outros, desenvolveu uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. Por isso, deve-se observar que a população é o foco central do governo, estimulado por saberes que emanam novos jogos de verdade. Ela aparece como um sujeito que precisa de regularidades,

tais como taxa de natalidade, mortalidade, morbidade, epidemia etc.

É pertinente afirmar que as disciplinas não desapareceram em detrimento dessa forma de gestão da população. Elas são necessárias para penetrar no corpo social através das instituições como: a escola, as oficinas, os exércitos, etc., pois o individual passa pelo coletivo e gerir a população não se refere apenas cobrir problemas globais. Além disso, não se trata de sobrepor um regime de mecanismos de poder a outro, mas mostrar que o corpo não é somente disciplinado, ele sofre transformações, aperfeiçoamento e suas necessidades são produzidas por meio de diferentes estratégias.

Essas discussões enfatizam novos olhares sobre o homem na história, produzindo tecnologias sobre o corpo agregadas a relações de poder-saber que emanam na sociedade, sob a dupla articulação entre o poder disciplinar e as condições de emergência de um biopoder. O corpo visto como uma ferramenta anatômica e biológica que pode ser governado sofre influência do capitalismo, que exige sujeitos saudáveis como força de produção e que sejam economicamente ativos. Isso evidencia uma mudança na concepção de corpo, que deixa de ser uma superfície de inscrição de suplícios e de penas, para ser visto na coletividade, na gestão política sobre a vida.

Nesse sentido, a história do corpo com deficiência passa a ser contada através dos procedimentos disciplinares e do biopoder, alvo dos efeitos da governamentalidade que apresenta técnicas de inclusão, numa perspectiva política de controle e normalização. Além disso, esses mecanismos de poder auxiliam na construção da identidade dos sujeitos no discurso da inclusão. Antes de adentrar nesse aspecto, vale ressaltar as formas históricas de constituição desse corpo que marcam o período de exclusão até chegar a outras formas de controle.

O corpo com Deficiência na história: na trilha da educação inclusiva

O traçado histórico sobre as relações de poder apresentado no tópico anterior não se pretende uma cronologia da história do corpo, pois o que nos interessa é pensar a dispersão dos acontecimentos para fazer aparecer todas as descontinuidades que atravessam os sujeitos. Assim, em cada relação de poder há um olhar específico para a deficiência, revelando que ao corpo com deficiência, durante muito tempo, foi atribuído processos de exclusão e segregação, que coincidem com os sofrimentos apresentados no percurso do poder soberano. Os sujeitos deficientes eram

abandonados, perseguidos, e muitas vezes levados à morte por causa de suas condições físicas e ou mentais que não estavam dentro dos padrões de normalidade.

Na Grécia antiga já se aplicava esse tratamento à pessoa com deficiência. Segundo Gugel (2008) Platão e Aristóteles ao tratarem do planejamento das cidades gregas orientaram que as pessoas nascidas ‘disformes’ deveriam ser eliminadas, através de exposição, abandono ou atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas. Essa eliminação do indivíduo deficiente era sentida também na cidade de Esparta, pois os gregos se dedicavam à arte da guerra e nesse ambiente de constantes invasões bárbaras, só os fortes estavam aptos para servir ao exército.

Na Roma antiga também era permitida práticas de exclusão e abandono às crianças nascidas deficientes. Os pais afogavam os filhos que tivessem alguma deformidade física, ou os abandonavam em cestos no Rio Tibre. Outras crianças deficientes eram usadas por pedintes de esmolas ou exploradas como atrações de circo.

Com o cristianismo, cujos preceitos pregavam a caridade e o amor entre as pessoas, inicia-se uma modificação na forma de tratar a deficiência. “As classes menos favorecidas sentiram-se acolhidas com essa nova visão. O cristianismo combateu, dentre outras práticas, a eliminação dos filhos

nascidos com deficiência”. (GUGEL, 2008, p. 7), favorecendo ao surgimento das casas de caridade que dão início ao aprisionamento. No entanto, no período inquisitorial, na Idade Média, a perseguição aos deficientes torna-se mais acentuada, tendo em vista que eles eram considerados como símbolo do mal.

Na Idade Média predominava a explicação teológica que pregava a harmonia e beleza do universo. Com isso, os saberes que dão sustentação ao surgimento da monstruosidade advém do campo religioso. Há a crença intermediada pela igreja de que o mundo é moldado pela perfeição de Deus. Em decorrência, o monstro era considerado uma manifestação da desordem, o defeito que abalava a forma divina perfeita.

É preciso ressaltar que corpo com deficiência era considerado um corpo anormal, ideia expandida e difundida na sociedade como decorrentes de relações de poder-saber que estabelecem padrões de normalidade. Com isso, a segregação e exclusão desse corpo ficavam salientadas. Esse fato reforça que sempre houve um controle sobre o corpo anormal (com desvios físicos ou psíquicos) de forma a promover a exclusão. “Eram de fato práticas de exclusão, práticas de rejeição, práticas de ‘marginalização’, como diríamos hoje” (FOUCAULT, 2002, p. 54), que visavam a um

poder de normalização promovido pelo saber médico-jurídico, através da prática do exame. O anormal era considerado um monstro. Nas palavras de Foucault (2002, p. 69):

A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza.

Sendo assim, o monstro está ligado à força de uma instituição de poder jurídico, que favorece a promoção de um saber clínico baseado em um efeito de normalidade, por estar além do estranhamento e da anormalidade. O corpo com deficiência era considerado monstruoso por fugir às formas padronizadas socialmente de corpo normal, seja por violar as leis sociais ou as leis da natureza.

Diante dessa discussão percebe-se como a sociedade caminha por diferentes trilhas históricas que refletem as relações de poder atreladas aos saberes de uma época. Esses saberes avançam e buscam outras formas de legitimar o corpo social. É nessa ótica que surgem as primeiras tentativas de educar o corpo com deficiência, pois, de acordo com Mendes (1995, *apud* MIRANDA, 2004) o movimen-

to filosófico, surgido após a Revolução Francesa, trouxe a ideia de defesa das possibilidades ilimitadas do indivíduo e a crença de que a educação poderia fazer uma diferença significativa no desenvolvimento e na vida das pessoas. Com isso, o conceito de educabilidade do potencial do ser humano teve uma influência direta na educação das pessoas que apresentavam deficiência mental.

Na primeira metade do século XIX predominava a teoria de Esquirol para quem o idiota não era mais que um monstro que vegeta, pois não era capaz de produzir linguagem, por isso impossível de ser educado (LOBO, 2008). No entanto, surgem perspectivas contrárias à dominante, que abrem espaço para a discussão da educabilidade desse sujeito com Belhommem, Voisin e Séguin. Este último criou um método que visava ao ensino físico, moral e intelectual dos idiotas, a partir do estímulo do cérebro por meio de atividades físicas e sensoriais. Desse modo, afirma Lobo (2008, p. 364) “não foi a criança louca, mas a idiota que deu origem à psiquiatria da infância pela constituição de um saber médico-pedagógico e sua extensão nas práticas de escolarização”.

Observa-se o entrecruzar de diferentes saberes nessa questão: o saber médico mistura-se ao pedagógico em busca da recuperação do idiota. Mas nessa mescla o saber

médico consegue legitimar seu poder, tendo em vista que Séguin nunca negou a eficácia desse campo científico sobre seus métodos de ensino. É oportuno lembrar as palavras de Neves (*apud* LOBO 2008, p. 367):

Estabelecendo-se uma escola elementar completa no hospício dos alienados, dividindo-se os doentes em diferentes para dar a cada um a instrução apropriada à sua capacidade de um lado; e à natureza de sua moléstia do outro e fazendo por meio dessa instrução com que os alienados adquiram amor ao trabalho físico, se conseguirá fazer todos estes doentes ao mesmo tempo mais felizes e mais úteis a si mesmos.

É possível notar que a educação aparece nesse fragmento como uma tentativa de docilizar o corpo deficiente, através da ideia de corpo feliz e produtivo. Com isso, verifica-se que a institucionalização da psiquiatria favorece ao saber que estimula e proporciona uma nova relação de poder e saber. Ela apresenta a escola como instituição disciplinar capaz de convencer através de um projeto médico-pedagógico, que é capaz de transformar o corpo, antes considerado anormal em normal, fazendo aparecer o poder de normalização. Esse processo é garantido através da implantação de técnicas disciplinares que atravessam a escola em busca

dessa normalização do corpo deficiente e legitimado por uma gestão do poder sobre a vida, o biopoder.

Com isso, a educação inclusiva passa a vigorar e legitimar os discursos pedagógicos, apoiados no saber jurídico que impõe a obrigatoriedade de a escola incluir os alunos com deficiência. Não nos convém aqui falar de todo o processo de educabilidade do deficiente, mas evocar a trajetória histórica que favoreceu seu aparecimento. Passaremos então a análise de como o discurso da inclusão é materializado em instituições midiáticas, que efeitos de sentidos eles produzem e como a identidade do sujeito é construída nesse discurso. Para tanto vamos nos reportar aos enunciados da *Revista Sentidos*, uma revista especializada em inclusão da pessoa com deficiência.

Educação inclusiva e poder: os sentidos em revista na construção da identidade

Uma investigação dos processos discursivos inclui perceber o discurso como prática, alicerçado em acontecimentos que se misturam e se transformam em efeitos de memória, produzindo uma irrupção de enunciados que circulam em diferentes esferas sociais e promovem a produção de relações de poder-saber.

O discurso da inclusão social do sujeito com deficiência compõe o arquivo das discursividades do cotidiano que toma como objeto “os homens infames da história”. A dispersão de enunciados permeia as múltiplas materialidades que legitimam o que pode ser dito, a produção de verdades e a construção da identidade tanto do sujeito aluno, quanto do sujeito professor.

Dentre as várias possibilidades de produção discursiva, faremos a análise de um discurso que enfatiza técnicas para auxiliar o professor no processo de inclusão do aluno com deficiência. Para tanto, utilizamos a *Revista Sentidos*, uma publicação bimestral da Editora Escala. Selecionamos da edição Nº 62, publicada em janeiro de 2011 e da edição Nº 69 publicada em março de 2012, a coluna Educação, que apresenta matéria relacionada à educação inclusiva.

Na primeira edição analisada, a matéria aborda as ações desenvolvidas pela professora de uma escola em São Paulo, para a inclusão de uma aluna de 7 anos que tem paralisia cerebral. Essas iniciativas, na opinião do sujeito enunciativo do discurso, têm dado certo. Já o título *Fazer ou não fazer? Eis a questão* remete a um efeito de memória que retoma o interdiscurso da literatura (ser ou não ser? Eis a questão) numa mescla de vozes que ressoam de outros lugares para fazer sentido no que está sendo dito no intradiscurso. Nas

palavras de Nascimento (2010) não se pode isolar o funcionamento discursivo como se ele fosse independente. É necessário relacioná-lo a dizeres outros que circulam nos discursos, voam por práticas sociais diversas e repousam em diferentes materialidades em um permanente processo dialógico.

Com isso, percebemos que o efeito de sentido é criado pela relação com os dizeres anteriores para gerar um efeito de dúvida, de incerteza quanto à atitude do professor em relação ao aluno com deficiência. Ao evidenciar o fazer ou não fazer está em jogo a relação professor-aluno, como reforça o subtítulo da matéria: *Professora revela iniciativas que ajudaram na inclusão de aluna com deficiência na sala de aula*. Nessa ordem discursiva, percebe-se a referência às estratégias metodológicas que foram usadas pela professora, o que enfatiza as técnicas disciplinares utilizadas em seu método de ensino.

O sentido produzido no enunciado, pelo verbo revelar provoca um efeito de que o processo de ensino não é dos mais simples, pois há algo a ser revelado, a ser descoberto, como se houvesse uma fórmula secreta, a qual pode ser considerada como as técnicas disciplinares utilizadas para adestrar o corpo deficiente ao convívio social. Como afirma Veiga-Neto (2008, p. 27) “as disciplinas agem discreta-

mente: encobrem, sob o manto dos saberes que elas mesmas organizam, o poder a que tais saberes dão sustentação e colocam em funcionamento”.

Nesse caso, o fazer ou não fazer refere-se às atividades cotidianas que a aluna com deficiência precisa realizar, ficando então a dúvida se a professora realiza ou não por ela. Essa dúvida surge devido aos sentidos históricos que se criam em torno do sujeito com deficiência e são responsáveis por uma construção de sua identidade como aquele que é inválido, incapaz de realizar as mais simples atividades do cotidiano.

Para provocar um deslocamento de sentidos, a professora afirma que: *Eu não faço o que ela tem capacidade para fazer sozinha. [...] Não se pode criar uma redoma em qualquer criança. Essa atitude em vez de ajudar, acaba limitando seu desenvolvimento.* Este enunciado já sinaliza para outra construção da identidade do sujeito aluno com deficiência como aquele que tem capacidade, autonomia e independência. Segundo Hall (2004, p. 109)

é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em lugares históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas específicas, por estratégias

e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional.

Desse modo, a construção da identidade desse sujeito é produzida no interior do discurso midiático da revista, marcada pela diferença e pela exclusão historicamente marcada sobre a deficiência. Por isso, estimular a independência é uma estratégia de disciplinamento, como prova no trecho: *Até mesmo quando a aluna queria ir ao banheiro, sempre foi estimulada a fazer sua própria higienização. Nem nas aulas de educação física ela foi deixada de lado.* O efeito de sentido no enunciado, provocado pela palavra nem sugere uma limitação enfrentada na escola para a inclusão dos alunos portadores de deficiência nas aulas de educação física. Compreende-se com Pêcheux (2006) que o discurso é estrutura e acontecimento, no qual há o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória. Assim, os enunciados ajudam a formar os sentidos que se materializam no presente, mas com ecos de memória que perpassam o fio discursivo.

Outra técnica disciplinar utilizada pela professora é: *no primeiro dia, como faço com qualquer criança, pedi para que ela fizesse um desenho sobre a família. Através dessa atividade, já pude conhecer o meio em que ela vive e quais eram as suas necessidades.* Observamos que o discurso da professora produz um efeito de sentido que sugere igualdade entre os alunos, reforçado nos dizeres: *como faço com qualquer criança*, fato que oportuniza dialogar com outras materialidades que falam sobre inclusão, construindo a ideia de que ser diferente é normal. A construção da identidade, nesse enunciado, parte da alteridade entre o sujeito normal e o anormal, ressaltando que a questão da diferença marca a identidade por oposição ao que ela não é. A identidade e a diferença são vistas como mutuamente determinadas (SILVA, 2004). Essa diferença é considerada como um produto derivado da identidade, que passa a ser a referência, o ponto original ao qual ela se define.

Percebemos, ainda, nesse discurso que há o predomínio do saber da Pedagogia, pois as orientações metodológicas para o ensino, elaboradas pelas instituições governamentais e materializadas em documentos norteadores da educação, indicam a necessidade de um ensino contextualizado, que parta da vivência do aluno e do conhecimento de suas dificuldades, com vista à superação das mesmas.

A professora buscou estratégias para superar as dificuldades da aluna no que se refere à locomoção. Devido à deficiência ela não conseguia caminhar sozinha, fato resolvido com a ajuda de um andador. Também a aluna não conseguia manusear os materiais escolares nem manter o equilíbrio do tronco. Essas dificuldades não foram motivos para anular o processo de aprendizagem, pois segundo a professora: *como ela deixava cair o lápis e o giz de cera, enrolamos esses materiais com borracha de EVA*. Em relação à dificuldade de equilibrar o tronco e garantir a postura da aluna, *a professora usou uma blusa para fixar a garota na cadeira e, com isso, ela passou a se sentar melhor. Atualmente Adrielle não usa mais esse recurso, pois ganhou uma cadeira especial*. É interessante notar que práticas como essa lembram, embora com objetivos diferentes, as técnicas utilizadas em manicômios através do uso de camisa de força que geravam exclusão e aprisionamento.

Essas técnicas utilizadas pela professora reforçam que, no tocante à inclusão de alunos com deficiência, a escola precisa passar por processos de adaptação e preparação tanto do meio físico, quanto dos recursos humanos, pois o professor deve garantir não apenas o ensino das letras, mas toda uma metodologia que favoreça a inclusão do sujeito aluno com deficiência. Quando isso acontece, a professo-

ra sente-se gratificada por oportunizar a aprendizagem da aluna através do seu processo de alfabetização, como podemos notar através do enunciado da professora: *é uma conquista a cada dia. O progresso é uma recompensa tanto para mim quanto para ela.*

Produz-se, nesse discurso, para o sujeito professora a identidade de heroína, aquela que pode salvar, ajudar, socorrer os mais fracos. O resultado do seu trabalho é uma recompensa por suas estratégias que levaram a superação da aluna com deficiência e a sua própria superação nas atividades diárias em sala de aula. Desse modo, a identidade dos sujeitos professor e aluna com deficiência é construída no discurso em pauta, por meio do sentido de corpo feliz e produtivo. Através das técnicas disciplinares utilizadas o sujeito com deficiência conquista um lugar entre os “normais” e o sujeito professor o lugar da heroína que promoveu uma pedagogia higiênica desse corpo, corrigindo-o, adestrando-o ao convívio social.

Desse modo, é possível dizer que a identidade é um processo discursivo que surge no interior de formações discursivas representantes das relações de poder. Nesse caso, conforme Hall (2004, p. 109), a identidade é “mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída

de uma identidade em seu significado tradicional, isto é, uma mesmice que tudo inclui”.

Nesse discurso, o sujeito enunciador da revista evoca também como estratégia discursiva, a fala da pedagoga. Ela afirma que a questão da educação inclusiva deve romper os muros da escola e penetrar em outros espaços sociais. O saber pedagógico entra em cena, regulamentando relações de poder e de saber, afinal não é a fala de qualquer pessoa, mas do sujeito que está autorizado a enunciar em nome do saber institucionalizado pela Pedagogia. De forma que, não importa quem fala, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar, e sim considerado essencialmente no jogo de uma exterioridade. É a partir de um lugar singular que o sujeito enuncia (FOUCAULT, 2007a).

Para corroborar o efeito de verdade, a revista apresenta o enunciado com a fala da pedagoga: *a teoria é muito clara ao falar que todos os alunos com deficiência devem ser tratados como qualquer outro, mas, às vezes, a prática foge disso. Pais, professores, alunos e o próprio sistema devem jogar no mesmo time.*

O efeito de sentido gerado por esse discurso mostra que a pedagoga se apoia em outro saber, o jurídico, que regula sobre os direitos das pessoas com deficiência através de leis e decretos, que enfatiza a governamentalidade

sobre a deficiência. Como exemplo, na Constituição Federal de 1988, apresenta em vários artigos a garantia de integração social para os sujeitos com deficiência. Também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) lei 9.394/96 garante a educação e o atendimento especializado, na rede regular de ensino, com apoios necessários. Essas e outras leis compõem o que a pedagoga sintetizou como *a teoria*, que segundo ela, está provocando uma disparidade com a prática.

Essa disparidade pode ser sentida na análise da outra edição da *Revista Sentidos*. A coluna Educação da edição 69, que apresenta como título *uma formação muito especial* e aborda a opinião de especialistas sobre a atual situação da formação docente dos professores de educação especial. O título já provoca um efeito de dificuldade a partir do deslize de sentido da palavra especial, comumente usada para se referir a pessoas com deficiência, em muitas de suas terminologias: pessoas com necessidades especiais.

O que se salienta nessa matéria é a disparidade entre a teoria e a prática dos cursos de formação de professores. Para atender às demandas de preparação docente no trato do aluno com deficiência, deve ser oferecida a disciplina Línguas Brasileira de Sinais nos cursos de licenciatura, mas nem todas as universidades fazem essa oferta. A inser-

ção da disciplina faria provocar o debate sobre o tema da inclusão, oportunizando uma melhor preparação do futuro professor. A fala da especialista, uma fonoaudióloga mestre em Educação, afirma que: *É frequente a questão não ser trabalhada na formação e o estudante tomar contato com alunos com deficiência apenas nos estágios. Assim, a formação é deficiente e muito ainda precisa ser feito.*

Essa necessidade de preparação profissional aparece como uma estratégia de biopolítica, que enfatiza a gestão governamental no tocante à educação inclusiva. Esse fato é corroborado nas palavras de outra especialista, uma doutora em Psicologia Educacional, que enfatiza que a formação específica dos professores, atualmente é positiva e adequada à nova política de inclusão. Ela afirma que: *Após a implantação da nova Política Nacional de Educação Especial, em 2008, a formação desses profissionais sofreu alterações. [...] os profissionais começaram a ter, obrigatoriamente, formação em Pedagogia e especialização em atendimento educacional. Com isso ele tem condições de dar apoio aos alunos, de modo que possam ter mais autonomia.* O discurso da especialista ressalta o mesmo efeito de construção de identidade destacado na análise anterior. A formação de um aluno autônomo, independente que não deixe a deficiência ser uma barreira em seu desenvolvimento. Também

a identidade do professor como o que pode promover essa autonomia.

Essa construção se opõe a identidade que foi produzida historicamente para o sujeito com deficiência, como aquele que é incapaz, dependente e necessitado de ajuda e cuidados. Tal identidade é resgatada pelos ecos de memória que ressoam na sociedade como resquícios das práticas de exclusão porque passaram esses sujeitos. Dessa forma, observamos que a identidade é um processo cultural construído nos discursos que circulam em uma dada sociedade. Ela é móvel, fragmentada e contraditória em alguns momentos, sendo definida historicamente. Hall (2005, p. 13) acrescenta que:

a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.

Notamos nos discursos das duas especialistas as contradições presentes no tocante à formação docente. As estratégias de biopoder partem da teoria para a prática, reforçando que o discurso pode favorecer à produção das

verdades da época, mas que a transformação social precisa ainda passar por muitos debates para que a inclusão do sujeito com deficiência realmente ocorra. Nesse sentido, vale a pena trazer a fala de outra especialista, que evidencia a necessidade de colocar em prática o que está estabelecido na lei. Para ela: *Em defesa de uma perspectiva de educação inclusiva, não é difícil encontrarmos falas [...] do tipo: o importante é que o aluno com deficiência tenha uma integração social. Implícita a essa afirmativa, há a concepção de que a convivência com outros alunos é elemento fundamental para o aluno com deficiência. Entretanto, [...] a socialização pretendida também requer o conhecimento de habilidades acadêmicas.*

Ressalta-se a preocupação com a formação do professor para que se efetive a inclusão social. O discurso faz evocar um efeito de sentido de que incluir não é apenas estar junto, colocar todos os alunos no mesmo espaço escolar, mas passa por questões de natureza específicas e que muito ainda precisa ser feito. Tanto no tocante às estratégias metodológicas, quanto de ações concretas de efetivo exercício de um poder para a vida.

A educação inclusiva ainda precisa passar por muitas transformações para efetivar o processo da inclusão. Se historicamente, o deficiente sempre ficou à margem da

sociedade, é necessário um esforço de práticas de governamentalidade para promover a inclusão. Como ressalta Bartalotti (2010, p. 17):

a exclusão não se resolve, portanto, pela simples ‘inclusão’ do sujeito em determinado espaço social, ou em determinado direito. Não se inclui por decreto, qualquer que seja a situação; os decretos supõem o direito civil, mas a inclusão efetiva passa por caminhos mais complexos, pela superação de obstáculos muitas vezes historicamente arraigados na sociedade.

Dessa forma, o discurso em pauta silencia muitos aspectos que precisam ser tratados para se promover a inclusão social. O controle e a seleção do que é dito faz discursivizar os casos que dão certo e as ações de governamentalidade que são instaladas via efeito do poder.

Palavras finais

Observa-se que a revista como uma instituição midiática seleciona o que deve ser dito, em um discurso no qual se pode notar a produção das identidades para os sujeitos. Na primeira matéria analisada, a identidade está alicerçada no efeito de superação e felicidade e centraliza-se nas estraté-

gias que deram certo, mesmo que conseguidas sob o esforço heroico da professora. Na segunda, a mescla de vozes das especialistas sinaliza a contradição sobre a formação docente e retoma aspectos da identidade com base na autonomia que o sujeito com deficiência precisa desenvolver. Isso porque, historicamente a identidade era construída com base na visão de que “a deficiência era considerada uma tragédia pessoal e não uma questão de justiça social” (DINIZ, 2007, p. 11).

Entretanto, podemos observar que o discurso da revista promove a reflexão sobre a grande discussão da educação inclusiva. Seja através da aplicação das estratégias disciplinares usadas para adestrar o corpo, seja por meio das técnicas de biopoder nas ações governamentais e o trabalho da formação continuada do professor. O discurso aponta para questões que estão no cotidiano das escolas e precisam ainda compor o debate em torno da educação inclusiva.

Referências

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidade?** São Paulo: Paulus, 2006.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

_____. **Microfísica do Poder.** 27 ed. São Paulo: Edições Graal, 2007b.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010a.

_____. **História da sexualidade I: a vontade do saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010b.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** (2008) Disponível em: <http://www.ampid.org.br/Artigos.php> Acesso em: 20 ago. 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LOBO, Lilian Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência e educação especial**. Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista> Acesso em: 15 jun. 2011.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do. **Sentido, memória e identidade no discurso poético de Patativa do Assaré**. Recife: Bagaço, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. & HAK, T. (org). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

REVISTA SENTIDOS. Editora Escala, Ano 10 N° 62, jan. 2011.

REVISTA SENTIDOS. Editora Escala, Ano 11 N° 69, mar. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e**

diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de império. In: RAGO, M. VEIGA-NETO, A. **Figuras de Foucault**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

A BIOPOLÍTICA DA MÍDIA PARA O “CORPO-VELHO”: a estatística da vida na produção de identidades

Emmanuele Monteiro
Regina Baracuhy

Introdução

Em 1970, a população total residente no Brasil era de 93.139.037 habitantes, dos quais 4.716.208 eram idosos, representando 5,06% da população. Já em 2010, ano da realização do Censo mais recente, havia 190.755.799 habitantes, dos quais 20.590.597 eram idosos, representando 10,08 % da população.

Esse aumento da população de idosos no Brasil provocou um crescimento do interesse nessa faixa etária por parte da Mídia. A disseminação de discursos sobre a velhice tornou-se uma questão governamental e de gestão das políticas públicas para a terceira idade. Esse fato chamou

nossa atenção e nos fez interrogar sobre quais os efeitos discursivos provocados pela mudança no perfil da pirâmide etária brasileira e como a produção identitária para o sujeito idoso foi afetada.

As tecnologias incidentes sobre o “corpo velho” propiciam a construção dos modos de subjetivação e de identificação dos sujeitos que ocupam o lugar do idoso. O efeito disso é uma tentativa de homogeneização dessa faixa etária em relação às outras, através dos discursos médicos, pedagógicos, econômicos, gerontológicos, dentre outros.

Quando entramos no campo do discurso, analisando-o, interpretando-o, deparamo-nos com conflitos e jogos de poderes que interferem na produção de sentidos. Observando o funcionamento desses jogos nos discursos midiáticos sobre a velhice, partimos da unidade básica de análise, o enunciado, para verificar a construção das “modalidades enunciativas” (cf. FOUCAULT, 1972) relativas à velhice.

Ao inscrevermos o “corpo velho” nas séries enunciativas que constituem as longas formulações pertencentes à memória discursiva sobre o corpo dos idosos, interpretaremos os indícios corporais estabelecidos nos enunciados.

Diferente da noção de sujeito, que não existe *a priori*, sendo constituído através das relações de saber e de poder, o corpo em Foucault preexiste como superfície e é transfor-

mável, moldável por técnicas disciplinares. Nas palavras deste filósofo:

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo [FOUCAULT, 2008a, p. 22].

Foucault se propôs a compreender o corpo como uma superfície para o exercício de relações de poder e do processo de subjetivação. No entendimento de Dreyfus e Rabinow (2010, p. 125), “um dos maiores empreendimentos de Foucault foi sua habilidade em isolar e conceituar o modo pelo qual o corpo se tornou componente essencial para a operação de relações de poder na sociedade moderna”.

Os processos de subjetivação, por meio das relações de poder-saber, atuam sobre o corpo do sujeito através de técnicas disciplinares, ou seja, por meio do disciplinamento e governo do corpo. As novas formas de subjetivação cada vez mais se relacionam com os modelos idealizados de corporeidade.

Entendendo o discurso como prática (cf. FOUCAULT, 1972, p.61,147) e efeito de poder (cf. FOUCAULT, 1999, p.96), analisaremos as estratégias de saber e poder que constituem os enunciados presentes na capa da revista *Veja*, publicada em 1995 e o panfleto produzido para uma campanha publicitária fomentada pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, na Paraíba, no primeiro semestre de 2013.

A velhice, na sociedade ocidental, em geral, e na brasileira, em particular, é considerada historicamente uma fase improdutiva e uma metáfora da morte. Por outro lado, o corpo do idoso é instaurado na ordem do discurso midiático como uma construção identitária inclusiva, sendo acentuadas, no discurso da Mídia, as características positivas do “corpo velho”.

Biopoder e biopolítica: a gestão social do “corpo velho”

Pensar, sob a perspectiva do discurso, o “corpo velho” com base na medicalização dos aspectos considerados negativos e da potencialização dos positivos, é ter como norte, as técnicas de biopoder sobre o corpo social. Com suas positivities, elas são fruto das necessidades de prolongamento da vida e do aumento da produtividade e do consumo.

Assim, as análises do *corpus* serão realizadas, também, considerando a noção de biopoder, fundamentada na teoria proposta por Michel Foucault, em seu livro **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Para o autor supracitado, esse tipo de poder é exercido sobre a vida do indivíduo.

A noção de biopoder foi desenvolvida em 1970, após a afirmação do conceito de governamentalidade e a partir dos estudos sobre o século XVII. Nessa época, em que o cuidado com a vida tornou-se uma preocupação de Estado, o biopoder surgiu como uma tecnologia coerente de política.

Um dos polos de biopoder é o da **anátomo-política do corpo humano**, cujo cerne é o corpo enquanto máquina, com ênfase na sua disciplinarização, na ampliação das aptidões físicas com o objetivo de aumentar a produtividade. Por isso, foi necessário investir na saúde do sujeito, pois dela depende sua produtividade. Desse modo, construir os corpos para que eles atendam às exigências do Capitalismo em fase de expansão e consolidação, era a grande preocupação do início do século XIX, como ainda é até hoje.

O segundo polo de biopoder tem como foco **o corpo – espécie** e atua através de procedimentos e de políticas sociais relativas à natalidade e à mortalidade associadas ao aumento da longevidade, ao culto do corpo saudável, in-

cluindo práticas esportivas e o estímulo, principalmente da Mídia, à busca de técnicas médicas de rejuvenescimento.

Dessa forma, as disciplinas do corpo e uma biopolítica da população formam os dois centros sobre os quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos da população aos processos econômicos. (FOUCAULT, 1999b, p. 132).

Michel Foucault demonstra que a evolução das tecnologias políticas ocorreu antes do desenvolvimento das tecnologias econômicas. Conforme as propostas desse autor, as tecnologias disciplinares, relacionadas ao crescimento e à propagação do Capitalismo, não teriam surtido efeito, caso não houvesse uma disciplinarização dos indivíduos, tornando-os dóceis e ordeiros. Isso implica dizer que as tecnologias disciplinares foram as condições sem as quais o Capitalismo não teria se desenvolvido da maneira como ocorreu.

O uso das tecnologias não acarreta uma negatividade na execução dos poderes, pelo contrário, as tecnologias do

poder (biopoder) são centradas na vida, visando a um equilíbrio global.

A noção de biopolítica surge nos estudos de Foucault, baseada na observação de alguns acontecimentos fundamentais no século XIX. Como efeito da industrialização e da urbanização, o corpo passou a ser considerado uma propriedade privada, portanto, responsabilidade de cada um nas sociedades burguesas. Além disso, o processo de industrialização demandava corpos dóceis, úteis e saudáveis. Por isso, passou-se a dar mais importância à manutenção da saúde através do esporte. Assim, a biopolítica, no século XIX, vai “fazer viver e deixar morrer” (*idem, ibidem*, p.287). O acontecimento do Capitalismo, entre os séculos XVIII e XIX, deu margem à constituição de uma economia do poder centrada no corpo e na Medicina como alicerces de sua conformação estrutural.

Foucault tornou pública, em uma conferência proferida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em outubro de 1974, a abordagem da biopolítica cujo foco é a Medicina Social. Essa conferência, proferida por Michel Foucault no Brasil, foi publicada na obra **Microfísica do Poder**, sob o título “*O Nascimento da Medicina Social*”. É nessa sobreposição da Medicina com a biopolítica que vai ser situado o “corpo velho”.

A outra perspectiva da noção de biopolítica foi apresentada nas aulas do Curso no *Collège de France*, ocorridas de 1975 a 1976 e publicadas no livro **Em Defesa da Sociedade**. Nesse livro, Michel Foucault questiona, de forma mais verticalizada, os diversos fatores que propiciam as relações de dominação nas sociedades modernas ocidentais, sendo decisivo colocar a guerra como ponto de partida para a análise política das relações de poder.

A biopolítica, especificamente, diz respeito à politização da Medicina, em que a coletividade passa a ser o foco principal, tornando as necessidades médicas da população, uma questão social.

A biopolítica conjura os corpos através dos biopoderes. Isso ocorre devido à necessidade do Estado de não permitir que os sujeitos idosos deixem de ser capazes de produzir, de serem economicamente viáveis e socialmente ativos, em função da falta de cuidados preventivos com a própria saúde. É a associação entre a velhice e a depreciação das capacidades de gerir a própria vida, bem como as relações de produção e consumo, que vão fazer com que a biopolítica introduza, não apenas instituições asilares, “mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência”. (FOUCAULT, 2002, p.286)

Dessa maneira, constituem-se práticas de biopolítica, a gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade. (REVEL, 2005). A biopolítica vai incidir seus saberes sobre o “corpo velho” para definir onde seus poderes irão agir.

Segundo a perspectiva biopolítica, é preciso diminuir as taxas de mortalidade, prolongar a vida e estimular a natalidade, pois sem essas providências, a população envelhece muito rápido e não há como sustentar, em termos previdenciários, essa pirâmide etária ao contrário. Por isso, é necessário preservar o equilíbrio interno da população, manter uma média etária, cujo gráfico se assemelhe a uma árvore de Natal ou a um corpo de um bandolim. Em suma, é preciso levar em conta a vida do homem-espécie e assegurar sobre ele, não uma disciplina, mas uma regulamentação para que o equilíbrio social permaneça.

A biopolítica atua através da aplicação de biopoderes locais e se ocupa, em suma, da falta de capacidade produtiva e da inatividade dos sujeitos, seja devido à velhice ou às doenças, ou por qualquer “conjunto de fenômenos [...] que acarretam também consequências análogas de incapacidade, de por indivíduos fora de circuito, de neutralização” (FOUCAULT, 2002, p. 291), na proporção em que esses fenômenos se tornam preocupações políticas.

Cada estratégia de poder influencia distintamente a constituição do panorama histórico do “corpo velho”, pois não existe outra maneira de se falar em identidades de inclusão, sem levar em consideração os fatores que levam à exclusão. Assim, é importante verificar as condições de possibilidades históricas que permeiam a irrupção dessas identidades de exclusão e inclusão nos discursos midiáticos.

Courtine (2013, p.57), ao definir os procedimentos de análise do discurso sob a perspectiva foucaultiana, afirma que “o material da linguagem [é] nada mais que um dos rastros concretos da existência de um dispositivo muito mais vasto e complexo que Foucault denominou então ‘formação discursiva’”.

Essa mudança na maneira de construir o método, introduzindo o conceito de dispositivo, abriu espaço para estabelecer a análise do poder, pois Foucault define dois momentos da formação dos dispositivos. O primeiro diz respeito ao predomínio do objetivo estratégico e o segundo, à constituição dos dispositivos em si.

Foucault (2008, p.244) afirma que, entre os elementos discursivos ou não discursivos, existem as trocas de posição, as transformações no funcionamento dos discursos, certas alterações das relações de força que, racionalmente, usam, bloqueiam, estabilizam, determinam direções específicas,

numa função estratégica dominante, como em um jogo, tendo como função, a princípio, “responder a uma urgência”.

Perguntado sobre qual a função metodológica do conceito de “dispositivo”, Michel Foucault disse se tratar de

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (Foucault, 2008, p. 244).

Assim, se aliássemos o dispositivo da Mídia às tecnologias de governo do “corpo velho”, como forma de arriscar minimamente algo que seja distinto das “peças” já exploradas por Michel Foucault, ainda correríamos o risco de estarmos montando um quebra-cabeças já desvendado por este pensador.

O conceito de dispositivo funciona como um veículo que estabelece um lugar para a produção de sentidos a partir dos objetos a serem investigados. Assim, no estudo dos discursos produzidos pela Mídia para o “corpo velho”, podemos observar, por exemplo, o entrecruzamento dos

dispositivos da segurança, da seguridade social, do dispositivo da verdade, de saber e poder, dispositivo da confissão, dispositivo da seleção (normais/anormais), dentre outros. (CORAZZA, 2000).

O dispositivo é o veículo que se estende nas redes da produção de sentidos, de saber e de poder, estabelecendo, desse modo, as bordas que delimitam os elementos de análise de nosso trabalho.

“Corpo velho”: o que a estatística enuncia?

Os enunciados produzidos pelos dados estatísticos sobre a velhice delimitam o lugar da Estatística na formação das modalidades enunciativas sobre este tema, determinando qual é a importância da estatística na irrupção dos acontecimentos discursivos que projetaram o “corpo velho” na Mídia.

De acordo com Michel Foucault (1972, p. 61-62), o conjunto das informações produzidas pela Estatística, que diz respeito ao meio social, “às epidemias, à taxa de mortalidade, à frequência das doenças, aos focos de contágio, às doenças profissionais”, são fornecidas aos médicos por meio das instituições administrativas e de outros médicos, através das pesquisas sociológicas e geográficas, especialmente no campo da geografia humana. Essas informações acabam

influenciando a formação das estratégias da Medicina Social e da Pedagogia constituídas para o “corpo velho”.

Dessa forma, a Estatística entra como uma ferramenta na produção discursiva, dando condições para que esse ou aquele enunciado seja proferido. O acontecimento de uma nova pirâmide etária faz com que os dados produzidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – disparem uma reação em cadeia que vai desembocar na Mídia como sistema discursivo.

A modificação da pirâmide etária tornou-se uma questão de natureza governamental e pública, especialmente por implicar a necessidade de investimentos econômicos direcionados ao atendimento das demandas dessa população idosa considerada como economicamente inativa.

A relação da Estatística, sua classificação e suas séries numéricas, com outros domínios teóricos e com outras instituições, integram as técnicas e tecnologias de poder que perpassam a disciplina, a soberania e a biopolítica concernentes ao sujeito idoso.

Fundamentada na compreensão do funcionamento da formação dos discursos, cujo ponto de partida são as práticas do “corpo velho” e para o “corpo velho”, a Estatística abre espaço para observarmos a produção de efeitos de

sentido e os deslocamentos identitários sofridos por esses sujeitos maiores de 60 anos.

Em fevereiro de 1995, portanto oito anos antes da oficialização do Estatuto do Idoso, Lei 10741 de 01/10/2003, a revista *Veja*, edição 1380, publicou a reportagem **“*Mexendo como o gigante: a reforma da Previdência é difícil, mas o governo quer mudar já para evitar uma crise futura*”**. Essa reportagem, que também mereceu destaque na capa dessa revista, mostra os ecos das mudanças demográficas provocadas pelo aumento da expectativa de vida e pela mudança no regime de planejamento familiar, provocando um número menor de filhos por família. Trata-se de mostrar a necessidade de mudança no gerenciamento dos dispositivos de seguridade social e de segurança do sistema previdenciário.

Nessa época, vivíamos os primeiros meses do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, cuja visão política tendia para o Neo-liberalismo, regime econômico que propõe o afastamento do estado do sistema produtivo, através da venda das empresas estatais e incentivo à livre concorrência das empresas privadas, com o objetivo de tornar a máquina do Estado menos pesada. Dessa forma, a revista coloca como um dos desafios do governo de Fernando Henrique Cardoso, a reforma da Previdência cujo modelo de gerenciamento de pensões e aposentadoria estava

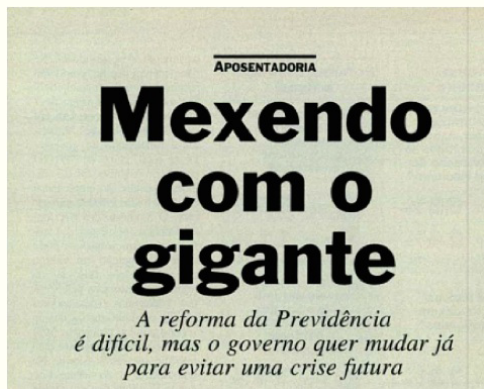


Figura 1 | Veja, 22/02/1995 p.32

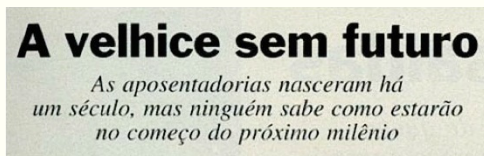


Figura 1 | Veja, 22/02/1995 p.35

se tornando obsoleto, como vinha comprovando os dados estatísticos do IBGE.

No corpo do texto da reportagem “**Mexendo como o gigante**: a reforma da Previdência é difícil, mas o governo quer mudar já para evitar uma crise futura”, a revista enuncia: “Hoje em dia, qualquer um pode aposentar-se quando completar 35 anos de batente. Quem foi ganhar

o primeiro salário aos 14 anos, já pode ir para casa aos 49. Pelo projeto do governo, a idade mínima para a aposentadoria passa ser 65 anos” e “A velhice sem futuro. As aposentadorias nasceram há um século, mas ninguém sabe como estarão no começo do próximo milênio”. Neste último, o destaque dado ao enunciado em negrito, tem como base, projeções estatísticas que previram o desmoronamento do sistema previdenciário.

A revista *Veja*, assumindo a voz do sujeito que está autorizado pelas instituições a reverberar os discursos produzidos por estas, abre espaço, ao enunciar “*A velhice sem futuro*”, para vários deslocamentos de sentidos, frutos das condições de possibilidades da época e da maneira como esse enunciado pode ser lido hoje.

Esse sujeito, que assume a voz de autoridade, tanto aventa a possibilidade de não se ter o direito de envelhecer em virtude de um retrocesso nas políticas para o “corpo velho” e um descaso com os dispositivos de seguridade social para essa fatia da população em um futuro próximo, quanto a “velhice” e suas peculiaridades passarem a ser consideradas uma identidade anormal, pois essa depreciação do corpo não está em consonância com as tecnologias próprias dos biopoderes que incidem e conjuram esse corpo dito velho.

No título da reportagem, é possível observar a formação de uma rede de memória a partir da produção de sentidos desse enunciado, na época em que foi produzido. O enunciado em questão remonta ao tamanho do sistema da Previdência e à governamentalidade, especialmente do “corpo velho”, que em 1995, a estatística já enunciava a transformação dos limites cronológicos que delimitariam a formação das modalidades enunciativas que estão na base das construções identitárias para a velhice e para o envelhecimento.

Assim, o título aponta para a urgência de se rever o modelo¹ econômico-administrativo, trazendo à tona a historicidade que constitui o enunciado “*O governo quer mudar já para evitar uma crise futura*”, anunciando outro acontecimento: a irrupção de um novo sistema previdenciário, talvez mais eficaz, devido ao aumento do limite mínimo da idade para se aposentar.

Outro aspecto que chama a atenção é o uso do advérbio “já”. A posição em que ele se encontra no enunciado possibilita o deslocamento de sentido, de acordo com a curva melódica e a entonação que o leitor use ao realizar seu gesto de leitura. Dessa forma, a partir do advérbio “já” pode

1. Usamos a palavra “modelo” em função do campo da Economia adotar esse método estrutural.

ser produzido tanto o efeito de sentido relativo à urgência, quanto uma explicação à necessidade de mudança.

Fazer reverberar, na rede discursiva, as técnicas de biopoder, estabelecendo uma biopolítica previdenciária para os idosos, é uma das funções do saber produzido pela estatística do “corpo velho”.

O avanço das políticas públicas previdenciárias, que funcionam como um dos mecanismos da biopolítica para o “corpo velho”, resulta na propagação de identidades midiáticas produtoras de um efeito de inclusão e outro de exclusão. Uma das marcas da produção discursiva sobre a velhice é a contradição que, em termos foucaultianos, corresponde a uma espécie de ilusão que coloca para nós uma unidade que se esconde ou que é escondida e que está situada em um ponto equidistante entre “o consciente e o inconsciente, o pensamento e o texto, a idealidade e o corpo contingente da expressão”. (FOUCAULT, 1972, p.186).

Pode-se observar que, no discurso da revista *Veja*, sobressai uma necessidade de direcionar o trajeto de leitura realizado pelo leitor em potencial, com vistas a controlar e disciplinar a produção de sentidos dos discursos sobre o sistema previdenciário brasileiro, bem como corroborar com os enunciados produzidos pela Estatística e pelo go-

verno da época, que colocavam em “xeque” a futura seguridade previdenciária da população idosa.

Além disso, a reportagem que antecede essa que estamos analisando, veicula uma pesquisa realizada no Congresso Nacional em que senadores e deputados responderam em sua maioria que eram a favor de uma reforma mais ampla, tendo em vista o momento geopolítico e econômico da segunda metade da década de 1990.

Essa estratégia de realizar uma pesquisa de opinião com os gestores legislativos para introduzir e anteceder o discurso da revista sobre as reformas constitucionais, a quebra dos monopólios das estatais e os planos de aposentadoria, revelam relações de poder e saber, em que o dizer verdadeiro e as vontades de verdade são produzidos nos discursos que envolvem os sujeitos idosos.

No enunciado “*Hoje em dia, qualquer um pode aposentar-se quando completar 35 anos de batente. Quem foi ganhar o primeiro salário aos 14 anos, já pode ir para casa aos 49. Pelo projeto do governo, a idade mínima para a aposentadoria passa a ser 65 anos*”, observamos um corpo social constituído por uma malha complexa de micropoderes que o controla. Ela atua de forma a gerenciar os dispositivos que mantêm o sujeito dentro de um limite em que se é possível tornar-se idoso, mas sem impedir a continuida-

de da exploração eficaz desse corpo que envelheceu, ressaltando suas potencialidades e capacidades, durante sua vida produtiva, preferencialmente longa, de modo que o direito à aposentadoria lhe seja concedido o mais tarde possível, uma vez que a expectativa de vida mudou.

Na capa da revista, em destaque, consta o vocábulo

“APOSENTADORIA”, que, nesse momento, passa ser o centro das atenções da Mídia com a proposta de reforma do sistema previdenciário no Brasil por parte do governo. Logo a seguir, surgem os enunciados *“Qual é o problema”*, *“O que o governo quer fazer”*, *“Como planejar desde já o seu futuro”*, no canto esquerdo superior, *“Pesquisa exclusiva: O congresso é a favor das reformas”*, destacado sobre um fundo preto.

Os sentidos produzidos pela articulação dos enunciados que seguem o vocábulo “aposentadoria” propiciam, no campo discursivo, observar as maneiras que são propostas para a execução das práticas de governamentalidade para

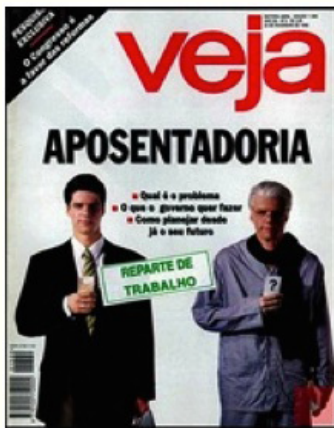


Figura 2. Veja, 22/02/1995

o “corpo velho”, controlando as escolhas do modo de vida que esses sujeitos se propõem.

Há um problema, reverberado através dos discursos da Mídia, que está no nível do gerenciamento das políticas públicas e econômicas. Esses discursos midiáticos propiciam a elaboração de estratégias para o “corpo velho” que têm o objetivo de construir um sujeito “normal” perante a sociedade, mesmo depois da aposentadoria. Notamos, aí, o aparecimento de um discurso pedagógico de si, que se aliará ao discurso médico, ao discurso econômico e ao discurso midiático para formar outra construção identitária para a velhice mais aceitável socialmente. Esses discursos delimitam que estratégias usar e como usá-las na manutenção de um corpo jovem, apesar da idade cronológica.

A Estatística tem o seu dizer autorizado e considerado como verdadeiro pelas instituições governamentais que a utilizam como dispositivo de produção do saber e de regulamentação do “corpo velho”, como prevê o artigo 15, parágrafo primeiro, inciso I do **Estatuto do Idoso**:

Artigo 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção,

proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

§ 1º A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

I – cadastramento da população idosa em base territorial;

As análises desenvolvidas por Michel Foucault (2011, p. 144 – 145), a começar das materialidades produzidas sobre a questão da sexualidade, no século XIX, resultaram na apresentação de um procedimento cuja positividade é fundamental para o desenvolvimento dos saberes da Estatística sobre o envelhecimento, que são os procedimentos da confissão e da revelação forçada.

O sujeito idoso ao romper o silêncio e escolher filiar-se a essa ou àquela construção identitária, confessa-se velho em favor de uma positividade, pois não se trata mais de “vigiar e punir” apenas, mas de aderir à normalização através da autorregulamentação.

Nascimento (2013, p.131) propõe, em relação ao corpo deficiente, que ele precisa afirmar sua deficiência em favor de uma positividade e de uma estratégia de normalização, atravessada por efeitos negativos, “pois continua segregando os sujeitos com deficiência e construindo práticas so-

ciais que enfatizam a diferença e a incapacidade”, o “corpo velho” também precisa assumir estratégias e mecanismos que permeiam o intradiscursivo, configurado na Lei nº 10.098, de 2000, que prevê a reserva de 2% para portadores de deficiência, ao mesmo tempo em que o artigo 41 do Estatuto do Idoso de 2003 afirma que: “é assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso”.

Os interdiscursos que permeiam a constituição desse Estatuto enredam seus fios discursivos em outras materialidades, resultando, por exemplo, no panfleto a seguir:

Seminário “Respeito às Vagas Exclusivas”

EDUCAÇÃO.

ESTA VAGA NÃO É SUA NEM POR UM MINUTO!

Dia 02/04/13 09hs
Auditório da OAB C. Grande/PB

Informações: 3341.1278

Realização: CAMPINA GRANDE, STTP

Apoio: Pastoral da Pessoa Idosa, UCES, RNP+/CG, FCD, AAPIGR, Associação dos Aposentados, Pensionistas e Inativos de Campina Grande e Região

Figura 3 <http://www.campinafm.com.br/jornalintegracao/noticia/sttp-discute-vagas-de-deficientes-em-seminario>

Esse direito às vagas exclusivas de estacionamento garantido por lei não é algo automático, porque não basta apenas ser aposentado ou idoso para fazer uso da vaga, há necessidade de confessar-se velho às instituições. Ou seja, é preciso ter a credencial que autoriza a utilização e que é concedida pela STTP – Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos – da Prefeitura de Campina Grande, mediante cadastramento prévio. O mesmo acontece em várias outras cidades do país.

Esse paralelo entre pessoa portadora de deficiência e pessoa idosa contradiz todo um arcabouço discursivo produzido pela Mídia para o “corpo velho”. Os enunciados “EDUCAÇÃO”, “*Seminário Respeito às Vagas Exclusivas*”, “*Essa vaga não é sua nem por um minuto*” sobre os símbolos representativos dos deficientes e dos idosos aparecem articulados à produção de sentidos a partir da materialidade do panfleto. Tais efeitos de sentidos apontam para as microrrelações de poderes existentes entre os “idosos confessos” e os outros idosos adeptos de outra forma de positividade.

A lógica nos propõe que para estacionar é necessário possuir um veículo e ter condições para mantê-lo. Sendo assim, o art. 41 do **Estatuto do Idoso** contribui para acentuar a pulverização das múltiplas identidades para o “corpo velho”,

pois esse “idoso confesso” entra no processo de normalização pelo fato estratégico de possuir um veículo. É por causa desse tipo de estratégia que o artigo 41 faz sentido.

Atualmente, os discursos das instituições promovem a docilização e o controle dos sujeitos, mas não por meio apenas de punições. Os corpos são controlados e disciplinados através dos discursos e de dispositivos de poder, como é o caso do panfleto da Prefeitura de Campina Grande, em que o discurso pedagógico que circula na Mídia propõe a busca do bem-estar físico do sujeito idoso, através da manutenção de vagas exclusivas de estacionamento, e o bem-estar mental, através da tentativa de controle dos outros donos e/ou motoristas não considerados velhos.

Dizemos que é uma tentativa de controle desses motoristas, pois as campanhas educativas e as normas de trânsito não garantem o cumprimento desse privilégio para o idoso confesso. Pois não só por meio da Mídia e a qualquer preço, “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1999, p.91). Essa resistência de que nos fala Foucault não é aquela apregoada pelos teóricos marxistas, como uma força motriz das revoluções, a resistência, da perspectiva foucaultiana, está baseada em microlutas, microrresistências múltiplas e intrínsecas às relações de poder, como um potencial interlocutor, inseparável e irreduzível.

Por isso, a necessidade de campanhas educativas e seminários que embutem no arcabouço simbólico dos vocábulos “educação” e “civildade”, a internalização das técnicas e tecnologias de biopoder e biopolítica que incidem sobre os corpos, o que faz, por exemplo, com que um sujeito legalmente idoso (com sessenta anos ou mais), mas não confesso e, portanto, não portador da “carteirinha do idoso”, não estacione em uma vaga que por lei seria direito dele. Mesmo porque a imagem delimitadora desse espaço propõe um tipo de velhice que não está no verdadeiro de nossa época e constitui um símbolo de exclusão, embora a finalidade da vaga exclusiva seja incluir.

Palavras Finais

Essa discussão, a partir da qual relacionamos os saberes da Estatística à velhice, remete-nos para as estratégias biopolíticas que colocam o “cuidado de si” como uma técnica disciplinar de si e aponta para o discurso gerontológico, o qual se ramifica a partir dos discursos médico, econômico e estatístico dentro das formações discursivas constituídas no sistema midiático. Esses discursos se baseiam no desdobramento interno de duas formas opostas de ser idoso e de possuir um “corpo velho”, culminando com o que Michel

Foucault (2006, p.137) chamou de “uma velhice para qual nos preparamos”.

Observamos a ratificação e a promoção, nos discursos sobre os sujeitos idosos, de um “governo de si” cuja função é homogeneizar esses “corpos velhos”, conforme as tecnologias do biopoder, como forma de anular, tanto através da normalização, quanto por meio da exacerbação da conduta médica na manutenção de um corpo saudável, jovem e belo, através do discurso midiático e, também, mediante políticas públicas.

Essas políticas públicas, cujo alvo é combater as causas que tornam, de forma generalizada, o “corpo velho” improdutivo, têm como base propulsora o saber estatístico divulgado pela Mídia a partir do censo do IBGE de 2010, que aponta, como já dissemos antes, um crescimento da população, acompanhado pelo aumento da qualidade de vida, resultando na positividade para as construção identitárias do sujeito idoso. Envelhecer é cada vez mais inevitável, no entanto, a sociedade contemporânea não aceita a imagem arquetípica da velhice que ficou cristalizada nas memórias social e coletiva.

A velhice, tratada desse modo, aparece como um demérito do “corpo-espécie” que os sujeitos precisam, pelo menos, suavizar seus traços. Surge, assim, um dado estatístico

novo. É cada vez maior o número de idosos que burilam sua imagem, viajam, se produzem e vão às festas. E é cada vez maior a contrapartida das instituições que enxergam nesse “novo idoso” um nicho de mercado e uma ótima oportunidade de negócios, uma vez que tornaram seu corpo um objeto imperecível, encapsulado nas regras ditadas pelos biopoderes.

Referências

CORAZZA, Sandra Mara. **A história da infância sem fim**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2.ed. rev. – Rio de Janeiro: Forense, 2010.

DUARTE, André. **Foucault e a governamentalidade: genealogia do liberalismo e do Estado Moderno**. In.: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. (orgs.). **Foucault: filosofia e política**. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p.53-70.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 3 ed., Rio de Janeiro:

ro: Forense-Universitária, 1972.

_____. **A ordem do discurso.** 5 ed., São Paulo: Edições Loyola. 1999a.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2002. p.285-315.

_____. **Ditos e escritos.** Ética, estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

_____. **Hermenêutica do sujeito.** Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Ramos Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Microfísica do Poder.** (tradução e organização de Roberto Machado) 25.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008a.

_____. **Segurança, território e população.** São Paulo: Martins fontes, 2008b.

_____. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

_____. **Ditos e escritos.** Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro.- 2.ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008d. v.2.

_____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 38.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010a.

_____. **O governo de si e dos outros: curso no Coliège de France (1982-1983)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 d.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2011

HALL, S. **Identidade e pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do. **A pedagogia do sorriso na ordem do discurso da inclusão da Revista Sentidos: poder e subjetivação na genealogia do corpo com deficiência**. João Pessoa, 2013. Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

O CORPO CONSTRUÍDO NO CORPO DA REVISTA:

uma fabricação discursivamente negociada
a uma bio-ascese

José Gevildo Viana
Francisco Paulo da Silva

Considerações iniciais

Foucault introduz uma questão significativa para a pesquisa sobre o sujeito na modernidade que seria perguntar o que estamos fazendo de nós mesmos. Entendendo que as práticas discursivas constituem o sujeito, cabe ao analista pontuar o modo pelo qual o sujeito faz a experiência de si mesmo frente aos jogos de verdade produzidos nas diferentes práticas discursivas e não discursivas. Foucault observa que na teia da relação saber-poder há um lugar de intensidades, uma possibilidade de o sujeito se construir esteticamente, produzir-se no sentido ético.

No contexto de grande circulação de discursos midiáticos, colocamos como desafio neste trabalho descrever/interpretar os modos de se constituir sujeitos na cultura contemporânea na teia dos discursos da mídia, mas especificamente nas páginas da revista Men's Health, neste tempo em que a tecnologia e a mídia têm papel determinante nas relações sociais que constituem os sujeitos.

Numa ordem social na qual somos cotidianamente conduzidos pela intervenção da mídia atuando de forma direta sob nossos corpos, discursivizando os nossos modos de ser e de existir, coloca-se em pauta o desafio de olharmos para nós mesmos na tentativa de explicar quem somos e como nos constituímos. Assim, a questão dos modos como nos subjetivamos na relação com os discursos e as práticas discursivas da atualidade, também se delineia no campo dos estudos linguísticos contemporâneos, estabelecendo diálogos com outros campos, precisamente na articulação entre o discurso, a história e os efeitos de memória, pois é no tecido da linguagem e na sua relação com o histórico que se produz o sujeito e os sentidos.

Para análise da produção discursiva da revista sobre o sujeito masculino e o corpo, inserimos nosso trabalho no campo da Análise do Discurso de origem francesa, mas especificamente tomando as contribuições de Foucault para este campo no que se refere as noções de sujeito e discurso.

O corpo nas teias do poder: uma bio-ascese com foco na construção do sujeito masculino na contemporaneidade

A transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, compreendendo-as como integradas ao novo cenário social deste século, traz com ela relações de saber/poder ativas ao movimento de regulamentação/controle da vida e dos corpos que incidem sobre os modos de subjetivação. Na contemporaneidade, destaca-se as ações de um biopoder, biossociabilidade, de uma bio-ascese¹, de um bio-corpo², pois com os avanços tecnológicos emergentes dentro do campo da ciência, neste século XXI, muitas transformações se sucederam implicando em novas formas do sujeito se relacionar com o corpo.

As produções de novos saberes no campo da medicina a partir das biotecnologias produziram com ela a ideia

1. O termo bio-ascese é aqui usado conforme Ortega (2005) enquanto prática, atividade, que leva a uma transformação de vida do sujeito, aqui pautada em práticas ascéticas inscritas sob efeito da biossociabilidade emergente na contemporaneidade.

2. Já o bio-corpo também usado por Ortega (2005) trata-se do novo corpo assumido sob efeito das bio-políticas atuais.

de um *bio-corpo*, provocando assim no contingente dessa nova realidade, também novas práticas ascéticas. Ou seja, uma *bio-ascese* contemporânea (cf. ORTEGA 2005).

A ascese como conceituada por Foucault (1994b) se define como o uso que os indivíduos fazem de determinados exercícios, técnicas e procedimentos sugeridos e até obrigados dentro de um sistema moral com o propósito de encontrar nessas práticas a verdade de si. É nesse exercício prático de si, mediante determinado sistema moral que incide o elemento ascético.

Nesta perspectiva, as práticas ascéticas podem apresentar técnicas e procedimentos semelhantes a cada época, porém suscita objetivos específicos e resultam em modos de subjetivações diferentes, ou seja, embora as práticas ascéticas possam permanecer as mesmas ou em alguns casos se ressignifiquem em determinadas épocas, elas direcionam formas de subjetividade diferentes. Deste modo, ao discutir as formas de ascese é preciso olhar para as maneiras por meio das quais o sujeito se relaciona com a cultura de uma época e os jogos de verdade que cada cultura faz circular.

Mas, como tratar sobre as técnicas de si, entendidas como procedimentos que o sujeito usa para se transformar no sentido ético, quando olhamos as técnicas de si proposta pela sociedade e tão presentes nas práticas midiáticas

que instauram novas formas de se relacionar com o corpo ou de dizer sobre ele e sobre o sujeito na sua relação com uma cultura contemporânea do corpo?

Com esse propósito de discorrer sobre essa questão, recuperamos aqui o termo “biossociabilidade” utilizado pelo antropólogo Paul Rabinow³, evidenciado por Ortega (2005, p. 153)

A noção de biossociabilidade visa descrever e analisar as formas de sociabilidade surgidas da interação do capital com as biotecnologias e a medicina. [...] é uma forma de sociabilidade apolítica, construída por grupos de interesses privados, [...] segundo critérios de saúde, performances corporais, doenças específicas, longevidade, etc.

Percebemos então um distanciamento significativo entre a biopolítica clássica, na qual o foco do poder se lança sobre a vida em população e as relações da biossociabilidade, que direciona esse olhar de forma invertida, saindo de um mirante público da vida, para um particular. Nessa transição, os modos de subjetivação também sofrem efei-

3. Paul Rabinow é professor de Antropologia na University of Califórnia (Berkeley), bastante influenciado pelas reflexões sobre o pensamento de Michel Foucault.

tos de novas práticas a serem desenvolvidas no interior da sociedade pós-moderna.

Se as práticas ascéticas acarretam processos de subjetivação e estes estão imbricados no contexto de suas produções, as bio-asceses contemporâneas com foco na constituição dos bio-corpos sofrem os efeitos dessa biossocialidade e elabora, no construto da subjetivação, práticas de si, com base nos procedimentos e técnicas voltadas para os cuidados com corpo, a partir dos cuidados médicos, da higienização, alimentação etc.

Os efeitos de todo esse encadeamento resulta num modo de subjetivação não somente voltado para um controle, vigilância, regulamentação e governo do corpo por mecanismos, aparelhos disciplinares de uma sociedade, mas, e principalmente, por toda uma atividade de si em si mesmo. Implica assim na construção de um sujeito instigado a autocontrolar-se, autovigiar-se, enfim, autogovernar-se. (FOUCAULT 1994 a/b) Trata-se de uma subjetividade provocada não só por mecanismos de controle sobre seu corpo, mas também por mecanismos provenientes de e para si mesmo que se a reflete no seu corpo.

Encontramos, então, entre as ascèses clássicas e as bio-ascèses fortes aproximações no que se refere à intensidade desse autocontrole gerenciado pelo sujeito sobre o corpo,

pois, de fato ambas almejam esse autocontrole do corpo. Trata-se então de um mesmo princípio que as aproxima, o de disciplinar o corpo.

Embora partam de um mesmo princípio, as práticas ascéticas em discussão tem finalidades diferentes. Enquanto a ascese da Antiguidade Clássica objetivava transcender o corpo com foco numa atividade política motivada pela auto-superação ou para alcançar certo estado de felicidade e sabedoria que teria efeitos sobre a população (FOUCAULT 2005 b), a bio-ascese desenvolve práticas de cunho puramente individual, sendo, portanto, apolítica, sem nenhum interesse coletivo.

Assim, o retorno ao corpo na contemporaneidade, embora seja com fins de disciplinamento, se delinea de forma contrária quanto às práticas ascéticas clássicas, pois esse retorno se caracteriza sob efeitos da biossociabilidade, não com uma preocupação articulada entre o eu e os outros de maneira a exercer uma política do bem comum, mas de e com pretensões puramente individualistas com foco no consumo de uma ciência da saúde imponente a uma perfeição corporal, na qual é necessário não correr o risco de não entrar nessa ordem. Por tais práticas, o indivíduo deve, acima de tudo, buscar esse ideário de corpo perfeito mobilizado pelas ciências da saúde moderna para fugir do olhar censu-

rante do outro. Esses discursos, então, favorecem a constituição de um indivíduo autônomo, não em sua constituição como de maneira liberta, livre, mas autônomo no controle de seu corpo por adesão aos ditames do outro. Diante disso, no dizer de Ortega (2005, p. 156) “O resultado é a constituição de um indivíduo responsável que orienta suas escolhas comportamentais e estilos de vida para a procura da saúde e do corpo perfeito e o afastamento do risco”.

Essa autonomia desenvolvida em torno desse indivíduo, no culto ao corpo por meio das práticas de bio-ascese, não lhe oferece espaços de liberdade para cultivar a si mesmo como uma construção verdadeira de si como acontecia na Antiguidade Clássica - a buscar *o self*⁴ numa luta constante frente aos códigos morais estabelecidos, agindo pela resistência no desejo de se singularizar, se demarcar na sua relação com a alteridade. Mas, em direção contrária, ela se inscreve no desejo de homogeneização, de adesão total à conduta moral estabelecida a qual o submete ao desejo de uma corporeidade perfeita a ser construída pelos discursos verdadeiros de uma época marcada pelos saberes da biotecnologia.

Não se trata então de uma autonomia com vontade de liberdade, mas, como nos esclarece Ortega (2005, p 171),

4. O *self* é compreendido como o nosso eu profundo, nossa essência, um modo de ser que existe de forma oculta, interior, com possibilidades de se manifestar e se expressar ao longo de nossa vida.

“é uma vontade ressentida, serva da ciência, da causalidade, da necessidade, que constrange a liberdade de criação e elimina a espontaneidade”, portanto, no interior desses saberes que envolvem os indivíduos numa política de auto-suficiência a partir dessa vontade ressentida, serva da ciência com foco no corpo perfeito, preconizam-se com eles novos olhares, novas percepções, novos modos de compreender nossas existências, nossos valores sociais.

O campo da medicina com seus avanços em nome da saúde, ao elaborar técnicas e procedimentos para os indivíduos para um consumo exacerbado de seus produtos e orientações provoca nos modos de viver da sociedade contemporânea uma supervalorização da saúde, tendo-a não somente como uma preocupação básica do viver como na Antiguidade Clássica, mas como um valor absoluto, de um poder soberano capaz de determinar critérios, julgamentos e condutas nas relações sociais. Na contemporaneidade como nos apresenta Ortega (2005, p. 157), “força, rigidez, juventude, longevidade, saúde, beleza são os novos critérios que avaliam o valor da pessoa e condiciona suas ações”.

Ao colocar como critérios de valorização do ser esses atributos que giram em torno do corpo e para o corpo, é também nele que incidem, que se inscrevem as marcas de exclusões. O corpo que se busca, que se constrói no interior

de uma ordem discursiva que exige força, rigidez, juventude, saúde e beleza como sendo a representação do corpo perfeito, bio-corpo da contemporaneidade a ser exaltado, aplaudido; sua eminência acaba por trazer com ele a negação de outros corpos não modelos, que encontram na carne e pela carne o não ser sujeito aceitável socialmente. Entre eles estão os gordos, os idosos, os cadeirantes entre tantos outros, que sofrem os efeitos estigmatizadores e excludentes dessa ditadura do corpo perfeito.

No contraponto dos efeitos que se tem na sociedade contemporânea ao portar determinado corpo, os sujeitos se fabricam nessa relação, assumindo então posturas de aceitação do modelo vigente como tendo no corpo-perfeito, bio-corpo, o começo e o fim de sua existência, ou seja, construindo sobre ele sua conduta moral. Trata-se então, de um deslocamento no efeito dos cuidados com os corpos no propósito de sua ascense, pois se na Antiguidade Clássica, como nas cristãs, havia uma dietética (sexual/alimentária) que submetia o corpo, no sentido de superá-lo mediante uma prática transcendental de encontro com o divino, ou como desafiante às condições de sua própria moralidade, fundamental para o governo de si como consequência para governo dos outros (FOUCAULT 2006).

Na contemporaneidade com a bio-ascese, essa dietética migra para uma prática divergente, inversa, na qual toda ação voltada para o corpo, busca no encontro com ele mesmo, de maneira individual, corporeamente falando, uma moral fundada por mecanismos de uma política capitalista externa. O que se compreende como um exercício de poder imbricado nos cuidados de si. Afinal, “[...] a necessidade de cuidar de si está amplamente vinculada ao exercício de poder” (FOUCAULT 2006, p.47).

Assim, na dietética da Antiguidade com base nas práticas do *Self*, tanto grego-romana, como cristã, o corpo encontra sua participação na constituição do eu nesses processos ascéticos, na medida em que toda prática dietética se voltava como uma forma de encontrar uma verdade de si, para se autogovernar em favor do governo dos outros ou de uma vontade divina (FOUCAULT 2006). O corpo apenas colaborava nesse processo como ponto de partida e não como ponto de chegada como parece estar situado nas práticas bio-ascéticas da contemporaneidade mediante as novas tecnologias propostas para o *self*.

De acordo com Ortega (2005, p. 167), “nas modernas bio-asceses e tecnologias do *self*, o corpo obtém um novo valor. Na sua materialidade sofre um desinvestimento simbólico: já não é o corpo a base do cuidado de si; agora o

eu existe só para cuidar do corpo, estando ao seu serviço”. Conceber o corpo na perspectiva da bio-ascese na elaboração do *self* nesse momento de contemporaneidade significa então, legitimar uma dietética com propósitos bem diferentes da Antiguidade, pois partindo da concepção clássica que se tinha da constituição do *self*, em detrimento da perspectiva que toma o corpo na atualidade, ambos se confundem. Se antes a formação do sujeito/eu acontecia mediante a um trabalho com foco numa elaboração constante de si motivado pela vontade de uma verdade a ser buscada como objetivo maior tendo em vista a dietética realizada, hoje, o corpo toma lugar de destaque nesse processo, sendo ele então a verdade a ser buscada. O ser sujeito de si na contemporaneidade é constituído no e pelo corpo, ele é quem demanda a moralidade de si. O ser sujeito se aprisiona, se limita a um ser corpo, confundindo-se com ele. Como bem destaca Ortega (2005, p. 166), “O mundo interno parece ser transmutado na “carne externa” e o sentimento de “ter” um corpo dá lugar ao de ser um “corpo”. [...] O corpo veio representar a liberdade pessoal, o melhor de nós”.

Para atingirmos o melhor de nós, a dietética atual vislumbra em sintonia com os avanços da medicina e sua articulação com as novas tecnologias, práticas consolidadas no ideal de um corpo fabricado como sujeito de ser moral

que tem no corpo sua realização maior, mas não se trata de qualquer corpo, mas do corpo perfeito, do corpo bronzeado, malhado, lipoaspirado, ciliconizado, enfim de um bio-corpo montado pelo saber da saúde.

A produção do saber dominante da medicina sobre a saúde do nosso corpo nos trouxe como herança maiores responsabilidades diante dele, o que implica em nos atribuir maior poder e controle sobre ele. Na atualidade, a importância do bem estar do corpo na constante luta diária para salvá-lo (buscar a perfeição) e não mais a alma, passa a ser alvo de todo um conjunto de saberes, desde a sexualidade, até a alimentação etc.

A saúde perde cada vez mais espaços de uma atividade pública e torna-se cada vez mais uma iniciativa particular. São muitos os casos de bulimia e anorexia que se fundamentam numa ação exagerada do sujeito sobre seu próprio corpo em nome de uma pertença, a um padrão estabelecido para o corpo e que é atizado nos produtos midiáticos, pois a mídia não só veicula, mas produz significados e sujeitos.

Com todos esses mecanismos de um saber médico, parece nos ser dada a obrigação de poder escolher o nosso corpo, de atuar sobre ele, intervindo de maneira direta (cirúrgica), podendo escolher peças, acessórios que melhor compartilham esse nosso inventário do corpo. É possível então exibir

um corpo projetável, um corpo sem marcas de sofrimento, sem vestígios de velhice. A vida está a serviço do corpo.

Escravos do corpo pela responsabilidade de sua saúde e de sua aparência, assumimos nessa empreitada papéis de escultores de nós mesmo, ou melhor, de nosso corpo, e por reconhecer tamanha plasticidade na qual ele se apresenta no interior dos saberes científicos emergentes, fazemos uso de vários exercícios, regimes etc., a fim de moldá-lo conforme padrões sociais estabelecidos pela ordem do discurso científico. Neste sentido, a escultura do corpo não obedece a uma criatividade de seu escultor, mas a um padrão de beleza e estereotipo exigido pelo sistema capitalista vigente em nossa sociedade, que esboça uma forma homogeneizante, em consonância com o modelo do corpo perfeito oferecido pelos discursos do campo das ciências da saúde e pelas práticas discursivas da mídia.

Os corpos então nessa contemporaneidade são cada vez mais disciplinados, regulados, controlados no encadeamento desses discursos em busca de um corpo perfeito como fundamental para se constituir como sujeitos, que mesmo não sendo mais autônomo, somam-se tão desejante quanto os desejos do capital. É nesse sentido que Ortega (2005, p. 145) diz: “Torna-se difícil utilizar o corpo e os prazeres contra um poder cujo produto é precisamente o corpo e esses

prazeres”. Há então, uma apropriação do modelo econômico vigente das práticas ascéticas, no sentido de instituir de maneira mais efetiva o controle sobre o corpo.

Trata-se de uma política comercial com base, com sustentação numa imagem de um corpo aparentável e apresentável bem presente na mídia. Como bem nos alerta Ortega (2005a, p. 146): “Temos nos tornado condenados da aparência, sacrificamos sem pensar duas vezes o sentir-se bem pela boa aparência”. É o estado de uma boa aparência que governa e sobressai como essência no mundo capitalista e da biossociabilidade, não é então, o corpo em si, mas a imagem do corpo que interessa como alvo do e para o consumo, como exigência do capitalismo.

A exigência de uma boa aparência, de uma boa imagem, não se aplica somente ao sistema vigente em tempos atuais, mas sob suas fortes influências como discutido anteriormente, transformaram-se em exigências de nós para nós mesmos, atravessado pelos desejos de satisfazer também aos outros. Como afirma Silva (2001, p. 17) em se tratando desse período, “é em tal período que o trato com o corpo passa a ser mais importante nas relações que se travam com o outro, denotando uma progressiva identificação da personalidade do indivíduo com seu próprio corpo: *o que se aparenta ser, é o que se é*”. A existência do sujeito se define

nos parâmetros do olhar do outro, o qual nele se encontra também o do próprio sujeito constituindo assim algumas verdades sobre ele, projetada na correlação de sua imagem corporal que o olhar do outro o situa em relação ao seu ser, uma vez que o *self* se mistura com o corpo e se constrói com base no gesto panóptico do outro.

A emergência do olhar do outro como critério de incitação às bio-asceses contemporâneas é condição para o exercício do biopoder cada vez mais ativo em tempos de biossociabilidade, ou seja, o olhar de vigilância e controle constante por meio dos recursos médico-tecnológicos sobre o sujeito nos cuidados de si e do corpo aparece como *intensificação das relações sociais*, que preconizam hoje a saúde como bem maior, patrimônio, de um modelo de sociabilidade que se inscreve numa aparente negação da morte.

Corpos se fazendo *corpus*: a revista Men's Health discursivizando corpos

A Men's Health, diante do desejo incessante de atuação no corpo masculino, prescreve normas, atividades, regulamentação para o corpo. Para isso se inscreve em afirmar a ascensão de um corpo arquitetado entre saberes múltiplos, produzido pela ciência, pela medicina etc. na idealização

do “*corpo perfeito*”. Esse corpo é constantemente abordado pela mídia, como produto a ser consumido.

É nesta perspectiva que ela apresenta enunciados como esse que segue:



**Com malhação diversificada, você consegue força,
resistência, agilidade e elasticidade.
Veja aqui um plano completo para chegar lá**

Men's Health, Maio de 2006 - MH - Fitness p. 110

Nessa relação, há o entrelaçamento do saberes esportivos que somam os efeitos de sentidos sobre o corpo, como sinônimo de saúde, de superação, de conquistas a se realizar nessa corrida para ser campeão, ou melhor, para ter um corpo ditado como perfeito pela mídia em negociação com o sujeito de desejo.

Essas relações são constantes na revista em análise. Há sempre essa junção, esporte/saúde/corpo perfeito, como poderemos perceber ao longo das matérias, pois ao voltarmos para o enunciado verbal materializado “*construa o corpo perfeito*”, esse provoca efeitos de sentido de uma corrida, estimulada pela mídia, do sujeito ao pódio de um corpo “em forma”. Essa corrida do corpo ao corpo perfeito tem como ponto de largada um desejo arquitetado na espetacularização desse próprio corpo. Essa espetacularização soma as aspirações de uma cultura hedonista que celebra o corpo pelo prazer da forma, do seu bem-estar físico, da aparência.

A cultura é mesmo de uma individualidade marcada pelo desejo de transformação constante do corpo, de uma mutação regida pela lei do mercado, da oferta de produtos temporários, de desejos provisórios, de satisfação momentânea. A preocupação com o corpo não é mais voltada na obrigatoriedade e promoção da saúde de um bem estar físico de um corpo saudável, mas, e principalmente, voltada para uma saúde

da aparência física, a ser responsabilidade única de cada indivíduo. A maratona na busca de uma aparência jovial, bela, de um corpo em “boa forma” é individualizada.

Os cuidados com o corpo são individualizados, o corpo é de todo individual, e toda essa dietética produzida em tempo de contemporaneidade, como percebemos a partir das dicas, sugestões da Men’s Health, incide sobre um cuidado excessivo, na difusão de um corpo perfeito a ser exibido, explorado positivamente ao olhar dos outros na passarela da vida. Trata-se de um corpo a ser apresentável socialmente, em nome de uma saúde do corpo fisicamente bem cuidado, do corpo em forma.

Toda essa produção alavancada em nome da saúde do corpo acaba por trilhar caminhos que se encontram no desejo de eternizá-lo. O desejo de perenidade do corpo acaba então, ganhando espaço e dimensões tão fortes na discursivização da mídia que, ao olharmos para as páginas da Men’s Health, percebemos o incentivo, o estímulo na forte corrida contra o tempo, no esforço constante contra a degradação, envelhecimento e precariedade do corpo.

O pódio dessa corrida parece se confundir com a conquista da felicidade. Trata-se de uma felicidade circunstancial, de um desejo extravasado no deleite de uma aparência maquiada, mas que, é obcecada e experienciada no e pelo

corpo como preciso para um orgasmo pleno em tempos dessa contemporaneidade narcisista, hedonista.

Nesse processo, a Men's Health atua elaborando encantos, comercializando planos, programas de treinos “*malhações diversificadas*”, como se fossem receitas infalíveis, a prescrever práticas e exercícios aos corpos-leitores, instigando-os a entrar nessa corrida que também faz parte de suas aspirações pessoais, construídas no cotidiano dessa cultura a qual estão submetidos. No enunciado “*plano completo para chegar lá*”, o uso do pronome demonstrativo dêitico “lá” faz referência ao estado físico desejado, ofertado pela revista e que se manifesta como aspirações culturais, individuais, evidenciando características imprescindíveis ao modelo de corpo padrão difundido pela cultura da mídia.

Assim, o corpo perfeito projetado pela Men's Health na ciranda de discursos outros que o constitui, apresenta-se como portador de características como “*da força, da resistência, da agilidade, da plasticidade*”, entre outras. Essas características são reforçadas no percurso da matéria, obedecendo a certa hierarquização, discursivizando-as quanto a sua aquisição, como investimentos necessários à construção desse corpo perfeito. Corpo esse que é fabricado pela revista com propósitos de um olhar disciplinado que nos

direciona a seguir os movimentos dos corpos aos movimentos de suas páginas. Vejamos mais em exemplos:

1 FORÇA

Investir num corpo perfeito
é buscar mais de uma
habilidade no dia-a-dia

Men's Health, Maio de 2006 – MH – Fitness

O elemento *força* que aparece em primeiro plano provoca uma série de efeitos de sentido no espaço da memória, pois embora enfatize o elemento força como peculiar ao gênero masculino, a revista ressignifica a ideia de força bruta e a relaciona à virilidade acentuada, como também à destreza para viver no cotidiano, ou seja, “*buscar mais de uma habilidade no dia-a-dia*”.

Em segundo plano aparece o *condicionamento aeróbico* como condição no construto de um “corpo perfeito”, pois ter condicionamento aeróbico significa possibilitar ao corpo um bom condicionamento físico, o que implica na prática de exercícios físicos, em uma série de atividades a serem exigidas para esse corpo. A imagem acima destaca a

2 CONDICIONAMENTO AERÓBICO

EXTRAS

PROTEÍNAS COMENDO COM PÉSSIMO Estudos de longa duração demonstram que, para manter a massa muscular, é necessário consumir proteínas em quantidade adequada. Isso é especialmente importante para quem pratica exercícios físicos. A recomendação é consumir cerca de 1,5g de proteína por kg de peso corporal por dia. Isso equivale a cerca de 100g de carne magra por dia. Além disso, é importante consumir carboidratos e gorduras saudáveis, como azeite de oliva e abacate. Isso ajuda a manter o metabolismo em equilíbrio. Também é importante beber bastante água. Isso ajuda a manter o corpo hidratado e a evitar a desidratação. Para obter mais informações, consulte um nutricionista ou um médico.

TREINAMENTO AERÓBICO

POR QUE VOCÊ PRECISA DESER

O treinamento aeróbico é um tipo de exercício que fortalece o coração e os pulmões, melhorando a circulação sanguínea e a capacidade de oxigenação dos tecidos. Isso ajuda a melhorar a saúde cardiovascular e a reduzir o risco de doenças cardíacas. Além disso, o treinamento aeróbico também ajuda a controlar o peso e a melhorar o humor.

É uma ótima maneira de manter a saúde e a disposição. Para obter mais informações, consulte um profissional de educação física ou um médico. O treinamento aeróbico pode ser feito de várias maneiras, incluindo caminhada, corrida, natação, ciclismo e dança. É importante começar com uma rotina leve e aumentar gradualmente a intensidade e a duração das sessões.

SE VOCÊ CRAVOU...

... **MINUS QUE 40 NO TESTE DO STEP**... FALTA ENTÃO 10% de massa muscular. Isso é um sinal de alerta. Você precisa começar a fazer exercícios aeróbicos regularmente. Isso ajuda a melhorar a saúde cardiovascular e a reduzir o risco de doenças cardíacas. Além disso, o treinamento aeróbico também ajuda a controlar o peso e a melhorar o humor.

... **40 OU MAIS QUÊ ISSO NO TESTE DE STEP**... ENTÃO 10% de massa muscular. Isso é um sinal de alerta. Você precisa começar a fazer exercícios aeróbicos regularmente. Isso ajuda a melhorar a saúde cardiovascular e a reduzir o risco de doenças cardíacas. Além disso, o treinamento aeróbico também ajuda a controlar o peso e a melhorar o humor.

OS EXERCÍCIOS

Os exercícios aeróbicos são aqueles que aumentam a frequência cardíaca e a taxa de consumo de oxigênio. Isso ajuda a melhorar a saúde cardiovascular e a reduzir o risco de doenças cardíacas. Alguns exemplos de exercícios aeróbicos incluem caminhada, corrida, natação, ciclismo e dança.



O que os homens querem da musculação masculina

70% preferem o treino tradicional
30% preferem o treino funcional
60% preferem o treino HIIT
40% preferem o treino de força

Men's Health, Maio de 2006 – MH – Fitness

ideia de movimento contínuo do corpo na prática de exercícios diários, como propondo ao corpo certo adestramento, disciplinamento, diante de um olhar que o segue em seus movimentos.

A terceira característica, *Flexibilidade*, implica em adicionar ao componente corpo, dentro de sua harmonia, não

3 FLEXIBILIDADE

Um corpo harmônico pede músculos fortes, porém elásticos



Um corpo harmônico pede músculos fortes, porém elásticos

JOGO RÁPIDO NO TENIS
Contra uma bola amarela de 55 cm em uma velocidade de 160 km/h. De vez em quando, se passa um corte de um jogador e no fim quanto tempo você consegue acompanhar a bola com o pé ou não? Não é uma pergunta fácil. Prefere ser o caso de jogador Certo, ou não, como o jogador Errado.

OBJETIVO Quando um jogador precisa atingir uma velocidade máxima de 160 km/h, ele precisa de uma boa flexibilidade. Quando ele precisa atingir a velocidade máxima de 160 km/h, ele precisa de uma boa flexibilidade. Quando ele precisa atingir a velocidade máxima de 160 km/h, ele precisa de uma boa flexibilidade.

MORFOLOGIA Certo não é alto de estatura e não tem uma boa flexibilidade. Quando ele precisa atingir a velocidade máxima de 160 km/h, ele precisa de uma boa flexibilidade. Quando ele precisa atingir a velocidade máxima de 160 km/h, ele precisa de uma boa flexibilidade.

PIQUE NEGATIVO Certo não tem uma boa flexibilidade. Quando ele precisa atingir a velocidade máxima de 160 km/h, ele precisa de uma boa flexibilidade. Quando ele precisa atingir a velocidade máxima de 160 km/h, ele precisa de uma boa flexibilidade.

ACRÉSCIMO Certo não tem uma boa flexibilidade. Quando ele precisa atingir a velocidade máxima de 160 km/h, ele precisa de uma boa flexibilidade. Quando ele precisa atingir a velocidade máxima de 160 km/h, ele precisa de uma boa flexibilidade.

CONCLUSÃO Certo não tem uma boa flexibilidade. Quando ele precisa atingir a velocidade máxima de 160 km/h, ele precisa de uma boa flexibilidade. Quando ele precisa atingir a velocidade máxima de 160 km/h, ele precisa de uma boa flexibilidade.

TREINAMENTO DE FLEXIBILIDADE POR QUE VOCE PRECISA DISSO? O treinamento de flexibilidade é importante para quem quer melhorar sua performance em qualquer esporte. Ele ajuda a prevenir lesões e a melhorar a recuperação pós-treino. Além disso, a flexibilidade é essencial para a saúde geral e o bem-estar.

SE VOCE QUER...
... **ALONGAR OS MÚSCULOS** e melhorar a circulação sanguínea, faça alongamentos regularmente.
... **PREVENIR LESÕES**, faça alongamentos antes e depois de qualquer atividade física.
... **IMPROVAR SEU DESEMPENHO** em qualquer esporte, faça alongamentos regularmente.

3 x 10 MINUTOS QUE SÓ CONTÊM 100 REPETIÇÕES DE ALONGAMENTOS é suficiente para melhorar a flexibilidade e a performance em qualquer esporte.

ALONGAMENTOS ESTÁTICOS são os mais comuns e eficazes. Eles devem ser feitos com cuidado e sem dor. É importante manter a respiração normal durante os alongamentos.

ALONGAMENTOS DINÂMICOS são aqueles que envolvem movimento. Eles são mais adequados para quem pratica esportes que exigem agilidade e velocidade.

O mapa do corpo novo

Seu roteiro semanal de treinamento

Segunda
30 minutos de flexibilidade
30 minutos de força
30 minutos de flexibilidade
TOTAL: 90 minutos

Terça
30 minutos de flexibilidade
30 minutos de força
30 minutos de flexibilidade
TOTAL: 90 minutos

Quarta
30 minutos de flexibilidade
30 minutos de força
30 minutos de flexibilidade
TOTAL: 90 minutos

Quinta
30 minutos de flexibilidade
30 minutos de força
30 minutos de flexibilidade
TOTAL: 90 minutos

Sexta
30 minutos de flexibilidade
30 minutos de força
30 minutos de flexibilidade
TOTAL: 90 minutos

Sábado
30 minutos de flexibilidade
30 minutos de força
30 minutos de flexibilidade
TOTAL: 90 minutos

Domingo
30 minutos de flexibilidade
30 minutos de força
30 minutos de flexibilidade
TOTAL: 90 minutos

somente a força dos músculos, que pressupõe resistência, mas também que eles sejam trabalhados para serem elásticos, proporcionando movimentos que superem limites, como a sensação de poder voar, de realizar acrobacias e que permitam ao corpo superar seus limites. O corpo é adestrado para surpreender em seus movimentos, produzindo um espetáculo sobre o próprio corpo.

O quarto elemento na exigência de um corpo perfeito deve, sob o olhar e fabricação da revista, permitir ao corpo adquirir *agilidade* para usar o corpo como forma de esportividade, na defesa pessoal, numa luta constante de movimentos que ateste o domínio do indivíduo sobre seu corpo de maneira exuberante.

Com base em todas essas características, observamos que os modelos de corpo que circulam na revista Men's Health, em movimentos de exuberância, inscrevem-se sempre com características comuns de uma cultura hedonista com princípios individualistas, revelando que na contemporaneidade se aposta no cuidado do corpo e de si, diferentemente das práticas ascéticas de outras épocas, como por exemplo, da Antiguidade. Deste modo, na atualidade as práticas corporais valorizam a satisfação do indivíduo em detrimento dos valores coletivos. Isso se deve às positivities de uma época marcada pela biossociabilidade como a nossa.

4 AGILIDADE

Seja um cara esperto, capaz de se deslocar ou chutar rapidamente

COORDENADOR Apoiar-se de frente para o solo e apoiar-se novamente com o mesmo pé e a outra mão no solo da mesma maneira e repetir o movimento para trás, até sentir o alongamento no lado das costas, abaixar dos joelhos. Trocar a posição das mãos e apoiar-se novamente no outro lado.

ALONGAMENTOS DINÂMICOS

LOMBAR E COXAS Em pé, mãos pressionadas ao chão (dedos estendidos para trás). Deitar-se para cima com o pé direito, apoiando-se com o pé e a mão e o outro pé para a direita e apoiar-se sobre o pé esquerdo para o lado direito. Avançar todo o movimento. Faça 10 repetições de movimento para voltar à posição inicial e depois trocar com o pé esquerdo e girar para o lado esquerdo. Faça dois avanços para cada pé.

LOMBAR, COXAS E PÉDROS DA FRENTE Deitar-se sobre o pé esquerdo com os joelhos, braços estendidos para trás e mãos firmemente pressionadas ao chão. Depois voltar à posição inicial (deitar-se em pé, pressionar com o pé da frente dos joelhos, no topo do movimento). Faça dez repetições.

LOMBAR E COXAS Em pé, mãos pressionadas ao chão (dedos estendidos para trás). Deitar-se para a direita e apoiar-se sobre o pé esquerdo para o lado direito. Avançar todo o movimento. Faça 10 repetições de movimento para voltar à posição inicial. Trocar de lado e repetir o movimento para o lado esquerdo. Faça dez repetições para cada lado.

OS EXERCÍCIOS

Esses quatro tipos de exercícios ajudam no aquecimento ao executar algo que não é feito no seu treinamento aeróbico. Mantenha o equilíbrio ao fazer o movimento que se desloca com um pé e a outra mão.

DESELOCAR Força de um pé e a outra mão (para o lado). Balanceie os ombros e apoiar-se sobre o pé direito e a mão esquerda do solo. Comece a andar rapidamente para trás e volte ao início. Faça duas vezes em cada direção (para a direita e para a esquerda).

COORDENADOR Coloque as mãos pressionadas ao chão e apoiar-se sobre o pé esquerdo para o lado direito. Avançar todo o movimento. Faça 10 repetições para o lado direito e depois trocar de lado. Faça duas vezes em cada direção (para a direita e para a esquerda).

COORDENADOR Coloque as mãos pressionadas ao chão e apoiar-se sobre o pé esquerdo para o lado direito. Avançar todo o movimento. Faça 10 repetições para o lado direito e depois trocar de lado. Faça duas vezes em cada direção (para a direita e para a esquerda).

TREINAMENTO DE AGILIDADE

PARA QUE VOCÊ PRECISA DESTA 4: agilidade, você precisa se mover rapidamente, seja para escapar de um atacante ou para atacar. A agilidade é a capacidade de mudar rapidamente de direção e de velocidade. "Seja sempre de frente para o atacante", diz Chuck Vigil, gerente de treinamento esportivo e performance humano do USA Training National Training Center. A agilidade é a capacidade de mudar rapidamente de direção e de velocidade. "Seja sempre de frente para o atacante", diz Chuck Vigil, gerente de treinamento esportivo e performance humano do USA Training National Training Center. A agilidade é a capacidade de mudar rapidamente de direção e de velocidade. "Seja sempre de frente para o atacante", diz Chuck Vigil, gerente de treinamento esportivo e performance humano do USA Training National Training Center.

4 SE VOCÊ CRAVOU...
• • • **MAIS DO QUE 10 SEGUNDOS NO BATE-VOLTA:** FAÇA 5 MINUTOS DE TREINO DE AGILIDADE DUAS VEZES POR SEMANA.
• • • **10 SEGUNDOS OU MENOS NO BATE-VOLTA:** FAÇA 5 MINUTOS DE TREINO DE AGILIDADE DUAS VEZES POR SEMANA.

Seja um cara esperto, capaz de se deslocar ou chutar rapidamente



O que os homens esperam da melhoria dos seus resultados?

54% esperam um melhor desempenho esportivo
47% esperam um melhor desempenho acadêmico
43% esperam um melhor desempenho profissional

Essa prática de exercícios impostas ao corpo, conforme encontradas pela matéria da Men's Health, visa fomentar uma espécie de felicidade instantânea, enaltecida por um prazer exageradamente motivado no alcance de um bem-estar, bem como de uma eterna juventude, manifestada num corpo que faz acrobacias com imponência.

Considerações em aberto

Como podemos perceber, há toda uma manifestação de uma cultura narcisista no interior da revista materializada nos diversos conselhos dietéticos, estéticos, desportivos que assumem formas discursivas tão recorrentes e que implica numa promoção cada vez maior da responsabilidade individual do sujeito masculino na gestão de si mesmo. Trata-se de uma prática discursiva bem presente aos sujeitos do cotidiano, ou seja, a revista negocia esses saberes por reconhecer neles uma fabricação conjunta na constituição do próprio sujeito, que não está aquém desse processo, mas que atua de forma a construir uma estética de si, a produzir desejos individuais.

Deste modo a gestão de si não discorre mais em uma dietética corporal voltada para saúde física e mental como condição para exercer políticas de um bem comum no ge-

renciamento da *polis*, mas sim, numa dietética corporal que se volta para o próprio corpo, como fonte de e para a felicidade, estando essa condicionada à materialidade de um corpo com características que parecem assinalar a competência de um novo tempo no qual parecer saudável é parecer belo, forte, musculoso, ágil, flexivo e com condicionamento aeróbico, além de outras características que somam ao ideal dessa produção corpórea midiaticizada.

O olhar que lançamos aqui sobre a discursivização do corpo masculino na revista Men's Health recaiu sobre algumas materialidades nela presentes que nos possibilita dizer que a revista recorre a enunciados produzidos no campo das ciências da saúde como argumento de autoridade para fazer circular discursos que influenciam na produção dos sujeitos em nossa cultura, deixando entrever como a prática discursiva midiática investe em construir verdades sobre o sujeito, verdades que são adotadas pelos sujeitos como verdades de e para si. Verdades da revista e verdades de cada um.

Referências

FOUCAULT. **A Hermenêutica do sujeito**. Trad. De Marcio Alves de Fonseca, Salma Tannus Muchail. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2005b

_____. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2005c.

_____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Trad. Lígia M. Pondé Vassalo. 11ª. Petrópolis, Vozes, 1994a

_____. **Ética, Sexualidade, Política**. Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994b.

ORTEGA, F. Da ascese à bio-ascese: ou do corpo submetido à submissão ao corpo. In: RAGO, M; LACERDA, O.L.B.; VEIGA NETO, A. (Org). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Riode Janeiro: DPA, 2005a.

SILVA, A. M. O corpo do mundo: algumas reflexões acerca da expectativa do corpo atual. In GRANDO J. C; (Org) **A (des) construção do corpo**. Blumenau: Edifurb, 2001.

MÍDIA E DISCURSO:

A fabricação de imagem no acontecimento discursivo da campanha presidencial nos EUA

Antonio Genário Pinheiro dos Santos
Ivone Tavares de Lucena

Palavras iniciais: alguns nortes

Este trabalho tem como objetivo analisar a produção de imagem pública política no acontecimento discursivo da eleição americana de 2008, a partir do arquivo das dizibilidades trabalhado pela mídia no período de campanha eleitoral. O que interessa aqui é, a partir das contribuições da teoria da Análise do Discurso de tradição francesa, analisar a fabricação da imagem do presidente americano Barack Obama, considerando o feixe de dizibilidades que o subjetivaram durante o processo de sucessão presidencial de 2008, assegurando-o uma imagem pública calcada em positivities.

Para tanto, volta-se para o funcionamento de uma política discursiva que, por sua vez, ao permitir a discursivização de sujeitos, regula o olhar e inscreve o dizer na ordem do controle discursivo. Nesse sentido, teoriza-se sobre as implicações da prática política midiaticizada e da politização da mídia, trazendo à tona as considerações, dentre outros, de Foucault (2005, 2006, 2010) Courtine (2003), Gomes (2004) e Kellner (2006), o que oportuniza o trabalho com diferentes categorias discursivas: sujeito, mecanismos de controle, acontecimento discursivo, espetáculo, nova história, poder, saber, efeitos de sentido.

Assim, essa investigação aponta para a discursividade midiática que se mantém atrelada ao manejo tático com mecanismos de controle e rarefação do discurso. Esses, mobilizados na materialidade discursiva, põem em cena jogos de verdade e práticas de saber atreladas ao trabalho de construção da história, promovendo um cerceamento do dizer pela ilusão de controle de seus efeitos. Numa retomada aos estudos foucaultianos, considera-se aqui o funcionamento de um poder que foge às regionalizações institucionais e se propõe como força que atravessa as relações sociais se constituindo não só como objeto de luta, mas, e sobretudo, de desejo. (FOUCAULT, 2006).

A política como prática discursiva: um jogo estratégico

No funcionamento da linguagem enquanto espaço de mobilidade de poder e saber e, considerando a liquidez do mundo contemporâneo, pode se observar a ancoragem da política em práticas discursivas submetidas a um olhar próximo. Tais práticas revelam um trabalho de construção de sentidos sociais e efeitos de verdade que circulam livremente em função da diversidade de dispositivos e materialidades disponíveis. Nesse cenário de novidades, a política se apresenta como uma atividade discursiva capaz de oportunizar a fabricação de imagens sociais e de, nessa operação, explorar uma série de habilidades e comportamentos subjetivos adequando-os às lentes da mídia.

Atrelado à sinuosidade da ação política há, então, o edifício de poder operacionalizado pela mídia na ordem da produção do dizer e dos seus efeitos e isso tem implicações diretas para o projeto de gestão da vida. Em função disso, a fala política materializa-se segundo o esforço de uma pedagogia da naturalidade. Agora, importa ao sujeito político, “saber ser senhor de suas palavras e de seus gestos de uma maneira que apague esse esforço, esse trabalho de si, dentro de uma redefinição do comportamento ‘natural’” (COURTINE, 2003, p. 29).

Esse esforço subjetivo deve ser somado ao trabalho hábil dos meios de comunicação de massa que provocam o sentido político dos discursos, das práticas de saber, distanciando-se do que se constituiu outrora como política do texto, veículo de ideias para inaugurar um novo fazer política: uma política da aparência, geradora de emoções. Tem-se, portanto, nos dias de hoje, o funcionamento de uma mídia política que se volta para a produção do espetáculo.

A espetacularização da política exige que a mídia se envolva com a tarefa de revelação do real, com o trabalho singular de aproximação entre público e privado e, principalmente, com a noção de acontecimento discursivo já que empreende uma ação, imperiosa e plural, de discursivização do fato histórico, inserindo-o na ordem do discurso. E nesse espaço se efetivam as relações sociais, assim como defende Gregolin (2007, p. 141):

O jogo das relações humanas, nas sociedades, é um jogo entre discursos que seguem regras próprias às práticas discursivas de uma época; por isso, o discurso não é o lugar abstrato de encontro entre uma realidade e uma língua, mas um espaço de confrontos materializados em acontecimentos discursivos. Por sua vez, as práticas discursivas estão submetidas a um jogo de prescrições que determinam ex-

clusões e escolhas; nesse sentido, elas não são, pura e simplesmente, modos de fabricação de discursos, pois são definidas por instituições [...] que ao mesmo tempo as impõem e as mantêm.

A inserção da política e da mídia na ordem do discurso exige, por sua vez, a mobilidade de inquietações atreladas a poderes e perigos que denunciam o trabalho com práticas de controle do dizer através das quais se procura dominar o acontecimento aleatório do discurso e “esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2006, p. 9). Nesse ínterim, a operação de mecanismos de controle e rarefação dos discursos ocupa lugar de destaque uma vez que, segundo Foucault (2006, p. 8), “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”.

Tais mecanismos – a interdição, a segregação da palavra, a vontade de verdade – operam o policiamento dos discursos – isto é, perpassam a produção do dizer e evidenciam a ilusão do controle de seus efeitos – são mobilizados pela mídia quando da produção de dizibilidades que se tornam possíveis na e pela discursivização do fato histórico e na sua conseqüentemente transformação em acontecimento discursivo. Assim, o poder é força que atravessa e permite os jogos de verdade e as relações de saber visto que

nem tudo pode ser dito de qualquer lugar. Há sempre que se considerar as condições de possibilidade dos discursos. Dessa forma, Foucault (2006) defende que é na presença de entrelaçamentos discursivos oportunizados em práticas – neste caso a midiáticas – determinadas que se formam sistemas de cadeias de sentido.

Deve-se, portanto, considerar a política contemporânea como uma prática transformada visto que por constituir-se como fenômeno essencialmente midiático, ela produz uma alteração dos modos de sociabilidade, ela constrói diferentes efeitos de sentido em função dos possíveis enquadramentos que dá a um determinado acontecimento. A política midiaticizada se preocupa com a ocupação dos lugares da cena pública e, para tanto, volta-se para a gestão e administração das aparências: é a novidade da política contemporânea acenando para o espetáculo (DEBORD, 2002).

O que importa aqui não é a mera transposição de sentido etimológico da noção de espetáculo ao mundo da política, mas enxergar nesta última um trabalho peculiar de representação das ações humanas, isto é, a representação por meio de personagens que fabricam realidades, que ocupam, ou procuram ocupar, posições sociais históricas diante de uma determinada coletividade. Isso acontece, sobretudo, porque segundo Gomes (2004, p. 388):

Papéis são incorporados, falas são recitadas, conflitos são simulados, há cenários, luzes, bastidores, cena, diretores, maquiadores, figurinos, plateia, atores, antagonistas, protagonistas, peripécia e desenlace. A “política pelos jornais e pela televisão”, que pouco a pouco vai predominando sobre as outras formas e meios de política, seria arte e artifício.

Com base nisso, pode-se afirmar que a prática política materializa um faz-de-conta e, para tanto, mobiliza um tipo de artifício que solicita ao mesmo tempo entrega e lucidez do público: uma entrega suficiente para que a ação de representar funcione, provocando o envolvimento emocional dos espectadores com o que é exibido e, a lucidez necessária para que tais sujeitos percebam a cena como cena, o jogo como jogo.

O faz-de-conta na política se converte no faz-de-conta da arte dramática já que causa o envolvimento dos sujeitos pelo efeito do espetáculo. É assim que esses espectadores da vida real passam a acompanhar a trama do acontecimento político, engajando-se com emoção ao ponto de repudiar ou se identificar com determinados projetos, de indignar-se perante a defesa de certas causas, de expressar-se pelo riso ou lágrimas diante da exibição de diversas realidades ou fatos.

Essas últimas características não implicam no abandono das perspectivas cênica e dramatúrgica da noção de espetáculo, mas promovem seu deslocamento mais para o fundo da cena política. A noção de espetacular volta-se para o que não pode deixar de ser visto, apreciado em virtude de sua excepcional ocorrência e visualidade, em função da consistência do acontecimento que ultrapassa e foge das trincheiras dos selecionadores do jornalismo e da indústria do entretenimento televisivo. Espetacular seria então tudo aquilo que enche os olhos, que se impõe na esfera de visibilidade da comunicação de massa, que passa a ocupar a cena central dos meios de informação na sociedade midiaticizada e que, de uma forma ou de outra, se mantém atrelado ao simulacro político.

Nesse sentido, todas essas concepções atreladas à noção de espetáculo trazem, assim como se apontou no início destas discussões, implicações decisivas para a instauração de uma política-espetáculo. Nos termos de Gomes (2004, p. 403) esta se caracteriza como “a política que se exhibe, mostra-se, faz-se presença, impõem-se à percepção do cidadão”. Esse modelo de prática política encontra na sociedade pós-moderna, a sociedade do espetáculo, uma grande variedade de recursos midiáticos, dispositivos textuais e postura cidadã favoráveis a sua operacionalização.

A sociedade do espetáculo se constitui, portanto, como sociedade que abriga o “predomínio da imagem sobre a coisa, da cópia sobre o original, da representação sobre a realidade, da aparência sobre o ser” (PATIAS, 2006, p. 91) e se edifica, sobretudo, quando fatos, ideias, notícias, produtos, imagens são divulgadas, retomadas, discursivizadas por diferentes materialidades e dispositivos que transitam e perpassam os espaços cada vez mais íntimos da vida cotidiana.

Esse empreendimento discursivo não se propõe a dar conta apenas do que se refere à esfera coletiva, aquilo que diz respeito ao bem comum, mas ultrapassa esses limites e alcança os acontecimentos da vida privada, num jogo que põe em relação o biológico e o histórico não constituindo uma sequência, mas se ligando “de acordo com uma complexidade crescente à medida em que se desenvolvam as tecnologias modernas de poder que tomam por alvo a vida”. (FOUCAULT, 2010, p. 165).

Foi o que aconteceu, conforme se verifica nas análises, na eleição americana de 2008, na qual a figura do candidato do partido democrata Barack Obama foi trabalhada segundo a lógica do *marketing* político, trazida à tona segundo um jogo imperioso de estratégias discursivas que trabalharam a tessitura do imaginário social, resgatando discursos e legitimando uma série de positivities. Em virtude disso, esse momento

de campanha foi transformado em acontecimento discursivo, no qual os sujeitos ocuparam o espaço de visibilidade pública, materializando poder e permitindo a espetacularização da política pela mídia, além de trazer a preocupação com a vida ao espaço do visível pela legitimidade de uma proposta de governo que incidiria objetivamente sobre ela.

Portanto, agregar a noção de espetáculo e a tendência à manipulação dos afetos ao patamar da novidade política exige correlacionar o conjunto de práticas, de saberes e de habilidades, a sistemas de controle do discurso que interdita o dizer, segregando o que pode e deve ser enunciado em função de condições históricas determinadas e construindo efeitos de legitimidade, autoridade, pela mobilidade de vontade de verdades. Exige, sobretudo, considerar a política como atividade transformada não apenas em função das circunstâncias culturais da época atual, mas também em virtude da configuração que este campo adquire no cenário onde a gestão da vida e os seus processos de conjunto se tornam o objeto de maior visibilidade; um contexto onde uma biopolítica se constitui como maior espaço de intervenção (FOUCAULT, 2008).

Política x espetáculo: movimentos de imagem no espaço do dizível e do visível

Em face das considerações levantadas, defende-se que a política dos dias atuais é uma prática transformada, marcada profundamente pela arena de competição, pelo cenário de disputa que se estabelece em torno da opinião pública. Ela sofre o incessante afrontamento de práticas discursivas alicerçadas em mecanismos de controle do discurso. Isso implica segundo Foucault (2009), em relacionar os modos de sociabilidade dos sujeitos às clássicas formas de soberania uma vez que estas são hoje afetadas pelas novas técnicas de governamentalidade.

São essas movências que, segundo Courtine (2006), caracterizam os novos modos de consumo, de lazer e de vida os quais acompanham e favorecem, sobretudo, as reivindicações sociais que, por sua vez, recaem sobre os desejos de intimidade e a respectiva extensão da esfera pessoal. Diante disso, pode-se afirmar que grande parte da atividade política se realiza pela exibição, pela exposição ao público nas visibilidades mediadas da contemporaneidade. Ela se apresenta como produto para ser assistido e consumido sobre o olhar disperso de uma massa de indivíduos que se quer é convocada a qualquer forma de mobilização ou engajamento emocional e corpóreo.

Pode-se afirmar ainda que a indústria cultural redefine a atividade política como produto do *show business* reservando lugares sociais para serem ocupados pelos espectadores na condição de, segundo Gomes (2004, p. 387), “cidadãos-consumidores, apreciadores, de sofá e pipoca, da exibição política que nos chega pela telinha”. De acordo com este autor, isso acontece porque:

Grande parte de nós a consome na mesma condição de distanciamento e de desengajamento conceitual e emocional com que consome a nossa programação televisiva de cada dia, cujos universos se referem a mundos da ordem da ficção – que, portanto, só nos afetam emocionalmente durante a apreciação e enquanto nos submetemos, voluntariamente, a um pacto ficcional do qual nos retiraremos assim que a emissão terminar –, em suma, porque a consome como espectador, a política se nos parece como espetáculo. (GOMES, 2004, p. 387).

Desse modo, vê-se, na medida em que se avança no novo milênio, a mídia se equipar de recursos tecnológicos cada vez mais exuberantes e assumir um papel cada vez maior nos modos de sociabilidade, na vida cotidiana (KELLNER, 2006). Dessa forma, sob a influência da cultura multimídia, “os espetáculos sedutores fascinam os habitantes da sociedade de

consumo e os envolvem nas semióticas do mundo do entretenimento, da informação e do consumo, influenciando profundamente o pensamento e a ação” (KELLNER, 2006, p. 122).

Foi assim, por exemplo, que a era Clinton foi profundamente alvejada pelos espetáculos de sexo e de *impeachment* que culminou no maior espetáculo eleitoral da história dos EUA. Da mesma forma, a indefinição na contagem dos votos nas eleições americanas de 2000 cuja disputa final entre Al Gore e George W. Bush levou o resto do mundo a assistir o “espetáculo na guerra da recontagem de 35 dias na Flórida” (KELLNER, 2006 p. 126). Somado a isso, há o *show* discursivo da campanha presidencial americana de 2008, que abre espaço para um jogo dinâmico de estratégias discursivas dos candidatos, especialmente do democrata Barack Obama, em consonância com a cobertura da mídia sobre o acontecimento inédito da corrida presidencial de um candidato “negro”.

Tais exemplos revelam que há uma prática de virtualização do acontecimento, pois só há acontecimento virtual, e assim, considerando a mistura do meio político com o econômico que acontece sob a mesma lógica e mesma linguagem da publicidade, e ainda, diante das batalhas eleitorais, a fantasia encontra o real, misturando-se e agregando-se por meio de um poderoso jogo de imagens que alimenta a

ilusão da escolha política e assinalam a operação do controle discurso no cerne da discursividade midiática.

Assim, o sujeito é colocado numa posição esquizofrênica, pois ao mesmo tempo em que lhe é imputada uma circunstância do real sobre a qual ele precisa agir, decidir, escolher, há um distanciamento e uma negação desse processo de escolha, desta ação em função de um trabalho imperioso dos meios de comunicação de massa. É o que se constitui, nos termos de Courtine (2003), como *distância próxima* e *proximidade longínqua*, já que o que é verdadeiro para o corpo talvez o seja mais ainda para o rosto, “uma aposta crucial dos políticos de aparência”.

Portanto, pode-se apontar que a novidade da política contemporânea está atrelada ao controle das aparências e à produção do espetáculo na óptica da mídia. Trata-se, de um lado, de considerar os choques e as tensões, entre o real e o virtual, causadas pelos meios de comunicação de massa e, de outro, de levar em conta as mudanças das práticas discursivas e a instauração de num novo modelo de sociedade: a do consumo da fantasia e da valorização do efêmero. Tudo isso deve ser levando em conta a partir da inscrição no plano da linguagem e naquele das práticas discursivas, já que é na esteira dos efeitos de sentido de um discurso que se prende legítimo e verdadeiro que se efetiva a leitura do real.

Isso não significa que seja necessário diabolizar ou beatificar as práticas, sobretudo discursivas, de uma política midiaticizada e nem tão pouco defender que a sociedade vigente encara um novo momento histórico, cuja cidadania está ancorada em modelos de recepção meramente passivos. O que se defende é que a política transformada implica uma interpretação espectadora da barulhenta e astuta produção de verdades pela mídia. Assim, não há uma “paralisia assistente frente à profusão das mensagens e imagens da mídia” (PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 62), mas um novo modo de construção de identidades, uma nova política discursiva que procura inscrever uma subjetividade consumidora na lógica do visível sob a sombra de uma aparência.

Efeitos de verdade x fabricação de imagens: o imperativo das estratégias discursivas

As dizibilidades que perpassaram a disputa política americana a partir do acontecimento da eleição presidencial de 2008 asseguram, por certo, o caráter de espetáculo e, portanto, de transformação à política contemporânea. Essas marcas discursivas incidem sobre o processo de espetacularização da política americana que, por sua vez, presencia um jogo de estratégias discursivas e um movimento de imagens

sociais fabricadas sob a ilusão do controle do dizer.

Nesse sentido, a completa visibilidade que a mídia garantiu ao candidato Barack Obama faz par com a mais incompleta invisibilidade visto que ao evidenciar determinado candidato, ela operou com o silenciamento dos pontos de resistência e com o apagamento da voz de um outro. Isso lhe permitiu, ao mesmo tempo, trabalhar a equivocidade do sentido por meio da ilusão de unidade, de coerência, e produzir um efeito de integralidade, de universalidade em defesa das propostas do candidato democrata, como se este correspondesse à vontade de todos, incluindo os mais diversos grupos sociais, os diferentes povos e regimes políticos, diferentes classes e minorias.

Desse modo, em função da virtualidade que o acontecimento discursivo da eleição presidencial alcança, e conseqüentemente com base no acompanhamento mediado que os meios de comunicação trabalharam ao tentarem preencher todos os espaços da vida cotidiana, esses ideais passaram a ser discursivizados em outras materialidades que transitaram na mídia durante o período de campanha política, oportunizando a construção do arquivo das dizibilidades sobre o sujeito Obama. É o que se pode notar nas seguintes materialidades:



Figura 1 – Revista Época
19/01/2009

Fonte: <http://editoraglobo.adobe.globo.com>

Figura 2 – Revista Época 13/11/2008



Fonte: <http://editoraglobo.adobe.globo.com>

Figura 3 – Bottom de Campanha



Fonte: www.barackobama.com

Na figura 1, a imagem do candidato Barack Obama está visivelmente associada ao “super-homem”, personagem da ficção criado pela produção cinematográfica Hollywoodiana. A silueta do seu corpo aparece tomando todo o espaço da capa da revista e as roupas desse “super-herói”, bem como o jogo de cores que evidenciam, condizem, oportunamente, com as cores da bandeira norte-americana. Esta aparece mais ao fundo com um espaço preenchido com a cor preta que, por sua vez, pode está sendo usada como estratégia de agenciamento de sentidos ao se fazer referência às origens étnicas e culturais do democrata e, por outro, à questão racial que tanto espaço tomou nesta campanha política.

Na figura 1, portanto, Obama é discursivizado como o “super-homem” da pós-modernidade o que permite a interpretação de que ele possui o “poder” e a “força” necessários para “acabar” com todos os “problemas” até então vigentes. Além disso, pela referência a bandeira nacional por meio do jogo de cores e de símbolos (estrelas e listras), pela afirmação de que “A partir desta semana Barack Obama vai ter de mostrar que está à altura das expectativas que o mundo inteiro depositou nele” e ainda pelo uso confrontado das palavras “mito” e “realidade” pode-se inferir que estariam aí inclusos a crise econômico-financeira deflagrada em solo americano, as polêmicas relacionadas às guerras

no Iraque e no Afeganistão, as tensões diplomáticas com o Irã e a Coréia do Norte, a política externa e, por fim, as questões sociais internas, dentre outras, aquelas relacionadas ao desemprego, educação e incentivos fiscais.

Quanto à figura 2, Obama aparece igualmente ocupando todo o espaço da capa, com uma postura séria, como se estivesse olhando “ao longe”, cuja cor da pele contrasta com o azul do plano de fundo da imagem, com a pergunta “porque o mundo quer Obama” seguida da afirmação “o que o primeiro negro a um passo da Casa Branca representa para a economia global, para o futuro do planeta” separada por um hífen de seu complemento “e para sua vida”.

Aqui, o efeito de sentido pode ser o de que os sujeitos sociais, e não só os americanos, mas principalmente aqueles de países do terceiro mundo, como os brasileiros, por exemplo, estão sendo convocados a analisar os riscos de a Casa Branca ser ocupada por um presidente negro. Os sujeitos são levados a mensurar o que tal ocupação representaria para a economia global e para o futuro do planeta. Além disso, o jogo de linguagem com a expressão “e para sua vida”, na qual “sua vida” pode está se referindo tanto a vida do próprio Barack Obama como também a de cada um dos sujeitos sociais que compõe o público consumidor ao qual se destina a revista *Época*, constrói um efeito de

sentido que associa as consequências da escolha pelo candidato democrata para a vida real, isto é, para o dia-a-dia do cidadão comum.

Pode-se afirmar então que mais uma vez a eleição do novo presidente não se constitui como uma escolha própria dos americanos, mas como uma decisão do mundo, de todas as culturas, grupos e povos do planeta. Daí a necessidade desse novo representante ser possuidor de qualidades e capacidades “incomuns” diante de seu outro, e a justificativa da mídia trabalhar a fala política, segundo um conjunto de rituais não verbais que, segundo Courtine (2006, p. 110), “enquadram o discurso; que agenciam os gestos, regulam os comportamentos, prevêm as circunstâncias, organizam uma mise en scène: elementos da representação política, indissociáveis da tomada de fala” que não podem ser descartados se se pretende compreender “verdadeiramente os efeitos de um discurso”.

É, portanto, dessa forma que o *Change: we can believe in* de Obama é estrategicamente associado ao mito do sonho americano de unidade e de prosperidade, em face da riqueza de oportunidades, e é através dele que se trabalha o típico sentimento de superioridade, de capacidade de sair de crises – assim como aconteceu durante a Grande Depressão dos anos de 1930 – e de fazer história, por meio

de relações interdiscursivas que convocam toda a historicidade de lutas, de guerras e de momentos de “reviravolta” no cenário americano – o caso das duas grandes guerras mundiais e dos pesados conflitos da atualidade.

Assim, ao ser discursivizado como um “mito” e como profeta, o candidato Barack Obama precisa convencer não só aos americanos, mas também ao resto do mundo já que, se eleito, ocupará a presidência da maior potência econômica e militar do planeta. É por isso que o acontecimento da eleição presidencial americana, em especial o trabalho de campanha eleitoral do candidato democrata, procurou ocupar todos os espaços da vida pública.

É nesse contexto, portanto, que se pode compreender o trabalho da mídia em edificar e discursivizar esse acontecimento em diferentes materialidades e espaços discursivos, trazendo-o à tona sob a óptica de uma virtualidade disfarçada e astuciosa. Desse modo, além de mobilizar estratégias de sensacionalismo (a partir da cumulação de fatos com qualitativos dramatizantes e de manipulação dos afetos) a mídia agencia a gestualidade dos políticos e trabalha a linguagem de aparência, instalando entre esses atores – que, por sua vez, “oscilam entre heróis de novelas e mercadorias à venda” – e a grande massa, “uma distância próxima e uma proximidade longínqua” (GREGOLIN, 2003, p.13).

Já na figura 3, as faixas que apresentam o *bottom* da campanha trazem também as afirmações “homem da mudança e não homem de negócios” que retomam as dizibilidades sobre os candidatos Obama e McCain. Isso pode ser observado a partir do trabalho com a sonoridade das palavras, na primeira expressão, *change* e *man* e, na segunda, *No, business* e *man* organizadas oportunamente para construir os efeitos, em inglês, de *changeman* associado a Obama e de *bussinesman*, a McCain.

Em adição, polemizado em sua elaboração e discursivizado como o “símbolo mais importante da história recente”, esse *bottom* – o “O” em Obama – produz diferentes efeitos de sentido a partir de sua organização visual em cores da bandeira americana e do partido democrata. Esse símbolo é uma figura circular alusiva à inicial do nome do candidato com uma borda superior azul de contorno branco e listras vermelhas também intercaladas por segmentos brancos, abaixo do centro.

Durante a campanha política, muitos afirmavam que o símbolo fazia referência a mudança por apresentar um semicírculo em forma de C de *Change* – mudança em inglês – enquanto outros, estrategicamente, enxergavam a configuração de um “sol” a partir do delineamento do fundo branco da imagem, que representariam uma nova vida,

um novo mundo para ser experimentado e, outros ainda, associavam a organização das listras brancas e vermelhas, mais abaixo da figura, às possíveis políticas de um governo democrata de incentivo à produção agropecuária.

Assim, a ação da mídia contribui para o acirramento desta batalha política no plano do discurso, principalmente porque em função das estratégias discursivas do jornalismo mediado, os atores sociais são postos em cena e a expressividade dos efeitos de sentido das matérias jornalísticas espetacularizam essa disputa, exigindo dos sujeitos em cena uma coerência entre a historicidade política associada às suas respectivas imagens sociais e as posturas discursivas de cada um deles nesse espaço de disputa político-partidária.

Dessa forma, embora os brasileiros, assim como os demais povos ao redor do planeta, não pudessem votar em Obama no dia 4 de novembro de 2008, deles é exigida uma posição de apoio e de identificação com a política desse candidato e é, dessa forma, que a comunidade internacional – diferentes povos, modelos e grupos sociais, diferentes regimes políticos e econômicos – é mobilizada em função do acontecimento da eleição para presidente nos Estados Unidos da América.

Expressa nas imagens e em inúmeras outras materialidades, essa convocação de todos os sujeitos para participa-

rem da “mudança” e da “transformação social” perpassou todo o trabalho com as manobras discursivas – a partir das quais se tenta apresentar Obama ora como um cidadão “comum” e “igual aos outros”, ora como “o todo poderoso”, capaz de “resolver” todos os problemas – sendo, também, trabalhada pelo comitê de campanha no próprio *site* oficial do candidato, assim como se pode ver a seguir:

Figura 4 – Layout do site do Comitê Demócrata



Fonte: www.barackobama.com

Nesse enunciado, o recorte das falas de Obama produz um efeito de chamamento pessoal, como se estivesse, ele mesmo, convocando cada cidadão americano a acreditar

num novo mundo, isto é, na possibilidade da mudança, já que são “suas próprias vidas que estão em jogo”. Esse efeito de convocação, de chamado é enfatizado pela expressão “Eu estou pedindo para você acreditar¹” que aparece em caixa alta na borda superior da janela, seguida pelos dizeres “Não apenas na minha habilidade de promover a real mudança de que Washington precisa...eu estou pedindo para você acreditar em você mesmo²” e pela enfática conclusão “porque é sobre você” que aparece em maior destaque, na figura 3, na qual a palavra “você” aparece ocupando quase todo o espaço central da janela.

A partir dessas considerações, pode-se reafirmar que o processo de edificação do acontecimento discursivo da eleição americana se dá pelo prisma de efeitos de sentido que a memória e a interdiscursividade constroem mediante a circulação de dizeres e de acordo com a produção de verdades que esse mesmo acontecimento oportuniza. Esse processo de discursivização de determinado momento da história permite entender que o sentido desliza pela linguagem e vai de encontro ao equívoco e ao acaso, ao mesmo, permite enxergar o imbricamento e a marca que o poder imprime

1. I'm asking you to believe.

2. Not just in my ability to bring about real change in Washington...I'm asking you to believe in yours.

nas relações sociais de forma a atravessar a forma de vida na sociedade. Assim, segundo Foucault (1995, p. 245-246 apud VEIGA-NETO, 2007, p. 4):

O que quer dizer que as relações de poder se enraízam profundamente no nexo social; e que elas não reconstituem acima da “sociedade” uma estrutura suplementar com cuja obliteração radical pudéssemos talvez sonhar. Viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. Uma sociedade “sem relações de poder” só pode ser uma abstração.

Portanto, essa manobra discursiva inscreve a campanha eleitoral americana em uma arena de disputa política, e o efeito de sentido que tal prática movimenta é o de que o desfecho da batalha final afetará a vida dos mais diferentes sujeitos sociais, e não só daqueles que estão em território nacional mais de todos aqueles ao redor do planeta, inclusive os brasileiros. O momento de campanha é então noticiado como construção da história em virtude de que os rumos do país, e o espaço de liderança até então ocupado pelos americanos em diferentes situações de negociações diplomáticas, de guerra e de comércio, podem ser definidos pelo voto.

Palavras finais: notas de (in) conclusão

Nota-se aqui a materialização de sistemas de controle que ao operarem com a interdição, com a segregação da palavra, com a vontade de verdade, com a prática do comentário, com o agenciamento de uma autoria, produzem efeitos de exclusão, rarefação e ordenamento do discurso segundo o funcionamento de um poder coercitivo e de múltiplas miras. Assim, o dizer e o visível devem estar na ordem do enunciável, na ordem do que pode ser discursivizado “afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos verdadeiros de poder”. (FOUCAULT, 2009, p. 180).

Portanto, o empreendimento analítico de tais materialidades permite afirmar que a operacionalização do poder na esfera midiática está voltada ao arsenal de estratégias discursivas que recortam e oferecem um real que é fabricado e contornado segundo um forte efeito de verdade. A mídia age, então, discursivamente na ordem do verdadeiro e na zona de tensão entre o real e o virtual. Nesse entremeio, o acontecimento é espetacularizado e trabalhado na lógica

do entretenimento e do lazer e os sujeitos sociais, por sua vez, são subjetivados e forçados a negociar uma imagem e a agenciar uma marca identitária num espaço e tempo historicamente determinado.

Em suma, é na investigação dos discursos e na produção de seus respectivos efeitos de sentido que se depara com o processo de construção da História sendo essa aqui entendida como uma fabricação que resulta de um trabalho de seleção, de classificação, de escolha, de montagem, de ordenamento e, sobretudo, de controle que a insere nas tramas subjetivas de produção e recorte da realidade e a filia às malhas de um poder pulverizado, onipresente e es-corregadio.

Não é que o poder se mova como propriedade de um, não é que ele se constitua como o bem de uma individualidade, mas ele é o que preenche o sujeito, o que lhe dá possibilidade de existência. Isso porque, segundo Foucault (2005. P. 35) “O indivíduo é um efeito do poder e, é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui.”.

Referências

- COURTINE, J. J. **Metamorfose do discurso político**: as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- COURTINE, J. J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M. R. **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Francisco Alves e Afonso Monteiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade do saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- GOMES, W. **Transformação da política na era da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.

GREGOLIN, M. R. **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2007.

KELLNER, D. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Trad.: Carlos Frederico Moura da Silva, Maria Inês Coimbra, Lúcio Pimentel. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 119-147.

PATIAS, J. C. O espetáculo no telejornal sensacionalista. In: COELHO, C. N. P. CASTRO, V. J. **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006. p. 81-106.

PIOVEZANI FILHO, C. F. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, M. R. **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

VEIGA-NETO, A. LOPES, M. C. **Inclusão e governamentalidade**. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: janeiro/2012.

AD COM FOUCAULT:

sobre alguns elementos históricos e a *arqueologia*

JJ Domingos

Constituindo um dispositivo analítico

Este artigo discute a constituição da Análise do Discurso (AD), enquanto dispositivo teórico, derivada do trabalho de Michel Pêcheux à qual, posteriormente, coadunam-se as pesquisas de Jean-Jacques Courtine e Michel Foucault.

Para proceder a uma descrição desse campo teórico, podemos fazê-lo tomando uma das seguintes direções: a primeira, refazer o trajeto da disciplina desde o início do acontecimento da Análise do discurso na França (e já se passaram 44 anos!), ou a segunda, operando uma inflexão nessa cronologia, historicizar o projeto da Análise do Discurso a partir do momento, dentre aqueles de rupturas, deslocamentos e filiações que caracterizaram seu percurso, em que as reflexões epistemológicas da AD vão possibilitar

em seu escopo analítico a inserção de outros objetos discursivos que não o discurso político escrito. Mirando-nos naqueles objetivos traçados para o nosso estudo, considerando a especificidade de nosso objeto e sua materialidade e, sobretudo, admitindo que este momento foi o último (no contexto francês) e mais significativo no conjunto das retificações sucedidas no campo da AD, caminharemos no sentido da segunda direção.

Feita esta escolha metodológica, consideremos que o marco que orienta a nossa exposição sobre o percurso da Análise do Discurso tem lugar e data específicos: a publicação, em junho de 1981, da tese de Jean-Jacques Courtine cujo prefácio fora assinado por Michel Pêcheux. Sob o título *O estranho espelho da Análise do Discurso*, nesse texto preambular o fundador da Análise do discurso faz ver, e reconhece na forma de autocrítica, uma conjuntura de crise na qual se encontrava aquela disciplina. No que respeita ao seu desenvolvimento, bem nos lembra Courtine (2009), a AD vivia um momento paradoxal, pois ao mesmo tempo em que conquistara o reconhecimento institucional, tinha diante de si um quadro sócio-histórico em visível mutação como o próprio observa:

O paradoxo da Análise do discurso encontra-se (por suas vicissitudes, guinadas e derrotas) na prática in-

dissociável que a reflexão crítica que ela exerce sobre si mesma sob a pressão de duas determinações maiores: de um lado, a evolução problemática das teorias linguísticas; e de outro, as *transformações no campo político-histórico* (id. p.21; grifo nosso).

Diante dessas duas determinações observadas por M. Pêcheux, interessa-nos, particularmente, a que trata das transformações no campo político, pois ela, em parte, justifica nossa escolha por esse marco cronológico na abordagem da AD. Deste modo, será a partir da percepção de que o discurso político se transformara¹ em sua produção e circulação (um dos efeitos da midiaticização) que Pêcheux acenará à possibilidade de observar as diferentes *materialidades discursivas*: uma vez que o sujeito passara a ocupar o centro dos estudos na Análise do discurso e que o espaço discursivo onde ele se constitui tornou-se intensamente mediado por imagens difusas e descontínuas, a necessidade de estender

1. Como bem nos lembra Courtine (2008) analisando as metamorfoses dos discursos, o fenômeno que durante os anos 1980 foi chamado de “o fim das ideologias” produziu uma reviravolta na história que se caracterizou pelo fim do marxismo como teoria da ideologia no seio intelectual, o declínio da classe operária tradicional juntamente com o Partido a que historicamente fora ligada, a derrocada do regime soviético e a repercussão da queda do muro de Berlim pôs fim a um discurso. Discurso que agora era um *verbo morto, portador de uma memória em ruínas*.

as problemáticas relativas à materialidade da língua à materialidade da imagem pareceu um fato inevitável.

Todavia, outras questões, de cunho mais político, incomodavam-no naquele momento, a saber, seu desapontamento com a política do Partido Comunista Francês (GREGOLIN, 2008) e, de igual modo, com a prática *equivocada*² da Análise do discurso até então: o fazer ciência e fazer política se confundiam invariavelmente; o militante político se refletia no cientista e vice versa, daí a metáfora do *estranho espelho* (*id. ibid.*).

Naquele contexto, M. Pêcheux assume que o trabalho de J-J. Courtine faz aparecer e questiona esse *espelhamento* da AD, ao problematizar a história das práticas do comunismo pelo viés de um aspecto heterogêneo que seria constitutivo de suas discursividades, trabalho incômodo para a Análise do discurso naquele momento, pois expunha o método a um dilema quase incontornável: “manter um enunciado político que enfrenta a realidade atual, colocando ao mesmo tempo em questão a artificialidade dessa homogeneidade do ‘discurso comunista’” (*id. ibid.*, p.24). Ao reconhecer a inconsistência de um ideal de discurso tecido no interior de formações discursivas pensadas enquanto blocos homogêneos, M. Pêcheux ([1981] 2009) vai vislumbrar

2. Na tradução do texto original, o termo usado é *imbecilidade*.

a produtividade de outros elementos metodológicos para o escopo da AD: “essa **heterogeneidade** discursiva (...) interessa na medida em que nela podem ser determinadas as condições concretas de existência das **contradições** pelas quais a história se produz, sob a repetição das **memórias** ‘estratégicas’”. (*id. ibid.*, p.25; grifos nossos).

Ao ampliar sua perspectiva em torno da questão da heterogeneidade, M. Pêcheux reafirma que “a formação discursiva é constitutivamente perseguida por seu outro”. (*id. ibid*, p.25), porém, agora não apenas na forma de um antagonismo ideológico onde se fundam essas formações, mas como efeito do discurso da alteridade que afeta e sobredetermina o sujeito no momento mesmo de sua produção enunciativa no interior de uma formação discursiva. Assim, Pêcheux através da noção de *enunciado dividido* caracterizada por Courtine (2009), faz um movimento no sentido de inscrever o princípio discursivo da contradição muito mais no campo da história do que do político-ideológico. Como podemos acompanhar no excerto supracitado, o filósofo ainda assinala a importância da memória para o funcionamento efetivo da história no arcabouço metodológico da AD. Esta que, para ele, até então, trouxera em sua base um visível reducionismo: “a redução do histórico ao

político, do político ao ideológico, do ideológico ao discursivo do discursivo ao sintático” (2006, p.56).

Ao identificar as ideias que Courtine explora quando analisa o discurso dos comunistas dirigido aos cristãos, Pêcheux apresenta o trabalho daquele autor como um elemento fundamental para implementar as reflexões necessárias em torno do aperfeiçoamento da teoria analítica do discurso que o próprio fora precursor. Considerando isto, a tese de J-J. Courtine é uma pedra angular na reformulação do edifício teórico da AD dali em diante. A grande transformação no quadro da Análise do discurso naquele momento passava pela noção de formação discursiva; agora, *fronteiras que se deslocam*. A partir da atualização desse conceito, Courtine articula elementos da *Arqueologia do saber* ([1969], 2008b) de Michel Foucault ao edifício teórico da AD pêcheuxtiana. Mas de pronto, adverte que não se trata de “aplicá-lo” à Análise do discurso, mas fazer trabalhar sua perspectiva no interior desta teoria.

Consciente dessa ressalva, J-J. Courtine observa na *Arqueologia* o funcionamento das noções de *domínio associado* e *domínio de memória* e as desloca para o terreno da Análise do discurso no sentido de uma *memória discursiva*: formulações enunciadas, repetidas, reproduzidas, em que há, ao mesmo tempo, espaço para deslocamentos,

lacunas, apagamentos e falhas. Reconhecendo a produtividade desse conceito de memória discursiva, a partir das análises de *O discurso comunista endereçado aos cristãos* ([1981]; 2009) para os trabalhos na AD, M. Pêcheux ([1983]; 2007), posteriormente, dele se ocupará como “aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (...) de que sua leitura necessita”. (p.52). Pensando assim, a memória em seu funcionamento discursivo não poderia ser compreendida no sentido de um reservatório em que os sentidos vão se acumulando, mas “um espaço móvel de disjunções, de deslocamentos, de retomadas, de conflitos de regularização, de réplicas e contradiscursos”. (*id*, p.56).

Neste mesmo trabalho citado, J-J Courtine observa que a memória discursiva pode ser compreendida a partir dos três níveis de relacionamento discursivo que podem ser estabelecidos entre enunciados instalados no interior de um campo enunciativo: *domínio de memória*, *domínio de atualidade* e *domínio de antecipação*. O domínio de memória está circunscrito a sequências discursivas pré-existentes a uma “sequência discursiva de referência”, são formulações já enunciadas. Por sua vez, ao conjunto de sequências discursivas que coexistem em uma conjuntura histórica dada, de modo a fazer irromper um acontecimento passado na

conjuntura do presente, reatualizando-o caracteriza o domínio de atualidade. Por último, o domínio de antecipação reúne sequencias discursivas ou formulações que mantêm relações interpretáveis, no nível intradiscursivo, como efeito de antecipação.

Duas observações devem ser feitas: uma no que concerne à relação entre a memória discursiva e história, outra relativa ao lugar desta última na Análise do discurso daquele momento. Sobre tais observações, trataremos de ambas conjuntamente: a introdução da ideia de memória discursiva por Courtine colocou a AD diante da necessidade de reposicionar-se no elemento da história; fugir daquele, já diagnosticado, “reducionismo” político produzido desde o início. Porque sendo o conceito de memória discursiva pensado nos termos da arqueologia foucaultiana, era, pois, um imperativo que a perspectiva da História tradicional preocupada com estruturas fixas e suas narrativas longas, cedesse lugar aos movimentos de caráter disperso e descontínuo da história, dados a ver pelas estruturas do cotidiano. Nesse sentido, Pêcheux chegou a sentenciar:

Como os métodos **da Nova História**, os da Arqueologia foucaultiana chegam, por sua vez, a tratar explicitamente o documento textual como um monumento, ou seja, como um traço discursivo em uma

história, um nó singular em uma rede. Desse ponto de vista, a necessidade de levar em conta, na análise das discursividades, as posições teóricas e práticas de leitura desenvolvidas nos trabalhos de M. Foucault constituiu um dos signos recentes dos mais claros da projeção da análise de discurso: a construção teórica da intertextualidade, e de maneira mais geral, do **interdiscurso**, apareceu como um dos pontos cruciais desse empreendimento, conduzindo a Análise de discurso a se distanciar ainda mais de uma concepção classificatória que dava aos discursos escritos oficiais “legitimados” um privilégio que se mostra cada vez mais contestável. ([1983], 1999, p.48; grifos nossos).

Nesse texto, M. Pêcheux corrobora os novos rumos da AD ao fazer seu objeto de análise convergir para o interdiscurso, conferindo à exterioridade constitutiva do discurso um viés menos sociológico e mais histórico. Como prolongamento disso, a AD volta-se para as condições de produção dos discursos através da interpretação dos movimentos de construção e deslocamento discursivo, constituídos a partir de uma rede heterogênea de memórias situadas no espaço opaco do interdiscurso (na forma de citações, recitações e pré-construídos). E será por esse giro metodo-

lógico que os pressupostos da *Nova História*³ e o projeto arqueogenealógico de Michel Foucault serão “trabalhados” na Análise do Discurso.

Ao inscrever a produção e a interpretação dos discursos nessa história serial e descontínua, reconhecendo e incorporando à sua teoria noções como *heterogeneidade discursiva* (agora no nível do enunciado) *memória discursiva*, *interdiscurso*, *acontecimento discursivo*, Michel Pêcheux demonstra “aceitar o confronto com essa ‘memória sob a história’ que percorre o arquivo não escrito dos discursos do subterrâneo” (2009, p.25). E é nesse progressivo distanciamento da AD de uma “ordem fixa do arquivo”, pondo-se à escuta das “circulações cotidianas”, que tem lugar o nosso objeto de investigação dentro dos estudos da linguagem. Assim, quando considera as redes de memória que compõem os discursos, Pêcheux viabiliza o tratamento dos “estados de *corpus*, integrando cumulativamente o linguístico e o discursivo, na produção em espiral de reconfigurações do *corpus*” (GREGOLIN, 2007, p.180).

3. Além de Michel Foucault, nomes como Jacques Guilaumou, Régine Robin, Denise Maldidier contribuíram sobretudo com o desenvolvimento da Análise do discurso ao lado da História. Atualmente, as pesquisas em AD aludem também aos trabalhos de Jacques Le Goff, Michel de Certeau, Philippe Ariès para sublinhar a historicidade na análise discursiva.

Tratando da importância da memória para as pesquisas no campo da linguagem M. Pêcheux (2007, p.50) acrescenta:

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. [...] Tocamos aqui um dos pontos de encontro da questão da memória como estrutura de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Em um de seus trabalhos em que discute a relação entre o discurso e a história, Gregolin (2004, p.37) interroga: como pensar a relação entre o discurso e a memória? O que faz com que certos discursos sejam esquecidos e outros sejam permanentemente conservados? A autora discute essa questão em par com as noções foucaultianas de “raridade” e “exterioridade” dos enunciados. Seu texto se harmoniza

com a ideia do filósofo francês na qual o enunciado tem que ser correlacionado a um *campo associativo*:

Isto é, para produzir sentido o enunciado se correlaciona com uma série de formulações que com ele coexistem em um espaço historicamente delimitado. Essas margens, com redes verbais, formam uma trama complexa, que se constitui pela série de outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve (seja para repeti-las ou confrontá-las, implícita ou explicitamente) ou aquelas cuja possibilidade ulterior é possibilitada pelo enunciado (FOUCAULT, 2008b).

Esse tema da memória é problematizado também na introdução de *Papel da memória* por Nunes (2007): “O que é produzir memória? Como a memória se institui, é regulada, provada, conservada ou é rompida, deslocada, restabelecida? De que modo os acontecimentos – históricos, mediáticos, culturais – são inscritos ou não na memória, como eles são absorvidos por ela ou produzem uma ruptura nela?” (p.07). Num prolongamento destas questões e daquelas mencionadas por Pêcheux nessa mesma obra, Orlandi (2007) reforça o movimento contínuo da memória que constitui os sentidos: uma espécie de repetição vertical, em que a memória esburaca-se, perfura-se antes de

desdobrar-se em paráfrase, o que dá a ideia de memória como um espaço móvel de divisões, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos.

No sentido do que dissemos, compreender o reposicionamento da Análise do discurso face à ideia de memória discursiva e, conseqüentemente, pelos diferentes *corpora* de que ela se ocupa na atualidade, pressupõe um entendimento de como essa teoria se apropria da concepção de histórica e a articula no interior de seus conceitos. Com vistas a isso, passemos a uma breve revista sobre a noção de história que fundamenta hoje os trabalhos em AD, no geral, e, em particular a nossa pesquisa.

Fazendo eco ao que sentencia M. Pêcheux acerca da relevância dos métodos na Nova História para o desenvolvimento das pesquisas em Análise do discurso, encontramos no trabalho de Paul Veyne *Como se escreve a história* (1998) valiosas contribuições nesse sentido. Para ele, a história deve ser compreendida como um romance literário, pois como este, aquela existe enquanto narrativas de acontecimentos que têm o homem como ator. Em ambos, os acontecimentos ganham coerência, relevância ou são esquecidos segundo propósitos do narrador\historiador. Sendo a história uma narrativa de acontecimentos,

um mesmo acontecimento pode estender-se por várias narrativas, cada uma pondo em evidência a forma como o narrador se relaciona com o que é narrado.

Veyne ainda afirma que o historiador (em nosso caso, também o analista do discurso), se relaciona com o acontecimento na história de forma metonímica, pois é possível acessar apenas vestígios dos acontecimentos: “na história, (...) mostrar tudo é impossível, não porque seriam necessárias muitas páginas, mas porque não existe fato histórico elementar, átomo acontecimental” (1998, p.45). Com isso, o que se escolhe para ser narrado de um acontecimento produzirá efeitos de sentido, e estes são objeto da AD, que se materializarão nos discursos por onde se determina como o acontecimento será dado a ver.

Seguindo as propostas da Nova História, outra contribuição para pensar as discursividades de que trata a Análise do discurso, e levando em conta a espessura histórica das mesmas, vem do trabalho de Michel Foucault, em particular os fundamentos de *Arqueologia do saber* (2008b). Ali, o filósofo nos apresenta a História como um sistema descontínuo formado por irrupções dispersas (enunciados, discursos, saberes, acontecimentos), no entanto, que mantém certas regularidades. Com isso, contesta os métodos da História tradicional voltados para o continuísmo homogêneo

das narrativas de longa duração; tradição cuja ênfase estava numa História global memorizada em *monumentos mudos* transformados em documentos. Estes, na História Nova, vão deixar a inércia material onde habitam na base que fundamenta o dito e vivido para se converterem numa rede por onde se tramam relações entre unidades, conjuntos, séries:

É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças. (...) O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria, em si mesma, e de pleno direito, memória ; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa. (2008b, p.7-8).

Desse ponto de vista, a história se volta para a arqueologia como forma de descrever e interpretar os monumentos em que os documentos se transformaram. E, segundo o arqueólogo do saber, essa forma de olhar para a história a partir das rupturas, das discontinuidades e relações de séries produz consequências. Uma delas se relaciona dire-

tamente à proposta teórica da AD e aqui nos interessa: a noção de *acontecimento*:

Gostaria agora, de mostrar como certos métodos utilizados atualmente pelos historiadores permitem dar um sentido novo à noção de acontecimento. Há o hábito de dizer que a história contemporânea se interessa cada vez menos pelos acontecimentos e cada vez mais por certos fenômenos amplos e gerais que atravessariam de qualquer forma o tempo e se manteriam, através dele, inalterados. Mas, já há algumas décadas, começou-se a praticar uma história dita “serial”, na qual acontecimentos e conjuntos de acontecimentos constituem o tema central. (...) Ela define o seu objeto a partir de um conjunto de documentos dos quais ela dispõe. (...) essa história não tem desde então, absolutamente por função decifrar, através desses documentos, alguma coisa como o desenvolvimento econômico da Espanha; o objetivo da pesquisa histórica é estabelecer, a partir desses documentos, um certo número de relações. (FOUCAULT, 2000, p.290).

Para Foucault, ao voltarmos-nos às relações que se estabelecem entre os documentos, vemos emergir mutações e rupturas históricas. Sobre essas transformações, devemos considerar que produzem não somente acontecimentos

mínimos ou de pouca importância, mas os fazem se multiplicar em diferentes extratos. São acontecimentos completamente diferentes daqueles da história tradicional que se legitimavam pelo que era conhecido e visível e cujas causas e sentidos eram buscados pelo historiador. À luz dessa reformulação do acontecimento, há, portanto, tipos diversos de acontecimento, “uns são visíveis, imediatamente conhecidos até pelos contemporâneos, e em seguida, debaixo desses acontecimentos que são de qualquer forma a espuma da história, há outros acontecimentos invisíveis, imperceptíveis para os contemporâneos” (2000, p.291).

É possível reconhecer efeitos da importância desses *acontecimentos invisíveis* na Análise do discurso com a sinalização de M. Pêcheux na direção do “ordinário do sentido”. Ainda que em *Discurso: estrutura e acontecimento* o autor estivesse se referindo aos pontos possíveis de deriva a serem apreendidos na interpretação, devemos ter em conta que é na sua potencial equivocidade, no “batimento” da descrição e a interpretação, que o enunciado se deixa ver como acontecimento, emergindo em “uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões etc –” (PÊCHEUX, 2008, p.23). No limite do acontecimento, encontramos séries heterogêneas de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos e com uma

estabilidade lógica variável. Em Pêcheux, o entrecruzamento do acontecimento com a estrutura confere ao primeiro um caráter “perfeitamente transparente e profundamente opaco”, de forma que “a opacidade do acontecimento está no jogo oblíquo de suas denominações” (*id. ibid* p.20).

Com o exposto, observamos que para M. Foucault o acontecimento nos é dado a ver pelas relações que se estabelecem entre séries de documentos históricos. Para M. Pêcheux, mais interessado nos efeitos de sentido no funcionamento linguístico, o acontecimento emerge das relações que se instalam entre séries de enunciados. Independente de designar como materialidade na análise do acontecimento os enunciados ou os documentos, ambos os autores irão por em funcionamento um conjunto comum de noções que se inter-relacionam no procedimento metodológico da análise discursiva: *história, acontecimento, memória*. E na esteira da assimilação desses conceitos pela Análise do discurso, ou seja, em seu redimensionamento teórico, teremos transformações nos próprios *corpora* discursivos: a AD passará a tematizar diferentes discursividades, inclusive aquelas tradicionalmente anônimas e apagadas do cotidiano.

Para o arremate de todo o exposto nesta seção, salientamos a constituição do dispositivo teórico da Análise do discurso a partir do trabalho de Jean-Jacques Courtine,

que reinterpretando elementos da *Arqueologia do Saber* ([1969]; 2008b), redefiniu teórica e metodologicamente esse campo do saber. Ao propor dialogar com os métodos da História Nova e o programa arqueogenealógico de Michel Foucault, a AD idealizada por M. Pêcheux mobiliza conceitos de outros lugares teóricos ao mesmo tempo em que reelabora alguns que lhe são fundamentais, sobretudo o de discurso “como um objeto essencial para a compreensão das realidades históricas e políticas, um nível de intervenção teórica crucial para quem quisesse, a um só tempo, entender a sociedade e trabalhar sua transformação”. (COURTINE, 2006, p.160).

Assim, foi pelas vias abertas por Courtine no começo dos anos de 1980 que a Análise do discurso se volta para a interpretação dos movimentos históricos por onde os discursos são construídos e se deslocam em uma rede heterogênea de memórias, ou seja, a AD se interessa pela historicidade do discurso. E foi nessa mesma via epistemológica aí iniciada, que Michel Foucault “apresentou-se” à Análise do discurso. Desde então, temos “estado com Foucault” (GREGOLIN, 2012) na AD, seguindo suas pegadas teórico-metodológicas. Pois “ele nos inscreve no coração da história” (*id. ibid.*) e isso nos autoriza a, hoje, “fazer trabalhar” outras noções desenvolvidas ao longo de seu pensamento

arqueogenealógico no interior de nossas pesquisas no campo discursivo. Nas próximas seções, articularemos os objetivos de nossa pesquisa a outros elementos desenvolvidos na arqueogenealogia foucaultiana.

O modo arqueológico de análise: o discurso em funcionamento

De acordo com o que expusemos na seção anterior quando historicizávamos o dispositivo da Análise do Discurso, a partir do trabalho de Jean Jacques Courtine ganha terreno no interior da AD desenvolvida por Pêcheux um movimento de interlocução dos elementos dessa teoria com os métodos analíticos de Michel Foucault, a saber, arqueologia e genealogia. Neste tópico, trataremos de expor a configuração do método arqueológico e seu funcionamento na análise de discursividades da mídia.

Quando sugere que se “faça trabalhar” o pensamento foucaultiano no interior da Análise do Discurso, J-J. Courtine está chamando atenção para a necessidade de interrogar o discurso por outro instrumento de interpretação. Deslocar aquele reducionismo contínuo que conduzia as análises (reconhecido pelo próprio Pêcheux) produzidas nesse campo, para uma compreensão do fenômeno dis-

cursivo numa perspectiva que evidencie o funcionamento da história e do acontecimento. Para isso, o autor defende a produtividade das ideias de *Arqueologia do saber* na análise discursiva. Logo, passa a ocupar-se com o enunciado, sua irrupção histórica em um domínio relacional que produz o acontecimento. Assim, parte-se do enunciado a fim de conhecer o que tornou determinado discurso possível. “Desse ponto de vista, a análise busca compreender o enunciado na singularidade de sua situação, a condição de sua existência, sua correlação com outros enunciados” (GREGOLIN, 2008, p.27).

Enfatizando a questão das *condições de existência* dos discursos, a arqueologia é uma espécie de narrativa das condições históricas de possibilidade dos saberes. A tarefa primeira dessa arqueologia é empreender um *trabalho negativo*: descartar as categorias tradicionais com que a história das ideias ou literatura descreve o que foi dito (autor, livro, obra). Assim, aparece um domínio de análise constituído por aqueles enunciados realmente ditos ou escritos em sua dispersão de acontecimento e sua singularidade (FOUCAULT, 2008b). Diferentemente da história do pensamento que busca encontrar para além dos enunciados, ou a partir deles, a intencionalidade do falante, a análise dos enunciados numa perspectiva arqueológica não

os remete a uma instância fundadora, antes os caracteriza em domínios por onde eles emergem, se correlacionam e se excluem.

Destarte, M. Foucault observa que o nível da descrição arqueológica do enunciado não deve se confundir com o da análise da história do pensamento ou o da análise linguística: diferente daquela, a análise arqueológica rejeita a noção de continuidade na formação dos saberes. E, ainda que como a Linguística, se interesse pelo enunciado, a arqueologia não o faz pela descrição das regras que eventualmente construiriam novos enunciados, mas a questão é saber o que tornou possível a existência de apenas determinado enunciado e nenhum outro: “deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (FOUCAULT, 2008b, p.31).

A partir dessa compreensão do enunciado, Courtine a faz trabalhar sob vários aspectos na Análise do discurso: primeiro, pelo viés arqueológico, o enunciado em sua natureza de *acontecimento discursivo*: em sua irrupção histórica, “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente.” (FOUCAULT, 2008b, p.31). Assim, o enunciado parece um acontecimento “estranho”

porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2008b, p.31-32).

Um segundo aspecto relativo ao enunciado, trazido por J-J. Courtine para o campo da AD, refere-se ao enunciado enquanto elemento não autônomo, mas que abre um espaço de memória: todo enunciado existe em *um campo associado*, ou seja, “não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo” (p.112). Um terceiro movimento que Courtine faz do interior da arqueologia foucaultiana para a Análise do Discurso é o fato de o enunciado (e por extensão,

o discurso) não se restringir ao aspecto linguístico⁴. Acerca disso, Foucault é explícito: “língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência” (p.96). Todos estes aspectos do enunciado trabalhados por Courtine sustentam-se na noção arqueológica fundamental de enunciado enquanto *condições de existência*.

Dentro dessa compreensão, a arqueologia faz algumas marcações para o enunciado como “um átomo do discurso” e “função de existência que pertence, exclusivamente, ao signo” (FOUCAULT, 2008b, p.98). Assim, será a descrição dessa função que fará aparecer o enunciado com conteúdo concreto, no tempo e no espaço. De acordo com a proposta da *Arqueologia do Saber* (2008b), a descrição da *função enunciativa* se caracteriza a partir de quatro condições fundamentais: I – possuir um referencial, que não são coisas, fatos ou seres, mas leis de possibilidade; II – possuir um sujeito enunciativo; III – coexistir em um campo associado; IV – ter uma existência material (repetível). A partir disso, *determinar as condições de exercício da função enunciativa* implica certo controle sobre o que é dito, ou que aquilo que pode ser dito é regulado por uma *ordem do discurso*. É essa *ordem* que regula as práticas e as for-

4. Aprofundaremos esta relação do enunciado com o linguístico na seção sobre a Semiologia histórica.

mações discursivas, imputando um efeito de raridade aos enunciados. Desse modo, o que é dito exclui outros dizeres, pois o exercício da função enunciativa se dá sob condições e regras no campo em que se realiza.

○ discurso na arqueologia

Quando define a formação discursiva em *A Arqueologia do Saber*, (2008b, p. 23-34) Foucault o faz através da descrição de um conjunto com quatro elementos que a caracterizariam, as unidades do discurso: *os objetos, as modalidades enunciativas, os conceitos e as estratégias*. É no funcionamento de cada uma dessas unidades que encontramos a regularidade do discurso.

Primeiramente, M. Foucault trata da *formação dos objetos*: o regime de existência que caracteriza tal objeto em um discurso. Para descrever o aparecimento do objeto do discurso, o autor delinea três procedimentos metodológicos para este nível de análise: demarcação das *superfícies de emergência* dos objetos, ou seja, mostrar onde (os objetos) podem surgir, para que possam ser falados, tornando-se nomeáveis e descritíveis. Observado o que faz aparecer o objeto do discurso, o passo seguinte é identificar as *instâncias de delimitação*: instâncias sociais (instituições) que

adquirem o direito de falar do objeto. Em nossa pesquisa de doutoramento, procuramos reconhecer os lugares institucionais, além da própria mídia, que instauram o casamento gay como objeto discursivo. Em seguida, *as grades de especificação* “trata-se de sistemas segundo os quais separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos” (2008b, p.47) entre um e outro objeto, quer dizer, a condição que nos permite estabelecer repartições entre aquilo que distingue um mesmo objeto nas várias práticas que o discursivizam. Isto posto, para definirmos o objeto do discurso é necessário determinar as relações que se estabelecem entre *as superfícies de emergência, as instâncias de delimitação e as grades de diferenciação*._

Na sequência disso, o método arqueológico propõe descrever a formação das *modalidades enunciativas*. Foucault lança três questões: sobre *o estatuto do sujeito que fala*, sobre *os lugares institucionais de onde o sujeito fala* e sobre *a posição ocupada pelo sujeito na enunciação*. Todas estas questões estão relacionadas também com o processo da enunciação, e não somente com as relações que subsistem à formação dos objetos. Sobre o primeiro ponto, Foucault interroga: “quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? (...) Qual é o *status* dos indivíduos que têm

o direito (...) juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?” (2008b, p.57). Acerca, da segunda questão, o autor observa que os lugares de onde quem fala obtém seu discurso estão em constante transformação em nossa sociedade. E por fim, o sujeito enunciador determina a produção discursiva a partir dos “diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala” (*op. cit.*, p.61): observador, avaliador, crítico etc.

Do tratamento dado na arqueologia à *formação dos conceitos*, ocupar-nos-emos, com vistas aos nossos objetivos de pesquisa, somente das *formas de sucessão e de coexistência dos enunciados*. Sobre o modo como se formam os conceitos, Foucault (2008b) nos adverte: “antes de querer repor os conceitos em um edifício dedutivo virtual, seria necessário descrever a organização do campo de enunciados em que aparecem e circulam.” (p.62). Desse modo, a primeira tarefa consiste na descrição das diversas *disposições das séries enunciativas*: o tratamento no modo de relacionar os diversos conceitos que entrecortam a formação de um objeto e a ordenação, generalização, especificação e distribuição que obedecem. A seguir, a descrição dos *tipos de correlação entre os enunciados*: fazem apare-

cer a multiplicidade de conceitos que se sucedem em uma mesma formação discursiva. Indicar os diversos tipos de correlações (de dependência, de ordem, de sucessão) entre os conceitos mostra a regularidade que está na base de sua existência.

Em seguida, M. Foucault diz da necessidade de descrição das *formas de coexistência dos enunciados* e dos conceitos que estes recortam por meio da análise do *campo de presença*, do *campo de concomitância* e do *domínio de memória*. O campo de presença diz respeito a todos os enunciados, já formulados, que reencontram seu espaço na ordem de correlações entre as diversas enunciações e na elaboração de conceitos que envolvem um objeto. Já o campo de concomitância integra enunciados de ordem diversa (que não recortam o mesmo objeto), mas que, ainda assim, atuam sobre o modo como se dá existência aos conceitos. Por fim, o domínio de memória caracteriza as relações de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica que se estabelece entre enunciados. É importante frisar que foi a partir do princípio de *coexistência dos enunciados* que J-J. Courtine encontra nas teses foucaultianas a proposta, nas palavras de Gregolin (2008, p.26), “de reordenamento teórico e analítico da Análise do Discurso”.

Sobre a *formação das estratégias*, Foucault entende os temas e teorias caracterizados pelos enunciados que provêm de certo domínio discursivo. Seu intento, ao falar da formação das estratégias, é o de definir como esses temas se distribuem na história. O filósofo anuncia que é preciso determinar os “[...] pontos de difração possíveis no discurso” (2008b, p.73). Estes estão organizados em: *pontos de incompatibilidade*, *pontos de equivalência* e *pontos de ligação de uma sistematização*.

Inicialmente, como *pontos de incompatibilidade*, temos os casos em que dois objetos, tipos de enunciação ou conceitos distintos não podem ocupar o mesmo lugar em uma série de enunciados (*ibidem*, p.73): eis a contradição manifesta. Já por *pontos de equivalência*, consideram-se os casos em que, mesmo havendo essa incompatibilidade entre objetos, modos de enunciação e conceitos, “[...] suas condições de aparecimento são idênticas” (*ibidem*), ou seja, são inscritos discursivamente pelas determinações de uma mesma formação discursiva. Por fim, os *pontos de ligação de uma sistematização* dizem respeito aos enunciados que possibilitam o surgimento de uma cadeia de novos objetos, conceitos e tipos de enunciação que são inferidos a partir de determinados temas e teorias. O *feixe de relações* que se estabelece no nível das estratégias, será sondado em nossas

análises através dos *jogos de verdade* que observamos no discurso midiático em torno do discurso do sair do armário e do casamento gay.

É importante dizer, por fim, do quão relevante é o papel de cada elemento que constitui as unidades discursivas, ora descritas, no processo de produção do discurso. Este, só se realiza nos feixes complexos de relações que se desenvolvem simultaneamente entre todos os níveis dos domínios discursivos expostos. Foucault já lembrara que o discurso emerge em verdadeiros “campos de batalha”. Sua existência é gestada no interior das relações de poder: “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder” (2008a, p.10).

Referências bibliográficas

COURTINE, J.-J. Crônicas do esquecimento ordinário. In: **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. Organização de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, J.-J. **Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas**. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (Org.). **Análise do discurso; heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008, p.21-35.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Arqueologia das Ciências: resposta ao círculo de epistemologia. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e escritos II: Michel Foucault Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p.82-118.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: **Análise do discurso: unidade e dispersão**. Org. Fernandes, Cleudemar Alves e Santos, João Bosco

Cabral dos. Uberlândia: EntreMeios, 2004.

GREGOLIN, M. R. F. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário. J-J. Courtine e as metamorfoses da Análise do discurso: novos objetos, novos olhares. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (Org.). **Análise do discurso; heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008, p.21-35.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso com Foucault**: no coração da História. São Carlos, SP: UFSCar, 2012. (Conferência).

NUNES, José Horta. Introdução. In: ACHARD, Pierre [*et al.*]. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. [*et al.*]. **Papel da Memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007, p.49-57.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 5 ed., Campinas, SP: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da Análise do discurso. In: COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Tradução de Alda Baltar; Maria Auxiliadora. Brasília: editora UNB, 1998.

O PROBLEMA DA AUTORIA DOS DISCURSOS NO MÉTODO ARQUEOLÓGICO DE FOUCAULT

Maria do Socorro Maia F. Barbosa
Emias Oliveira da Costa

Introdução

A Filosofia das Ciências foi, durante muito tempo, uma história da verdade e seus precursores. Ela tomou as ciências matematizáveis como campo privilegiado para seus estudos, transformando-as num modelo de cientificidade destinado a inspirar todas as outras ciências. Mais que isso, pretendeu impor à própria filosofia – especificamente à Epistemologia, lugar do qual a história das ciências falava – os procedimentos e a forma de uma ciência.

O discurso científico é concebido enquanto sistema de enunciados cujo objetivo é a produção da verdade. Mas a verdade que aí se produz possui uma especificidade que a caracteriza: ela é procedimental, isto é, ela é produzida por

certos métodos. O conceito possui um lugar central nesse sistema discursivo; ele é a síntese da experiência; é a partir da estrutura dos conceitos que a normatividade de uma ciência se evidencia, já que são eles que permitem funcionar e operar sobre o que se observa.

Assim, a história das ciências é o traçado contínuo da emergência, transformação, substituição ou extinção dos conceitos numa linha temporal que atravessa obras e autores. O que marca a ciência é o seu constante progresso na direção de uma verdade cada vez mais aperfeiçoada, a qual se constrói a partir do constante aprimoramento da estrutura conceitual, de seu crescimento e da intensificação de sua coerência.

Nessa perspectiva, toda história não passa de uma narrativa sacralizada, justa, coerente e linear. A verdade é presentida, e cabe à história das ciências buscá-la em sua origem sempre recuada, bem como no seu trajeto coerente e na sucessão de erros dos quais tal verdade teve que se desvencilhar, desdobrando “uma concepção da história organizada a partir do modelo da narrativa como grande sequência de acontecimentos tomados em uma hierarquia de determinações” (FOUCAULT, 2013, p. 65).

Conduzindo a história das ciências para regiões não matematizáveis, Canguilhem repensa a noção de progresso

científico, tendo em vista que “ele não é o desenvolvimento de uma verdade que existe em germe desde o mais longínquo passado, a mais distante origem, e evolui linearmente até a atualidade” (MACHADO, 2006, p. 30). O que Canguilhem propõe é uma epistemologia que não menospreze o erro e que não tome a verdade atual como parâmetro para as verdades do passado. Se, por exemplo, Darwin é uma espécie de retorno a Lamarck, Cuvier, que se interpõe entre ambos e que, em certa medida, opõe-se a Darwin, não deve ser visto como um erro à parte, tendo em vista que a crítica da espécie de Darwin só foi possível a partir de Cuvier, da redistribuição que ele faz do saber biológico.

Canguilhem põe em foco a descontinuidade própria das ciências da *vida*. A trajetória que elas constroem não se tece, como na matemática, por uma espécie de evolução ou acumulação, mas por constante revisão; desse modo, dois autores não podem ser tomados comparativamente caso não se verifique uma identidade epistemológica entre ambos. A questão dos precursores se vê, dessa forma, destituída de validade.

Essa história descontínua faz reverberar de maneira mais intensa os momentos de ruptura; busca multiplicar ao máximo esses momentos, ao passo que delimita o seu alcance e evidencia sua parcialidade, pois trabalha com

periodizações restritas. A ruptura não é geral e unânime e, por isso, a história das ciências não é possível enquanto história das teorias, mas somente enquanto história dos conceitos, cada um tomado separadamente. Somente por meio de uma história do conceito é que, por exemplo, a noção de “indivíduo perigoso” – a que tanto a Psiquiatria tem se dedicado – pode ser compreendida não como fruto de uma nova formulação teórica no campo da Psiquiatria, nem como uma necessidade imposta pela aproximação entre Direito Criminal e Psiquiatria, mas enquanto reformulação de um conceito proveniente do Direito Civil (FOUCAULT, 2010, p. 20-21).

Portanto, se a história das ciências é descontínua é porque os próprios conceitos também o são. Eles não se formam definitivamente; nem tampouco o momento de sua formação coincide com o momento em que certo conhecimento ultrapassa seu limiar de cientificidade. Para Canguilhem, a epistemologia deve estar mais preocupada com o conjunto de relações nas quais o conceito está envolvido do que com o estabelecimento dos critérios de cientificidade e com a diferenciação entre os verdadeiros e os falsos conceitos.

O campo do saber no qual as pesquisas epistemológicas de Canguilhem se lançam impõe-lhe uma maneira especí-

fica de historiar certos “discursos científicos”, a qual se diferencia do modo como Bachelard procedia ao pesquisar a matemática e a física. Michel Foucault, diante das ciências humanas, lançará mão de outra forma de fazer história das ciências, à qual ele chamará de arqueologia e que tomará o discurso por ele mesmo, em detrimento da figura do autor como critério de unidade.

A história genealógica e a dispersão da unidade

Em *As palavras e as coisas*, ao afirmar que “o limiar de nossa modernidade não está situado no momento em que se pretendeu aplicar ao estudo do homem métodos objetivos, mas no dia em que se constituiu um duplo empírico-transcendental a que se chamou *homem*” (FOUCAULT, 1999, p. 439), Foucault aponta para uma característica fundamental da filosofia moderna: sua estreita ligação com as ciências empíricas, tornando possível pensar o homem enquanto “duplo empírico-transcendental”. Isso significa que o homem é pensado como ser finito tanto pela filosofia quanto pelas ciências da *vida*, da *linguagem* e do *trabalho*, de modo que o pensamento da modernidade não é mais do que a finitude em sua eterna referência a si mesma.

Mas o pensamento moderno pode pensar a sua própria finitude ao tempo em que pensa a finitude do homem; por isso, o cerne da questão que a filosofia moderna desdobra está na indagação acerca dos limites da Razão. A pergunta ‘O que são as Luzes’, a que Kant forneceu uma resposta e a qual toda a filosofia moderna não cessou de retomar, colocou, de maneira imperiosa, o problema do presente, da história e do sujeito autônomo. É um certo desejo de heroificar o presente que Baudelaire reconhece na pintura moderna; e essa heroificação pauta-se sobretudo numa elaboração do homem.

A história pode ocupar um lugar de prestígio nesse contexto porque a modernidade pensa a glória racional e libertária de seu presente sempre a partir de uma procura pela origem recuada. O lugar da origem é o lugar da verdade, o que torna accidental tudo o que vier depois da identidade primeira, da essência fundamental.

Mas é pelas máscaras que se elaboram após essa origem – é pela própria máscara que essa identidade é – que a filosofia histórico-genealógica nietzschiana se interessa. Aquilo em que essa identidade se constitui é uma dispersão de acontecimentos e não a consciência do sujeito caminhando numa direção constante. Uma vez que abole todas as essências e todo absoluto, a história genealógica pode fazer

emergir, contra a interpretação histórica exclusiva, a série indefinida das diferentes interpretações, na medida em que interpretar não é buscar um sentido oculto – aquele que se esconde por baixo das máscaras, aquele que pertence à Providência, a qual organiza e direciona o caos dos acontecimentos múltiplos –, mas sim elaborar interpretações múltiplas, pois que são muitos os níveis de análise que se apresentam quando a origem deixa de ser concebida em termos de unidade essencial e de logradouro da verdade.

A origem não passa de um “exagero metafísico que ressurge na concepção de que no começo de todas as coisas se encontra o que existe de mais precioso e mais essencial” (NIETZSCHE apud FOUCAULT, 2013, p. 276). O trabalho do genealogista é, então, o de transformar a origem em dispersão, interessando-se pelos mínimos desvios e pelos casos que marcam todo começo, em detrimento da figura do autor e sua consciência capaz de instaurar de uma vez por todas a verdade interior e oculta.

Da ligação estreita que a filosofia moderna constrói com as empiricidades emerge não só a condição de possibilidade do pensamento filosófico acerca do homem e sua consciência, mas também, paradoxalmente, a refutação dessa mesma filosofia. Assim, os achados de Darwin e Freud “fustigam a noção de sujeito moderno e a ‘metafísica da

subjetividade” (GHIRALDELLI, 2003, p. 94) e abrem caminho à crítica ao sujeito autônomo e à consciência transcendental, os quais, em Nietzsche, são refutados a partir de uma crítica da origem e da verdade.

Para Nietzsche, o lugar de emergência da História, progressista e transcendental, é a Europa do século XIX, época que, por ser o tempo da completa mistura e dos signos vazios, contrapõe-se aos momentos mais imponentes da civilização europeia. As grandes épocas jamais se interessaram pela História e, por isso, o classicismo não precisava de Shakespeare para fazer-se alto; foram as épocas arruinadas que necessitaram valer-se da história progressista; dessa forma, o historiador não é mais do que um fraco.

O historiador é um asceta que luta contra os impulsos de seu próprio corpo. Procura uma vontade universal e, dessa forma, não faz seleção da história que pretende fazer, mas alimenta a pretensão de tudo conhecer e tudo reduzir a um denominador comum; o historiador não escolhe: tenta, assim, esconder-se sob a máscara da objetividade e da verdade, disfarçando as paixões que o move. Seu discurso é demagógico e não cessa de afirmar que não há tempo maior do que o dele.

A história genealógica afirma-se na proeminência impulsiva do corpo. História não para construir identidades, mas

para parodiá-las. História corporal porque descobre a inconstância da vontade de saber e porque descreve identidades mortais, não a perenidade de uma origem histórica. Livra-se de todo ascetismo que se atribui ao conhecimento a fim de torná-lo uma intensidade corporal. Compromete a unidade do sujeito, já que o saber, em vez de apaziguá-lo, de fazê-lo pousar sobre uma identidade, torna-o estranho a ela.

Por outro lado, a desintegração do sujeito pode fazer emergir, em substituição aos dois grandes temas da filosofia moderna – a verdade, seu fundamento, e a liberdade –, o tema da morte do ser: “outrora as religiões pediam o sacrifício do corpo humano; hoje, o saber conclama a fazer experiências sobre nós mesmos, o sacrifício do sujeito do conhecimento” (NIETZSCHE apud FOUCAULT, 2013, p. 294). A história genealógica imola a consciência trans-histórica do sujeito epistemológico em nome da inquietação do conhecimento, do seu instinto violento e de seu acaso. Em nome de sua vontade corporal, o conhecimento matará o próprio homem, aquele que no limiar de nossa modernidade constituiu-se como duplo empírico-transcendental.

A formação discursiva como objeto da arqueologia

Se é certo que o ponto sobre o qual Foucault detém as suas análises é o discurso, é certo também que, para ele, “o discurso não é uma infraestrutura e também não é um outro nome para ideologia” (VEYNE, 2009, p. 33). O discurso é a instância de determinação de uma unidade a que Foucault chama de *formação discursiva*. Ocorre, todavia, que a definição dessa unidade não se dá, na arqueologia, de maneira tranquila; pelo contrário, ela é o problema central nas pesquisas arqueológicas de Foucault.

Em *História da loucura*, por exemplo, Foucault se lançou sobre a possibilidade de definir a unidade de uma formação discursiva a partir de um objeto – a loucura – marcado por uma heterogeneidade de enunciados, os quais provinham não somente do campo médico, mas também do campo jurídico etc. O objeto não constituía, no entanto, uma unidade, pois o que se dizia sobre o louco não poderia ser indiferentemente agrupado num único e mesmo bloco. Tomando-se o discurso psicopatológico como critério de unificação, o problema, ainda assim, não se resolvia, porque, ao longo do tempo, transformava-se o modo de des-

crever, analisar e associar a loucura, bem como a função que desempenhava o discurso sobre ela. Dessa forma, o objeto não existia por ele mesmo, mas era produzido historicamente pelos discursos.

Por isso, a unidade de uma formação discursiva não pode ser descrita a partir de um único e mesmo objeto, mas sim pela caracterização das regras que permitem o aparecimento de múltiplos objetos. A loucura é uma dispersão de objetos, mesmo que ela seja analisada dentro de um recorte histórico preciso; é justamente essa simultaneidade, essa coexistência de objetos que é preciso descrever; nessa multiplicidade de objetos a loucura funciona apenas como um *referencial* para muitos objetos.

Em *O nascimento da clínica*, o problema da unidade de uma formação discursiva se apresenta concomitante ao problema da emergência de um único e mesmo tipo de enunciação. A formalização da medicina parecia associada a uma espécie de homogeneização de seus enunciados, fruto de uma certa articulação entre olhar e linguagem, o que fazia do médico um olho que observa e descreve. Mas a descrição era, de fato, apenas uma das muitas modalidades enunciativas que atravessavam o discurso médico. Além disso, a própria descrição não se consolidou definitivamente na história da medicina, pois ela nem sempre des-

creveu a mesma coisa, nem a posição do sujeito que olha foi sempre a mesma, nem os métodos de observação foram sempre os mesmos.

Por consequência, uma formação discursiva não pode definir a sua unidade a partir do critério de uma única caracterização formal de seus enunciados. Eles são heterogêneos e cabe saber, para definir suas regras de formação, como eles se relacionam, se excluem e se apoiam um no outro. A dispersão das *modalidades enunciativas* é, simultaneamente, dispersão dos lugares institucionais de onde é possível falar; essa dispersão não encontra sua unidade numa interioridade que busca expressar-se, uma vez que ela é “um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (FOUCAULT, 2007, p. 61).

Em *As palavras e as coisas*, a unidade de uma formação discursiva é encontrada para além da unidade de uma arquitetura conceitual. Embora seja possível reconhecer, a princípio, uma coerência conceitual na Gramática de Port-Royal, por exemplo, logo surgem outros conceitos que se mostram incompatíveis e que inviabilizam a possibilidade de uma unidade da gramática clássica enquanto estrutura coerente de conceitos. Mas é possível, todavia, descrever um sistema de regras que dê conta dessa incompatibilidade de conceitos, ou seja, de sua dispersão. Em *As palavras e as*

coisas, Foucault descreve uma rede teórica que, construindo-se fora dos limites restritos à gramática clássica – mas sim no interstício formado pela história natural, a análise das riquezas e pela gramática geral –, pode ser capaz de abarcar conceitos incompatíveis. Essa rede teórica fornece a série de elementos problematizados, a partir dos quais os conceitos podem se dispersar.

É possível, ainda – uma vez desarticuladas as possibilidades de estabelecer uma unidade do objeto, ou da modalidade enunciativa ou da arquitetura de conceitos – supor que, dentro das ciências humanas, tão propensas ao jogo dos interesses de grupo, possam ser delimitadas certas unidades discursivas a partir de uma identidade de opinião. Assim, o tema do evolucionismo poderia se configurar como uma hipótese que, da história natural à biologia, mobilizou um conjunto de pesquisas que se esforçaram por comprová-lo, às quais se poderia atribuir uma unidade. Mas o evolucionismo do século XVIII não é o mesmo do século XIX: aquele está inserido no problema próprio da história natural – a construção do quadro das espécies –, e este resulta do questionamento acerca da relação entre o organismo e o meio. Trata-se de duas conjunturas conceituais e dois sistemas de objetos diferentes e, portanto, de dois evolucionismos.

Em se tratando do tema fisiocrata em oposição ao tema utilitarista, tão marcados por interesses políticos conflitantes, ambos não passam de um conflito de superfície; num outro nível de análise, os dois não constituem duas unidades discursivas, mas provêm do mesmo sistema de dispersão de temas, o que evidencia que a unidade de uma formação discursiva não se confunde com uma identidade político-ideológica.

O que individualiza uma formação discursiva não é a unidade de uma “ciência”, nem a de uma “obra”; não é a prevalência de um e mesmo objeto, conceito, forma de enunciado ou tema. Trata-se de encontrar “um sistema regido de diferenças e dispersões” (FOUCAULT, 2013, p. 111). Ou seja, de buscar, agindo sobre todos os *objetos*, uma regra de formação; de extrair da multiplicidade de *modalidades enunciativas* uma conjuntura de relações que descentram o sujeito falante; de observar, sob a incompatibilidade dos *conceitos*, uma única rede teórica; de definir, para além das polêmicas de superfície, uma regra a partir da qual se formam os *temas*; a descrição de uma formação discursiva, portanto, situa-se em nesses quatro níveis autônomos, ainda que relacionados uns com os outros. Tal descrição dá conta, sobretudo, do que Foucault chama de *positividade*, ou seja, preocupa-se mais com as lacunas do

que com a coerência, mais com a dispersão do que com os elementos comuns.

A morte do autor

Foucault diz ter feito, em *As palavras e as coisas*, uma análise de certas “massas verbais, espécies de planos discursivos, que não estavam bem acentuados pelas unidades habituais do livro, da obra e do autor” (FOUCAULT, 2006, p. 266). Apesar disso, não abdica de citar nomes sem, todavia, deter-se demoradamente nas obras dos autores que menciona; paralelo a isso, estabelece proximidades desconcertantes entre autores vistos tradicionalmente como inconciliáveis. Evidencia-se, dessa forma, que a pesquisa no nível discursivo-arqueológico recusa os limites que a figura do autor pode impor ao discurso; com isso, rejeita a descrição de certas individualidades e a construção de família de autores, em favor da descrição do funcionamento de uma formação discursiva específica.

Ao proceder dessa forma, põe-se em pauta o debate acerca do autor enquanto unidade que a tradição – não só a história das ciências, mas também a história literária, por exemplo –, estabeleceu como critério primeiro de individualização dos discursos. A emergência desse debate,

todavia, não se deve especificamente a Foucault; há muito que a crítica literária de seu tempo já havia se desvinculado da associação entre escrita e expressão individual; mas também, e principalmente, destituído a escrita de uma função imortalizadora, pensamento no qual Shehrazade constituía-se como metáfora da narrativa que não cessa de adiar a morte.

Entretanto, essa crítica literária questionadora do autor – ao afirmar-se não mais a partir da missão de estabelecer a ligação entre a escrita e o escritor, mas a partir de um olhar para a estrutura da obra e suas relações internas –, ao invés de assassinar definitivamente o autor, lança-o apenas para um ponto bem menos privilegiado da análise. A noção central sobre a qual ela opera – a noção de obra – impõe-lhe uma pergunta que ela não pode responder de maneira negativa: existe a obra sem o autor? Como delimitar os textos de uma obra sem recorrer, em nenhum momento, ao nome de um autor?

Para a história das ciências e seus precursores, bem como para a história literária, o *nome do autor* não é um simples elemento do discurso. Ele é ao mesmo tempo um *nome próprio*; oscila entre a *designação* e a *descrição*, “nem inteiramente sob a forma de designação, nem inteiramente sob a forma de descrição” (FOUCAULT, 2006, p.

272). Mas a ligação que o *nome do autor* constrói com a obra não é a mesma que o *nome próprio* constrói com a individualidade que esse mesmo nome descreve/designa. O *nome próprio* passa do discurso à figura exterior que o produziu; o *nome do autor* se desdobra nos limites mesmos do texto, sem ultrapassá-los. Isso porque o *nome do autor* unifica, liga e agrupa textos; ele estabelece uma certa relação de homogeneidade, dentro da qual pode-se definir a autenticidade de um texto; ele é o princípio de separação pelo qual se exclui o discurso transitório do cotidiano, ao mesmo tempo em que serve de sinalização de um tipo específico de discurso.

Na cultura ocidental, a figura do autor surge a partir de uma concepção de discurso enquanto ato; não no âmbito desses textos aos quais, hoje, chamamos literatura, mas num campo especificamente jurídico; desse modo, a autoria estava ligada à possibilidade de punição. Somente quando os textos “literários” deixaram de circular no anonimato para se revestirem dessa função-autor, passou-se a problematizar um certo caráter transgressor da literatura. Se essa função consolidou-se na literatura e também nas ciências humanas – haja vista que, hoje, até os textos que o autor mantém no anonimato constituem um problema que é preciso resolver –, não se dá o mesmo com a matemática, por exemplo, onde

o autor não constitui problema, pois a verdade dos enunciados independe de quem os formula, subordinando-se exclusivamente à agudeza da demonstração.

Diferentemente das ciências matemáticas, as ciências humanas não produzem saberes que se constroem de maneira linear e cumulativa. Freud e Marx não são autores da mesma forma que Copérnico e Newton o são. A principal contribuição de Freud e Marx é terem fundado uma determinada possibilidade de falar; todavia, sempre se pode reler Marx e Freud, retomá-los de ponta a ponta, e mesmo negá-los; os discursos que se colocaram depois deles não cessaram de reinterpretar suas obras, de modo que o que eles disseram não se limita ao que efetivamente escreveram; um texto, em ciências humanas, é sempre um porvir infinito: sempre o mesmo e, concomitantemente, outro.

O que eles fundaram não foi uma ciência que, preservando os conceitos já formulados e ampliando sua coerência, trabalha de modo a pormenorizá-los e desenvolvê-los progressivamente. Fundaram antes uma discursividade, uma possibilidade de falar, na qual não se podem reconhecer nem proposições verdadeiras nem proposições falsas. Por isso, seus enunciados não podem se constituir como uma unidade, pois seus textos fundadores não podem ser vistos como uma base fixa; pelo contrário, o texto instaurador de

uma discursividade permanece sempre em desequilíbrio. Por isso, a validade das proposições de uma discursividade não é obtida a partir de uma normatividade precisa, com princípios estáveis de aceitação e exclusão de enunciados; ela existe, antes, em relação a uma teoria que retoma e reelabora o discurso fundador.

As discursividades exigem sempre que se retorne ao ato de sua fundação, à sua origem, porque o esquecimento é algo que lhe é constitutivo. Elas preservam uma essência esquecida, à qual é preciso sempre retornar. Uma discursividade compõe um jogo semelhante, mas não idêntico, ao jogo em que, no saber do século XVI, a linguagem esteve inserida, ao colocar-se “no interstício entre o Texto primeiro e o infinito da Interpretação” (FOUCAULT, 1999, p. 57). As discursividades, articulando-se no jogo paradoxal do comentário, dizem, pela primeira vez, aquilo que já havia sido dito, ao mesmo tempo em que repetem aquilo que jamais se tinha pronunciado; e, assim, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2009, p. 26).

O autor é, por consequência, uma figura absolutamente imprecisa, tanto velha quanto nova, tanto por dizer-se quanto já se tendo dito, tanto próxima quanto distante dos textos que escreveu. Um texto de Newton descoberto só

agora pouco modificaria a teoria: apenas poderia alterar alguns aspectos históricos relativos à gênese dos conceitos. O mesmo não aconteceria no âmbito das discursividades. Nas ciências humanas, o sujeito do enunciado não é o autor, pois ele é, sobretudo, “uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes” (FOUCAULT, 2007, p. 105).

Se a história das ciências lançou mão, ao traçar a história de um conceito, da unidade de um autor – não sem fazer recortes na sua obra, excluindo, por exemplo, textos da juventude –, o método discursivo-arqueológico o dispensará totalmente de suas análises. Ao lidar com o estrato discursivo, onde imperam as leis da dispersão e da pluralidade, o indivíduo torna-se um critério de unificação completamente sem validade. As transformações que se operam no nível do discurso não podem ser atribuídas a um autor e sua obra.

Dessa forma, se Foucault fez referência, em suas pesquisas, a determinados nomes, não o fez com a finalidade de designar suas obras; embora as rupturas que ele analisa passem por esses autores, elas não lhes são exclusivas, nem tampouco encontram neles um marco histórico. Se utiliza, por exemplo, o nome de Cuvier, não é para referir-se a um possível caráter revolucionário de sua obra, mas sim para

designar uma transformação que opera em textos diversos e para além de Cuvier. O que Foucault chama de ‘transformação Cuvier’ pode ser encontrada em outro lugar, em outros textos. O foco da arqueologia incide sobre a ‘transformação’, o que significa que, para o método arqueológico de análise dos discursos, “o autor não existe” (FOUCAULT, 2013, p. 233).

Uma última palavra: o último homem

A composição epistemológica que se apresentou para a cultura ocidental, entre o final do século XVIII e início do XIX, com o esfacelamento da representação clássica e a consequente formação das empiricidades modernas, trouxe junto consigo a emergência de um objeto que esteve – ou talvez ainda esteja – na ordem do dia para o pensamento moderno: o *homem*. As ciências humanas são, por isso, o efeito mais patente dessa nova composição epistemológica.

Mas nada há que garanta a perenidade desse objeto epistemológico, pois tal como, no século XVI, o pensamento da Semelhança deu lugar ao quadro da Ordem, que, por sua vez, não se exonerou das transformações que o decomuseram, no século XVIII, o *homem* também há de desaparecer. Foucault reconhece em Nietzsche o esforço inicial

na direção de uma decomposição da *episteme* moderna, ao elaborar uma filosofia que, pensando a morte de Deus, pensa, principalmente, a morte do último *homem*.

Junto à morte do homem para a filosofia nietzschiana, à morte do sujeito para a psicanálise e ao fim de certa História para o estruturalismo etnológico, o problema da morte do autor para método arqueológico de análise do discurso põe, de maneira ainda mais efetiva, o desafio de um novo pensamento frente ao sono antropológico da modernidade.

Referências

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. (Coleção Ditos e Escritos; 2).

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e ci-

nema. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos e Escritos; 3).

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Coleção Ditos e Escritos; 5).

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Introdução à filosofia**. Barueri, SP: Manole, 2003.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006 (3ª edição, revista e ampliada).

VEYNE, Paul. **Foucault, o pensamento, a pessoa**. Lisboa-PT: Edições Texto & Grafia, 2009. (Coleção Pilares).

A LITERATURA E A VIOLÊNCIA:

um encontro no discurso jornalístico

Márcio Rogério de Oliveira Cano

Introdução

O trabalho que se apresenta neste capítulo faz parte de uma pesquisa em Análise do discurso que procura desvelar as formas como o interdiscurso se concretiza em situações de uso. Tomamos dois discursos diferentes para mostrar como eles se interagem e se revelam no discurso jornalístico. São eles o literário e da violência. O discurso literário possui um lugar institucionalizado e legitimado na sociedade, que constrói para si um modo de dizer que não recorre a outros discursos para se legitimar, mas possui o poder de se autolegitimar, como um discurso constituinte (MAINGUENEAU, 2008). Do outro lado, dos espaços não legitimados, encontramos discursos não institucionalizados, como o discurso da violência, que, apesar de viver à margem da sociedade, também constitui um modo de dizer que não se concretiza em gêneros discursivos, mas que

atravessa os sentidos de outros discursos.

A ideia central de nossas pesquisas é mostrar como discursos legitimados e não legitimados se interagem no limiar de suas fronteiras em discursos concretos como, neste caso, o discurso jornalístico, no sentido de desvelar essa arquitetura do funcionamento discursivo, que possibilitam efeitos de sentidos possíveis que podem, em maior ou menor medida, ser compreendidos pelos co-enunciadores. Com esse procedimento metodológico interpretativo, buscamos, também, contribuir com a formação de leitores e produtores de texto que possam utilizar estratégias de construção de sentidos e que possam compor um sujeito que lê de forma mais crítica e eficiente, reconhecendo as tramas sutis do discurso que orienta os modos de organização da língua, marcados ideologicamente e culturalmente.

Para tanto, procedemos a análise de um discurso que circula no discurso jornalístico, buscando a forma como o discurso literário orienta o modo de dizer que possibilita apreender um discurso da violência contra grupos estereotipados socialmente. Para esse trabalho, respaldamo-nos na Análise do discurso de linha francesa, principalmente naquela sistematizada por Dominique Maingueneau, por meio dos princípios de cenas de enunciação e ethos dis-

cursivo, que constitui o posicionamento do enunciador por onde atravessam os discursos paratópicos e atópicos.

Considerações teóricas

O interdiscurso, segundo Foucault (2010), é o caos, somos nós que olhamos de forma a organizá-lo. Esses nossos olhares permitem dizer que os vários discursos que circulam na sociedade não ocupam o mesmo lugar, em outras palavras, não são equivalentes. Para sistematizar esses lugares, Maingueneau (2008, 2010) propõe uma *topia* do discurso que se seriam três: discursos paratópicos, tópicos e atópicos.

Por discurso paratópico, Maingueneau compreende que são aqueles que têm o poder de se auto constituir, por isso são discursos constituintes. Tais discursos possuem a eficácia de dar sentido à vida por meios diferenciados de percepção e modos de dizer, sem ter que recorrer a qualquer outro discurso para se legitimar. Esses discursos são em quantidade pequena e limitada, Maingueneau postula

quatro: o literário¹, o religioso, o científico e o filosófico. Cada um a seu modo tem o poder de explicar o mundo e o sentido da vida por modelos diferentes.

Por outro lado, os discursos atópicos estariam na dimensão oposta, não possuem um lugar legitimado, muito menos territorializado, e vivem à margem da sociedade, pois esta não os aceita, apenas os atura. É o caso de discursos como o racista, machista, da violência, entre outros. Por não ter um espaço legitimado, tais discursos para existirem precisam ser concretizados em outros discursos, por exemplo, no jornalístico, como veremos a seguir. Dizemos isso, pois, por exemplo, não há aquele indivíduo que se autodenomina racista, pois isso não é aceito pela sociedade, mas esse mesmo indivíduo pode se revelar racista por meio de um discurso jornalístico, como na notícia, no editorial, na charge etc. Esse discurso racista atravessaria outros discursos legitimados pelo seu modo de dizer que acaba impregnando esses outros discursos.

1. Temos defendido a hipótese de que os discursos literário e religioso seriam discursos tópicos e que os discursos artísticos e bíblicos (NASCIMENTO, 2009) seriam paratópicos. No entanto, diante do espaço do capítulo e da proposta, usaremos a forma como Maingueneau trabalha para não incorrer em explicações rápidas que mais confundirão do que esclarecerão.

Para que discursos paratópicos e atópicos existam e se encontrem, existem os discursos tópicos que são aqueles legitimados socialmente, que possuem papéis sociais estereotipados e gêneros discursivos típicos de circulação, como o jornalístico, o publicitário, o escolar etc. Os discursos tópicos para se legitimarem recorrem aos discursos constituintes, pois é comum o jornal, por exemplo, recorrer, para explicar um fato, ao saber do cientista, do filósofo, do religioso ou do artista para ter crédito. A figura abaixo ajuda a entender essa organização.

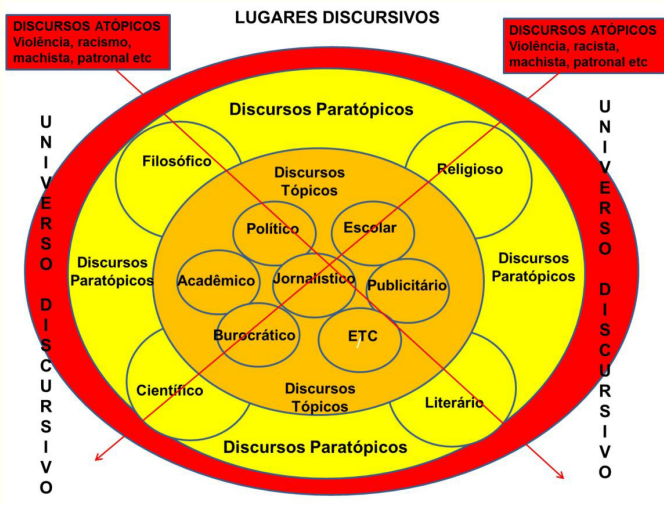


Figura 1

A problemática que se coloca aqui é justamente entender esse limiar entre um discurso paratópico (literatura) e um discurso atópico (violência). Dizemos limiar, pois não há fronteiras entre os discursos, mas um limiar em que quando um termina o outro já começou, como se pudessem ser visto como dois lados de uma mesma moeda. A literatura pode ser um discurso da violência, assim como a violência pode ser um discurso literário. A figura 2 ilustra essa possibilidade, revelando que os discursos não se constituem num plano nem horizontal, nem vertical, mas numa circunferência em que se confundem.

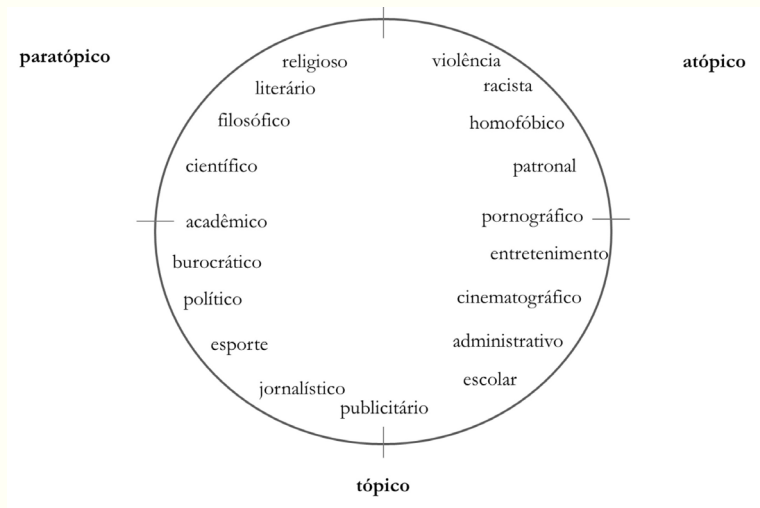


Figura 2

Como essas dimensões dos lugares discursivos paratópicos e atópicos são extremamente sutis, necessitamos de alguns princípios de análise que possam compor a nossa metodologia. Por isso, optamos primeiro por perceber o confronto na cena de enunciação, entre a cena genérica e a cenografia, para depois analisarmos o ethos discursivo que surge nessa cenografia e que compõe o posicionamento do enunciador ao qual o co-enunciador pode aderir.

Para entender as cenas de enunciação, recorreremos à distinção de três cenas:

- A *cena englobante* é equivalente ao tipo de discurso. Para Maingueneau (2005), não é fácil categorizar o tipo de discurso, mas podemos partir de sua definição por meio de sua função social. As funções sociais estão ligadas aos setores da sociedade em que circulam as falas, por exemplo: discurso político, discurso literário, discurso publicitário e assim por diante. Os indivíduos ao tomarem contato com um texto, devem ser capazes de se situar dentro de um desses discursos, chamados, então, de cenas englobantes.

- a *cena genérica* equivale aos vários gêneros do discurso com os quais nos defrontamos. São os gêneros que determinam os rituais, os papéis sociais que cada co-enunciador deve assumir, lugares e tempos que podem ser usados, como lê-los etc. Trata-se de um dispositivo de comunicação

possível de atualizar as interações por meio de um arsenal de gêneros já existentes e conhecidos dos indivíduos. Isso possibilita tanto a manutenção das relações sociais quanto a economia no tempo da interação pela recorrência de modelos pré-estabelecidos, não havendo necessidade de se criar um gênero a cada situação comunicativa iniciada. Para Maingueneau (2008) cada gênero ou subgênero de discurso define o papel de seus participantes: num panfleto de campanha eleitoral, teremos um “candidato” dirigindo-se a eleitores, num curso, teremos um professor dirigindo-se a alunos etc.

-a *cenografia*, geralmente, coloca em segundo plano a cena genérica e faz com que o leitor seja enlaçado por uma outra cena. Para exemplificar, muitas vezes, ao lermos uma notícia sobre política, a cena genérica “notícia” é colocada em segundo plano e somos enlaçados por uma “denúncia” que nos coloca num papel diferente do leitor de uma notícia e o enunciador, de jornalista passa a ser o denunciador. Isso desata uma rede de compreensão textual bem diferente daquela comum à notícia. É a própria cenografia que legitima a sua existência como enunciado. É na sua progressão que o enunciando vai se legitimando na medida em que aciona um dispositivo de fala e, retroativamente, se valida.

Em toda cena de enunciação, os enunciados recorrem ao

que Maingueneau chama de *cena validada*, o que dá status de existência a eles. Para o autor, as cenografias apóiam-se em cenas validadas, pois já estão instaladas na memória coletiva. São cenas estereotipadas com as quais os leitores têm contato e que não precisam ser explicadas.

É nessa cenografia que se revelam os traços que constituem o *ethos* discursivo do enunciador. A noção de *ethos discursivo* é um princípio composto por vários planos que vão se materializando na *cenografia* e que proporcionam ou não a *adesão* ao *posicionamento* do enunciador. Um primeiro plano de análise é chamado de *fiador*. Ele é configurado como uma instância subjetiva que desempenha um papel de afiançar aquilo que é dito. Para construir essa noção de *fiador*, Maingueneau (2005: p. 98) diz:

Mas esse *ethos* não diz respeito apenas, como na retórica antiga, à eloquência judiciária ou aos enunciados orais: é válido para qualquer discurso, mesmo para o escrito. Com efeito, o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do *corpo* do enunciador (e não, evidentemente do *corpo* do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de *fiador* do que é dito.

Esse *tom* é, então, o responsável por fazer emergir essa instância *corporificada* que serve de *fiador* do que se diz. Ainda para Maingueneau (2008: p. 64):

Isso quer dizer que optei por uma concepção mais “encarnada” do *ethos*, que, nessa perspectiva, recobre não somente a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas associadas ao “*fiador*” pelas representações coletivas. Assim, acaba-se por atribuir um “caráter” e uma “*corporalidade*”, cujo grau de precisão varia segundo os textos. O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à *corporalidade*, ela é associada a uma compleição física e a uma forma de se vestir. Além disso, o *ethos* implica uma forma de mover-se no espaço social, uma disciplina tácita do *corpo*, apreendida por meio de um comportamento. O destinatário o identifica apoiando-se em um conjunto difuso de representações sociais, avaliadas positiva ou negativamente, de *estereótipos*, que a enunciação contribui para reforçar ou transformar.

Por fim, é necessário salientar que a noção de violência que estamos utilizando aqui não se refere a atos de violência, mas a estados, como define Michaud (1989) os *atos de violência* são aqueles perceptíveis e possíveis de serem

vistos, ouvidos e tocados. Ocorre quando a agressão física está presente e, por consequência, a morte pode acontecer, o sangue pode ser visto e a dor pode ser sentida no corpo. Os *estados de violência* são relativos à agressão moral, à hegemonia de classes, ao constrangimento, às mortes provenientes de falta de cuidados médicos, de saneamento básico, da fome e da pobreza. Não colocamos aqui uma relação hierárquica das duas formas de *violência*, mas o que é mais claro à percepção e o que é mais sutil, portanto, mais difícil de perceber.

A cena literária

O texto que aqui está analisado faz parte do gênero notícia. Para entendermos a construção de sua cenografia de romance, precisamos primeiro passar pelas noções de notícia. O gênero notícia ocupa dentro do discurso jornalístico um espaço privilegiado. Inclusive, é a partir da notícia que, muitas vezes, outros gêneros podem ser acionados dentro do jornal, ou seja, a partir da notícia do dia ou das notícias do dia é que se escrevem muitos editoriais, artigos de opinião, as charges, as cartas do leitor, os fotojornalismos etc. A partir da construção de um fato se desdobram outros falares sobre ele. A notícia é a construção desse fato.

Um acontecimento só pode ser trazido ao mundo por meio de modos de dizer e para isso contamos com vários modos. Pode ser uma resenha do discurso acadêmico, uma aula do discurso escolar, um conto do discurso literário ou uma notícia do discurso jornalístico etc. Para cada um desses modos de dizer, por meio de um dispositivo que é o gênero, haverá um enquadramento do acontecimento que lhe possibilita os sentidos de acordo com os discursos em que ocorre, e é sempre com esse enquadramento que coenunciadores interagirão, mas nunca com o acontecimento. Para Gucci (2003, p. 9),

(...) o fato já nasce como relato. Ele não acontece assim puramente como fato, um dado do mundo concreto, do mundo independente de qualquer linguagem, para, só depois, ser traduzido num relato. Esse é o problema. Os fatos acontecem, no instante em que acontecem, já como relatos.

Cada enquadramento, ou modo de dizer, ou o gênero por meio do qual se diz, compõe o acontecimento e como ele terá sentido dentro da comunidade discursiva. Para o mesmo autor “(...) a realidade não antecede o discurso. Os fatos jornalísticos não antecedem o discurso jornalístico” (2003, p. 9). No caso da notícia, o acontecimento será re-

velado por meio de um fato construído com traços de informação, de imparcialidade e atualidade, mais os traços do jornalista e do veículo no qual circula, além de uma projeção do leitor para quem se diz, ou seja, esses traços são características tanto do modo de dizer como de quem o diz, no caso, o jornalista, e das formas como se lê.

O jornalista é aquele que, hipoteticamente, tem contato com o acontecimento e, ao dizê-lo, deve transformá-lo em notícia com caráter de atualidade, imparcialidade e informatividade. Por sua vez, o leitor do jornal procura confirmar esses traços no seu papel de leitor de notícia. Ele procura, portanto, um fato que seja atual, pois quer se atualizar, que seja notícia, pois quer se informar (e se formar) e que tenha contato com um texto em que possa aprender tal informação com marcas de imparcialidade.

Dessa forma, podemos concluir que há uma cenografia típica da cena genérica notícia, resumidamente, composta por um jornalista que tem por função passar uma informação com marcas de imparcialidade, que possa deixar seu leitor atualizado e informado dos principais acontecimentos, por meio de um modo de dizer que assegura, minimamente, essas condições. No entanto, como a estabilidade dos gêneros é relativa, outras cenografias podem ser cons-

truídas no desenrolar da notícia. Vejamos esta notícia, publicado na FSP, em 25 de setembro de 2009:

Objetos da família se espalham por 200 metros

“Veio de tudo. Lama, pó, restos de tijolos e telhas. E as coisas deles”, diz comerciante

Na rua, uma Bíblia destrozada, entreaberta, deixava à vista um trecho que fala sobre a queda do templo do rei Salomão

LAURA CAPRIGLIONE

DA REPORTAGEM LOCAL

MARLENE BERGAMO

REPÓRTER-FOTOGRAFICA

Por volta das 12h30, garoava no bairro da Vila Alzira, Santo André. Mas a chuva que mais assombrou a vizinhança foi a que espalhou em um raio de 200 metros os pertences da família que vivia e trabalhava na casa modesta que servia também de oficina de pipas e loja de fogos de artifício.

“Veio de tudo. Lama, pó, restos de tijolos e telhas. E as coisas deles”, dizia a comerciante Maria Aparecida Duarte, que mora no número 188 da rua Ricardo de Lemos. Como várias casas do local, a dela perdeu os vidros, estilhaçados pela onda de choque da explosão.

Na rua, uma Bíblia destrozada, capa de couro, entreaberta, que veio da casa acidentada, deixava à vista um trecho que fala sobre a queda do templo do rei Salomão. A dona de casa Maria de Lourdes Cansado, 67, que mal conseguia ficar em pé por causa de uma artrose, conseguiu agachar para ler o texto e concluir: “Viu? É um sinal de Deus”.

A mulher queria de todo modo aproximar-se dos destroços -a filha dela é vizinha de parede da casa que explodiu e ainda não havia dado notícias.

Mas a Guarda Civil de Santo André não deixava.

Gira-Girô

Da mãe, Sonia, do filho Sandro, da nora Conceição e do neto de quatro anos, os moradores da casa sinistrada, encontraram-se fotos espalhadas na rua. Mostram o orgulho do rapaz que, na cozinha transformada em uma pequena oficina, posa diante das pipas que fabricava e de rolos de papel de seda.

Outra foto retrata a pequena loja, por volta de 3 metros quadrados, e as pipas coloridas dividindo o espaço de um balcão com os fogos. Em cima de tudo, um cartaz preto ordenava: “Não fume aqui”.

Um sutiã ainda com a etiqueta de preço denunciando o valor da peça (R\$ 4) jazia bem ao lado de um resto de embalagem do pião elétrico Gira-Girô, que prometia “uma explosão de alegria e emoção”.

Por volta das 16h, as escavadeiras a serviço da prefeitura raspavam o chão da rua. Retiraram as centenas de pipas com símbolos de times de futebol e de super-heróis, suas carretilhas e cordéis, que, encharcados, não conseguiam mais voar. Nem os meninos do bairro queriam mais aquilo.

Fogos Caruaru

Também foi embora para o lixo a nota antiga de mil cruzeiros decorada com a efígie de um índio, a receita de bala de coco com nozes, a corujinha despedaçada, a calcinha preta, uma vaquinha de brinquedo e as milhares de embalagens de rojões de vara, estalos de salão, bombinhas de 20 e de 30, além de fogos Caruaru (não confundir com Caramuru). E a máscara de Shrek, quebrada.

Dos donos da casa, até a tarde, ainda não havia notícias.

Eram 16h30 quando o mecânico Carlos Alberto Sousa Sena, 44, apareceu de repente, andando. Foi logo cercado pelo pessoal do local, que

comemorava. Ele tinha sido dado por morto na tragédia porque seu carro, um Volkswagen Voyage, cor verde, ano 1991, apareceu nas filmagens da TV como tendo sido arremessado para o telhado de um prédio da vizinhança.

“Não foi arremessado coisa nenhuma”, disse o mecânico, em tom irritado. No vocabulário peculiar da categoria, ele explicou que tinha levado o carro para a oficina, para resolver um probleminha “no carburador, no coxim do câmbio, no estrambulador”.

“Levantaram o carro no macaco hidráulico da oficina, que ficou destelhada por causa da explosão. Visto de helicóptero, parecia que o carro tinha voado, mas não foi nada disso.”

O carro, ele ia dar para a filha. Não vai mais. “Foi perda total.”

Em um primeiro momento, podemos confirmar todos os traços típicos que nos fazem entrar no texto por meio da cena genérica de notícia e sua cenografia típica. O texto está na FSP, tem a estrutura global típica como título, olho da matéria, a assinatura da jornalista Laura Capliglione etc. Esses traços, no entanto, já começam a ser refeitos logo no segundo olho da matéria, quando diz “Na rua, uma bíblia destrocada, entreaberta, deixa à vista um trecho que fala sobre a queda do Rei Salomão.” Esse recorte causa já um primeiro estranhamento ao colocar em relevo um detalhe visto dentro dos destroços todos. Esse detalhe só pode ser captado por um olhar preocupado em trazer um fato não pelo seu todo, mas pelos detalhes que se destacam aos

olhos sensíveis, um olhar metonímico. O acontecimento mais amplo é uma explosão que, olhada em detalhes, está fragmentada na percepção da bíblia (de uma calcinha preta, de um sutiã) e da página que fala justamente da queda de um templo. Detectamos o enquadramento do acontecimento não em um modo de dizer tipicamente noticioso, mas um modo de dizer paratópico que enlaça o discurso bíblico. Parece dizer que aí havia uma premonição ou um castigo divino. É um recurso ao discurso paratópico, procurando dar um sentido bíblico para o acontecimento que, mais abaixo do texto, é atribuído à senhora que identificou essa passagem e a enxergou como um sinal de Deus.

A presença desse discurso paratópico é um processo possível numa perspectiva interdiscursiva e que pode dar credibilidade ao discurso jornalístico, e atribuir um sentido aos acasos da vida. Já que o discurso jornalístico só possui o poder de topicalizar e não de explicar a essência dos acontecimentos, recorre-se ao discurso bíblico. Logo, a exploração da fala da senhora que leu a página pode dar um mote interessante à forma como a jornalista vai buscar a adesão do leitor ao seu posicionamento. Dar relevância a um discurso paratópico, no caso bíblico, para explicar uma tragédia ou criar essa possibilidade é um estado de violência na medida

em que revela duas explosões, uma empírica e outra que é do enunciador e está carregada de juízos de valor.

Essa ideia de presságio é retomada no decorrer do texto, porém não para confirmar uma cenografia bíblica, mas para construir uma narrativa que parece falar às emoções e às sensações e não à informação e imparcialidade, com traços de uma narrativa cronológica, pois é o tempo em que o enunciador vê os fatos. Isso é perceptível pelos detalhes que vão marcando, por exemplo, o tempo. Vejamos os recortes: Por volta das 12h30, Por volta das 16h,... Eram 16h30...

O tempo da notícia normalmente não é colocado dessa forma, pois nesse gênero se coloca em relevo uma cronologia dos fatos que vai do mais atual para o mais antigo. Esse percurso no tempo revela uma hierarquização da informação, da mais importante para a menos importante, e o mais importante, geralmente, é o último acontecimento. No caso da notícia aqui analisada, começa-se pela explosão, mas é o que se sucede que vai ganhando relevo para constituir uma história com personagens, tempo, caracterização do espaço em detalhes etc. Medel (2002, p. 18) diz que, de forma simplificada, “parece que a literatura se orienta pelo importante e a informação jornalística para o urgente”. Podemos detectar que essa notícia se orienta pelo que é importante para o seu enunciador, pois o mais urgente, que comporia a

informação, seria a explosão, o estado daqueles envolvidos, além das causas. Durante nossa análise, percebemos que não é o mais urgente que vai sendo colocado em relevo, mas o que o enunciador julga mais importante para a construção de uma narrativa constituída por meio dos detalhes que a explosão expôs.

Retomemos o primeiro recorte em que se diz “Por volta das 12h30, garoava no bairro da Vila Alzira, em Santo André”. Podemos questionar por que é tão importante saber, logo de entrada, se estava garoando ou não. Para uma cenografia típica da notícia, isso não seria um fato relevante, urgente; no entanto, para um discurso romanceado, o traço de uma garoa caindo e, logo em seguida, uma explosão que transforma a garoa em uma chuva, mas não de água, mas dos pertences de uma família, da oficina e da loja, constrói um cenário que vai do poético para o grotesco, enquadrando o acontecimento em um dizer literário. Um dizer cuja força está no próprio texto, na própria escolha das palavras e não no fato. Ainda para Medel (2002, p. 24):

No caso dos discursos literários, esteja ou não presente a função referencial, deve dominar a função poética ou estética, que reclama atenção sobre o próprio texto e por isso tem, por um lado, maior liberdade referencial e, pelo outro, maiores restrições

expressivas (já que o plano da expressão se articula fortemente com aquele do conteúdo).

A descrição detalhada dos espaços do acontecimento não traduz um olhar voltado para aquilo com que os leitores hipoteticamente se preocupariam. Os leitores olham pelo olhar do jornalista, que busca, justamente, um olhar que possa contemplar essa necessidade coletiva. Aqui vemos a subjetividade do olhar da pessoa e não a pretensa objetividade do jornalista, isso está marcado pela carga de subjetividade que o discurso revela. A escolha das metáforas *chuva* e *assombrar* no recorte “Mas a *chuva* que mais *assombrou* a vizinhança”, não busca uma objetividade, mas exagera na subjetividade. Representar uma explosão por chuva é uma escolha única e pessoal. Houve uma explosão, cuja causa é uma oficina clandestina de fogos de artifício, portanto é sabido de onde vieram os destroços. No entanto, como o enunciador criou um cenário de preságio divino ao falar da queda do templo do Rei Salomão, o uso da expressão *chuva* combina com a ideia de algo que vem do céu, de Deus. Assim como *assombrar* acessa uma dimensão do sobrenatural, do que está escondido nas sombras, traços possíveis em uma cenografia literária.

Em outro momento, o enunciador ironiza o orgulho de um rapaz que posa para foto diante das pipas que fabricava:

Mostram o orgulho do rapaz que, na cozinha transformada em uma pequena oficina, posa diante das pipas que fabricava e de rolos de papel de seda.

Na cena genérica, a ancoragem disso se dá por meio de um fato que foi uma explosão, mas na cenografia o tom irônico nega o que se diz na notícia. A ironia é um processo de enunciação que nega o enunciado. Se esse lugar foi a causa de tudo, como pode ser possível qualquer orgulho. Isso é irônico. Para Brait (2008, p.14):

A ironia, seu efeito humorado, tanto pode revelar-se via um chiste, uma anedota, uma página literária, um desenho caricatural, uma conversa descontraída ou uma discussão acirrada, espaços institucionalizados para o aparecimento de discursos de humor, quanto em outros, como a primeira página de um jornal sério e que não tem por objetivo divertir seus leitores.

O que podemos depreender dessa situação é que a notícia não seria um lugar institucionalizado para o uso da ironia que, neste caso, provoca um traço de humor. Um jornal, que busca para si o efeito de objetividade, deveria

dizer algo mais próximo de uma concretude e não dizer algo querendo dizer outra coisa e ainda provocar o humor. Possibilitar o riso por meio da ironia de uma tragédia parece estar mais próximo dos espaços institucionalizados para o entretenimento do que para a informação. Isso revela a proximidade com a cenografia da literatura, espaço de entretenimento, e uma violência com os envolvidos na tragédia. A ironia é possível, porque é possível tratar os outros com violência e o riso está aqui para punir essa conduta desarmonizada. Esse humor e esse riso não são referentes àqueles provenientes da gargalhada ou da diversão genuína, mas um riso sarcástico, de canto de boca, revelado por uma sutileza da expressão fácil. Nesse contexto, configura-se como um estado de violência.

O enunciador ainda diz que há outra foto que mostra um cartaz preto que ordenava: “Não fume aqui”. Novamente, a importância recai sobre aquilo que o indivíduo olha, o que, para ele, é mais importante. Não é urgente falar de outra foto em que se via um cartaz como esse, mas, mesmo assim, está na notícia. Um cartaz que se personifica e assume a possibilidade de ordenar. Quem ordena é um ser humano, mas aqui se usa outra figura de estilo para representar a informação do cartaz, que vira ordem. A atenção se volta para a expressividade das escolhas textuais, comum

ao discurso literário. O que cria outra ironia, pois houve uma explosão. Será que se as pessoas tivessem sido atentas ao cartaz, a explosão teria acontecido? Será que alguém fumou e não seguiu as ordens do cartaz, provocando a explosão? Pelos sentidos que os discursos vão possibilitando na cena, essa inferência é possível.

Ainda, esse espaço da explosão é composto dos mais variados objetos que não mostram uma preocupação da jornalista com o ocorrido, mas com os detalhes. Em um lugar onde caiu tudo, é relevante falar de um sutiã? No recorte “Um sutiã ainda com a etiqueta de preço denunciando o valor da peça (R\$ 4) jazia bem ao lado”. O olhar da subjetividade entrega-se novamente, dando relevo a algo periférico, mas que, no conjunto do texto, se harmoniza, pois ajuda a sustentar a ironia e o riso. Aqui também se recorre à personificação do sutiã, no momento morto, pois ele jazia ao lado de um brinquedo. Dessa forma, vão se elencando uma série de traços de pessoas desavisadas que ou provocam a explosão ou se expõem nela, como no caso da dona do sutiã. É como se pudéssemos rir dessas pessoas para chamá-las de volta a conduta correta. Rimos juntos com o enunciador e, dessa forma, todos nós agimos de forma violenta. Para Bergson (2007, p.3), é possível criar o efeito cômico, pois todos se tornam insensíveis nessa cena e essa

“é a insensibilidade que ordinariamente acompanha o riso. Parece que a comicidade só poderá produzir comoção se cair sobre uma superfície d’alma serena e tranquila. A indiferença é o seu meio natural.”

É necessário ressaltar que, nem sempre, a ironia provoca o humor. Estamos, aqui, falando desse caso específico, pois a ironia pode, entre outras coisas, ser apenas uma estratégia de persuasão. Aqui, ela causa o humor, pelo que expõe dos atores envolvidos na explosão. Embora essa aproximação entre o discurso literário e o discurso jornalístico seja comum na história, é de se estranhar uma atitude tão violenta com o sofrimento de uma comunidade. Medel (2002, p.16) aponta essa relação entre jornalismo e literatura, ao dizer que ela está presente desde o romantismo e que:

Começa a ser comum afirmar que em alguns artigos, reportagens ou crônicas publicadas na imprensa, encontra-se a melhor prosa atual (...) Jornalismo e literatura são práticas discursivas que mantêm um falso contencioso baseado no prestígio de uma ou outra atividade que, apesar dos elementos comuns, mantêm técnicas diferenciadas.

Já que aqui temos um falso contencioso, procuramos estabelecer essa relação por meio da cenografia e do inter-

discurso. Jornalismo não é literatura, mas pode parecer sê-lo a partir do momento que estabelece uma relação interdiscursiva com o discurso literário, como no caso do uso de uma cenografia literária. É o interdiscurso constitutivo que junta dois campos discursivos, cujo sentido de ação de um sobre o outro pode revelar um discurso da violência e é na cenografia que tudo isso emerge.

○ estereótipo da comunidade

Os atores também são caracterizados por seus traços que beiram a ficção. Normalmente, a notícia traz atores estereotipados, para que o coenunciador possa confirmar e reconhecê-las por meio de algum modelo que já possua em sua memória. No entanto, nesta notícia, o exagero dos traços estereotípicos em atores não seriam tão importante se não fosse a composição de uma cenografia literária, mas ainda assim é possível exagerar a partir de estereótipos reconhecíveis. Vejamos os recortes:

A dona de casa Maria de Lourdes Cansado, 67, que mal conseguia ficar em pé por causa de uma artrose, conseguiu agachar para ler o texto e concluir: “Viu? É um sinal de Deus”.

Eram 16h30 quando o mecânico Carlos Alberto Sousa Sena, 44, apareceu de repente, andando. Foi logo cercado pelo pessoal do local, que comemorava. Ele tinha sido dado como morto (...) disse o mecânico, em tom irritado. No vocabulário peculiar da categoria, ele explicou ...

Os atores são colocados e caracterizados por traços que possam ao mesmo tempo confirmar estereótipos negativos de comunidades pobres (doentes, mal educados e com falas inadequadas) e atores inusitados, como o caso de uma mulher que tem um sobrenome de Cansado. Semanticamente, essa palavra possibilita dizer que mal conseguia ficar em pé, isso somado a uma artrose, mas que, apesar de tudo, conseguiu agachar para ler o trecho da bíblia e concluir que é um sinal de Deus. Dai fica o efeito de sentido de mão dupla: a explosão é um sinal divino, da mesma forma que ela conseguir agachar parece um momento de uma ação divina. Aqui, o estereótipo do indivíduo entregue a fé e que consegue agachar como se fosse um milagre.

No segundo recorte, o mecânico estereotipado, aparece andando (o inusitado é criado pelo fato de ter sido dado como morto). Quando ele aparece para as pessoas que estão no local, todos comemoram, mas ele responde em tom irritado, o que não revela um agradecimento pela comemoração, mas uma grosseria. Ele explica o que aconteceu,

mas num vocabulário que é peculiar a categoria, ou seja, só quem é do meio automotivo que o entenderia. Aqui, a notícia constrói uma pessoa que mal consegue interagir com os presentes na cena, a não ser que sejam mecânicos. Revela, portanto, um estereótipo de uma pessoa grossa e que fala de forma inadequada.

Essas construções, do cenário, do tempo, dos personagens, vão possibilitando efeitos de sentidos provenientes de cenas validadas que se aproximam de uma ficção literária. A narrativa possibilita que o co-enunciador vá assumindo o papel de quem está lendo uma crônica literária, um conto, um trecho de um romance. Os usos de certos recursos estilísticos como a hipérbole, a metáfora e a ironia também são típicos do discurso literário, como já mencionamos. Há uma fala hiperbolizada por meio dos exageros como o uso de assombrou, destroçada, do recorte da fala de uma comerciante “Veio de tudo. Lama, pó, restos de tijolos e telhas.” Essas ocorrências vão dando o tom exacerbado ao acontecimento, hiperbolizando a tragédia, colocando-a num patamar quase próximo de efeitos especiais possíveis, ou em filmes ou na imaginação ao ler textos literários.

Essas cenas validadas, como mostrou Maingueneau (2005), é que vão possibilitando a entrada do co-enunciador na cenografia, assumindo o papel não apenas de co-

enunciador de um jornal, mas também o papel típico de quem lê um texto que se aproxima de uma ficção literária.

Dentro dessa cenografia literária que levantamos, já foi possível detectar uma base interdiscursiva com o discurso da violência, que transpassa a cena de enunciação. Como já mencionamos, por se tratar de um discurso atópico, tanto cena genérica como a cenografia não fazem parte desse discurso da violência, mas a criação dessa cenografia literária para falar da tragédia, traz uma forma violenta de tratar, organizando semanticamente um discurso da violência, além de compor o posicionamento do enunciador que será assumido pelo co-enunciador caso haja adesão. Essa violência possibilita a construção de um corpo por meio do *ethos* do enunciador. O enunciador possui uma opinião, um dito, mas, como fonte de referência, o seu posicionamento vai além da sua opinião. O posicionamento é incorporado pelo co-enunciador pelo processo de adesão, sem, no entanto, que todos tenham plena consciência do que acontece.

Podemos dizer que o posicionamento é composto por camadas que vai do mais concreto para o mais sutil. É concreta a existência de um discurso jornalístico que atravessa o posicionamento, mas é sutil o discurso da violência que também atravessa esse posicionamento. Da mesma forma, a ironia, o dizer paratópico (que faz referência a um modo de dizer do

discurso bíblico e do discurso literário), o traço cômico, são camadas mais sutis que atravessam o posicionamento.

Ainda, os traços da violência não se encerram por aqui. Se é na cenografia que se revelam o *ethos* discursivo do enunciador e as representações estereotipadas dos envolvidos na cena de enunciação, podemos, ainda, percorrer tanto o *ethos* estereotipado da jornalista, que é o enunciador, como as representações das pessoas da comunidade atingida pela explosão. Assim, podemos levantar outros traços que revelam a presença de um discurso da violência e um discurso literário.

Como já sabemos, o *ethos*, instância com a qual o co-enunciador interage, começa a ser constituído já na cena genérica por proporcionar uma imagem estereotipada que possuímos de uma jornalista da FSP que, inclusive, assina a reportagem. Além dos traços típicos da jornalista, essa assinatura cria uma possibilidade do corpo tomar uma forma mais concreta para o leitor pelo fato de já sabermos ser mulher. Isso entra no jogo da cena com particular importância pelos detalhes que vimos estar presentes na notícia e que revelam o olhar feminino. Para reparar uma calcinha preta e um sutiã, cujo preço chama a atenção, provavelmente, seria mais comum uma mulher reparar nisso do que um homem. Não que o homem não pudesse reparar, mas como

estamos tratando de estereótipos, podemos inferir que, normalmente, é a mulher que repara traços de intimidade dessa especificidade. Um homem repararia na sensualidade da calcinha de uma mulher, mas a mulher que repararia, por exemplo, o seu preço como sendo barato.

Esses traços vêm não somente de uma mulher que busca um olhar da imparcialidade a que os jornalistas reclamam para si, mas é possível aprender esse olhar justamente agregado a uma imagem de uma mulher com o olhar marcado pela subjetividade, mais típico do que os escritores literários reclamam para si. Um enunciador que constrói para si uma imagem de jornalista-mulher, que se choca com os destroços da explosão e coloca no mesmo patamar tijolos, telhas, carro, janelas, bíblia, calcinha preta, sutiã de R\$ 4, brinquedo, uma nota de mil cruzeiros, vai se constituindo com traços físicos e psicológicos de alguém que ocupa um corpo que não frequenta esse tipo de lugar, ou seja, um lugar onde as pessoas parecem ter baixo poder aquisitivo, juntam um monte de bugigangas, acreditam ingenuamente em presságios, usam sutiã barato e possuem falas inadequadas. Podemos, nesse sentido, inferir a construção de um corpo de classe média que vai para o lugar mais pobre, dizendo que ocupa um lugar distante desse local.

O leitor interage, então, não com uma jornalista, mas uma mulher bem vestida, classe média, com um modo de dizer bastante subjetivo, que desvaloriza os traços da comunidade do outro, e que é marcada por um tom de superioridade e ironia. Portanto, constitui um estado de violência com essa outra classe. Esse tom de superioridade que a mantém distante dessa comunidade e que orienta o seu olhar e o seu modo de dizer, possibilita ironizar o outro como com uma liberdade típica dos escritores literários; o problema é que, aqui, não se trata de ficção. Essa forma de falar de lugares de comunidades com baixo poder aquisitivo revela um traço que compõe, hoje, a imagem de um profissional jornalista.

Cabe pensar, aqui, entre o enunciador e o grupo sobre o qual ele fala, a qual lado, o leitor da FSP vai aderir. Para tanto, ele contará com o processo de afiançamento do que está dito. Vejamos o recorte:

“Não foi arremessado coisa nenhuma”, disse o mecânico, em tom irritado. No vocabulário peculiar da categoria, ele explicou que tinha levado o carro para a oficina, para resolver um probleminha “no carburador, no coxim do câmbio, no estrambulador”

Nesse recorte do discurso, a voz do enunciador está mesclada à voz do mecânico pelo uso do discurso indireto

livre, porém pelo uso das aspas podemos separar o que é dela e o que é dele. Já que ela ocupa um corpo estereotipado de alguém cujo campo de existência é o oposto do corpo do mecânico, que ocupa o espaço das pessoas que se irritam emocionalmente, o co-enunciador irá aderir ao corpo daquele que afiança o dito, ou seja, o fiador do dito não é o mecânico, mas o enunciador, por isso o co-enunciador é levado a aderir a esse corpo. O mecânico, aqui, é colocado em um lugar que funciona como uma espécie de antifiaador do seu próprio discurso, pois foi encaixado no outro corpo que não é aquele com o qual o leitor da FSP se identifica.

Entre um corpo e outro, o co-enunciador fica do lado do enunciador e ri junto com ele da inadequação do outro, do mecânico. Esse riso é possível, como já mencionamos, por causa da ironia, primeiramente, em atribuir um tom irritado à fala do mecânico e, depois, ao introduzir outra fala dele sob a alcunha de um probleminha, para, daí, desfilar várias palavras que são possíveis de ser compreendida só por quem entende do assunto. A ironia com aquilo que se diz, querendo dizer outra coisa, faz com que o co-enunciador, ao aderir ao enunciador, entenda que não tem sentido ele ficar irritado já que todos comemoravam sua volta e que o probleminha não é um probleminha, mas um problemão. Vale salientar que a possibilidade de escolha desses recor-

tes do discurso do outro, que não seriam relevantes para noticiar o fato, só contribui para revelar representações de personagens literários, pois essas informações são extremamente periféricas em relação ao acontecimento e criam o inusitado.

Esse corpo estereotipado em que se coloca e se confirmam os traços estereotípicos e negativos dos atores da notícia estão em várias partes do texto.

O que vira notícia aqui não é uma explosão, mas o que se encontra na explosão, o que a comunidade diz sobre a explosão, os pertences inusitados, ou seja, tudo aquilo que atende à percepção do enunciador estereotipado na imagem de jornalista-mulher-escritora. Das pessoas que moram na casa, não sabemos nem ao menos se morreram, se estavam lá na hora da explosão, se estão machucados, apenas uma rápida informação, na parte final do texto, que se limita a dizer *Dos donos da casa, até a tarde, não havia notícia*. O que evidencia certo desprezo com informações sobre eles, pois do que era deles sabemos várias intimidades.

Considerações Finais

Percorrendo esse caminho de análise, pudemos detectar estados de violência em vários momentos, construídos no limiar do discurso literário e do discurso da violência. Primeiramente, quando levantamos o uso de uma cenografia que torna literária uma tragédia que de fato aconteceu, colocando-a mais num patamar de ficção. Tratar dessa forma é um estado de violência. Além disso, a construção da imagem dos atores da notícia, a ação de apresentar o outro por meio de traços negativos do estereótipo, coloca-os em um corpo que não prevê os traços da individualidade das pessoas, mas em tipos comuns à percepção literária. Todos são tratados do mesmo jeito, como se dessa forma se confirmasse mesmo o presságio: como eles são assim só resta mesmo a tragédia. Expor a intimidade por meio dos objetos, selecionar falas que evidenciem traços negativos são violências contra o outro. Por isso, mostramos que aqui o discurso da violência, além de se constituir como um discurso literário, é constitutivo do discurso jornalístico e do posicionamento do enunciador.

Referencias

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. 2^a. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discursos da mídia**. Trad. Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7^a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GUCCI, Eugênio. Introdução: o jornalismo ordenador. In. GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Hacker Edusp, 2003.

HENRI, Bergson. **O riso: ensaio sobre a significação da comicidade**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 2^a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3^a. ed. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília p. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 4^a. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Discurso literário**. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti.

Curitiba: Criar Edições, 2007.

_____. **Cenas da enunciação.** Organização Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Doze conceitos em análise do discurso.** Organização Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva. Trad. Adail Sobral (et al.) São Paulo: Parábola, 2010 a.

_____. **O discurso pornográfico.** Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2010 b.

MEDEL, Manuel Ángel Vásquez. Discurso literário e discurso jornalístico: convergências e divergências. In. CASTRO, Gustavo e GALENO, Alex. **Jornalismo e literatura, a sedução da palavra.** São Paulo: Escrituras, 2002.

MICHAUD, Yves. **A violência.** Trad. L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. In. FERREIRA, Luiz Antonio; SIQUEIRA, João Hilton Sayeg de; NASCIMENTO, Edna Maria Fernandes Santos. **A leitura no espaço bíblico: a parábola do filho pródigo.** São Paulo: LPB, 2009.

PROPP, Vladimir I. **Comichidade e riso.** Trad. Aurora F. Bernadini, Homero F. de Andrade. São Paulo: Ática, 1992.

HETEROGENEIDADE MARCADA NO/PELO DISCURSO RELATADO: formas de projeção do *ethos*

Izilda Maria Nardocci

Considerações iniciais

No século XXI, as novas tecnologias de comunicação e informação surgem, principalmente, no ambiente das redes digitais, ou seja, no ciberespaço. De acordo com Lévy (2000), o ciberespaço consiste no universo virtual gerado pela interconexão mundial dos computadores e tem como uma das principais funções o acesso a distância aos variados recursos de um computador. Desse modo, no ciberespaço podemos acessar, por exemplo, o conteúdo de bancos de dados ou a memória de um computador distante, bem como transferir dados. Também é possível realizar conferências eletrônicas, que proporcionam a discussão de temas específicos por um grupo de pessoas com interesses comuns.

É nesse contexto que se insere este trabalho. Considerando os desafios que a revolução tecnológica impõe ao campo educacional, os educadores da Era da Informação precisam estar aptos a utilizar novas tecnologias da informação e comunicação em sua metodologia de ensino, a fim de contribuir para uma eficiente produção de conhecimento, no ritmo acelerado imposto pela sociedade tecnológica.

Para este artigo, buscamos desvelar o *ethos* discursivo, por meio da heterogeneidade marcada pelo emprego das aspas, em intervenções dos fóruns educacionais digitais¹ do curso Criminalidade Organizada, oferecido pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo aos membros e servidores da instituição. O curso é de extensão e tem a duração de 10 semanas. Para a pesquisa, foram selecionadas 293 intervenções, sendo 254 produzidas pelos alunos e 39 pelo professor.

O professor do curso é promotor de justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Ocupa o cargo de *Promotor de Justiça Criminal da Capital* e no momento do curso estava designado para officiar no *GEDEC – Grupo de Atuação Especial de Repressão aos Delitos Econômicos*.

1. Crescitelli, Geraldini & Quevedo (2008) chamam de *fórum educacional digital* as práticas interacionais de contextos educacionais, denominação adotada por nós nesta pesquisa.

Os alunos são bacharéis em Direito, membros e servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo, que atuam nas promotorias da Capital e do interior do Estado, interessados em aprimorar conhecimentos sobre a questão da criminalidade organizada.

Heterogeneidade marcada por aspas

Maingueneau (2005) retoma a distinção entre heterogeneidade mostrada e a constitutiva, feita por Authier-Revuz (1982). A primeira relaciona-se com as manifestações explícitas, recuperáveis com base em uma diversidade de fontes de enunciação; a segunda não é marcada em superfície, mas pode ser definida por meio do interdiscurso, na constituição de uma formação discursiva.

Para autor, o discurso relatado em discurso direto constitui uma enunciação sobre outra enunciação, em que se relacionam dois acontecimentos enunciativos, sendo a enunciação citada objeto da enunciação citante. Esse tipo de discurso caracteriza-se por dissociar com clareza as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado. Trata-se da exata reprodução das palavras do enunciador citado, em que não se relatam necessariamente falas pronunciadas efetivamente; pode ser uma enunciação

sonhada, uma enunciação futura, ordenada. Então, não se pode afirmar que no discurso direto se está sendo fiel ao original, pois, mesmo que se tratasse de falas consideradas proferidas, seria uma encenação, na qual o objetivo seria criar um efeito de autenticidade.

Como a situação de enunciação é reconstruída pelo sujeito que a relata, a descrição subjetiva condiciona a interpretação do citado, não podendo, então, o discurso direto ser objetivo. Ele é apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal.

A escolha do discurso direto como modo de discurso relatado está ligada, de modo geral, ao gênero de discurso em questão ou às estratégias de cada texto e, de modo particular, pode ter o objetivo de

criar autenticidade, indicando que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas; distanciar-se: seja porque o enunciador citante não adere ao que é dito e não quer misturar esse dito com aquilo que ele efetivamente assume; seja porque o enunciador quer explicitar, por intermédio do discurso direto, sua adesão respeitosa ao dito, fazendo ver o desnível entre palavras prestigiosas, irretocáveis e as suas próprias palavras (citação de autoridade); mostrar-se objetivo, sério (MAINGUENEAU, 2005, p. 142).

Os fenômenos enunciativos em que o enunciador se pronuncia por falas pelas quais não se responsabiliza nem sempre têm relação com rejeição. Esse distanciamento pode estabelecer uma adesão, como é o caso da citação de autoridade, em que o enunciador se apaga diante do co-enunciador para garantir a validade da enunciação. Trata-se de enunciados já conhecidos por uma coletividade, já abalizados por ela. Assim, não podem ser resumidos nem reformulados, constituem a própria palavra, captada em sua fonte.

Ao discurso citante cabe satisfazer duas exigências em relação ao leitor: indicar que houve um ato de fala e marcar o limite que o separa do discurso citado. A primeira exigência, em geral, é atendida por meio de verbos introdutórios, colocados antes, intercalados ou no final do discurso citado, que indicam a enunciação. A segunda exigência, por sua vez, pode ser atendida de diversas maneiras, sobretudo tipográficas: dois pontos, travessões, aspas e itálico delimitam a fala citada.

Também se pode indicar que um enunciador não é o responsável por um enunciado por meio da *modalização em discurso segundo*, ou seja, pelo emprego de grupos preposicionais (*segundo fulano, para fulano, conforme fulano*) que modalizam a informação.

Nesse caso, a expressão *segundo fontes bem informadas* funciona como modalizador que exime o enunciador da responsabilidade da informação emitida por ele. De maneira geral, esses introdutores de discurso direto não são neutros, mas trazem consigo um enfoque subjetivo, já que marcam a relação do sujeito com que enuncia.

Já o discurso indireto caracteriza-se por apresentar as falas em forma de uma oração subordinada objetiva direta, introduzida por um verbo dicendi e, por isso, mais restritivo. Diferentemente do que ocorre no discurso direto, é o sentido do verbo introdutor que mostra haver um discurso relatado e não uma simples oração subordinada substantiva objetiva direta. À semelhança do discurso direto, a escolha do verbo introdutor é bastante significativa, pois condiciona a interpretação, direcionando, de certa forma, o discurso citado.

No emprego do discurso indireto, há apenas uma situação de enunciação, em que as pessoas e os dêiticos espaço-temporais do discurso citado são identificados em relação à situação de enunciação do discurso citante. Assim, além dos embreantes, as designações e as avaliações passam a ser as do discurso citante. Desaparecem do discurso citado as exclamações, as interrogações, os imperativos. Sabe-se que toda enunciação é afetada por uma “modalidade global

(toda frase ou é afirmativa ou exclamativa ou interrogativa ou imperativa)” que define certa relação entre os interlocutores (MAINGUENEAU, 1996, p. 109).

No que tange à colocação de aspas, Maingueneau (2005) expõe que os enunciados relatados em discurso direto são postos entre aspas para marcar a autoria do outro, que é manifestada pela ruptura sintática entre o discurso citante e o discurso citado. O emprego das aspas no início e no final do enunciado citado indica que o enunciador está fazendo menção a esse enunciado. Se a mesma função está presente quando se emprega uma palavra isolada – por exemplo em “Cachorro” é um substantivo masculino – refere-se ao próprio signo linguístico. O emprego em que os enunciadores se referem aos signos é denominado de *autonímico* e opõe-se ao uso corrente, no qual as palavras se referem a realidades externas à linguagem. No emprego autonímico, não se pode substituir a palavra entre aspas por um sinônimo.

De acordo com Maingueneau, paralelamente ao emprego autonímico das aspas, há o emprego para indicar uma *modalização autonímica*, que pode ser um comentário do enunciador em relação à sua própria fala, enquanto está sendo produzida. Se considerarmos, por exemplo, o enunciado *Nós somos responsáveis “de certa maneira” por tudo que nos acontece*, notamos que a expressão “de cer-

ta maneira” é uma modalização autonímica, pois o enunciador concorda parcialmente com o emprego do adjetivo “responsáveis”, mas não interrompe o enunciado.

A modalização autonímica manifesta-se em uma grande variedade de categorias e construções: “de uma certa forma”, “desculpe a expressão”, “se eu posso dizer”, “ou melhor”, “isto é”, “enfim”, “em todos os sentidos da palavra”, entre outras. A modalização autonímica pode ser marcada pelas aspas, embora elas não sejam obrigatórias, e também pelo itálico, pelas reticências, pelos parênteses, pelo travessão duplo.

Authier-Revuz (*apud* MAINGUENEAU, 2005, p. 159) classifica os comentários do enunciador sobre a sua própria enunciação de *não-coincidências do dizer*, nas seguintes categorias:

- a *não-coincidência interlocutiva*, quando as modalizações autonímicas indicam uma distância entre os co-enunciadores; são exemplos as expressões: *desculpe a expressão, se se pode dizer, se você preferir, entende o que eu quero dizer? Como você mesmo diz;*
- a *não-coincidência do discurso consigo mesmo*, quando o enunciador faz referência a um outro discurso dentro de seu próprio discurso; são exemplos as expressões: *como diz fulano, para usar as pala-*

uras de fulano, o assim chamado...., o que se costuma chamar...;

- *a não-coincidência entre as palavras e as coisas, quando se trata de indicar que as palavras empregadas não correspondem à realidade que deveriam designar; são exemplos: poderíamos dizer, como dizer?, Já que é necessário nomear...;*
- *a não-coincidência das palavras consigo mesmas, quando o enunciador se confronta com o fato de que o sentido das palavras é ambíguo; são exemplos: em todos os sentidos da palavra, no sentido primeiro da palavra, literalmente, eis a palavra adequada.*

Para descobrir o emprego das aspas e interpretá-las, o leitor deve levar em consideração o contexto e, especialmente, o gênero do discurso. As aspas estarão mais presentes em gêneros que pretendem suscitar mais esforços interpretativos ou conveniências no âmbito de grupos restritos. Para que esse sinal de pontuação seja interpretado adequadamente, é preciso que haja uma conveniência entre enunciador e co-enunciador. O enunciador que faz uso das aspas, conscientemente ou não, deve construir para si uma representação de seus leitores, para antecipar sua capacidade de interpretação. Por seu lado, o co-enunciador deve construir também uma representação do universo ideológico do enunciador para ser bem-sucedido na interpretação.

Ethos discursivo

Para Maingueneau (2008), a noção de *ethos* configura-se como um processo de adesão dos sujeitos a uma posição discursiva em que a projeção da imagem está estreitamente relacionada à cena enunciativa, na qual não se pode prescindir de outros elementos, tais como o co-enunciador, o lugar, o momento em que se discursa. Maingueneau, (2008, p.17) argumenta:

O *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma imagem do locutor exterior a sua fala; é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro; é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avalizado, que não pode ser apreendido fora da situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica.

Na dimensão do discurso, a noção de *ethos* discursivo não se manifesta apenas como estatuto ou papel, mas também como voz e corpo anunciante historicamente identificado e inscrito na enunciação. Se considerarmos, por exem-

plo, um fórum educacional de um curso a distância voltado para a área jurídica, no discurso de um promotor que atua como professor para seus pares, provavelmente notaremos que esse trará marcas que auxiliam os co-enunciadores a reconhecerem de fato a imagem de um promotor. Nesse sentido, ainda que o gênero *fórum educacional* requeira o emprego de algumas estratégias linguísticas, como marcas de informalidade, para o estabelecimento de maior interação entre os participantes, observaremos a predominância de marcas linguísticas que remetem a uma mensagem formal, condizente com a esfera jurídica. Tais marcas podem ser: predominância de vocabulário jurídico, emprego de parágrafos longos, predominância da 3ª pessoa, uso de argumento de autoridade, entre outras.

Assim, ratificamos que é preciso considerar que um texto não pode ser apreendido apenas como objeto de contemplação; trata-se de um processo dinâmico, que se constrói na interação com o outro, capaz de projetar imagens “físicas” do enunciador e, ainda, capaz de fazer que o co-enunciador venha a aderir “fisicamente” a um universo de sentido (MAINGUENEAU, 2005).

Nesse processo de adesão, o *tom* impresso pelo enunciador também se constitui como importante elemento de projeção do *ethos* discursivo. Tal elemento, segundo Main-

gueneau (2005), revela-se em uma dimensão musical, representado no discurso oral pela entonação e no discurso escrito pelas escolhas de sinais de pontuação. O efeito de sentido causado pelo tom na constituição do *ethos* discursivo revela-se em uma *maneira de dizer* que remete a uma *maneira de ser*.

Assim como na fala se reconhecem as pessoas por meio de entonação, nos discursos escritos, podem-se reconhecer os sujeitos pelo ritmo que imprimem por meio da pontuação empregada. Mas o tom por si só não recobre o campo do *ethos* enunciativo, deve ser associado a um caráter e a uma corporalidade. O caráter corresponde ao conjunto de traços psicológicos atribuído ao enunciador em função do seu modo de dizer e a corporalidade remete a uma representação do corpo do enunciador. O caráter e a corporalidade devem ser entendidos como aspectos ligados a concepções historicamente atribuídas ao comportamento global do enunciador, ou seja, aos estereótipos dos enunciadores.

Considerados o tom, o caráter e a corporalidade associados ao *ethos* discursivo, cabe reafirmar que a constituição do *ethos* discursivo é de natureza híbrida. Compõem essa natureza fatores psicossociais, plurissemióticos e históricos. Desse modo, não se pode dizer que apenas os elementos linguísticos dão conta de delinear o *ethos*, mas eles

são, indiscutivelmente, componentes importantes em sua projeção. Os índices linguístico-discursivos de diversas ordens modelam o *ethos* do enunciador. Assim, fatores como a escolha de um determinado gênero discursivo, a seleção lexical, a organização das ideias podem revelar aspectos de seu comportamento.

O caráter assimétrico do *ethos* também deve ser levado em conta, se quisermos compreender melhor como ocorre a sua projeção em uma determinada instância discursiva. Conforme mencionamos, o enunciador, ao falar, tem por intenção projetar uma imagem de si ao co-enunciador; no entanto, essa imagem nem sempre coincide com a que o outro constrói. Com base nisso, Maingueneau (2005) apresenta o conceito de *fiador*, que consiste na figura que o co-enunciador deve construir do enunciador, tendo em vista aspectos textuais de diversas ordens. Nessa ótica, o *ethos* relaciona-se ao enunciador e o fiador corresponde à imagem construída pelo co-enunciador, sem que haja uma simetria entre a imagem projetada e a imagem construída.

Para que haja um fiador, é preciso que o leitor desencadeie um processo de incorporação, que vai além de uma simples atribuição de identidade a uma personagem fiadora. Tal processo consiste no modo pelo qual o co-enuncia-

dor se apropria do *ethos* de um discurso. Nesse sentido, Maingueneau (2008, p. 25) observa:

A enunciação do texto confere uma corporalidade ao fiador, ela lhe dá um corpo; o co-enunciador incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem à maneira específica de relacionar-se com o mundo, habitando seu próprio corpo; essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo da comunidade imaginário dos que aderem a um mesmo discurso.

Para o autor, não se pode considerar o *ethos* discursivo da mesma maneira em qualquer texto, pois a incorporação não é um processo uniforme; ela se ajusta com base nos gêneros e nos tipos de discurso. Por exemplo, o *ethos*, em um texto escrito, não necessariamente estabelece uma relação direta com um fiador socialmente determinado, ele pode não se referir a um estereótipo social delimitado, pode ser suscetível de atingir categorias sociais muito diferentes.

Gênero fórum educacional digital

O gênero fórum digital é um espaço na Internet em que uma comunidade discursiva reúne suas interações por escrito. Caracterizam-se pela exposição de diferentes posicionamentos sobre um tema, pelo debate e pela busca de soluções coletivamente (XAVIER & SANTOS, 2005). Embora as discussões no ambiente digital ocorram de forma assíncrona, são marcadas por objetivos e temas comuns aos participantes, que suscitam questões a serem discutidas. O diálogo assinala-se pela retomada de tópicos apresentados por outros participantes e por regras de conduta que visam a tornar o espaço de discussão mais cooperativo. Trata-se, então, de uma atividade social, cujos discursos constituem gêneros, já que são “dispositivos de comunicação sócio-historicamente condicionados que estão em constante mudança” (MAINGUENEAU, 2008, p. 152).

Os fóruns educacionais digitais são um gênero discursivo que decorre da atividade pedagógica em cursos a distância, semipresenciais e presenciais e podem ser identificados pelo contexto institucional no qual aparecem. Os participantes que escrevem tais textos não são capacitados para isso e nem recorrem a modelos, mas possuem uma

competência comunicativa para colocar em ação regras tácitas de produção. Nos cursos de aperfeiçoamento da área jurídica, universo desta pesquisa, o fórum apresenta interação assíncrona, organização em sequência, composta por um tópico discursivo e as respostas geradas por ele, linguagem formal e técnica, argumento de autoridade.

A finalidade do gênero fórum no ambiente do curso a distância é propiciar a discussão, o debate. Nele é possível argumentar sobre ideias muitas vezes polêmicas, e a argumentação, como sabemos, é um exercício essencial no campo do Direito. Como nesse gênero, a interação ocorre por meio da linguagem escrita, os sujeitos podem, a qualquer hora, reler as participações já postadas e apresentar suas opiniões de modo assíncrono, de acordo com o seu ritmo de vida e de aprendizagem.

Maingueneau (2008) afirma que o discurso se desenvolve com base em sua cenografia, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima; a cenografia é, portanto, a origem e o produto do discurso. A cenografia produzida no fórum educacional digital do curso *Criminalidade Organizada* é a pedagógica, ou seja, é construída na interação entre os que atuam como alunos e professor, entre alunos e alunos.

No espaço do gênero discursivo fórum, o professor propõe um tema para que os alunos, por meio de uma discussão, possam construir conhecimento, adquirir experiências que avancem para além das opiniões que já possuem sobre o assunto. À medida que os alunos participam do fórum, o professor acompanha a discussão, dando contribuições, reorganizando as informações, oferecendo um *feedback*, a fim de dinamizá-la ou favorecer a consecução de um objetivo. Masetto (2004) explica que não se trata de uma atividade de pergunta e resposta entre o professor e os participantes, mas de uma troca de ideias com intervenções do professor, no intuito de incentivar a construção de reflexões e, como membro do grupo, também de apresentar suas contribuições, sem a pretensão de encerrar o assunto.

Intervenções analisadas

No *corpus* de nossa pesquisa, observamos um emprego significativo da marca tipográfica *aspas*, enquadrando seqüências verbais e elementos modalizadores autonímicos.

No emprego autonímico², as aspas indicam que “uma sequência foi tomada em menção e não em uso, isto é, que o escrevente refere-se ao signo, em vez de, como no emprego padrão, indicar o referente por meio do signo” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008, p. 66). As duas formas de emprego autonímico das aspas são a *citação*, em que elas enquadram o conjunto de um enunciado, e a *palavra* ou *expressão* entre aspas inseridas no texto: “cachorro” é um nome masculino, por exemplo.

Já na modalização autonímica, as aspas são empregadas para assinalar que o discurso não coincide com ele mesmo, ou seja, o enunciador usa uma expressão e, de algum modo, aponta para ela, indicando que ele não a assume. A seguir, evidenciamos o emprego das aspas em citações e tratamos da modalização autonímica marcada por esse sinal tipográfico.

A citação marcada por aspas é uma manifestação da heterogeneidade enunciativa, na qual o enunciador explicita o que não provém de seu próprio discurso. Segundo Charaudeau & Maingueneau (2008), o discurso citado é

2. Segundo Charaudeau & Maingueneau (2008, p. 173), “a autonímia manifesta a propriedade da língua de falar dela mesma. O discurso direto tem relação com o funcionamento autônomo: aquele que faz menção às próprias palavras empregadas pelo enunciador, ou, melhor dizendo, apresenta seu enunciado como tal”.

um procedimento que o enunciador utiliza com base nas finalidades de seu propósito. Para analisá-lo, é preciso considerar, além da intencionalidade de quem enuncia, a sua posição e a posição do co-enunciador: quem cita o quê para quem; a maneira de citar e a maneira pela qual quem cita avalia o enunciado citado.

Em nosso corpus, observamos que, de 254 textos das intervenções dos alunos apenas no discurso de 46 há citação direta, totalizando 18%. Já nos textos das intervenções do professor, de 39 observados, somente no discurso de 7 há essa ocorrência, totalizando 17%, evidenciando, portanto, um equilíbrio entre os dois discursos.

Discurso dos enunciadores-alunos

As citações presentes no discurso dos alunos são estruturas típicas do gênero acadêmico-científico que, empregadas nas intervenções feitas no fórum, deixam transparecer a heterogeneidade desse discurso. Esses sujeitos expressam suas opiniões dialogando com a instituição discursiva da ciência e, por isso, o *ethos* projetado é de formalidade e conhecimento, o que coaduna com o papel social que desempenham: operadores do Direito na função de membros e servidores do Ministério Público.

Para exemplificarmos, apresentamos a seguir a intervenção de aluno em que há no discurso citante um discurso citado, marcado pelo emprego de aspas.

Não há como afastar do controle judicial a delação premiada. Ainda que o Ministério Público e a Defesa possam firmar um termo de acordo para aplicação da benesse, a decisão final quanto à aplicação ou não da delação premiada cabe ao Magistrado, quando da prolação da sentença, até porque somente neste momento poderá analisar a presença ou não dos requisitos para sua aplicação. O Magistrado, aqui, não atua como mero chancelador da vontade das partes, mas como fiscal da vontade da lei. Inclusive, Eduardo Araújo da Silva, **com a propriedade que lhe é peculiar**, dá mostra da necessidade do efetivo controle judicial: **“Em verdade, o que se apresenta reprovável moralmente, é o abuso por parte dos agentes estatais para a obtenção da delação premiada, impondo-se especial atenção dos magistrados nesse particular, de modo a assegurar as garantias do Estado Democrático de Direito”**.

Na intervenção do aluno, o discurso citado corrobora o entendimento de que os enunciadores têm do tema debatido. Para tanto, valem-se do discurso de uma autoridade: nota-se a avaliação do enunciador do discurso citante ao enunciador do discurso citado “com a propriedade que lhe é peculiar”.

Discurso do enunciador-professor

Já as citações no discurso do professor, de modo geral, estão presentes nas intervenções de fechamento de uma sequência discursiva. O professor traz para o seu discurso trechos do discurso dos alunos com a intenção de organizar os conteúdos apresentados por eles. Nesse caso, o discurso citado não gera um efeito de autoridade, mas de comprometimento com o processo de ensino e aprendizagem por parte do enunciador: ao retomar os enunciados das intervenções dos alunos, organiza a discussão e tem condições de suprir eventuais lacunas, apontando para possíveis caminhos não explorados.

Como vimos com Moore & Kearsley (2007), um sujeito no papel de professor deve ter a preocupação de resumir os conteúdos de um fórum educacional de todos os participantes e incluir, se for o caso, aspectos similares e diferentes na compreensão do grupo. No discurso do professor, nos fóruns analisados, essa é a principal preocupação quando organiza o fechamento, o que reforça seu *ethos* de comprometimento ao desempenhar a função social de professor de um curso a distância.

Nas intervenções do professor, o discurso citado aparece, principalmente, no fechamento dos tópicos discursivos, conforme demonstrado abaixo.

Para fecharmos a discussão neste fórum, consideramos que a delação premiada é inegavelmente um instrumento muito útil no combate à criminalidade organizada, pois por meio do interrogatório de alguém que, de alguma forma integrou a associação criminosa, o Ministério Público toma conhecimento dos detalhes de seu funcionamento.

Normalmente o Promotor de Justiça, nas dependências policiais, ou em seu Gabinete expõe para o acusado as vantagens processuais decorrentes da delação premiada e espera que ele contribua para a obtenção de uma prova, que dificilmente seria obtida de outra forma. O indiciado, por sua vez, espera ter confiança na autoridade que o entrevista e, sobretudo, lealdade no cumprimento daquilo que é prometido. Às vezes, conta ainda com a esperança de ser protegido pelo Estado.

Os alunos tiveram entendimentos diferentes sobre essa questão e discutiram num nível elevado aspectos jurídicos, doutrinários, práticos e filosóficos acerca desse tema. A primeira tese defendida foi no sentido de ser possível a celebração de acordo entre o MP e o acusado, mas com homologação judicial ao final do processo crime, na oportunidade da sentença condenatória. Isso porque, como escreveu a aluna A, é preciso **“verificar se a colaboração do agente foi significativa, verdadeira e eficaz, é necessário que haja dilação probatória, o que pode dificultar o trâmite da ação penal, que normalmente envolve fatos complexos e elevado número de réus. Parece temerário realizar tais acordos no início do processo, comprometendo a verdade real e correndo risco de estimular uma farsa por parte dos réus, que não têm ética alguma”**. O aluno B comple-

tou, “não cabe ao Estado-Juiz, enquanto detentor do poder de punir, estabelecer uma espécie de absolvição prévia”. O aluno C também se preocupou com a “espontaneidade da revelação, as dimensões do revelado e a contribuição ao deslinde da instrução”. Nesse mesmo sentido, o aluno D discordou da possibilidade de haver uma “decisão interlocutória homologatória proferida pelo Poder Judiciário, antes do término da instrução processual”.

De outra forma, com autoridade, a aluna E advertiu que **“a homologação imediata (...) pode significar um passaporte para a impunidade caso os efeitos da delação não se verifiquem. Entendo não ser possível subtrair do Estado-Juiz (...) já que a disposição (ou a amenização) do jus puniendi, in casu, não foi delegada às partes”**. MA fez sua análise a partir do ânimo do réu-delator: **“o arrependido faz de tudo para apagar seu mal, enquanto o agente com remorso tenta iludir seu julgador e acusador, colaborando, mas nem tanto, mas de má-fé, objetivando algum benefício porventura possível”**. De forma mais objetiva e pontual, a aluna F ponderou: **“seria ilógico o julgador aplicar um redutor de pena a acusado que maliciosamente induziu o julgador a erro”, mesmo porque “enquanto não houver maior descrição legislativa, (...) é mais prudente que o juiz analise a concessão da delação premiada no momento da concessão da sentença”**. Esse acordo – escreveu BR – **“homologado pelo juízo acaba fazendo lei entre as partes. Parece que acusado terá garantido o perdão judicial e o MP terá a indicação dos demais agentes. Caso uma das partes não cumpra com o acordo parece que resta a não aplicação dele para ambos”**. Para defender a homologação ao final do processo, o aluno G invocou uma decisão do STF: **“o MP não tem, de início, o domínio da delação quanto às conse-**

quências, quanto aos benefícios dessa mesma delação. Quem tem é o Estado-Juiz” (HC 90.688-5 – PR).

Como podemos observar, na intervenção selecionada, o enunciador traz para o seu discurso diversos trechos do discurso das intervenções dos alunos, no intuito de retomar as ideias apresentadas ao longo da sequência, organizando para eles os conteúdos de acordo com os seus posicionamentos.

Considerações finais

No que se refere aos discursos das intervenções do professor e dos alunos no ambiente digital, notamos que, no curso *Criminalidade Organizada*, o discurso das intervenções dos alunos, de modo geral, tende a trazer aspectos da formalidade presentes na linguagem dos discursos jurídicos impressos para dentro do ambiente virtual, nem sempre privilegiando estratégias que possam facilitar a construção de um discurso mais colaborativo em fóruns de discussão, como marcas de informalidade, tom de conversação, utilização de sentenças curtas para facilitar a compreensão, por exemplo (MOORE; KEARSLEY, 2007). No discurso dos textos do professor, por sua vez, o enunciador procura construir um discurso mais colaborativo, empre-

gando essas estratégias, embora seus enunciados tragam também forte marca de formalidade.

Assim, de um lado, temos o professor, que tem a intenção de que o curso atenda às expectativas dos alunos e dos que representam a instituição, especialmente porque muitos desses são seus pares; de que seja um bom professor, demonstrando domínio do assunto tratado e orientando os alunos na construção do conhecimento, motivando-os a aprender; de mostrar seu comprometimento com o processo de ensino e aprendizagem e com a instituição.

Para alcançar essas intenções, esse sujeito realiza escolhas linguísticas que revelam um *ethos* comprometido com o processo educacional. Ele traz o discurso dos co-enunciadores para o seu discurso, marcando com aspas a fronteira que separa os dois discursos, a fim de valorizar a contribuição deles, apontar para eventuais lacunas, indicar novos caminhos de entendimento referentes a uma questão discutida, como se espera de um sujeito que desempenha esse papel comprometido com as práticas educacionais.

De outro lado, temos as intenções dos alunos, que consistem na realização de cursos para o aprimoramento do desempenho profissional; na demonstração de sua capacidade intelectual para o professor e seus pares; na demonstração de seu comprometimento com o curso. Para concre-

tizar suas intenções, os sujeitos no papel de alunos realizam escolhas linguísticas que projetam um *ethos* de fato comprometido com o curso, interessado em se aprimorar profissionalmente e com um bom nível intelectual.

As observações realizadas nesta pesquisa levam-nos a constatar que a heterogeneidade marcada pelo emprego das aspas é um aspecto a ser estudado em interações mediadas por computador, já que podem contribuir para uma maior interação entre os integrantes de um curso a distância. Diante de tais considerações, ressaltamos a importância de os professores que atuam ou pretendem atuar no campo da Educação a distância aprofundarem seus conhecimentos sobre esse tema.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. **Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'altérité dans le discours**. DRLAV- Revue de linguistique, Paris: Centre de recherche de l'Université de Paris VIII, n. 26, 1982.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CRESCITELLI, M. F. C., GERALDINI, A. F. S. & QUEVEDO, A. G. Gênero fórum educacional digital. In: BASTOS, N. B. (org.).

Língua Portuguesa: lusofonia, memória e diversidade cultural. São Paulo: Educ, 2008.

LÉVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 2000.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Cenas da enunciação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Elementos de linguística para o texto literário.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MASETTO, M. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, J. M; MASETTO, M.T; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas/SP: Papirus, 2004.

MOORE, M. & KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada.** São Paulo: Thomson, 2007.

XAVIER, A. C. & SANTOS, C. F. E-forum na Internet: um gênero digital. In: ARAUJO, J.C.; BIASI-RODRIGUES, B. **Interação na Internet.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ETHOS DISCURSIVO E LUGAR DE FALA: o intelectual-político em FHC

Emanuel Freitas da Silva

Introdução

O presente artigo apresenta uma discussão-compreensão de Fernando Henrique Cardoso como intelectual-político. Procuramos compreender em que medida e de que forma o *mise en scène* de FHC produz um sentido de “ação intelectual” e não, meramente, um discurso político (e discurso político *tucano*). Contudo, para a devida diferenciação entre uma “fala intelectual” e uma “fala política” cumpre traçar um esquema definidor da “imagem de si” presente no discurso, ou seja, do *ethos* produzido pela enunciação. Ver-se-á, assim, como o conceito de *ethos* pode auxiliar na compreensão de FHC como um intelectual mais do que como um político, bem como a mensurabilidade de seu capital político para que haja a legitimação de sua enunciação.

Tomando por base estes aportes teóricos, o *corpus* de análise compreenderá, essencialmente, o artigo de FHC publicado na edição de número 13 da revista *Interesse Nacional*, intitulado “O papel da oposição”, publicado em 2012. Esse artigo recolocou FHC no “centro das atenções”, gerando ele mesmo uma discussão dentro e fora do PSDB (e do meio político como um todo), acerca do que seria uma luta programática. Por isso mesmo, a questão central será de nosso texto será: quem fala nesse texto é reconhecido como um intelectual ou um político? Uma vez que tal artigo não “ressou” positivamente nas hostes tucanas, pode-se caracterizá-lo como “político” e como “tucano”? De que lado a repercussão midiática colocou-o?

Intelectuais: como posicionar-se frente ao poder?

O tema dos intelectuais e sua relação com o poder é importante por serem estes os que executam a produção, discussão e transmissão de idéias necessárias à ação política nas sociedades contemporâneas. Com efeito, estas se caracterizam por sua complexidade; constante mudança; democratização impulsionada pelo grande número; globalização que internaliza o mundo na vida dos países e pela

presença da mídia no cotidiano das nações. As sociedades contemporâneas requerem, assim, tanto princípios, valores e diretrizes que apontem rumos nas incertezas das transformações, como saber técnico apto a prover conhecimentos-meios necessários para traduzir os rumos apontados e os valores escolhidos em políticas públicas viáveis. É assim que alguns chegam a tratar a política como um “quase-monopólio” dos intelectuais, uma vez que ela desenrola-se sob as representações do mundo social produzidas, em grande medida, por eles. Vejamos esta observação:

[...] a luta pelas classificações sociais é uma dimensão capital da luta de classes e é através deste viés que a produção simbólica intervém na luta política [...] É preciso levar a sério que os intelectuais são objeto de uma delegação de fato, delegação global e tácita que, com os responsáveis dos partidos, torna-se consciente e explícita. (BOURDIEU: 1983, p. 51).

Obviamente, o autor está tratando de uma situação localizada. Contudo, a agudez de sua análise permite fazer-nos uma devida abstração e compreendermos também nossa realidade imediata. Aqui como lá a realidade desenrola-se sob o véu das representações sociais, que entram em disputa por meio das crenças (religiosas, políticas, ideológicas)

que visam intervir, por meio de seus agentes, nas lutas de e pelo poder. Estas representações, por configurarem-se como “elaborações mentais”, são de responsabilidade dos intelectuais.

Se isso ocorre, o autor insiste numa outra questão: a complexidade de ser-se, ao mesmo tempo, intelectual e político. O que ocorre quando o discurso sobre o mundo social enunciado pelo autor é por ele mesmo envolvido como verídico? O que ocorre quando o *autor* intelectual é também um *ator* político?

[...] um dirigente político é alguém que tem o poder de fazer existir aquilo que ele diz; é a característica da palavra de ordem. A linguagem do dirigente é uma linguagem autorizada, é portanto uma linguagem de autoridade, que exerce um poder, que pode dar vida ao que diz. (*Idem, op.cit, p.52*)

Enquanto o intelectual tem o poder de dizer, anunciar e fazer crer, o político tem o poder de fazer, enunciar e fazer existir. Um domina a verdade do dizer, o outro a verdade do existir. Ao juntar-se na mesma pessoa o ator político e o autor intelectual, veremos alguém com o monopólio dos instrumentos de produção dos interesses políticos, quer dizer, “politicamente expressos e reconhecidos” (*Idem: 1989,*

169). Logo, “expressar” uma fala que seja politicamente reconhecida é o que deve buscar o autor/ator, o político/intelectual que atua na produção de “interesses políticos”, ou seja, na busca de entronizar no poder visões e representações do mundo social.

Nesse sentido, compreendemos que uma ideia produzida acerca do mundo social (um “produto” intelectual) para tornar-se “política”, viabilizar-se e conquistar o poder deve obedecer à lógica primaz do jogo político: mobilizar o maior número possível, conferir-se o “poder de fazer existir aquilo que diz”, conforme vimos o autor sugerir. Por meio da mobilização (o que nos permite falar que houve uma ressonância do discurso em um ambiente fora do de sua produção) o discurso extrapola o “estranhamento” que seria natural aos não iniciados e versados na política. Isso porque “[...] a simples ‘corrente de ideias’ não se torna num movimento político senão quando as ideias propostas são reconhecidas no exterior do círculo dos profissionais” (BOURDIEU, *op.cit*, p. 183). Discurso que não mobilize, que não seja compreendido fora da esfera de sua produção não torna-se político.

Pensando assim é que reolocamos a questão central de nosso texto: se o artigo de FHC não mobilizou o PSDB (nem a oposição) em sua defesa, será ele um texto político? Ou não

mobilizou por ser um texto intelectual? Passemos, agora, a uma outra discussão acerca do papel dos intelectuais.

O italiano Norberto Bobbio (ele mesmo intelectual e político) sugeriu em “Os intelectuais e o poder” uma relação estreita entre os intelectuais e a política. O intelectual não “faz coisas”, mas “reflete sobre as coisas”, podendo mesmo chegar ao centro das disputas pelo poder:

Cansados de estarem acima de todos os partidos, escolhem um para servir. Não ficam acima do combate, mas dentro dele. São clérigos não mais no sentido de portadores de valores espirituais, mas no sentido originário de ministros e fiéis de uma igreja constituída. (BOBBIO: 1997, p.36).

Se sua característica primaz é portar ideias, é por essa via que deve dar-se sua participação no jogo político. Ele não invade, mas é chamado. Participar do jogo político confere uma certa “elevação” do debate e da ação política. Em seu entender não se pode conceber ação política sem ação intelectual.

Toda ação política, como de resto qualquer outra ação social – e, aqui, por ação política podemos entender a ação do principal sujeito do agir político na

sociedade de massa, que é o partido – tem necessidade de ideias gerais sobre os objetivos a perseguir [...] a que chamei de “princípios”, e que poderiam ser chamados de “valores”, “ideais” ou mesmo “concepções de mundo”. (*Idem, op.cit.*, p. 73).

Logo, o que se depreende da análise de Bobbio é que existe intrinsecamente na política uma necessidade que extrapola o pragmatismo cotidiano e que é assegurada pela produção de valores, levada a cabo pelos intelectuais. Aí, pois, é que se inscreve a importância dos intelectuais para o agir político. São eles que fornecem, traduzem e alimentam as “concepções de mundo” postas em disputa na arena do poder. Bobbio está sugerindo que o comprometimento dos intelectuais com a política assegura um debate de ideias.

Outra importante sugestão do autor é a de que a importância dos intelectuais vai ao encontro da necessidade de uma certa “idealidade” quanto aos fins a serem perseguidos pela ação política, posto estes exercerem um “poder espiritual ou ideológico contraposto ao poder temporal” (BOBBIO, *op.cit.*, p.119). Não se pode falar, então, nem de intromissão dos intelectuais nem de um desvio de função. Inscritos no mundo, dele fazem parte, inclusive nas lutas diárias.

Se eu tivesse de designar um modelo ideal de conduta, diria que a conduta do intelectual deveria ser caracterizada por uma forte vontade de participar das lutas políticas e sociais de seu tempo que não o deixe alienar-se tanto a ponto de não sentir mais aquilo que Hegel chamava de o “elevado rumor da história do mundo” mas, ao mesmo tempo, por aquela distância crítica que o impeça de se identificar com uma parte até ficar ligado por inteiro a uma palavra de ordem (*Idem, op.cit.*,p. 79).

Assim, “a tarefa do intelectual é agitar ideias, levantar problemas, elaborar programas”(*Idem, op.cit.*,p. 82), tendo de conjugar verbos como: persuadir, dissuadir, encorajar, desencorajar, além de “expressar juízos, dar conselhos, fazer propostas”. Além disso, se o intelectual pode exercer sua função política por meio de um partido, Bobbio não deixa escapar a certeza da importância de um grande instrumento para o desenrolar de sua função: o uso da imprensa, mobilizando a opinião pública.

O aumento do número de intelectuais deve-se muito, diz Bobbio, “à invenção da imprensa” e à rapidez com que as mensagens “podem ser multiplicadas e difundidas”. Assim, a figura prototípica do intelectual é a do escritor que,

“no uso público da própria razão”, arregimenta e mobiliza um público denominado de “leitores”. Assim,

[..] a característica principal da moderna camada de intelectuais está associada à formação de uma sempre mais vasta opinião pública e o fenômeno da camada dos intelectuais no moderno sentido da palavra nascem, simultaneamente, e a acrescida influência destes avalia-se habitualmente pela formação de um público sempre mais amplo em condições de exprimir e fazer valer a própria opinião (*Idem, op.cit.*,p. 121).

O ethos e as imagens de si: FHC como um intelectual

Uma vez tendo escolhido a noção de *ethos* para a compreensão por nós proposta do *mise en scène* de FHC como um intelectual mais do que como um político, acreditamos que todo ato de tomar a palavra (seja falada ou escrita) implica a construção de uma imagem do sujeito enunciador. Tomar a palavra envolve a formatação de um estilo que representa o sujeito. Por isso mesmo, deliberadamente ou não, o autor do discurso age apresentando-se.

Construir uma imagem de si é algo intimamente ligado à enunciação feita pelo sujeito. Este ato envolve a imagem que o próprio emissor tem de si como a imagem que faz daquele a quem transmite sua mensagem; mas, também, envolve a imagem que o receptor tem do emissor e de si mesmo, a partir da recepção do enunciado. Logo, é de suma importância para a análise discursiva a compreensão dos “modos de fala” encenados pelo sujeito:

A maneira de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si e, na medida em que o locutário se vê obrigado a apreendê-la a partir de diversos índices discursivos, ela contribui para o estabelecimento de uma inter-relação entre o locutor e seu parceiro. Participando da eficácia da palavra, a imagem quer causar impacto e suscitar a adesão. (AMOSSY: 2005, p.16-17).

Há uma dependência posta pela maneira de dizer para que a adesão-mobilização ocorra, ou seja, para que esta fala torne-se política. É o modo como o discurso enuncia-se que faz com que o autor apareça como um ator político. Ao enunciar tal coisa de tal modo o orador pode dizer: sou isto e não aquilo, porque “o *ethos* se desdobra no registro do mostrado” (*Idem, op.cit.*, p.70).

O discurso, assim compreendido, mostra-se como inseparável da “voz” que o pronuncia especificamente. Aderir a um discurso e permitir que ele opere uma mobilização é perceber uma certa “voz” que implica um autor com uma “maneira de dizer” que lhe é própria, fazendo-se compreender que na “voz” há uma “maneira de ser”. As escolhas discursivas são canais reveladores acerca do sujeito enunciador.

Refletindo sobre questões como essas, Fabiana Miquelletti (2008) realizou importante estudo intitulado “Tucanos e mal-entendidos”, em que analisa como discursos e entrevistas concedidas por FHC em seus dois governos traziam a marca de uma “subjetividade discursiva detentora de inamovíveis certezas” e seus adversários como “mal entendidos” (MIQUELETTI: 2008, p.119). Havia, segundo a autora, uma intersecção sempre presente nos discursos de FHC que o balizavam como um interlocutor legítimo e esclarecido: ele era político, mas intelectual.

Na biografia de FHC é publicizada com destaque sua condição de intelectual. A condição de “homem de cultura” marca a diferença no cenário político, onde é recebida como força transformadora: mudar o mundo com as idéias da própria cabeça. (*Idem, op.cit*, p.120).

Para ilustrar sua análise, a autora transcreve trechos de entrevistas de FHC:

Como intelectual, você é treinado para dizer a verdade – pelo menos o que imagina ser a verdade – para assumir como suas as descobertas. O Intelectual é um vaidoso porque produz algo próprio, não é um copista dos outros. [...] Mas eu, pessoalmente, como intelectual, nunca deixo de ter um certo distanciamento dos acontecimentos [...] Realmente o substrato intelectual está muito forte em mim (*Idem, op.cit, p.121*).

FHC, por sua própria enunciação, é alguém “treinado” para a verdade. Um “descobridor”; exatamente por isso, cumpre-lhe a missão de “esclarecer” aos “mal-entendidos” que habitam, como ele, a política. O autor deixa entrever que, dada sua condição de intelectual, “sua política não é a ordinária”, dos homens comuns, mas a “extraordinária”, uma vez que em si “o intelectual é muito forte”. FHC fala, pois, do lugar privilegiado dos intelectuais, lugar excepcional por ele mesmo ocupado. O mesmo teor teve sua resposta ao repórter Geneton Moraes em entrevista realizada com outros ex-presidentes:

Se o senhor fosse convidado a escrever o verbete sobre FHC em uma enciclopédia, qual seria sua primeira frase?

FHC: Diria que foi um democrata. Em minha cabeça é um traço que talvez esteja mais forte do que qualquer outra coisa. Num país acostumado ao patrimonialismo, ao clientelismo, ao autoritarismo e ao atropelo, eu não sou nada disso. (MORAES, 2005, p.235).

Também em recente livro publicado em forma de “conselhos a um jovem”, FHC registra:

O fato de eu não ser um político profissional faz uma certa diferença. Eu me sinto mais professor que político, no sentido que se atribui normalmente à palavra “político”. As pessoas não acreditam quando digo isso, mas é verdade. [...] Quero escrever livros, quero viajar, fazer conferências... Enfim quero fazer outras coisas. (CARDOSO: 2006, p.73-74).

O autor fala como alguém que não é “profissional” da política no sentido corriqueiro, “menor”, daquele que faz politicagem. FHC é, antes de tudo, “um professor”, o que quer dizer ser ele alguém que tem algo a ensinar, a dizer, a esclarecer. Por isso, após sair do governo deseja mesmo

é “viajar, fazer conferências”, ensinar mundo a fora. Seu contato com o mundo da política, no sentido corriqueiro, passou. Recentemente, em entrevista ao Jornal O Globo, por ocasião da comemoração de seus 80 anos, o tom discursivo parece ter sido o mesmo:

GLOBO: Mas no Palácio era possível conciliar os papéis de presidente e intelectual? FH: Com dificuldade. Nunca deixei de ter um certo olhar distante, que é o do intelectual, o que é uma desvantagem na vida política. GLOBO: Por que é desvantagem? FH: Porque você se refreia, tem um olhar crítico, então não faz uma porção de coisas que os políticos têm que fazer. Você tem mais autocrítica, mais freios. Mas isso tem uma vantagem, que me ajudou muito, que foi não entrar no olho do furacão.[...] Meus colegas acadêmicos puro-sangue sempre ficavam um pouco horrorizados de ver como é que eu lidava com o que, para eles, é uma gente despreparada. (Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/06/17/oito-anos-depois-de-deixar-presidencia-fh-diz-que-pais-mudou-muito-para-melhor-mas-ainda-falta-924713067.asp#ixzz1PbcSGP33>. Acesso em 30/07/2011).

Nesse trecho selecionado da entrevista vários elementos confirmam o que vínhamos observando: FHC apresen-

ta sua dificuldade de manter-se enquanto intelectual no exercício do poder, pois isso implicou-lhe uma “desvantagem”, que logo depois a enunciação transforma em uma vantagem: o seu ser intelectual conferiu-lhe a máxima de “não entrar no olho do furacão”, de não se misturar e ser confundido com a “gente despreparada”.

Contudo, se através da enunciação de si o sujeito pode ser reconhecido como algo (no caso de FHC mais como intelectual do que como político), outros sujeitos enunciadores também podem colaborar com a formatação do *ethos*. Foi assim com o renomado sociólogo Boaventura dos Santos Souza, após a eleição presidencial de FHC em 1994:

Há uma razão que não pode ser objeto de análise porque é um privilégio dos deuses dá-la ou tirá-la: Fernando Henrique Cardoso é um homem excepcionalmente inteligente, de uma Inteligência analítica e fulgurante a um só tempo [...] Fernando Henrique Cardoso domina como poucos a tradição sociológica universal, e a partir desse domínio inova teórica e conceitualmente de modo a dar conta das especificidades brasileiras (SANTOS: 1995, p. 48).

Por dominar “como poucos a infundável tradição sociológica”, FHC é apresentado como alguém privilegiado

pelos “deuses”, sendo capaz, por isso mesmo, de conferir inovações que possibilite ao seu governo “dar conta” do país, numa “convicção absoluta de devolver aos brasileiros a certeza da esperança” (*Idem, op.cit, p.54*).

Cumpra aqui ressaltar que, em março de 2010 FHC reuniu em uma coletânea uma série de artigos seus em um livro intitulado, não por acaso, “*Relembrando o que escrevi*”. Na ocasião de seu lançamento, na sede do jornal paulista “O Estado”, FHC lembrou: “me chateiam tanto com esse negócio dizendo ‘esqueçam tudo o que eu escrevi’. Eu nunca disse isso. Vamos fazer um livro lembrando tudo o que eu escrevi”. O tucano registra que o livro contém entrevistas de um período de trinta anos, e que nesse período o “mundo mudou”, e ele acompanhou esta mudança.

O papel da oposição: o intelectual e o político em ação

Após mais um silenciamento vivenciado pela propaganda televisiva de José Serra em sua candidatura no pleito presidencial de 2010, que evitou discursos comparativos entre a “Era FHC” e a “Era Lula”, bem como uma defesa audaz dos feitos das gestões tucanas (silêncio este quebrado somente pelo próprio FHC em artigos publicados no jornal

“O Estado”), FHC tornou-se o assunto de muitas discussões após a publicação do artigo “O papel da oposição”, na edição número 13 da revista eletrônica Interesse Nacional.

O texto é longo e dividido em oito partes: “É preciso refazer caminhos”, “Diante deste quadro, o que podem fazer as oposições?”, “Qual é a mensagem?”, “Oposição precisa vender o peixe”, “Petistas camaleões”, “Sinceridade comove a população”, “Compromisso com o voto distrital” e “Falta de estratégia”. A parte introdutória é destinada à comparação entre a década de 70 e o momento atual, coincidindo como momentos em que FHC ocupa o lugar de oposição. Lá, sua ação visava “mobilizar a sociedade pela democracia”, sem desanimar frente ao autoritarismo do regime militar, aproveitando “toda brecha que os atropelos do governo” proporcionavam “à persistência de algumas vozes”. Agora, FHC incumbe-se de algo “quase ridículo de escrever”: mostrar à oposição que seu papel é “opor-se ao governo”. Se antes a dificuldade era posta pelo autoritarismo militar, a dificuldade atual dá-se por conta do “clientelismo e corrupção” engendrados pela “adesão progressiva do petismo lulista à nova ordem”. Após isso, sugere um “estilo contrastante” de Dilma Rousseff em relação a Lula que pode vir a prejudicar o desejo de FHC para que o PSDB desempenhe um papel frente a um novo agrupamento social,

sendo essa a principal mensagem do artigo; segundo FHC, Dilma comporta-se de “maneira distinta do antecessor”, o que “pode envolver parte das classes médias”, segundo ele exatamente o grupo que manteve “certa reserva diante de Lula”. Logo, dois personagens aparecem imediatamente definidos por FHC como protagonistas do seu discurso: a oposição e as classes médias.

Para o autor, urge “fincar a oposição no terreno político e dos valores” num quadro político de alta complexidade, levando a oposição a “começar pelo reconhecimento da derrota”. Este fato merece ser alvo de autocrítica, particularmente porque a oposição durante os três pleitos consecutivos em que saiu derrotada (2002, 2006 e 2010) aceitou “a modernização representada pelo governo FHC com dor de consciência”, tanto por falha sua como por deixar-se levar pelas “mensagens atrasadas do esquerdismo petista”. Uma tal enunciação Tucana acusadora de um atraso que existe em seus opositores, e que enxerga a si mesmo como arauto da modernidade, já havia sido assinalada pelo citado estudo de Miqueletti:

[...] podemos pensar o processo de constituição e os sentidos do discurso Tucano da desqualificação. Pelo que pudemos ver, acreditamos que o consenso

reivindicado pelo *homo politicus tucanus* funda-se em um imaginário de modernidade dominante (MIQUELETTI: *op.cit.*, p.128)

O tom queixoso de FHC (que logo no final do 1º turno chegou a desabafar: “eu mudei o Brasil mas meu legado não está aparecendo”), fez-se também presente ao denunciar que os “setores mais vigorosos da oposição se estiolaram”, permitindo que as políticas compensatórias iniciadas em seu governo fossem “brilhar na boca de Lula, pai dos pobres”, relegando-o ao esquecimento e ao silêncio. Um não-reconhecimento inaceitável, mesmo porque esse processo de emudecimento teria anestesiado até mesmo “a própria opinião pública”.

Frente a isso, “definir o público a ser alcançado” é a primeira tarefa proposta por FHC. Há que se abandonar uma ilusão: “é pouco o que os partidos podem fazer” para que a voz oposicionista alcance a sociedade. O plano institucional estaria entregue a um *modus operandi* todo comprometido em “assegurar a governabilidade”, numa “orientação político-clientelista definida”. Logo, se a oposição é formada por partidos “não propriamente mobilizadores de massa” (PSDB, DEM e PPS), cumpre mudar de rota, elaborar um outro discurso, não “manter ilusões”. Cabe, aqui, transcre-

ver um trecho mais longo do artigo, justamente o trecho que mais causou *frisson* na opinião pública:

Enquanto o PSDB e seus aliados persistirem em disputar com o PT influência sobre os “movimentos sociais” ou o “povão”, isto é, sobre as massas carentes e pouco informadas, falarão sozinhos. Isto porque o governo “aparelhou”, cooptou com benesses e recursos as principais centrais sindicais e os movimentos organizados da sociedade civil e dispõe de mecanismos de concessão de benesses às massas carentes mais eficazes do que a palavra dos opositores [...].

A partir da leitura desse trecho, FHC reconhece que falar ao “povão” (sendo do PSDB) é falar sozinho. A massa carente é pouco informada (lembramos os “mal-entendidos”) e “cooptada” pelas benesses do governo. Logo, onde estão os segmentos sociais disponíveis à oposição?

Existe toda uma gama de classes médias, de novas classes possuidoras (empresários de novo tipo e mais jovens), de profissionais das atividades contemporâneas ligadas à TI (tecnologia da informação) e ao entretenimento, aos novos serviços espalhados pelo Brasil afora, às quais se soma o que vem sendo chamado sem muita precisão de “classe

C” ou de nova classe média. Digo imprecisamente porque a definição de classe social não se limita às categorias de renda (a elas se somam educação, redes sociais de conexão, prestígio social, etc.), mas não para negar a extensão e a importância do fenômeno. Pois bem, a imensa maioria destes grupos – sem excluir as camadas de trabalhadores urbanos já integrados ao mercado capitalista – está ausente do jogo político-partidário, mas não desconectada das redes de internet, Facebook, YouTube, Twitter, etc. É a estes que as oposições devem dirigir suas mensagens prioritariamente, sobretudo no período entre as eleições, quando os partidos falam para si mesmo, no Congresso e nos governos.

Definido o segmento ao qual dirigir o discurso, onde encontrá-lo? Nas “salas universitárias”, nas “redes de palestras” e na “mídia tradicional”, sem deixar de buscar “novas formas de atuação”. Aqui, pois, não há uma “massa” desinformada, mas um segmento esclarecido, grupo que possibilita que “o que parecia não ser política, politize-se”. FHC insiste no fato de haver um espaço para o “fato político” a surgir por meio da insistência em “valores”.

Como arauto da modernidade, FHC enxerga o PT imbuído “na adoração do bezerro de ouro” do capitalismo, mas marcado “pelos cacoetes do passado”, num sistema em que

só se apregoa “a acumulação e o crescimento da economia”, deixando de considerar o meio ambiente e as diversas injustiças existentes. Mesmo quando leva em consideração estas coisas, o governo petista o faz, segundo FHC, “em ziguezague”, exatamente por conta da “visão canhestra de muitos setores que apóiam o governo”. A oposição, se trilhar o caminho por ele proposto, pode “acelerar a desagregação do antigo e apostar no novo”, capitaneando ela mesma “o fortalecimento de uma sociedade mais madura e democrática” (o que nos permite entrever que, segundo ele, sob o petismo jaz uma sociedade imatura e autoritária).

A repercussão e a discussão: um texto intelectual ou um texto político?

Ao final de nosso texto pretendemos mostrar a repercussão do artigo de FHC na imprensa e na política, guiando-nos por algumas questões: FHC apareceu como um intelectual a tecer análises políticas e sociológicas ou como um tucano a nortear a oposição? Quem foi mobilizado a partir de sua fala: políticos ou intelectuais?

A primeira notícia do artigo nos veio pelo *blog* do jornalista Josias de Souza, da Folha de São Paulo, em 12 de abril

de 2011. Logo de início o destaque é dado à afirmação de FHC de que “o PSDB não deve disputar o povão com o PT”. Este é o título de seu *post*, cujo conteúdo transcrevemos, em parte, abaixo:

Num instante em que a oposição roda como parafuso espanado em busca do discurso perdido, Fernando Henrique Cardoso sugere um caminho. Para ele, “enquanto o PSDB e seus aliados persistirem em disputar com o PT influência sobre os ‘movimentos sociais’ ou o ‘povão’, falarão sozinhos”. Acha que a oposição precisa redirecionar seus esforços para conectar-se com a nova classe média, içada da pobreza pelo crescimento econômico dos últimos anos. [...] as legendas de oposição terão de alterar o modo de agir, modernizando-se. Ele escreve que essa classe média tão almejada não participa da vida política do país como no passado. Acompanha o desenrolar dos fatos em lugares onde os partidos praticamente inexistem. As redes sociais da internet, por exemplo. [...] Ex-presidente da República por dois mandatos, FHC realça num pedaço do artigo o cativo a que os aliados o condenaram nas últimas disputas presidenciais: [...] O texto é até delicado. Em verdade, não houve dor de consciência, mas vergonha. FHC e seu legado foram trancafiados no fundo do armário. [...] (Disponível em <http://josiasdesouza.fo>

O jornalista compreende o texto como um manifesto político. Mais do que noticiar a publicação do mesmo, sua tarefa parece a de um analista, pondo-se mesmo como alguém com a missão de desacreditar ou corrigir aquilo que FHC apresenta em seu texto, chegando a enumerar aquilo que considera “equivocos” de FHC, expostos por meio de um “nanismo de ideias”.

Os principais argumentos de FHC, entre eles o interesse em que a oposição lance-se para a “classe média”, são desmerecidos pelo jornalista. Sua conclusão não deixa dúvidas quanto ao destino do artigo de FHC:

Difícil pedir ao “ex-povão” que recorde agora que a estabilidade econômica traz na sua gênese o Plano Real, que FHC costurou como ministro de Itamar. Muito difícil emplacar a tese de que Lula apenas manteve conquistas que o petismo rejeitara no passado. [...] Não há debate em rede social capaz de devolver à oposição o passado que ela própria permitiu que passasse. Como escreve FHC, oposição que perde três eleições presidenciais não achará escusas no terreno do outro. Deve o infortúnio à sua própria incompetência. (*Idem, ibidem*).

Um dia depois o jornalista registrava em seu *blog* a reação de FHC: segundo Josias, o autor indignara-se com a repercussão do artigo e disparou: “não entenderam nada”, “não leram e não gostaram”. Assim, “abespinhado com a ‘incompreensão’”, FHC teria afirmado: “Não sou maluco de pregar que o meu partido esqueça o povão”. Ao explicar-se, disse que seu artigo não tratou de eleição, mas de “estratégia política”; seus críticos teriam negligenciado o trecho em que escreveu que o redirecionamento da mensagem oposicionista deve ser feito “sobretudo no período entre as eleições”. (*Idem, ibidem*). O jornalista registra, pois, que a maior incompreensão deveu-se ao que FHC falara sobre o “povão”. O tucano pareceria preocupado com a repercussão política de seu texto.

Ainda em 12 de abril, FHC concedeu uma entrevista à rádio CBN e tentou explicitar melhor aquilo que havia dito no artigo. Segundo o entrevistador, FHC defendera “uma revisão profunda na estratégia adotada pelo PSDB e pelos demais partidos da oposição para voltar ao poder”. No comentário inicial, antes de dar a palavra a FHC, o jornalista registra a indicação do artigo do tucano de que a oposição “desista de conquistar as camadas mais pobres do eleitorado”. Ao tomar a palavra, FHC logo registra sua condição de

intelectual: “Estou em Maringá nesse momento, a convite da Associação Comercial, onde vou fazer uma palestra”.

Dias depois, o mesmo jornalista insiste na desqualificação política do texto de FHC, fazendo memória de uma célebre frase a ele atribuída: “esqueçam o que escrevi”:

- De FHC para Lula: “Se Lula fosse um adversário leal, saberia reconhecer que não desprezo o “povão”, diz Fernando Henrique Cardoso em resposta às declarações de seu sucessor sobre artigo escrito pelo tucano. “Sou contra o que ele fez com o povo: cooptar movimentos sociais; enganar os mais carentes e menos informados trocando votos por benefícios de governo; transformar direitos do cidadão em moeda clientelista. Quero que o PSDB, sem esquecer nem excluir ninguém, se aproxime das pessoas que não caíram na rede do neoclientelismo petista. Desejo que Lula, que esqueceu as antiquadas posições contra as privatizações, continue usufruindo das oportunidades que as empresas multinacionais lhe oferecem, como agora em Londres”.

- Para terminar: Ainda FHC: “E desejo, principalmente, que Lula termine com a lenga-lenga contra ler muito e ter graus universitários, pois não precisa mais ter complexos. Virou ‘doutor’”. Considerando-se o suor que derrama para convencer que não quis dizer o que todo mundo diz que ele disse,

FHC logo repetirá a fatídica frase que jura jamais ter dito:

“Esqueçam o que escrevi”. (*Idem, ibidem*).

Em 13 de abril seria feita a primeira defesa, política e intelectual, do texto de FHC. Feita pela jornalista e cientista política Lúcia Hippolito, a defesa seria posta em circulação no *blog* da jornalista por meio do texto “fala sério”:

Mais uma vez a oposição e, sobretudo, o PSDB não entenderam o argumento de Fernando Henrique. [...] Fernando Henrique continua um estupendo analista. Não perdeu a mão como analista político, como sociólogo. Ele diz coisas de uma clareza impressionante. Partido é parte. Partido não é todo. Nenhum partido democrático pode ter a pretensão de representar **toda** a sociedade. Só um partido totalitário. Claro que a oposição dialoga com todos os setores da sociedade, mas um partido tem que representar uma parte da sociedade. (Disponível em <http://colunas.cbn.globo.com/platb/blogdalucia/page/3/>. Acesso em 31/07/2011)

O texto é claro: a análise de FHC é a mais apurada contribuição para a política dos últimos anos, posto que FHC “continua um estupendo analista” e “não perdeu a mão

como analista político, como sociólogo”, sendo alguém de uma “clareza impressionante”. Aqui, pois, FHC aparece com um *ethos* de intelectual, e não meramente como um político. Exatamente por isso, compreende que “partido é parte” e, uma concepção de englobar o todo seria algo “totalitário”. Lúcia registra que “os governistas reagem como lhes cabe”, mas não compreende nem aceita a reação do PSDB e da oposição como um todo, que “sai a reboque do PT”, procurando dar explicações. Assim, em não entendo e em não trilhando o caminho que lhe foi proposto, a oposição tem seu destino selado pela análise de Lúcia:

Resumo: não entenderam nada do que disse Fernando Henrique. Por isso a oposição virou suco. Não sabe fazer oposição. Não sabe captar um sentimento que está difuso na sociedade, tem a pretensão de representar todo mundo e acaba não representando ninguém. E os tucanos mais uma vez deixaram Fernando Henrique falando sozinho. Deixaram Fernando Henrique falando sozinho nesses oito anos e agora deixaram novamente. O que o ex-presidente está dizendo? Vamos tentar organizar o pensamento da oposição para que possamos organizar a ação da oposição. Mas não. Saem todos feito baratas ton-tas, achando que o que ele disse significa que ele não gosta de pobre. Tenham dó. Fala sério! Se continua-

rem assim, os tucanos vão continuar sendo derrotados até desaparecer. Bem feito! (*Idem, ibidem*).

Em 14 de abril, também pela Rádio CBN, o jornalista Kennedy Alencar tecia comentários sobre o artigo de FHC. O áudio encontra-se postado no site da emissora com um sugestivo título: “*Fernando Henrique cometeu um grande equívoco político*” (disponível em [http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/kennedy-alencar/2011/04/14/Fernando Henrique cometeu um grande equívoco político.htm](http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/kennedy-alencar/2011/04/14/Fernando_Henrique_cometeu_um_grande_equivoco_politico.htm)). Desde o título, pois, está dada a sentença: FHC escreveu como um político e não como um intelectual. Segundo o jornalista, “é um erro Fernando Henrique falar como sociólogo” pois ele seria “a maior referência da oposição”, sendo sempre ouvido, em qualquer circunstância, não como intelectual, mas como “líder político”. O jornalista registra o fato de “os próprios colegas de partido” não terem aceitado o teor do texto, particularmente a estratégia de “abandonar o povão e ir atrás da classe média”, pois essa classe média “foi povão e continua com os valores do povão”.

Mas, um entendimento do texto de FHC como uma obra política, e não analítica, também encaminhou-se no intuito de demonstrar o viés “elitista” tanto dele como do PSDB. Vários comentários publicados caminharam nesse senti-

do. Em 15 de abril, o jornalista Maurício Dias escreveu, no site da revista Carta Capital, artigo intitulado “FHC tira a máscara”. Para ele, com o texto publicado, “finalmente” FHC teria “entrado no trilho adequado”, o que o fez ao jogar “fora a máscara da social-democracia” para encampar os valores da “classe média”. Mesmo quando ensaia uma análise sociológica, no entender de Dias, “o sociólogo, já de olho na competição presidencial de 2014, vê as coisas com a lente descalibrada do político oposicionista.” (Disponível em www.cartacapital.com.br/politica/fhc-tira-a-mascara. Acesso em 30/04/2011)

A desqualificação política do texto de FHC também veio por meio de um artigo do senador baiano Walter Pinheiro, do PT. Em seu blog o senador mostra, desde o título, a desqualificação e a deslegitimação que tenciona operar em torno do artigo: “*O príncipe e os pobres*”. O texto coloca em dois pólos distintos FHC e os “pobres”, sugerindo a semelhança do tucano com o “ditador que pediu que o povo o esquecesse”.

Alguns jornalistas, como a já citada Lucia Hippolito, trataram de qualificar o texto de FHC, numa espécie de “resposta” àqueles que o desqualificaram, mas também como uma espécie de “alerta” aos partidos de oposição. Aqui, citaremos dois. O primeiro deles é o jornalista Ricar-

do Noblat, que em seu *blog* publicou o texto “*FHC e o clube dos mortos-vivos*”. Para ele, o artigo de FHC, “homem de pensamento refinado”, hauria seu mérito por “mexer em assombrações” que assolam o sistema partidário brasileiro e por “tentar esquadrihar novos horizontes onde situar o discurso oposicionista”. Assim, Noblat anota que

Num país onde o debate de idéias é tratado a pontapés e transformado num diz-que-diz com gosto de fanatismo de torcida organizada em arquibancada de futebol, e onde as palavras são interpretadas pela rama, não é de se estranhar que a colocação do ex-presidente fosse lida como uma conclamação a “abandonar o povão” e uma manifestação de “elitismo” e desprezo pelo destino dos mais pobres. Inocência seria acreditar que os governistas não fossem aproveitar a digressão conceitual do ex-presidente para distorcer-lhe o sentido, e não há como estranhar que Lula - evidentemente seguido pelos áulicos - não transformasse essa análise em mais uma de suas popularíssimas interpretações propositalmente desonestas e rasteiras como a grama. (Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2011/04/15/fhc-o-clube-dos-mortos-vivos-374924.asp>. acesso em 31/07/2011).

Observe-se que as críticas ao texto de FHC são localizadas por Noblat como “desonestas” e, principalmente, como algo sem valor, exatamente “rasteiras como a grama”. Um outro jornalista empenhado em destacar o “brilhantismo” de FHC foi Arnaldo Jabor, no texto “*Como era gostoso nosso comunismo*”. Logo de início, Jabor sustenta a tese de que o PSDB está “falido”, e que o texto de FHC apresentava-se como “um possível programa” de relegitimação, algo como um “novo sopro de vida” ao partido. Contudo, Jabor lamenta o fato de que o texto tenha caído

[...] na boca maldita do dia a dia, no cafezinho ideológico dos sabotadores e oportunistas. Todos sabem o que ele quis dizer, mas fingem que não, para manter o mito sem vergonha da “herança maldita” que eles conseguiram emplacar, graças à ignorância política do povão, sim. O povão não tem educação política para entender a complexidade de um projeto social democrata, que é o único que pode enxugar os absurdos que incham um Estado falido, mas que os demagogos ainda conseguem enfeitar de “patrimônio nacional”. Sempre distorcem o que FHC fala, num permanente desejo de fazê-lo “direitista”, neo-liberal e outros ridículos xingamentos. (Disponível em <http://www.estadao.com>).

Tanto Noblat como Jabor insistem no fato de haver uma certa “incompreensão” natural àquilo que FHC escreve, qualquer que seja o tema, e também um desvirtuamento intencional de suas idéias. Para Jabor, FHC “quis dizer que o PSDB não deve continuar surrupiando o discurso populista e demagógico do PT” (lembremo-nos da diferença entre FHC e os “políticos”), e que o PSDB tem a tarefa de “explicar o complexo programa social-democrata” (lembremo-nos dos “mal-entendidos”). Essa explicação mostra-se urgente, para Jabor, para que o futuro assegure que essa “metirada” (a de que FHC despreza o “povão” – mentira essa disseminada por aquele que Jabor chama de “Lulão”) seja “corrigida pelos historiadores sérios”, ou seja, por aqueles que registrarão os grandes feitos das gestões de FHC (o mesmo reclame que o próprio FHC fizera, e que aqui citamos, em sua autobiografia).

Referências

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Trad: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: EdUnesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política: a história que vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cartas a um jovem político** – para construir um país melhor. São Paulo: Elsevier, 2006.

_____. “O papel da oposição”. **Revista Interesse Nacional**, n. 13, abril de 2011.

MIQUELETTI, Raquel. Tucanos e “mal-entendidos” In: MOTTA, Ana Raquel. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MORAES NETO, Geneton. **Os segredos dos presidentes: Dossiê Brasília**. São Paulo: Globo, 2005.

SANTOS, Boaventura Souza. O presidente sociólogo In: CARDOSO, Fernando Henrique. **A utopia viável**. Brasília: Ed Senado, 1995.

AUTORIA NO GÊNERO RESENHA ACADÊMICA

Dalva Teixeira da Silva Penha
Maria da Penha Casado Alves

Introdução

○ nosso trabalho tem como objeto de estudo a autoria no gênero resenha acadêmica, cujo objetivo é analisar, a partir de uma perspectiva discursiva, como acontece a inserção da voz do autor do texto resenhado e do dizer de outros autores na construção do gênero resenha.

Os sujeitos constituem-se autor a partir de indícios, que se materializam nos elementos lexicais, como: uso de aspas, verbos de dizer que introduzem os discursos diretos, formas pronominais de primeira ou de terceira pessoa, expressões valorativas; bem como a partir de posicionamentos do sujeito-autor. Essas são, portanto, as várias formas de inserção do autor na resenha acadêmica.

Nessa perspectiva, é nosso propósito analisar resenhas acadêmicas de graduandos de Letras, buscando ver como se constitui, nesses textos, a autoria. Para tanto, constituímos o corpus 10 (dez) resenhas. E, para melhor sistematização desse nosso objeto de estudo, a autoria, seguimos uma trajetória em que priorizamos a dialogicidade da linguagem, as concepções de gêneros e de vozes, bem como de autor e de constituição da autoria.

Buscamos embasamento teórico, também, em outros autores que tratam, de forma específica, do discurso e, mais precisamente, do sujeito e da autoria. Para tanto, nos fundamentamos na abordagem bakhtiniana e em muitos dos estudiosos dessa vertente. Podemos citar alguns desses autores, como: Faraco (2008), Possenti (2002), Brait (2006 e 2008), Oliveira (2006, 2008), Geraldi (2006), Cunha (2008), Amorim (2006).

Pressupostos que orientam a pesquisa

Concepção dialógica da linguagem

Atualmente, os estudos em torno da linguagem têm se centrado nas discussões epistemológicas e teóricas mais

gerais que defendem uma produção de conhecimento, cuja abordagem discute e analisa dados relacionados à vida humana e à pluralidade de posicionamentos discursivos. Dessa forma, esses estudos tomam como campo de conhecimento, a linguística transdisciplinar e contribuem para a compreensão do ser humano em meio às práticas sociais.

A linguagem dialógica, defendida por Bakhtin (2003), tem como arena os acontecimentos da vida. Os sujeitos integram nas práticas sociais discursivas; as vozes se entrecruzam. Desse modo, vemos que a palavra é pluri, é interdialógica. Assim, a linguagem na vida, em meio às práticas sociais discursivas, considera a heterogeneidade discursiva.

Conforme o exposto, buscamos compreender o princípio da alteridade, em que o outro ocupa um lugar de observador e em que a constituição do autor, enquanto sujeito, acontece a partir do olhar do outro.

É bem verdade que a linguagem como constituinte do sujeito é considerada como ação responsiva ativa do processo discursivo, no qual construímos um mundo de relações dialógicas, e, nessa dialogicidade da linguagem, realizamos um projeto de dizer com interações e antecipações. Nas relações com a realidade, a linguagem é viva, responsiva, significativa e é a ponte entre o mundo da cultura e o mundo da vida.

De acordo com Volochinov (1997), a enunciação deve se constituir a partir do meio social em que o indivíduo se insere. Assim, podemos ver que todo o processo enunciativo apresenta uma relação intrínseca com o social; homem e sociedade se relacionam, interagem, construindo, assim, a dialogicidade da linguagem.

Nesse sentido, os enunciados são realizações intencionais dos sujeitos, o que, em sua essência, é axiológico; esses enunciados são produzidos a partir da interação do sujeito com o contexto social em que ele se insere, e podem também ser considerados como posicionamentos carregados de valores, haja vista que os sujeitos trazem para seus discursos aspectos sociais, mas também a sua singularidade.

Os gêneros do discurso: uma abordagem dialógica

Os estudos de Bakhtin (2003) sobre os gêneros se preocuparam não somente com a classificação, mas, principalmente, com o processo comunicativo e a dialogidade, nesse processo. Essa visão teórica distancia-se da visão clássica aristotélica e dá lugar às manifestações discursivas da heteroglossia, isto é, das várias codificações não restritas à palavra.

Em nossas relações de interação, enquanto falantes, fazemos uso dos gêneros; dispomos de uma diversidade destes e os empregamos, conforme as práticas comunicativas. Por isso, são considerados “formas relativamente estáveis.” (Bakhtin 2003). Para o autor:

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN 2003, p. 262)

No processo discursivo da linguagem, há uma troca entre os sujeitos, cujo momento de interação propicia as relações dialógicas. Desse modo, os sujeitos têm intenções e, conforme essas intenções, eles fazem suas escolhas. Nesse processo, o contexto situacional é significativo para enunciar uma mensagem.

Os gêneros discursivos, usados com finalidade comunicativa e expressiva, devem ser vistos como manifestações culturais e orientados sempre pela dimensão espaço-tempo, ou seja, é o contexto situacional e temporal que determina a escolha do gênero, como já foi mencionado.

Os gêneros do discurso priorizam o dialogismo, e as relações interativas da linguagem, contribuindo, assim, para a constituição de processos produtivos na esfera da discursividade. Nesse sentido, ganhou destaque, nos estudos da linguagem, a concepção dialógica defendida por Bakhtin (2003), a qual se preocupa com as relações existentes no processo comunicativo, ou seja, com as relações sócio-discursivas.

Os usuários de uma língua, mesmo dominando-a fluentemente, sentem-se incapazes de se comunicar em algumas esferas sociais. Isso acontece, em virtude de a maioria dos interlocutores (escritor, ouvinte) não dominarem, na prática, grande parte das formas de gênero. Assim, evidenciamos que quanto mais os falantes/escritores dominam os gêneros mais os empregam de forma livre. Sabemos que existem os gêneros padronizados, ou seja, os gêneros que são utilizados por determinada esfera social em situação específica de uso e esses mesmos gêneros poderão ser transpostos para outra esfera social e para contextos diversos, só depende do falante, pois é ele que terá a competência de moldar os gêneros.

Destacamos, aqui, a importância de discutirmos os gêneros discursivos, uma vez que o nosso estudo se detém no

gênero discursivo resenha acadêmica. Para isso é preciso compreender o enunciado como unidade de comunicação.

A escrita na esfera acadêmica

Prática discursiva na academia

Os estudantes do Ensino Superior, ao longo de sua formação, lidam com o discurso e com a escrita. Assim, é a partir de conhecimentos teóricos e discussões travadas em sala de aula, bem como de exposições, que esses alunos universitários produzem os gêneros acadêmicos, como a resenha, o artigo, o relatório, dentre outros.

Escrever, na academia, é bastante complexo, uma vez que estamos lidando com intelectuais que discutem, avaliam, questionam, dominam a temática da qual tratamos; e isso implica em aprofundamento teórico. Por outro lado, nessa mesma esfera, espera-se que esses alunos produzam textos que demonstrem conhecimentos satisfatórios da língua, ou seja, com clareza e legibilidade, para que esses textos tenham aceitabilidade, nessa comunidade acadêmica.

Os gêneros acadêmicos, assim como os demais, refletem suas condições específicas de produção, bem como

suas finalidades; considerando conteúdo temático, estilo, e os recursos lexicais e gramaticais.

A resenha acadêmica

A resenha acadêmica se organiza, partindo de atividades sociais, como eventos, seminários, leituras e discussões, e analisa uma determinada temática, isto é, discute um determinado tema. A produção desse texto acadêmico parte de atividades discursivas de sala de aula e tem como objetivo discutir sobre uma temática em estudo, buscando adquirir conhecimentos.

Trataremos, especificamente, da resenha acadêmica, exigida por professores universitários. Para diferenciar melhor a resenha acadêmica das outras resenhas, precisaremos compreender o que é esse gênero resenha.

As resenhas funcionam como um texto demonstrativo, no qual se expõem as informações a respeito de uma obra, podendo também funcionar como elemento motivador, no exercício da produção escrita, que contribui para o desenvolvimento de várias competências, principalmente as de compreensão.

Outros autores, como Medeiros (2000) e Severino (2000), tratam da resenha obedecendo a um modelo semelhante a esse acima mencionado.

Entretanto vemos que, para produzir uma resenha acadêmica, o produtor deve obedecer às características quanto à estrutura e à organização desse gênero, e, principalmente, atender a elementos constitutivos desse gênero que vão ao encontro da discursividade, como: a expressão subjetiva do autor; a inserção de diferentes vozes; a compreensão do texto a ser resenhado.

A autoria de acordo com a visão de Bakhtin

A nossa reflexão a respeito de autoria está aliada às discussões feitas por Bakhtin (2003, 2008) e autores que o têm como referência. Sabemos que Foucault (1992) discute autoria como “princípio de agrupamento de discurso que se apresenta como unidade”. Fica claro que, para Foucault (1992), autor não é o indivíduo falante que pronuncia ou que escreve um texto, mas o autor como agrupamento do discurso, como unidade e origens de suas significações, como foco de sua coerência. A função autor depende da formação discursiva e do conjunto de regras que dão corpo e legitimam a obra; o que não é o nosso caso.

Por outro lado, nos referimos a um conceito de autoria que remete à perspectiva teórica de Bakhtin (2003, 2008),

Faraco (2009), Possenti (1981, 1988, 2001, 2002). Esses autores definem o autor como aquele que exerce uma tomada de posição, assume um ponto de vista em relação ao seu discurso.

O axiológico a que Bakhtin faz referência, na sua obra, contempla a heteroglossia dialogizada, ou seja, as múltiplas vozes sociais, que atuam como expressão de uma determinada interpretação do mundo.

Vemos que exotopia é esse movimento em que o autor ou o artista real pensa a sua produção dentro de um contexto histórico; é não tornar-se indiferente; é realizar uma ação valorada; é ocupar um lugar singular e único; é dar singularidade a sua produção. E isso é o que Bakhtin (2003, p. 22) vai chamar de excedente de visão.

Outro autor que tem se dedicado ao estudo da autoria é Possenti (2001, 2002), por esse autor (2002, p. 30), os conceitos de autoria.

[...] têm a ver com os conceitos de locutor (expressão que designa o “falante”, enquanto responsável pelo que diz) e com o de singularidade (na medida em que, de algum modo, serve para chamar a atenção para uma forma, um tanto peculiar do autor estar presente no texto [...]).

Para Amorim (2006), “Quando se está escrevendo, ouvem-se vozes, faz-se falar algumas deles e, a eles respondem, consegue-se chegar/ou não, a fazer ouvir sua própria voz.” Uma outra forma de se marcar a autoria é o caráter abstrato, ou seja, percebe-se a autoria de forma abstrata, que se expressa pelo uso de substantivos abstratos precedidos pelo artigo definido (a/o), que lhe dá uma idéia de universalizante.

Caracterização do campo de pesquisa

Discutimos os aspectos metodológicos e a trajetória da nossa pesquisa; apresentamos, pois, o percurso por nós realizado, destacando objetivos, demarcação do corpus, análise dos dados e resultados obtidos.

O homem é um ser social, um ser de linguagem; e é, pois, na relação homem/mundo, linguagem/sociedade, que o humano é constituído. Nessa perspectiva, a produção dos conhecimentos acontece de forma dialógica, ou seja, há uma constante relação entre o mundo da vida e o mundo teórico mediado pela consciência responsiva. No contexto social das relações interativas, produz-se o conhecimento, e essas relações são perpassadas pela cultura, elemento indispensável à produção do conhecimento.

Esse processo interativo da linguagem dá vida aos enunciados, e esses, por sua vez, se materializam no texto. Bakhtin (2003, p. 312) diz que há “dois elementos que determinam o texto como enunciado: a sua ideia (intenção) e a realização dessa intenção. As inter-relações dinâmicas desses elementos, a luta entre eles é que determinam a índole do texto”, Assim, o texto se forma com base no objetivo do seu autor, na sua intenção, e, principalmente, atendendo ao princípio da dialogicidade da linguagem, uma vez que as muitas vozes ecoam nos textos.

A nossa pesquisa é de caráter documental; temos como *corpus* resenhas acadêmicas de estudantes do Curso de Letras, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, do Campus Avançado Prof.^a Maria Elisa de Albuquerque Maia – CAMEAM. É um estudo que atende aos pressupostos bakhtinianos, os quais vêem a linguagem como dialógica, viva, interativa.

Análise e interpretação dos dados

Em seguida, trataremos do corpus; é importante destacar que a análise de cada uma das resenhas selecionadas levará em consideração as vozes presentes no texto resenhado, o posicionamento do resenhista, bem como os mo-

dos de inserção do sujeito-autor da resenha. Apresentamos fragmentos de textos retirados das resenhas analisadas.

Assim, percebe-se que o outro tem a missão de analisar e apresentar os valores do trabalho artístico; nesta análise faz-se uma interpretação a partir das relações sociais constituídas na materialidade discursiva, as quais devem apresentar questões éticas e políticas.

Identificamos e segmentamos as resenhas, através de convenções que as referenciam, que são as abreviaturas seguidas de uma sequência numérica; vejamos: R1, R2; R3; R4. Outra notificação é que o texto do aluno aparece em itálico.

As resenhas aparecem no corpo do nosso trabalho, através das análises feitas, seguindo as categorias por nós elencadas, as quais especificamos a seguir. O discurso do resenhista aparece em negrito, destacando-se, assim, dos nossos comentários e análises.

A construção das nossas categorias de análise pauta-se nas inúmeras leituras que fizemos do material, no caso, as resenhas, bem como nos conceitos e definição que fomos construindo do sujeito-autor no nosso aporte teórico. Dessa forma, elencamos as seguintes categorias de análise:

- a) singularidade do sujeito/subjetividade;
- b) distanciamento do texto ou impessoalidade;
- c) manifestação de ponto de vista ou posicionamento;
- d) inserção de vozes

A seguir, analisaremos as resenhas selecionadas, a partir das categorias elencadas. Apresentaremos apenas algumas das categorias aqui expressas. Com essa análise, pretendemos mostrar que marcas ou indícios de autoria são percebidos nas resenhas acadêmicas, e como esse sujeito-autor se insere nos textos por ele resenhados.

Em se tratando da singularidade/subjetividade do sujeito, podemos perceber nos fragmentos que seguem.

Em R-01, o autor manifesta singularidade quando diz:

R-01:[...] primeiro, ao falarmos, esquecemos que o nosso dizer poderia ser outro, constituindo as relações parafrásticas. Segundo, esquecemos que não somos donos do que dizemos e na realidade resgatamos dizeres passados, aqui somos afetados pela Ideologia.

No mundo injusto e alienante, no qual vivemos, estes estudos tornam-se relevantes, pois, nos abre perspectivas novas a realidade considerada muitas vezes perfeita.

Uma outra forma de o autor manifestar a autoria é a impessoalidade, ou seja, o distanciamento do texto. É possível perceber essa marca de autoria pelo uso de pronomes pessoais e/ou verbos de 3ª pessoa do singular, pelo uso da voz passiva e por expressões ou palavras que denotem impessoalidade. Podemos ver que o texto produzido em 3ª pessoa garante, de certa forma, a objetividade, a cientificidade, uma vez que o autor se mantém distante do seu texto.

Observe os trechos a seguir:

R-01

Dessa forma, interpreta-se o que foi dito e também o não-dito. Nesse sentido, o texto é considerado como instrumento que leva ao discurso.

Vemos impessoalidade no uso do verbo na 3ª pessoa do singular acompanhado do pronome “se”.

R-02

O presente trabalho consiste em uma resenha da obra “Linguagem e ideologia”, do referido autor.

Nesse caso, no exemplo acima, a impessoalidade é expressa pelo uso da expressão “o presente trabalho”, que de-

nota distanciamento do texto. Vejamos outros exemplos de impessoalidade, nos trechos a seguir:

R-03

O presente texto “Sobre a noção de interdiscursividade” da autora Helena Rathsue Nagamine Brandão tem como objetivo primordial tratar a respeito da Análise do Discurso, através de comentários da heterogeneidade discursiva, relação discurso interdiscurso, o outro, a intertextualidade, a memória discursiva e os domínios do campo enunciativos.

R-10

Neste universo discursivo, onde todos interagem de formas diversificadas, surge uma infinidade de domínios em diversos campos, necessariamente investigados e estudados, e nessa perspectiva de compreender que a AD procura aflorar na materialidade linguística, as diversas formas em que o discurso se organiza nas suas condições de uso e produção.

Em R-10, consideramos impessoal a forma como o reseñista apresenta a teoria, ou o conteúdo, pois, em nenhum momento, o autor apresenta-se como 1ª pessoa do discurso; fala o tempo todo da teoria, como se dominasse essa nomenclatura. Podemos perceber isso no trecho acima.

R-04

No nível da intertextualidade interna, toda formação discursiva associa-se à memória discursiva que é responsável pela capacidade de retomarmos com precisão e clareza os outros discursos. Maingueneau diz que: “Enunciar é se situar sempre em relação a um já-dito que se constitui no outro do discurso”. Dessa forma percebemos que não existe um discurso que não seja fundamentado, todo discurso é baseado num primeiro sendo uma espécie de representação.

R-05

Nessa visão, ao compreender os estudos discursivos e entender que não se separam forma e conteúdo e que, mais que uma estrutura, a língua e um acontecimento. Dessa forma, temos um sujeito marcado pela história, pois o significante, que e a própria língua reúne a estrutura e conhecimento forma material.

Analisando os trechos acima, podemos ver que o sujeito-autor apresenta julgamento, manifesta ponto de vista sobre o texto por ele resenhado, discute, avalia, comenta. Dessa forma, o texto expressa a autoria, e constitui-se sujeito do seu dizer, discutindo e avaliando a abordagem por ele mencionada.

Outro indício ou marca de autoria é dar voz aos outros; o autor faz isso, usando recursos em que ele possa explici-

tar, através de seu discurso, a voz de outro sujeito e incorporá-la ao seu texto. Para Possenti (2002, p. 120):

Um dos recursos disponíveis para mencionar outros discursos é fazê-lo através de um texto que implique uma avaliação do autor. A avaliação do outro discurso, do discurso citado, pode ser mais explícito [...] ou ser efetuado com aparência de neutralidade.

Assim dar voz a outros enunciadores é avaliar o discurso do outro; é mostrar pontos de vista de outros enunciados. Desse modo, é indício de autoria dar voz aos outros, como também incorporar ao seu texto o discurso de outro.

Vejam, nos trechos a seguir, como o autor dá voz aos outros enunciadores.

R-01

Orlandi faz um percurso teórico-metodológico no que diz respeito às questões sobre a análise de discurso e o que está nela implicado. Inicialmente a autora esclarece que “com o estudo do discurso observa-se o homem falando”.

Considerando as análises realizadas, podemos ver que a autoria constitui-se de diversas formas e que os discursos se formam, considerando o cronotopo espaço/tempo. Dessa forma, convém relatar que em todas as formas de autoria

discutidas e analisadas, constatamos que o autor se constitui sujeito do seu dizer, quando, dentro de um contexto sócio-histórico-ideológico, assume posição no seu discurso e manifesta ponto de vista.

Considerações finais

Atualmente, as pesquisas que tratam do ensino de língua, principalmente em relação à leitura e produção de texto, têm focado os gêneros textuais discursivos como base desse ensino.

O sujeito constitui-se das múltiplas relações com outros sujeitos do discurso. Assim, evidenciamos que ser autor é estar imerso em um processo axiológico de relações, as quais são valoradas. É, portanto, nesse processo discursivo, que o discurso é tido como social, uma vez que é efetuado, conforme ações discursivas, considerando alguns elementos dessas ações, tais como: o contexto sócio-ideológico dos sujeitos, e os sujeitos com os quais se dialoga.

A partir das análises feitas, constatamos que marcas ou indícios de autoria são elementos linguísticos que indicam a presença do sujeito autor. Assim, destacamos as seguintes: o uso da 1ª (primeira) pessoa do singular ou do plural - o que denota a presença do autor do texto resenhado e

aponta para subjetividade e singularidade do sujeito-autor; o uso do verbo em 3^a (terceira) pessoa do singular, acompanhado do pronome “se” - essa é uma forma de autoria, na qual o sujeito se constitui pela impessoalidade e distanciamento do seu discurso.

É bem verdade que essa é uma forma de manifestar autoria conforme Possenti (2002); contudo, de acordo com a heteroglossia dialogizada, segundo Bakhtin (2003), os discursos devem ser múltiplos, constituídos de muitas vozes, e essas vozes são incidências de outros discursos, de outros conhecimentos que se constituem nas relações sócio-discursivas, realizadas em diferentes momentos e espaços.

Referências

ALVES, M. P. C. O cronotopo da sala de aula e os gêneros discursivos. In: **Revista Signótica**. V. 24. 2012.

AMORIM, M. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos chaves. São Paulo: Contexto, 2006.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São. Paulo: contexto, 2006.

_____. **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANDÃO, H. N. **Gêneros do discurso na escola**. São Paulo: Cortez, 2000.

FARACO, C. A. Autor e autoria. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 37-60.

LIMA, C.da S. **Aspectos discursivos da autoria em resenhas acadêmicas**. Universidade Federal de Uberlândia-UFU/MG, 2008.

MACHADO, A. R.(Cord.); LOUSADA, Eliane; ABREU_TARDELLI, L. S. **Resenha**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. **Planejar gêneros acadêmicos**. 2 ed. São Paulo: Parábola, 2005.

MEURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MEURER, J. L. et al. **Gêneros, teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2005, pp.88-106.

MOTTA-ROTH, D. A. A construção social do gênero resenha acadêmica. In: MOTTA-ROTH, D. A; MEURER, J. L. **Gêneros textuais e práticas discursivas**: subsídios para o ensino de linguagem. São Paulo: EDUSC, 2002.

POSSENTI, S. **Indícios de autoria**. In: Perspectiva, v. 20. Florianópolis: Editora de UFSC, 2002.

LEMINSKI, O SAMURAI:

cenografia e *ethos* discursivo em *web-manchetes*

Anderson Ferreira
Jarbas Vargas Nascimento

Considerações Iniciais

Os *best-sellers* - modelos de produção literária altamente consumidos - precisam de um sistema de produção, distribuição e circulação que, alinhado às diversas redes de comunicação e informação, faça circular a sua “fama”, isto é, que produza práticas discursivas pelas quais os conteúdos desses discursos pareçam originais, intrínsecos, particulares e, principalmente, atuais. Na contramão dessa lógica, encontra-se a literatura pensada como patrimônio cultural, cuja valorização perpassa, de modo concomitante, por aspectos éticos, estéticos, históricos, linguísticos e pela trajetória literária de seu autor. Esta literatura,

embora precise de uma rede de comunicação e informação para circular, não advém, necessariamente, dela.

Ao propormos que a literatura – pensada como patrimônio cultural – não agrega o seu valor literário a uma exposição midiática, estamos situando tal produção literária na criação individual. Essa alternativa tem por objetivo rejeitar a influência determinante dos *mass media* na produção literária, mas, ao mesmo tempo, reconhecer esta influência no processo de circulação e reprodução desses discursos.

Não se trata, contudo, de isolar um autor à condição de gênio ou de canonizar esta ou aquela obra, mas de sugerir a hipótese de que existam objetos de uso e obras de arte *os quais possuem ambos uma certa permanência que vai desde a durabilidade ordinária até a potencial imortalidade*. (ARENDR, 2011, p. 262) Hoje, aos objetos de uso de durabilidade ordinária, relacionamos a literatura de massa que, de maneira geral, irrompe de um processo híbrido constituído pelos sistemas de informação e comunicação dos quais as mídias se apoderam e produzem valores. Essa literatura, por ser destinada à massificação, produz uma linguagem na superfície dos anseios de uma sociedade de massa, num processo de despersonalização das mensagens e uniformização da cultura.

Esse processo, mais ou menos evidente, não é exclusivo das sociedades atuais, mas se encontra, no momento, num estágio mais avançado devido às novas tecnologias de comunicação e informação das sociedades complexas. E se antes, no caso do texto literário, a estratégia “consistia em selecionar de entre os textos já editados aqueles que lhes [pareciam] convir ao vasto público visado, isto é, aqueles que lhes [pareciam] compatíveis com as expectativas ou capacidades da clientela a atingir”. (CHARTIER, 2002, p. 166), hoje, os veículos midiáticos produzem suas próprias práticas discursivas para persuadir o ‘público visado’, ou seja, a persuasão não ocorre pelo próprio texto literário, mas, sim, por aquilo que se diz dele. De outro modo, não é mais possível verificar as ‘expectativas’ desse público, as mídias precisam decidir *a priori* a qual público querem atingir.

Nessa senda, selecionamos para análise dois discursos retirados da mídia digital que dizem respeito à vendagem do livro *Toda Poesia* de Paulo Leminski e o fato dessa obra ter superado em vendas o *best-seller Cinquenta Tons de Cinza* na lista de livros mais vendidos da Livraria Cultura em março de 2013. As mídias noticiaram o fato como fenomênico, produzindo por meio de práticas discursivas valores e sentidos acerca da literatura.

Nosso trabalho fundamenta-se na Análise do Discurso de linha francesa, em particular, os estudos de Maingueneau (1997; 2006; 2008a; 2008b; 2008c; 2013) acerca das cenas de enunciação e do *ethos* discursivo, também visamos a considerar os estudos de Charaudeau (2013) no que diz respeito às mídias em sua relação com o poder. Nos discursos que selecionamos como objeto de análise, temos como objetivo examinar a construção da cenografia e a constituição do *ethos* discursivo.

Na primeira parte do trabalho expomos a relação das mídias com a informação nas sociedades contemporâneas, sobretudo sua relação com as instâncias de poder. Também apresentamos as condições sócio-históricas de produção das amostras selecionadas. Na segunda parte, fizemos uma breve exposição das noções de cenografia e *ethos* discursivo, para, na terceira parte, analisar as amostras selecionadas tendo por objetivo colocar os conceitos à prova e refiná-los por meio dos discursos selecionados.

Best-sellers, mídia e poder

As mídias, ao informar na *web-machete* que Leminski superou em número de vendas o *best-seller Cinquenta Tons de Cinza*, construíram uma notícia. Não importa a

narrativa que se seguirá, pois o leitor já fora captado por nesse tipo de enunciado. As mídias nesse caso, embora discorram de uma informação num campo específico, no caso, no campo literário, baseiam-se em que Charaudeau (2013) chama de “hipótese fraca” sobre o grau de saber do receptor, isto é, teoricamente, o leitor sabe pouco acerca daquele assunto. Em tese, as mídias decidem influenciar e satisfazer o maior número de pessoas, para tanto precisam persuadir um público heterogêneo e, no que diz respeito à literatura, as mídias precisam ceder às exigências particulares.

Essa situação paradoxal cria uma segmentação na instância midiática. Disso resultam, revistas especializadas, revistas populares, jornais de circulação estrita, jornais de larga tiragem, etc.; a *internet*, de certa forma, é o lugar onde estes segmentos se encontram, menos pela linguagem do que pelo suporte. Mas as mídias de informação tende a englobar todo tipo de acontecimento, que “será selecionado e construído em função de seu potencial de atualidade, de socialidade e de imprevisibilidade”. (CHARAUDEAU, 2012, p. 101)

Nesse sentido, as mídias não podem ser tomadas como manipuladoras, uma vez que englobam, no mesmo signo midiático, “todos os tipos de literatura”. Em outras palavras, as mídias, visando à comunicação, produzem discurs-

so para informar, e essa informação participa de uma lógica cultural. Logo, dada as estratégias de seleção dos fatos operados pelas mídias, o que estiver na ordem da *atualidade*, *socialidade* e *imprevisibilidade* será objeto de informação e de produção de sentido.

De outra forma, devido à efetiva presença das mídias nas sociedades contemporâneas, a produção de sentido no âmbito midiático, embora incoercível, tende a ser administrada. Da ilusão que os sentidos podem ser controlados, advém o poder das mídias. Mas ele não é institucionalizado, aliás, as mídias surgem, em tese, contra esse poder. Assim, o poder não se encontra arraigado em dispositivos de controle facilmente acionados, mas apresenta-se em franca dispersão em virtude da diversidade dos meios de comunicação em massa; menos pela ótica do suporte do que pela ótica dos posicionamentos. Podemos dizer que as mídias não possuem poder, mas que se relacionam com ele por meio das práticas sociais. “O poder nunca depende de um único indivíduo, mas da instância na qual se encontra o indivíduo e da qual ele tira sua força”. (CHARAUDEAU, 2012, p. 18)

No âmbito da cultura, mais precisamente no espaço de produção, circulação e reprodução do discurso literário, as mídias, que se definem contra a manipulação, são utilizadas

para manipular a função social da literatura. Como a atualidade da notícia não suporta análises subterrâneas acerca de uma obra literária, as mídias passam a construir essa obra mediante os fatos externos. As mídias, desse modo, ficam submetidas às instâncias de poder econômicas como a indústria editorial. Para noticiar a chegada de uma obra de valor literário e cultural inestimável, as mídias, na maior parte das vezes, reserva um espaço destinado à cultura. Esse procedimento, à medida que procura se adaptar às diferenças das instâncias de recepção, de modo paradoxal, cultivam essas diferenças. Cria-se o espaço da especialização. Contudo, se essa mesma obra torna-se um *best-seller*, as mídias fazem um recorte da realidade circunscrita a tal obra no intuito de mostrar o que há de surpreendente naquele espaço social.

Destacamos como exemplo o livro *Toda Poesia* do poeta, tradutor e professor Paulo Leminski. O referido livro esteve na lista dos mais vendidos no mês de março de 2013, nas redes da *Livraria Cultura* na cidade de São Paulo, deixando para trás, naquele mês, o *best-seller* chamado *Cinquenta Tons de Cinza* de E.L. James. Note-se que, para operar a imprevisibilidade, as mídias de informação fragmentam o espaço público do acontecimento. Ou seja, mesmo que o livro de James tenha vendido mais de 40 milhões

de cópias no mundo, o livro de Leminski é apresentado, considerando apenas o espaço da *Livraria Cultura*, quantitativamente superior.

Essa imprevisibilidade não se dá apenas pela quantidade de livros vendidos, mas, sobretudo, por Leminski ser um nome de autor da literatura tida como patrimônio cultural e E.L. James e seu livro representarem a literatura de massa. Esta ‘classificação’ não é feita por nós, mas pela trajetória literária de cada autor e também por enunciados de terceiros, assim, “para que um indivíduo seja plenamente “auctor”, é necessário que terceiros o instituem como tal, mediante a produção de enunciados sobre ele e sobre sua obra, em suma, conferindo-lhe uma imagem de autor”. (MAINGUENEAU, 2010, p. 142) Dito isso, apresentamos-lhes Paulo Leminski por meio de dois autores da cena artística brasileira, a saber: Caetano Veloso e Haroldo de Campos. Os excertos abaixo foram retirados do livro *Caprichos & Relaxos* (1985) de Leminski:

Ele é um sujeito gozado. É um personagem muito único, no panorama da curtição de literatura no Brasil. Eu acho um barato. Leminski tem um clima/ mistura de concretismo com beatnik. É genial. É um haikai da formação cultural brasileira. Leminski é um dos mais incríveis que apareceram. (CAETANO VELOSO)

O Leminski vem chovendo no endomingado piquenique sobre a erva em que se converteu a neoacadêmica poesia brasileira de hoje, dividida entre institucionalizadas marginalidades plácidas e escoteiros orfeônicos, de medalhinha e braçadeira. Rimbaud curitibano com físico de judoca, escandindo versos homéricos. (HAROLDO DE CAMPOS)

Apresentações desse tipo contribuem para a construção da imagem do autor que é aqui pensada como manifestação fora do campo da prática literária, “uma realidade instável e fluida que não pertence propriamente nem ao autor nem ao público ou ao texto, mas resulta da interação entre instâncias heterogêneas”. (MAINGUENEAU, 2010, p. 139). Tendo em vista os terceiros implicados, a imagem de autor do poeta Leminski pode ser considerada em nível alto. Reforçamos essa imagem de autor com uma pequena biografia literária de Paulo Leminski, pessoa empírica.

Leminski (1944-1989) nasceu em Curitiba, e foi escritor, tradutor, poeta, professor universitário e de História e de Redação em cursos pré-vestibulares, além de professor de judô. Foi tradutor conceituado de Becket, James Joyce, Mishima, Alfred Jarry, John Fante, entre outros. Foi publicitário, participante de revistas alternativas dos anos 70, escreveu artigos para a *Folha de São Paulo*, *Veja*, entre ou-

tras. Caetano, Gil, A Cor do Som, Moraes Moreira, Arnaldo Antunes e Itamar Assunção gravaram letras de Leminski. Publicou *Catatau* em 1976, *Não Fosse isso e era menos / Não fosse tanto e era quase e Polonaise*. Publicou poemas com fotos de Jaque Pires, no álbum *Quarenta cliques*, Curitiba, 1979. Teve as seguintes obras publicadas pela editora Brasiliense: *Cruz e Sousa*, 1983; *Caprichos e Relaxos*, 1983; *Matsuo Bashō*, 1983; *Jesus a. C.*, 1984; *Agora é que são elas*, 1984; *Leon Trotski - a paixão segundo a revolução*, 1986; além de traduções. Excelente trajetória em pouco tempo de vida, Leminski morreu em julho de 1989.

Em 2013, o livro de Leminski *Toda Poesia* que reúne poesias escolhidas de toda obra poética de Leminski foi lançado pela editora *Companhia das Letras* e, em março daquele ano, esteve em primeiro lugar no *ranking* da Livraria Cultura entre os *best-sellers*. Esse fato deixou atônitos quase todos envolvidos na elaboração do livro, sobretudo os editores. A mídia escrita noticiou o fato como “fenômeno”. Mas acrescentou ao épico e franzino poeta a arte de um samurai que vence seus oponentes.

Apresentamos-lhes, agora, E.L. James. Não encontramos terceiros falando dessa autora, tudo que encontramos foram entrevistas em que a autora fala sobre si e sobre o livro que escreveu. Evidentemente, é um enunciador cons-

truindo um *ethos* e uma imagem de autor. Dessa forma, vamos ao livro!

Cinquenta Tons de cinza: “o livro mais vendido no mundo no momento”; “a trilogia *Cinquenta Tons de Cinza* é um fenômeno inqualificável”; “escrita em prosa simples e não muito sofisticada”; “pornô para mães”; “vai virar filme sob a supervisão da autora”¹. Duas observações são relevantes: os terceiros implicados não são nomeados, portanto têm uma avaliação baixa; a autora ainda não tem história literária, sua antiga profissão era gerente de produção de TV, mas isso, realmente, não importa.

Pois bem, é nesse *ringue* que as *web*-manchetes instauraram Leminski de frente ao seu inimaginável adversário chamado de *Cinquenta Tons de Cinza*. Entendemos esse último como *best-seller* pelas seguintes características: livro de ficção; classificado como literatura; contém uma leitura “agradável”, no sentido de não exigir do leitor erudição; privilegia um público amplo, mas que esteja dentro da lógica do mercado de consumo, ou que possa ser capturado por ela; é laico; nasce, estritamente, para ser produto de reprodução de capital, isto é, para ser vinculados a outros suportes, seja por trilogias ou sagas, seja pela indústria ci-

1. Enunciados retirados das notícias o livro *Cinquenta Tons de Cinza*.

nematográfica, seja pela *internet*. (Cf. Sodr , 1998); e por fim, seu enredo surge por encomenda e   circunstancial.

Assim, embora o livro de Leminski tenha superado em mar o de 2013 a vendagem do *best-seller Cinquenta Tons de Cinza*, n o o consideramos como *best-seller* nos termos propostos. Mas, por meio das *web*-manchetes a serem analisadas, as inst ncias Leminski e Cinquenta Tons de Cinza s o instauradas por um enunciador como que se equivalessem, validados por uma cenografia e pelo um *ethos* constru do.

Cenas da enuncia o e ethos discursivo

No discurso, as cenas s o constru das por meio das marcas lingu sticas selecionadas pelo enunciador e, sobretudo, por uma rela o interdiscursiva. Essas marcas, por sua vez, ancoram os enunciados na *situa o de enuncia o* – sistema de coordenadas abstratas, associadas a toda produ o verbal. As cenas de fala s o constitutivas do discurso. Dessa forma, “a situa o de enuncia o n o   uma situa o de comunica o socialmente descrit vel, mas o sistema onde s o definidas as tr s posi es fundamentais do enunciador, do co-enunciador e da n o-pessoa”. (MAINGUENEAU, 2010, p. 201). Assim, a *situa o de enuncia o* constr i um conjunto de posi es abstratas onde se estabilizam as

atividades enunciativas, sua base é, em particular, a marcação dos *dêiticos*.

Consideramos, portanto, a enunciação ocorrendo em um espaço instituído que o gênero do discurso irá definir e de onde se construirá uma cena *no* e *pelo* discurso. Para desenvolvermos essa estratégia, falaremos das três cenas propostas por Maingueneau (2006; 2008a; 2013). A cena englobante, a cena genérica e a cenografia.

A primeira corresponde a um tipo de discurso, ou seja, confere ao discurso um estatuto pragmático, quais sejam: literário, religioso, filosófico, jornalístico etc. A segunda diz respeito ao gênero do discurso. Há, ainda, uma terceira: a cenografia, com a qual o co-enunciador se confronta. Essa não é imposta pelo gênero, mas é construída pelo próprio discurso à medida que a enunciação se desenvolve.

A notícia, no caso de nossas amostras, faz parte da *cena englobante* do discurso jornalístico. Podemos chegar a essa categorização por meio de função social desse discurso. Ou seja, determinamos qual é “a cena englobante na qual é preciso que nos situemos para interpretá-lo, em nome de que [o texto] interpela o leitor, em função de qual finalidade ele foi organizado”. (MAINGUENEAU, 2013, p. 96).

Contudo, para co-enunciador receber a enunciação e dizer que se trata de um discurso jornalístico é insuficiente.

De acordo com Maingueneau (2013), o co-enunciador, ao ler a notícia, por exemplo, não está tratando com o discurso jornalístico, mas com o gênero de discurso, que define os papéis sociais que o co-enunciador deve assumir. Em outras palavras, no discurso jornalístico (cena englobante) podemos acionar o gênero do discurso notícia (cena genérica) para definir o quadro cênico do discurso. A cena genérica define, também, o papel dos participantes, a instância de informação (jornal/jornalista) e o leitor. Definido o espaço estável, por meio do quadro cênico, pode-se atribuir sentido ao enunciado, produto da enunciação. Portanto, “um enunciado se prende à orientação comunicativa de seu gênero de discurso”. (MAINGUENEAU, 2013, p, 63)

Assim, a cena englobante contribui para interpretação de um dado discurso a fim de identificarmos o tipo de discurso que recebemos. No caso de uma notícia de jornal estamos recebendo um discurso jornalístico. A cena genérica, por sua vez, define o papel dos participantes. No mesmo exemplo da notícia, teremos um enunciador (jornal, jornalista) e um co-enunciador (leitor). Entretanto, a interação entre os interlocutores ocorre por meio da cenografia.

A cenografia é aquela com a qual o co-enunciador se defronta. É a partir de enunciados descritos em determinados contextos que a cena vai sendo construída; logo

não existe um quadro construído *a priori* e independente no interior do espaço. Considera-se aqui o desenrolar da enunciação, o acontecimento propriamente dito, isto é, a iniciação dentro da própria progressão do mecanismo de fala. A cenografia implica um *ethos*, ela afasta o quadro cênico e o co-enunciador recebe o texto por outra cena. Esse processo se encarrega de enlaçar o co-enunciador e é, por meio da própria enunciação, que o discurso é validado. *São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar o ethos, bem como sua cenografia, por meio dos quais esses conteúdos surgem,* (MAINGUENEAU, 2008. p. 71)

Na *Retórica*, Aristóteles afirma que a credibilidade do orador deve ser mostrada *no e pelo* discurso, ou seja, a imagem de si do orador deve ser um efeito do discurso. O *ethos* mobiliza a afetividade do co-enunciador, essa instância discursiva contém a virtude moral e a dimensão social. Para Maingueneau (2008b, p. 14), o fato de o *ethos* acionar uma instância afetiva por parte do co-enunciador que se vê ligado de maneira híbrida ao discurso e a ele se compromete sensivelmente, pode ter tido consequências importantes na retórica antiga. Duas pelo menos são notáveis: o *ethos* pode inverter a ordem da moral entre o inteligível e o sensível e também entre o parecer e o ser. Dessa forma, o co-

enunciador se vê “ligado de maneira híbrida ao discurso e a ele se compromete sensivelmente”. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 16)

A noção de *ethos* nos possibilita não só verificar os mecanismos persuasivos que funcionam a favor da argumentação, mas também nos autoriza a refletir acerca do procedimento global em que os sujeitos estão inseridos aderindo ou não a determinado posicionamento. Também acrescentamos a ideia de reflexividade enunciativa e corpo e discurso, esta última, de acordo com Maingueneau (1997; 2008c), sugere a subjetividade manifestada pelo discurso e pode ser concebida como uma voz que está associada a um corpo responsável pela enunciação.

Nas palavras do autor, (MAINGUENEAU, 1997, p. 47),

O tom, por si só, não recobre, em seu conjunto, o campo do *ethos* enunciativo. O tom está necessariamente associado a um caráter e a uma corporalidade. O ‘caráter’ corresponde a este conjunto de traços psicológicos que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer.

Todo texto, portanto, tem uma voz (vocalidade ou tom) própria que nos permite relacioná-la a uma caracterização

de um corpo do enunciador a um fiador. O tom que esse discurso reverbera atesta o que é dito. Maingueneau atribui ao fiador um caráter e uma corporalidade. Esta, associada a uma tendência comportamental, uma inclinação moral, aquela, a traços psicológicos. Além disso, “o *ethos* implica uma forma de mover-se no espaço social, uma disciplina tácita do corpo, apreendida por meio de um comportamento”. (MAINGUENEAU 1997, p. 65)

A noção de incorporação introduzida por Maingueneau para designar a relação que o *ethos* estabelece entre o discurso e seu co-enunciador (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008), desvela, concomitante ao seu funcionamento, as relações sociais desgastadas em determinada sociedade. Para Maingueneau, a incorporação funciona em três dimensões inseparáveis: A primeira diz respeito ao ato da leitura ou audição, o discurso corporifica o enunciador que passa a ser fiador que legitima o dito. A segunda refere-se ao fato de o co-enunciador se apropriar dos esquemas característicos de um fiador. E, por fim, disso resulta a incorporação imaginária do co-enunciador ao grupo que aceita esse discurso.

Em uma nova leitura, não se trata apenas de supor dessa noção um mecanismo usado para contribuir com a persuasão, o *ethos*, de acordo com Maingueneau (2008b), está

implicado na cena da enunciação e nos permite refletir, além da persuasão por argumentos, sobre o processo mais geral do sujeito em relação a sua tomada de posição. Como nos esclarece Maingueneau (2008b, p. 29)

A problemática do *ethos* pede que não se reduza a interpretação dos enunciados a uma simples decodificação; alguma coisa da ordem da experiência sensível se põe na comunicação verbal. As “ideias” suscitam a adesão por meio de uma maneira de dizer que é também uma maneira de ser. Apanhado num *ethos* envolvente e invisível, o co-enunciador faz mais que a decifrar conteúdos: ele participa do mundo configurado pela enunciação, ele acede a uma identidade de algum modo encarnada, permitindo ele próprio que um fiador encarne.

Em suma, a noção de *ethos* discursivo deve ser considerada para além de um mecanismo em função da persuasão, sua apreensão está na ordem de uma incorporação pela qual o co-enunciador se vê envolvido. Este se identifica com voz e um corpo por onde circula numa determinada cena enunciativa.

Leminski: o samurai dos best-sellers

Um pequeno mundo ficou pasmo ao ver um livro de poesia vendendo muito, sobretudo a jovens. Afinal, quais jovens leem poesia hoje em dia? Talvez, tenha sido a vitória da arte contra a mercadoria. Mas não nos enganemos em dizer ao certo, nos dias atuais, o que é arte e o que é mercadoria. Os poetas moram, comem, vestem-se e trabalham muito em suas obras, querem, pois, serem lidos e, por que não, vendidos. Nem por isso podem ser classificados como fazedores de mercadorias, porque a literatura não é uma competição que pode ser medida por pontos, ou livros vendidos, o primeiro lugar na literatura não existe.

Cada autor nos arrebatava com sua linguagem, seu singularismo estético, seu olhar o mundo que atravessa o nosso próprio ser, o nosso próprio olhar. Contudo, as sociedades contemporâneas insistem em nos colocar em disputa. Insistem em nos iludir que podemos galgar a vitória e alcançar o primeiro lugar sem deixar ninguém para trás, sem trapacear. Vejamos, nas amostras que se seguem, como operam as categorias de análises por nós selecionadas nos recortes 1 e 2.

Leminski derruba Cinquenta Tons de Cinza do primeiro lugar

<http://www.gazetadopovo.com.br>

Ao lermos a supracitada *web*-manchete devemos situar as condições sócio-históricas de produção em que ela foi concebida, ou, ficaríamos sem saber o que ocorreu, se se trata de uma competição, ou ainda de um tipo de jogo. Para leitores de literatura, sobretudo de poesia contemporânea, um nome de autor chama a atenção: Paulo Leminski, poeta dos músicos e da “neoacademia”. Para os leitores em geral, sobretudo aqueles que vão atrás de “novidades literárias” um nome de livro chama a atenção: *Cinquenta Tons de Cinza*. Trata-se agora de examinarmos duas situações. Por que o enunciador cita Leminski e não o nome do livro e procede de forma oposta em relação ao livro *Cinquenta Tons de Cinza*, não citando seu autor? Também, por que estes dois nomes são colocadas num ‘mesmo lugar’, e qual seria esse lugar?

Temos, nesse recorte, os elementos essenciais para uma situação de enunciação. Trata-se dos dêiticos de espaço e tempo, chamados também de embreantes espaciais e tem-

porais e os embreantes de pessoa. Mas, também, observaremos os elementos chamados de não-pessoa.

O dêitico espacial está materializado pela locução adverbial de lugar *do primeiro lugar*, que poderia ser substituída pelo embreante espacial “lá” que designa um lugar distante de onde falam os co-enunciadores. O dêitico temporal está materializado pela marca do presente acrescentada ao radical do verbo *derrubar*: *derruba*. Podemos atribuir essa marca de presente a exigência de atualidade da informação midiática, sendo, pois, a característica do gênero do discurso manchete de jornal o momento presente à enunciação.

Somente podemos reconstruir o lugar onde a enunciação instaura os elementos de terceira pessoa, ou seja, a não-pessoa, materializada pelas instâncias Leminski e Cinquenta Tons de Cinza, se acionarmos nosso conhecimento de mundo. Assim, sabemos que o tempo é o *agora* e o *do primeiro lugar* refere-se à lista dos livros mais vendidos na Livraria Cultura. De outra forma, sabemos que a indústria editorial para manter sua existência precisa de vender os livros que edita. Essas listas, então, acabam tendo uma dupla função: captar leitores assíduos e ecléticos e instaurar práticas discursivas acerca do produto a ser vendido. Logo, o lugar onde se encontram a não-pessoa Leminski e *Cinquenta Tons de Cinza* é o espaço mercadológico e não o

espaço literário, o que responde a uma das questões colocadas por nós.

A cenografia, assim, é constituída por meio da enunciação. A quadro cênico é afastado e o co-enunciador se vê diante dessa cenografia de vendagem, em que forças estão relacionadas para disputar um lugar no topo. Leminski derruba *Cinquenta Tons de Cinza* que, por sua vez, derrubou outro, e outro derrubará Leminski e, assim mercadologicamente, ao infinito.

Um enunciador está implicado nesse enunciado, embora não tenha marcas específicas (eu, me, o meu), o que também implica um co-enunciador (você). Talvez, por aqui podemos responder a outra questão colocada. A cenografia ora constituída implica um *ethos*, assim é por meio da enunciação que se revela a personalidade do enunciador. A instância subjetiva acionada na leitura que desempenha o papel do fiador leva o co-enunciador a lhe conferir caráter e corporalidade, o *ethos* discursivo é constituído por meio do discurso que se presentifica. Esse enunciador revela uma imagem de si daquele que, embora esteja “por dentro do mercado editorial” também conhece poesia contemporânea de qualidade.

Ao citar o nome de autor Leminski, o enunciador instaura um circuito cultural que circunscreve a poesia, a música, a

ficção, o cinema em torno de uma produção contemporânea de cultura. O nome de autor Leminski é a garantia estabelecida pelo enunciador para propor uma “disputa” entre a produção contemporânea de poesia e a produção mercadológica. A novidade ou o espetacular se presentifica na possibilidade de que um circuito cultural contemporâneo seja puxado pela poesia, capaz de desestabilizar o capitalismo imediato representado pela vendagem de *best-sellers*. Aliás, o que se presencia é a necessidade de se fazer uma arte consumível, se possível em massa, e não apenas para fruição.

Recorte 2

A última vitória de Leminski, o Samurai

<http://revistaepoca.globo.com/cultura>

Leminski o autor-ator teve muitas vitórias em sua curta vida, produziu muito e com qualidade, num projeto vigoroso. Contudo, o enunciado ao associar “a última vitória” com o “Samurai” evidencia uma cenografia que apenas pode ser recuperada pela memória discursiva do co-enunciador.

Leminski - pessoa empírica - era faixa preta em judô². As lutas de judô são praticadas em tatames e vence quem

2. Arte marcial esportiva criada no Japão em 1882.

derrubar o adversário, imobilizando-o com as costas ou ombros no chão durante trinta segundos,³. Dessa feita, Leminski, como discípulo dessa arte, trilhou um longo percurso de vitórias e estudos para se graduar em faixa preta no judô. Entre amigos e fãs era conhecido como o samurai da poesia, porém essa associação era menos por ele ser um atleta do judô e poeta marginal, do que por esmiuçar a produção poética do haikai - poema curto oriental - muito, provavelmente, pelo seu contato dinâmico com a cultura japonesa. Pois bem, entre sua pesquisa e produção poética de haikai e seu conhecimento da arte do judô, emerge do enunciado um enigma materializado pelo item lexical *última*. Em que tatame teria acontecido essa luta?

Os embreantes espaciais e temporais não estão presentes no enunciado, mas a cenografia é constituída, de maneira indireta, pela forma de não pessoa a *última vitória de Leminski, o Samurai*, aconteceu em algum lugar e momento, com *eles*: Leminski e seu adversário. Esta referência temporal e espacial não pode ser recuperada no enunciado por embreantes específicos, assim como não há marcas do enunciador e do co-enunciador. Não obstante, o co-enunciador é chamado a preencher o lugar do campo das artes marciais onde acontecera uma batalha.

3. Esse golpe é chamado de *ippon* (ponto completo).

De outra forma, se acionarmos nosso conhecimento de mundo acerca do enunciado, dada as suas condições sócio-históricas de produção, esse lugar pode ser retomado pela ‘disputa’ de livros vendidos no mercado editorial. A mídia, nesse aspecto, opera entre a literatura tida como patrimônio cultural e a literatura vista como mercadoria para produzir práticas discursivas que recuperam as condições socioculturais da sociedade contemporânea. Em outras palavras, vivemos em uma sociedade em que a literatura validada como obra de arte sofre desconfiança ao ser objeto de entretenimento ou remetida às massas, pois ela correria o risco de se transformar em mercadoria.

Ora, por que considerar esse fenômeno de vendagem do livro *Toda Poesia* como vitória e por que seria a última?

Nas histórias dos samurais, há uma página bastante fascinante: o *harakiri* ou *seppuku*, que significam o código de honra do samurai, ou seja, em sua obrigação ou dever de suicidar-se em determinadas situações. São várias as circunstâncias que poderiam levar um samurai a se suicidar, desde recuperar sua honra que por algum motivo fora perdida, até evitar ser prisioneiro quando capturado. Para tirar a sua vida o samurai cortava seu abdômen com sua espada, tendo que suportar a dor até desfalecer. Também

era costume do samurai escrever um poema de morte pelo qual deixava suas impressões do mundo.

O que podemos recuperar dessa página da tradição dos samurais é sua relação interdiscursiva no *recorte 2*. O livro *Toda Poesia* publicado pela Companhia das Letras reúne, praticamente, toda obra poética de Leminski, como o poeta faleceu em 1989, ele não publicará mais nenhuma obra, aliás, essa ‘última obra’ foi editada por sua mulher, portanto, a alusão à última vitória de Leminski significa que não haverá outra obra poética desse autor para “disputar” nas listas dos *best-sellers*. Contudo, Leminski, assim como os samurais antigos, deixou poemas de “suas impressões do mundo”, embora não sejam poemas de morte, longe disso. Também o samurai Leminski realizou sua batalha contra a literatura chamada *best-sellers*, por extensão, contra a literatura mercadológica. Apesar de que Leminski - pessoa empírica - se considerava um *best-seller*.

A cenografia é constituída como uma luta ou uma batalha, realizada pela não pessoa Leminski num lugar que pode agora se expandir além do tatame do judoca, já que não se trata mais de um atleta, todavia de um samurai. Essa cenografia implica um *ethos* discursivo.

Considerações finais

Como dissemos, não há vestígios do enunciador, mas todo enunciado é dito por alguém. O *ethos* é constituído a partir do vocabulário do próprio enunciado *a última vitória de Leminski, o Samurai*. O enunciador revela conhecer alguns elementos da trajetória literária do poeta e de sua vida, bem como os enunciados de seus comentadores. Pelo vocábulo *samurai* o enunciador associa a vida de judoca do poeta e sua pesquisa e obra de poemas haikai. Pelo vocábulo *último* o enunciador revele ser aquele que conhece as obras publicadas pelo poeta e sua repercussão sempre bem aceita e bem criticada no cenário cultural, dessa forma, o livro *Toda Poesia*, como a reunião dessas poesias e outras inéditas, seria a última vitória de Leminski. Logo, vitória porque o enunciador demonstra rejeitar a literatura tida como mercadoria, ou seja, o livro de Leminski vendeu mais do que outros *best-sellers* naquele período, isso é uma vitória no ponto de vista cultural e literário.

Referências

ARENDDT, Hannah. A crise na cultura sua importância social e política. In: ARENDT, Hannah **Entre o passado e o futuro**. 6 ed. Trad. de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CHARAUDEAU, P. **O discurso das mídias**. Tradução Ângela S.M. Corrêa. – 2ºed. – São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, P; MAIGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação de tradução Fabiana Komesu. 2 ed. - São Paulo: Contexto, 2008.

CHARTIER, Roger. A história cultural, entre práticas e representações. 2º ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

JAMES, E.L. **Cinquenta tons de Cinza**. Intrínseca, 2013.

LEMINSKI, Paulo. **Toda poesia**. São Paulo: Companhia da Letras, 2013.

_____. **Caprichos & Relaxos**. 3º ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Tradução Freda Indusrk. - Campinas: Pontes: Universidade Estadual de Campinas, 3º edição, 1997.

_____. **Discurso Literário**. Trad. Adail Sobral – São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Cenas da enunciação**. Organização: Sírio Pos-

senti, Maria Cecília Péres Souza-e-Silva. – São Paulo, Parábolas Editorial, 2008a.

_____. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel e SALGADO, Luciana (Orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008b, pp. 11-29.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008c.

_____. **Doze Conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza, Décio Rocha. – 6º ed.ampl. – São Paulo: Cortez, 2013.

Sites

Leminski derruba Cinquenta Tons de Cinza do primeiro lugar. <http://www.gazetadopovo.com.br> em (20/03/2013).

A última vitória de Leminski, o Samurai. <http://revistaepoca.globo.com/cultura/noticia/2013/03/ultima-vitoria-de-leminski-o-samurai.html>.

Autores

Anderson Ferreira é mestre em Língua Portuguesa pela PUCSP e docente na Rede Pública do Estado de São Paulo.

Antonio Genário Pinheiro dos Santos é professor Assistente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Doutorando em Letras pela Universidade Federal da Paraíba UFPB. Membro do Grupo de Pesquisa Práticas Linguísticas Diferenciadas da UFRN e do CEAD-PB (Círculo de Estudos em Análise do Discurso da Paraíba).

Dalva Teixeira da Silva Penha possui mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, é professora adjunta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e membro do grupo de pesquisa Grupo de Estudos do Discurso - GRED.

Emanuel Freitas da Silva é Professor Assistente I da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Emias Oliveira da Costa é Mestrando em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e professor efetivo da rede pública estadual do Ceará.

Emmanuele Monteiro é doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB (2014). Atualmente é professora da rede estadual de ensino e membro do Grupo de Pesquisa Círculo de Discussões em Análise do Discurso - CIDADI.

Francisco Paulo da Silva é doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara. É Professor Adjunto do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Coordena o Grupo de Estudos do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - (GEDUERN).

Ivanaldo Oliveira dos Santos Filho é professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Possui doutorado em Estudos da Linguagem pela UFRN e pós-doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade de São Paulo – USP. É líder do Grupo de Estudos do Discurso – GRED.

Ivone Tavares de Lucena é doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara, é professora associada II da Universidade Federal da Paraíba e coor-

dena o CEAD-PB (Círculo de Estudos em Análise do Discurso da Paraíba).

Izilda Maria Nardocci possui doutorado e mestrado em língua portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. É Professora do departamento de português da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

Jarbas Vargas Nascimento é doutor em Letras, Professor Titular do Departamento de Português e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa e Pró-Reitor de Cultura e Relações Comunitárias da PUCSP.

JJ Domingos é doutor em Linguística pelo programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING/UFPB, professor da rede pública do Estado do Ceará e membro do Grupo de Pesquisa Círculo de Discussões em Análise do Discurso - CIDADI.

Jocenilton Cesário da Costa é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras PPGL/UERN, bolsista do Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. É membro do Grupo de Estudos do Discurso - GRED.

José Gevildo Viana é professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL/UERN e membro do Grupo de Estudos do Discurso – GRED.

Márcio Rogério de Oliveira Cano é doutor e mestre em Língua Portuguesa pela PUCSP. Atualmente, está vinculado ao curso de Letras do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Lavras.

Maria da Penha Casado Alves é professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Líder do Grupo de Pesquisa Práticas discursivas na contemporaneidade e pesquisadora do GEDUSP.

Maria do Socorro Maia F. Barbosa é doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professora titular da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Membro do Grupo de Estudos do Discurso – GRED.

Maria Eliza Freitas do Nascimento é professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING/UFPB. É membro

do Grupo de Estudos do Discurso - GRED e do Círculo de Discussões em Análise do Discurso - CIDADI.

Regina Baracuhy é doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara. É professora Associado Nível I da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e líder do Grupo de Pesquisa CIDADI - Círculo de Discussões em Análise do Discurso.

